



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

Participação Política no Facebook Continuidades e Reconfigurações

João Carlos Lopes de Sousa

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Sociologia: Exclusões e Políticas Sociais
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof.^a Dr.^a Maria João Simões

Covilhã, Outubro de 2013

Folha em branco

Dedicatória

A duas figuras de grande inspiração ética e científica: Martinho Lutero e Karl Marx.

“O sofrimento numa crise purifica” (Lutero cit in Beck,2013: 82-83)

“Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência”
(Marx e Engels, 1975: 26)

Folha em branco

Agradecimentos

De uma forma ou de outra, o trabalho que agora aqui se apresenta, não seria possível, sem os contributos de diversas pessoas. Nesta medida, quero expressar o meu maior e mais genuíno reconhecimento aos meus pais (Alice e João) por ao longo das diferentes fases da minha vida e carreira académica me apoiarem, sem reserva. Ao Rodolfo (meu irmão), que para além da partilha parental é um verdadeiro amigo e companheiro.

Num empreendimento desta envergadura, é de toda a justiça, salientar o imprescindível e singular apoio técnico e humano da minha orientadora, a Professora Maria João Simões.

Uma palavra de gratidão, para os meus amigos de longa data: Nuno Simões, Sérgio Martins, Jaime Silva, Ricardo Delisle, Hugo Barreiro, Nuno Barreiro, Hélder Gabriel e João Vasco.

No plano das ligações profissionais uma palavra de reconhecimento para os Professores João Carlos Correia e José Ricardo Carvalheiro pela confiança e motivação transmitida ao longo dos últimos 3 anos. Também uma menção para os meus colegas, que comigo partilham as instalações do Laboratório de Comunicação e Conteúdos Online: Marco Oliveira, Eduardo Alves, Ricardo Morais, Cristina Lopes, Hélder Prior e Diana Tomás.

Finalmente, uma palavra de apreço para os ativistas, que através da sua disponibilidade e afabilidade, disponibilizaram-se para a realização das entrevistas. Sem eles, uma parte importante deste trabalho tinha sido hipotecada.

A todos o meu mais sincero bem-haja

Folha em branco

Resumo

O trabalho aqui apresentado e intitulado “Participação Política no Facebook: continuidades e reconfigurações”, centra a sua abordagem em dois grandes domínios: o da política, e em particular o da participação política, e um segundo, o da usabilidade de diferentes artefactos tecnológicos, nomeadamente o Facebook. Através da interceção destes dois domínios da atividade social, procuramos indagar a realidade acerca da possibilidade de o Facebook, enquanto ferramenta tecnológica, se constituir como um instrumento, que efetivamente dê expressão a formas de participação política.

Para levar a cabo a operacionalização deste empreendimento teórico, implementou-se uma metodologia mista, que se constituiu como um compromisso entre uma abordagem quantitativa, por via da implementação de uma análise de conteúdo, e qualitativa, através da realização de entrevistas a ativistas, protagonistas de oito Organizações consideradas como o nosso alvo de pesquisa.

O argumento transversal à investigação, que agora se inicia, passa pela assunção de que há claros indícios de continuidade, em conjugação com elementos de reconfiguração da ação política convencional.

Palavras-chave

Participação política, Esfera pública, Facebook, Organizações, Tipos de comunicação

Folha em branco

Abstract

The work presented here, entitled *Political participation on Facebook: continuities and reconfigurations*, adopts an approach that considers two broad areas: the first is politics, particularly political participation, and second, the usability of different technological artefacts, namely Facebook. Through the interception of these two domains of social activity, we investigate reality about the possibility of Facebook, while technological tool, to constitute itself as an instrument, which effectively gives expression to forms of political participation.

To carry out the operationalization of this theoretical enterprise, we implemented one mixed methodology, which is constituted as a compromise between a quantitative approach, through the implementation of a content analysis, and qualitative, by conducting interviews with activists, protagonists from eight organizations considered as our research target.

The argument that comes across throughout the work, which is now beginning, goes by the assumption that there are clear signs of continuity in conjunction with reconfigured elements of conventional political action.

Keywords

Political Participation, Public Sphere, Facebook, Organizations, Types of communication

Folha em branco

Índice

Agradecimentos	III
Resumo	V
Abstract	VII
Índice	XI
Índice de Figuras	XIII
Introdução	1
1º Capítulo	
1 - Crise financeira e Política: uma breve introdução	5
1.1 - Instituições e Crise Política e Financeira: o papel dos “novos” media no debate público.	6
1.2 - Da Complexificação Política ao Estado Social: emergência e consolidação de direitos de cidadania	9
1.3 - Da Transformação do Estado aos Direitos de Cidadania	13
1.4 - Estado Social e Direitos de Cidadania: mudanças e reconfigurações contemporâneas	19
2º Capítulo	
2 - Diálogos Teóricos entre Diferentes Perspetivas	23
2.1 - Crise Regimental e da Participação Política: que desafios?	24
2.2 - Modelos de Participação Política: da liberdade à autonomia, formas de participação alternativa	26
2.2.1 - Os liberais e a liberdade: uma visão elementar	29
2.2.2 - O republicanismo e a sua conceção de autonomia: potencialidades e constrangimentos	38
2.3 - Entre a Autonomia e os Constrangimentos: a participação política alternativa	44
3º Capítulo	
3 - Participação Política Digital: dinâmicas e reconfigurações	50
3.1 - Do Coletivo para o Individual: o que mudou na participação política	51
3.2 - Do Espaço Público Tradicional ao Espaço Público Digital: o que mudou?	53
3.3 - Transformações e Reconfigurações do Espaço Público Digital: o papel dos novos <i>media</i> na participação política alternativa	58
3.4 - Participação Política Digital: reconfiguração ou flexibilidade identitária?	63
4º Capítulo	
4 - Arquitetura Metodológica	69
4.1 - Da Importância do Conhecimento: algumas considerações epistemológicas e históricas	69
4.2 - A Participação Política Alternativa Online: como a abordar?	73
4.3 - Da Luta Inter-paradigmática à Escolha Técnica	80
4.4 - Dois Momentos, Duas Técnicas: a complementaridade de perspetivas	83
4.4.1 - Da procura da objetividade e sistematicidade: o modelo de análise de conteúdo	85
4.4.2 - Deambulações metodológicas: em busca dos interstícios participativos e organizacionais	88
5º Capítulo	
5 - Entre Factos e Perceções: o debate facebookiano	94
5.1 - Organização e Informação	98
5.1.1 - Da homogeneidade heterogénea	99
5.1.2 - Da tentativa de diversificação da informação à emergência de constrangimentos	106
5.1.3 - Das tentativas de estabelecer uma agenda programática e informativa: obstáculos e limitações	109
5.2 - Dinâmica Organizativa do Debate	112
5.2.1 - Reconfigurações continuístas da comunicação	113
5.2.2 - Da revolução à transformação: imprecisões ideológicas	121
5.2.3 - Revolução ou transformação? A verticalização comunicativa	126
5.3 - Iniciativa e Pró-atividade dos Seguidores	129
5.3.1 - Do discurso à prática: disjunções e coerências em torno do debate facebookiano	135
5.4 - Persuasão Humor e Estética	137
5.4.1 - Perceções e realidade: um desfasamento entre práticas e conceções	143
Considerações Finais	146
Bibliografia	152
Anexos	161
Anexo 1	162
Anexo 2	173
Anexo 3	177
Anexo 4	186
Anexo 5	190
Anexo 6	298

Folha em branco

Lista de Figuras

Gráfico 1 - Apresentação da Organização e sua dinâmica no Facebook	101
Gráfico 2 - Informações que revelem objetivos e orientações programáticas	102
Gráfico 3 - Pontuação dos indicadores sobre fontes de informação	107
Gráfico 4 - Classificação absoluta dos indicadores - Organização e Informação	110
Gráfico 5 - Classificação ponderada dos indicadores - Organização e Informação	111
Gráfico 6 - Avaliação (absoluta) dos indicadores 2.1 e 2.2 da 2ª Dimensão	115
Gráfico 7 - Avaliação (absoluta) dos indicadores 2.3, 2.4, 2.5 e Totais da 2ª Dimensão	120
Gráfico 8 - Avaliação (ponderada) dos indicadores da 2ª Dimensão	127
Gráfico 9 - Avaliação (absoluta) dos indicadores da 3ª Dimensão	130
Gráfico 10 - Avaliação (ponderada) dos indicadores da 3ª Dimensão	136
Gráfico 11 - Avaliação (absoluta) dos indicadores 4.1 e 4.2	140
Gráfico 12 - Avaliação (absoluta) dos indicadores 4.3, 4.4 e 4.5	141
Gráfico 13 - Avaliação (ponderada) dos indicadores da 4ª Dimensão	144
Gráfico 14 - Avaliação (ponderada) das quatro dimensões e total	150

Folha em branco

Introdução

A crescente visibilidade do vasto domínio dos novos *media* tem induzido um forte incremento no debate interno das ciências sociais. Também no campo mediático este incremento tem-se desenrolado em ritmo acelerado, se for considerado o crescente número de notícias que incluem, por exemplo o Facebook ou o Twitter, nos meios de comunicação tradicionais.

Adicionalmente, encontramos um número crescente de figuras públicas como políticos, artistas e outros atores com notoriedade pública e social, marcando presença no Facebook. Como veremos mais à frente, são diversos os episódios, envoltos em polémica, que partiram de declarações no Facebook ou que, por outro lado, não tendo esta plataforma como seu “ponto de ignição”, encontram nas redes sociais um campo fértil de divulgação e disseminação da informação. Estes processos desencadeiam, em determinadas circunstâncias, a jusante uma espécie de “onda de indignação”.

Um outro elemento relevante na equação, que problematiza o papel dos novos *media* e muito em particular do Facebook nas sociedades contemporâneas, prende-se com a dinâmica cívica e política, que se gerou e tem continuado a gerar, ainda que de forma inconstante, tendo o Facebook como plataforma de discussão e de sensibilização, para as questões governativas e mais amplamente para aspetos da atividade política e cívica. Neste role podemos incluir episódios como a manifestação intitulada “Geração à Rasca” ou a de “15 de Setembro”, pela sua grandeza, ao mobilizarem diferentes estratos sociais, mas também pelo seu impacto mediático. No primeiro caso “abrindo uma ferida” no então Governo liderado por José Sócrates. Já a manifestação de 15 de Setembro, marca o início de uma contestação progressiva, ao Partido Social Democrata e ao seu Governo em coligação com o Partido Popular. Esta situação está bem refletida se tivermos em conta uma perspetiva longitudinal das várias sondagens realizadas desde as últimas eleições legislativas, até hoje.¹

Desde essa data até hoje (Outubro 2013) as sucessivas sondagens realizadas têm dado vantagem ao Partido Socialista. Obviamente, que não estamos a aludir a uma premissa, em que a participação política e cívica, através do Facebook, tenha mitigado décadas de défice, deste tipo de processo social e político em Portugal. Ai com toda a certeza estaríamos a cair num determinismo tecnológico, que perspetiva a tecnologia com um papel messiânico, relativamente à participação e mobilização política.

Em face deste contexto e destes aspetos observáveis, somos levados a questionar: de que modo o Facebook dá expressão a formas de participação política?

¹ Este argumento é baseado num trabalho realizado e apresentado pelo politólogo Pedro Magalhães no seu blog - Margens de Erro. O post em causa pode ser consultado aqui: <http://www.pedro-magalhaes.org/filtrar-o-ruído-das-sondagens/>

Com efeito, estamos perante uma problemática complexa, que requer um especial esforço teórico e empírico na sua captação e abordagem. A presente pesquisa surge assim, como resultante da sobreposição do domínio político, com o da tecnologia e seu uso nas sociedades contemporâneas.

Estamos com efeito, perante a necessidade de convocar do lado da teoria da participação política, o paradigma liberal, para o qual devem ser garantidas a liberdade de escolha e de ação do ator social, através de uma estrutura jurídica que as estabeleça. Já o paradigma republicano e suas versões mais recentes (neo-republicano), perspetivam a participação política como uma necessidade intrínseca à condição humana, sendo que no equacionar desta, se deve colocar o peso constrangedor e/ou potenciador das mais diversas estruturas sociais. Finalmente, a proposta teórica deliberativa, que coloca a tónica nas capacidades relacionais e cooperantes dos atores, sendo que esta teoria é muitas vezes, para uma parte significativa dos autores que se debruçam sobre a participação política, uma proposta que surge na linha da anteriormente designada como republicana, em face da forte influência e partilha de conceitos e pressupostos epistemológicos, entre ambas as propostas.

Do outro lado, temos o imperativo de abordar a tecnologia e a usabilidade que é feita dos artefactos, nomeadamente do Facebook. Para levarmos a cabo esta tarefa recorrer-se-á ao desenvolvimento e problematização teórica das duas grandes referências teóricas neste domínio em particular, que podemos considerar dois ideais-tipo polares; podendo as situações concretas revelar uma combinação variada de componentes de ambas. De um lado, temos uma perspetiva em que sucintamente a tecnologia é perspetivada como um aspeto das sociedades contemporâneas, capaz de moldar e até certo ponto determinar a ação social. Nestes termos, estamos no domínio privilegiado do designado determinismo tecnológico, por outro lado, nos antípodas desta posição teórica, temos o determinismo sócio estrutural.

Na ótica desta última proposta teórica, a tecnologia surge como um produto acabado da atividade social, que se constitui como resultado do “trabalho” e capacidade criativa da Humanidade. À lupa desta possibilidade teórica, a tecnologia é percebida como um complexo de artefactos, que reproduziriam na íntegra as idiosincrasias da participação política em contexto real. Já por seu turno, o determinismo tecnológico, compreende que a tecnologia e o seu incremento na atividade política levaria ao mitigar e até ao desaparecimento das desigualdades sociais, no que concerne à participação política.

O que nós ensaiamos na análise que de seguida passaremos a expor, convoca um debate teórico de síntese entre ambos os determinismos, assumindo desta forma uma postura teórica de síntese, em que o peso condicionador das estruturas sociais, se envolve em simbiose com o papel transformador da tecnologia. Este hiato e o seu mitigar, terá no conceito de habitus um importante instrumento.

Dito isto, importa-nos referir que o trabalho que agora se inicia é de forma breve, composto por cinco capítulos.

No primeiro, procurar-se-á fazer uma breve reconstrução social, histórica e política das últimas décadas de Portugal e que pautam, em parte, aquilo que ainda hoje este território da Europa Ocidental apresenta em termos de participação e mobilização política.

Posteriormente, no segundo capítulo, o grande objetivo é realizar uma exposição em jeito de debate, em que se confrontam diferentes propostas teóricas, mormente a liberal, a (neo) republicana e a deliberativa, servindo-nos do eixo conceptual distintivo entre liberdade vs autonomia.

De seguida, pretender-se-á realizar uma síntese do estado da arte dos dois paradigmas que equacionam teoricamente o papel da tecnologia no domínio da política, em geral, e da participação política, em particular.

Discutido o empreendimento teórico, importa-nos passar à discussão da arquitetura metodológica (quarto capítulo), que de forma resumida versará na adoção de uma metodologia mista. Deste modo, colocamos em diálogo metodologias quantitativas e qualitativas, num compromisso, que nem sempre foi fácil de realizar no âmbito mais vasto das ciências sociais, mas que decorre, neste caso em particular dos próprios objetivos e horizontes que nos propomos atingir, na exploração de um campo de análise recente.

No âmbito desta opção metodológica, optámos pela realização de uma análise de conteúdo às páginas das oito Organizações selecionadas para a presente investigação e ainda pela concretização de entrevistas em copresença a ativistas dessas mesmas Organizações.

O procedimento metodológico que aqui se pretende erigir é norteado por um conjunto de questões, que abordarão os diferentes domínios, que a presente pesquisa considera fundamentais. São elas:

1ª Qual o nível de integração programática e organizativa das diferentes Organizações?

2ª Em que medida há diversidade informativa e conteúdos próprios?

3ª Qual o tipo de comunicação dominante nas Organizações e suas páginas de Facebook?

4ª Como se posicionam política e ideologicamente as Organizações e seus ativistas?

5ª Em que medida, há nas páginas de Facebook das Organizações troca de argumentos entre seguidores e entre estes e a Organização?

6ª Quais as estratégias utilizadas, para potenciar a mobilização cívica e política?

Finalmente, o quinto capítulo será o espaço afeto, na presente investigação, para a exposição e discussão dos dados empíricos recolhidos.

Inclui-se ainda um espaço final, para a apresentação e síntese das conclusões a retirar de todo o percurso realizado e, ainda, de sugestões para futuras pesquisas.

1 - Crise Financeira e Política: uma breve introdução

A atividade política e cívica tem sido perspetivada em grande medida através das abordagens mediáticas, mas também no senso comum, como um imenso “pântano”, sobretudo por causa do descrédito que se abate sobre a classe política, em virtude dos escândalos e intrigas que permanentemente a afetam.

A degradação do espectro político tem sido um amplamente focada pelos meios de comunicação. Nos últimos anos têm vindo a público vários escândalos relacionados com processos políticos, económicos e judiciais. Este tipo de acontecimento tem suscitado crescente agitação, condenação pública e mediatismo, sobretudo num também crescente contexto de crise e de aplicação de pesadas e duras medidas de austeridade, que têm como fim último o ajustamento económico e orçamental.

Atualmente várias categorias sociais da população portuguesa vêm os seus rendimentos serem drasticamente reduzidos através da implementação de medidas de corte da despesa do Estado e uma “brutal” subida de impostos,² inspirada em doutrinas liberais, que têm como substrato supremo a redução do papel do Estado na economia e na própria sociedade portuguesa, tal como é pormenorizadamente explicado por Boaventura Sousa Santos (2011), que denuncia de forma veemente e consistente, os interesses financeiros e monetários que estão por trás desta crise. Mais recentemente e num tom menos cáustico, Ulrich Beck (2013), no seu mais último trabalho, explica a postura alemã ao longo de todo este processo, assinalando ainda que esta é claramente uma cruzada neoliberal. Por outro lado, há uma crescente visibilidade mediática da existência de relações opacas, onde reina a promiscuidade entre poderes, político e económico e sobretudo no âmbito financeiro. Caso bem paradigmático do que foi aqui descrito são os contactos, confirmados entretanto, entre o Primeiro-ministro e José Maria Ricciardi do banco BESL.³ Esta questão é precisamente destacada por Miguel Sousa Tavares que no referido texto, coloca o “dedo na ferida” sobre uma outra patologia do sistema demoliberal vigente em Portugal: a politização e instrumentalização da Justiça, e muito particularmente do Ministério Público, na pessoa do seu ex-dirigente máximo, o Provedor Geral da República Pinto Monteiro. A opinião de Sousa Tavares entronca num “velho” problema em Portugal, o da qualidade e celeridade de todo o

² Acerca desta “onda” neo-liberal é de leitura incontornável a crónica de Miguel Sousa Tavares no semanário Expresso de 4 Fevereiro 2012, com o título “Uma Tempestade Liberal”.

³ Mais uma vez Miguel Sousa Tavares na crónica datada de 27 de outubro 2012, intitulada “Apanhados”, discorre sobre a estreiteza e proximidade entre governantes e o poder financeiro.

sistema judicial. A este respeito, os últimos trabalhos de Boaventura Sousa Santos⁴ chamam a atenção para os possíveis danos que esta crise económica e as respetivas medidas de austeridade colocam à própria qualidade da justiça.

1.1 - Instituições e Crise Política e Financeira: o papel dos “novos” *media*⁵ no debate público

Estamos com efeito, perante um contexto em que são vários os pontos de tensão que se acumulam e contribuem para a acentuada deterioração do “clima” político. Tem-se verificado uma conjugação de factos e de crises na sociedade portuguesa desde a implantação da Democracia genericamente concebida, que acabam materializadas num regime demoliberal. Assistimos assim à corrosão e perda de credibilidade de algumas instituições vitais do atual sistema, como são os casos da Assembleia da República, do Governo, mais genericamente considerado o poder político, mas também a já mencionada politização e instrumentalização de todo o sistema judicial. No fundo, estas fragilidades no sistema tripartido do poder⁶ evidenciam as deficiências e imperfeições desta organização. Importa neste ponto e antes de continuarmos a presente exposição, sublinhar a importância que estas instituições têm para a própria qualidade da democracia e para o próprio sentimento de democraticidade da sociedade e dos indivíduos que a compõem. Sobretudo quando pensamos num regime demoliberal, em que uma parte vital deste passa pela regular chamada dos cidadãos às urnas de voto em eleições para os vários organismos. Uma outra evidência da degradação do regime prende-se com os elevados valores de abstenção registados em Portugal para as várias eleições, inclusive para eleições de primeira ordem, como se pode verificar no estudo conduzido por André freire (2002), sobre a “Abstenção Eleitoral em Portugal”, perspectiva também corroborada pelo politólogo Pedro Magalhães,⁷ de acordo com a qual há indícios de uma crescente degradação e descontentamento para com o regime democrático. A este propósito não podemos deixar de referir o contributo do filósofo político Norberto Bobbio (1988:23 parêntesis do original), realçado por Luís de Sousa, em que a Democracia é definida como “(...) um sistema de governo caracterizado por “um conjunto de regras (fundamentais e básicas) que estabelecem quem está autorizado a tomar decisões colectivas e mediante que processos”, é também um conjunto de valores fundamentais e de

⁴ Em entrevista à Agência Lusa citado pelo Jornal i de 24 Janeiro 2013. Consultada a 24 Janeiro 2013 21h30. Link: <http://www.ionline.pt/portugal/boaventura-sousa-santos-alerta-contrarrevolucao-imposta-pela-troika>

⁵ Ao longo de toda a presente pesquisa far-se-á referência aos “novos” *media* incluindo aqui a internet as redes sociais, por oposição aos tradicionais meios de comunicação: impressa, rádio e televisão.

⁶ Referimo-nos à repartição tripartida do poder: legislativo, executivo e judicial, que já Montesquieu nos tinha falado em 1748.

⁷ Referimo-nos a uma intervenção pública no âmbito de uma entrevista concedida ao Canal Q. Consultada a 25 Janeiro 2013 pelas 11h30. Link: <http://www.youtube.com/watch?v=EOjZGo8SZ8>

instituições que, historicamente, os têm colocado em prática com maior ou menor sucesso” (cit in Sousa 2004: 277). Neste mesmo trabalho, mas no referido capítulo, Luís de Sousa reforça o seu argumento em relação à qualidade da democracia, e ao atual sistema de organização política, com as suas implicações sociais e culturais, que requer necessariamente vastos índices de transparência.

Tomando como ponto de partida o estudo da corrupção, Luís de Sousa (2004) enceta uma análise que procura perceber a perceção que a opinião pública tem deste fenómeno cultural e como este é construído. Na reta final do mesmo, o autor perspetiva grande relevância aos estudos que se debrucem sobre o papel que os meios de comunicação social têm ao nível da visibilidade mas também no plano do debate público sobre os sucessivos casos de corrupção, com implicações para a cultura democrática e para a sua qualidade. A atualidade e pertinência desta pesquisa advém não só do facto de chamar a atenção para a relevância mediática que o fenómeno da corrupção tem para a qualidade do debate público, por via do incremento mediático que lhe é atribuído, mas também porque faz referência aos novos *media*, mormente aos *media* sociais, cuja vertente mais conhecida a das redes sociais (ex: Facebook).

O que temos assistido contemporaneamente na sociedade portuguesa é a uma crescente visibilidade de um conjunto de factos que, envolvendo na sua maioria figuras destacadas e instituições da vida política, contribuem para a redução do capital de confiança das populações em geral, e dos eleitores em particular, nesses organismos.

Posto isto, o que queremos enfatizar é precisamente o crescente afastamento dos cidadãos da vida pública e política, repercutidos nos baixos valores de participação política e cívica na sociedade portuguesa. Esta tendência vem já de algumas décadas, quiçá mesmo, desde o auge da participação política e cívica aquando do Período Revolucionário em Curso (PREC). Desde essa época e até hoje que os números dos vários indicadores, incluído os da abstenção eleitoral, têm vindo a aumentar, com maior ou menor ritmo. Por outro lado, o atual momento ganha especial relevância analítica em face da crise da dívida soberana e do seu respetivo mediatismo. É precisamente este segundo aspeto que pretendemos salientar, ou seja, a relevância dos meios de comunicação social em geral, e mais concretamente o papel de crescente relevo mediático que os designados novos *media* têm na constituição e promoção do debate público. Por outras palavras, pretendemos debruçar-nos sobre os problemas que detêm interesse coletivo e comunitário, e que podem contribuir desta forma para a dinâmica dialógica do espaço público e da participação cidadã.

Tal como ainda à pouco referimos, à crise económica, social e financeira atual, junta-se um aprofundamento da já histórica crise do regime demoliberal, manifesta no défice de participação cívica e política. Todavia, ao longo dos últimos 30 a 40 anos têm-se multiplicado e diversificado os indícios de crise democrática, seja pela crescente abstenção eleitoral, em

eleições de primeira ordem, seja na perda de eficácia das instituições, ou ainda também pelo distanciamento entre governantes e governados. Manuel Villaverde Cabral (2000), no seu seminal texto “O Exercício da Cidadania política em Portugal”, constata precisamente uma evolução em direção a um cada vez maior afastamento entre eleitos e o seu eleitorado. Esta perceptível subjetividade engendra nos atores e cidadãos sentimentos de impotência e até, em última análise, de descrença relativamente às instituições que compõem organicamente o regime democrático.

Por conseguinte, o que tivemos até há cerca de uma década foi um período com relativa prosperidade económica, com pequenas crises cíclicas, rapidamente ultrapassadas. Desta forma, foram-se mitigando tensões e deficiências sistémicas, no que concerne a uma cabale resposta aos problemas quotidianos das sociedades e muito particularmente dos cidadãos e categorias sociais mais expostas à vulnerabilidade. O que demarca o atual contexto de profunda crise económica e financeira, do longo período anteriormente referenciado é, para além desta crise ter contornos globais/planetários, o facto de ter sido posta a descoberto por uma intensa e extensa cobertura mediática, muito por força dos novos *media*, mas também dos tradicionais, que entretanto migraram para plataformas on-line e marcam presença em redes sociais como o Facebook.

A esta interpenetração entre atividade política e pública e a tendência recente de maior uso de novas ferramentas tecnológicas que requerem o aprimoramento técnico, tem tido associado um considerável debate sobre quais as reais implicações para a sociedade. Num artigo recente, José Pacheco Pereira⁸ trás para a discussão, precisamente aquilo que o próprio designa por “Futebol Político”, numa alusão a uma incessante tentativa de marcar golos aos adversários. O olhar atento deste cronista em relação à prática política tende para um crescente “esvaziamento de conteúdos”, onde o que mais conta, é a “vitória”, mesmo que através de pequenas quezílias, umas mais palacianas, outras de caráter mais periférico, mas todas elas envoltas de um espírito, no qual o que interessa em última análise ganhar visibilidade na comunicação social, mostrando a vitória sobre o adversário, nem que esta seja meramente parcelar ou temporária. É neste ponto que Pacheco Pereira refere as redes sociais, muito particularmente o Facebook, para além dos já quase costumeiros blogues e a sua crescente importância no debate público.

O que temos assistido é a um incremento do modo tribal de fazer política, isto é, de debater questões de dimensão coletiva. Mais, temos de acordo com Pacheco Pereira assistido à degradação, inclusivamente da própria substância dessa discussão, sendo que o Facebook e os blogues assumem papel charneira nestas mudanças. O historiador sugere que:

⁸ Referimo-nos ao artigo intitulado “Futebol Político” publicado no jornal Público, na sua edição de Sábado 26 Janeiro 2013. Consultado a 25 Janeiro 2013 pelas 16h. Link: <http://www.pressdisplay.com/pressdisplay/viewer.aspx>

“O modo tribal como blogues funcionam, o ideal que é poder comunicar sem ter nada para dizer em 140 caracteres. Com a sua especial adaptação à má-língua e intriga, a confraternização adolescente e o intimismo artificial das páginas de Facebook, tudo isto atrai os alunos simples do futebol político. Cada vez mais as “jotas” se formam ali, deixando para trás estudos sérios e livros, tudo coisas muito intelectuais, complicadas, inúteis, talvez piegas”.

Fica patente a postura pessimista de Pacheco Pereira relativamente ao modo como estas novas ferramentas tecnológicas estão a ser apropriadas pela vivência política portuguesa e as consequentes implicações das mesmas, ao nível das qualidades da própria democracia. Ainda que num registo opinativo, o mencionado artigo chama a atenção para uma tendência emergente, em que a imagem, o estilo e a forma se assumem como propósitos fundamentais, descorando o conteúdo e a substância do debate político. Tudo isto, tendo como pano de fundo as novas ferramentas tecnológicas, que em termos genéricos se considera que vieram facilitar a comunicação.

Desta forma, pensamos ter realizado um esboço, ainda que genérico, do panorama político, e sobretudo do debate político e público que lhe dá suporte, no Portugal contemporâneo. Esta contextualização remete-nos para a identificação de dois pontos de partida fundamentais, que nos permitem garantir e justificar a pertinência da presente pesquisa. A discussão partirá, por um lado, da ideia de que a atual e intensa crise económica, financeira e social, e que tem acarretado profundas mutações na estrutura de classes, tem também implicações diretas, e a jusante, no estabelecimento de prioridades valorativas e normativas. Por outro lado, partimos da ideia de um espaço público crescentemente mediatizado. Em que os novos *media*, e particularmente as redes sociais têm um papel fundamental, com digitalização das relações sociais, criando um vasto campo de análise, que se encontra em constante mudança.

1.2 - Da complexificação Política ao Estado Social: emergência e consolidação de direitos de cidadania

A emergência e consolidação do processo de modernização que assolou primeiramente o “mundo ocidental” e posteriormente outras partes do planeta, tem como postulado a permanente complexificação das próprias estruturas societais, associadas aos permanentes avanços tecnológicos e aos aperfeiçoamento(s) da(s) técnica(s).

Desde logo, é na geração fundadora da sociologia que podemos observar preocupações com as consequências do desenvolvimento tecnológico e científico. Os casos mais paradigmáticos talvez se encontrem em Karl Marx (1844/1974; 1846/1975; 1846/1980), que a partir de uma conceção materialista da história, coloca no desenvolvimento dos meios de produção a força

“motriz” da mudança social e da modernização. Já Max Weber (1905/2001) enfatiza o caráter racionalizador da ética protestante para explicar a passagem para um modelo de desenvolvimento capitalista. Um outro contributo, ainda que bem distinto dos demais, é o de Émile Durkheim (1893/1977), com a identificação da passagem de uma sociedade marcadamente pautada por um tipo de solidariedade mecânica, para um novo tipo - solidariedade orgânica - com base no primado do advento da modernidade nas sociedades ocidentais.

Ainda que em cima dos acontecimentos, isto é, num profundo momento de mudança económica e social, como foi grande parte do século XIX e início do século XX, estes autores não deixaram de captar o “espírito da época”. Obviamente que partindo de postulados epistemológicos bem distintos, empreenderam análises que de uma forma ou de outra chamaram a atenção para os efeitos da intensificação da atividade humana em áreas geográficas restritas, como são os emergentes aglomerados populacionais (cidades), potenciando a caducidade de ancestrais instituições sociais. Transversalmente, os três autores da modernidade sublinham e têm como pressuposto fundamental as profundas mudanças tecnológicas e as respetivas consequências na própria interação social.⁹

Foi com a vaga de revoluções liberais, mormente com a Revolução francesa (1789), que os direitos cívicos começaram a fazer parte da equação dos governantes e mais genericamente dos Estados. Datada do mesmo ano (1789) a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi beber no espírito revolucionário e liberal das revoluções de então, colocando no centro da sua construção a condição humana, enquanto constructo social e cultural de uma época. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão que também é devedora do legado iluminista e nesse sentido considerado o primeiro documento que formaliza a consignação de direitos cívicos, na longa narrativa humana, constitui-se como um “marco” da Humanidade.

A consignação de direitos cívicos¹⁰ de forma pioneira surge também num role de alterações ao panorama vigente - Antigo Regime - e que incluí, ainda que de forma muito embrionária, as primeiras organizações de carácter político e associativo, que posteriormente estarão na génese dos modernos partidos políticos. É neste contexto revolucionário que emerge uma visão dicotómica, que sintetiza um imenso complexo em torno dos conceitos dos ideais de “esquerda” e a “direita”.

Em termos etimológicos estes dois termos surgem como auto-excludentes, isto é, a esquerda só existe relativamente à direita e vice-versa. Em termos históricos e cronológicos podemos identificar a Revolução Francesa e mais propriamente a realização dos Estados Gerais, como o primeiro momento em que assistimos a uma distinção entre posições políticas e ideológicas

⁹ Este é um ponto fundamental na presente pesquisa e que se assumirá como central no 3º capítulo, quando se discutir o papel da tecnologia e da técnica na atividade social, em face do interesse que tem para o estudo da participação política e cívica alternativa.

¹⁰ Voltaremos a esta importante temática mais adiante no presente capítulo.

distintas. Foi no âmbito da realização dos Estados Gerais que os apoiantes do rei, e mais genericamente da manutenção do *status-quo*, se sentaram à direita daquele. Antagonicamente, os representantes do “terceiro estado”, que incluía o povo e a burguesia emergente, tomaram posição à esquerda do rei. De acordo com André Freire podemos ver nesta conceção uma forma de simplificação que resulta “(...) como um mecanismo de redução de custos na recolha e processamento de informação, bem como na tomada de decisões. [Acrescenta ainda que] adicionalmente, este esquema funcionou como um código de comunicação nas mensagens políticas” (2006: 31-32).

Ora, ao longo dos últimos dois/três séculos podemos identificar uma forte dinâmica em torno desta conceção, sobretudo se consideramos a característica intrínseca já anteriormente referida de oposição entre os conceitos. A luta política tem-se desenrolado num eixo que está longe de ser um contínuo. É precisamente esta ideia que Norberto Bobbio (1995) expressa quando refere que esquerda e direita têm como característica intrínseca serem reciprocamente exclusivas, tal como conjuntamente exaustiva:

“(...) excluir, no sentido em que nenhuma doutrina ou nenhum movimento poder ser simultaneamente de direita e de esquerda; exaustivas, no sentido em que, pelo menos na aceção forte dos dois termos, como veremos melhor mais adiante, uma doutrina ou um movimento só podem ser ou de direita ou de esquerda” (1994/1995:27).

Num plano analítico a jusante destas duas premissas podemos encontrar importantes implicações. No entanto, as implicações ao nível micro-sociológico apresentam-se por exemplo nas escolhas dos atores no domínio político e ideológico. Fica assim patente a intrincada dinâmica conflitual entre direita e esquerda. Os conceitos de esquerda e direita têm no seu teor grande complexidade e até diversidade ideológica.

A este respeito e antes de avançarmos com a presente discussão importa-nos esclarecer o próprio conceito de ideologia. Quando pretendemos discorrer acerca de aspetos ideológicos, devemos desde logo esclarecer o que verdadeiramente entendemos por tal, dada a forte componente polissémica do termo. Uma das conceções mais proeminentes no vasto empreendimento das ciências sociais é da autoria de Karl Mannheim (1960/1968), que distingue dois tipos particulares: “[Ideologia particular] A concepção particular de ideologia é implicada quando o termo denota estarmos céticos dos ideais e representação apresentados por nosso opositor” (1968: 81). Uma segunda conceção que tem alberca uma visão muito mais ampla, sendo uma “[Ideologia total refere-se] aqui à ideologia de uma época ou de um grupo histórico-social concreto, por exemplo, a de uma classe, ocasião em que nos preocupamos

com as características e a composição da estrutura total da mente desta época ou deste grupo” (1968: 82).

Concomitantemente, na nossa vida quotidiana, como numa trivial conversa de café, tendemos a utilizar estes termos para nos referimos a um conjunto de premissas e pressupostos que guiam um conjunto de indivíduos na sua ação, normalmente na atividade política. Todavia, não é essa a perspectiva que é comungada pela linha marxista das ciências sociais e políticas. Por tal razão, e como não poderia ser de outra forma, Karl Marx (1975) entende que “a produção de ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar directa e intimamente ligada à actividade material (...) dos homens; é a linguagem da vida real” (1975:25). Desta forma, Marx desmarca-se da corrente dominante no pensamento alemão - o idealismo - criando as bases para uma visão materialista da história. Decorre deste postulado a premissa de que os atores aderem a uma determinada concepção ideológica impelidos pelas condições materiais de existência. Passados quase dois séculos após este manuscrito ter sido dado ao público, vemos que não deixa de ter o seu relevo teórico. De forma a aproximar-nos da realidade contemporânea temos necessariamente de convocar a Teoria Crítica, mais particularmente a Escola de Frankfurt para a discussão.

Neste âmbito considerando Walter Benjamin (1972/2006; 1980/2012) para o que a ideologia e a sua expressão, passa fundamentalmente pelo desenvolvimento de uma discursividade, em que se vinculam ideias ou ações, de forma a fazer passar uma mensagem, que no fundo não corresponderão ao que se veicula. Para melhor se compreender e discutir esta concepção de ideologia dever-se-á referir, que uma das grandes preocupações da teoria crítica, linha transversal aos diferentes autores que a compõem, era a crescente utilização dos meios tecnológicos, mormente os meios de comunicação de massa e o efeito manipulador e em última análise alienante que estes tinham. De acordo com esta corrente teórica (Benjamin 2012) levaria a um deslocamento do “eu” do próprio ator, ou por outras palavras, ao desenvolvimento de uma “falsa consciência”.¹¹

Estes autores pretendiam fazer uma crítica velada ao capitalismo e muito particularmente às democracias liberais que proliferam pelo continuamente Europeu e América do Norte, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Este período da história caracterizou-se essencialmente pelo desenvolvimento de um capitalismo liberal desmesurado, marcado pela perda de preponderância de regulação por parte dos Estados. Em última linha, este período desembocou no seu epíteto na crise de 1929 e que lança o “fermento” para a II Guerra Mundial.

A este agitado período sucedeu, um outro de incremento e implantação do Estado Social por uma grande parte dos países ocidentais. É um período de 30 anos considerados como os anos

¹¹ Esta questão em particular será abordada de forma aprofundada, tal como a questão o exige, em capítulos subsequentes ao presente, em que será discutida no âmbito mais amplo das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC)

dourados para este tipo de organização política do Estado. O “produto” mais direto deste longo ciclo de prosperidade é a emergência, nestas sociedades, de uma vasta e consistente classe média. Esta classe média, vai “jogar” um papel bastante relevante na promoção da democraticidade e apaziguamento do conflito social.¹²

Já referimos também que no plano económico este foi um período pautado pelo crescimento e prosperidade. Todavia, esta dinâmica teve a seu jusante, um diversificado conjunto de implicações nos múltiplos domínios sociais. Do ponto de vista político assiste-se a poderosas e profundas mutações. Assim e voltando a uma das premissas com que iniciámos a presente secção, em que afirmámos que a divisão esquerda e direita não é por si estanque e imóvel, importa agora a considera-la novamente, o que nos leva a questionar qual o papel do Estado na construção e mudança dos valores políticos e sociais? Que papel histórico teve o designado Estado Social na consolidação das diferentes gerações de direitos de cidadania? Que implicações têm na construção dos valores e disposições políticas e ideológicas dos atores? Como forma de orientar o trabalho e servir de linha condutora, partiremos para a análise a partir do papel do próprio Estado Social.

1.3 - Da Transformação do Estado aos Direitos de Cidadania

Referimos anteriormente, que a emergência do complexo esquerda e direita data aquando da convocação dos Estados Gerais no âmbito mais amplo da Revolução Francesa (1789). Neste tempo as duas fações tinham objetivos e propósitos bem distintos. Se por um lado o direito fazia a apologia da continuidade das estruturas sociais, que deram suporte ao Antigo regime, também é verdade que do outro lado tínhamos uma ala esquerda, que propunha o fim dos privilégios tanto da nobreza, como do clero. Mais, a esquerda por esta ocasião defendia em termos económicos a liberalização das transações comerciais, ou por outras palavras o fim dos monopólios nas mãos da nobreza.

Ao longo de décadas e séculos posteriores verificou-se, tal como referimos na secção anterior, referimos algumas alterações no que comporta ao ideário de cada um dos lados contendores. É neste período que também assistimos a poderosas mutações no campo político e ideológico. As sociedades ocidentais do pós-guerra ficam indubitavelmente marcadas pela emergência e consolidação do Estado- Social, que de acordo com Boaventura Sousa Santos (1990/1998) este modelo de organização estatal constitui-se em torno da ideia de institucionalização do conflito social.

Até aqui e sobretudo até às duas/três primeiras décadas do século XX, assistimos a um modelo capitalista desregulado em que o conflito de classes era permanente e manifesto.

¹² Internamente com o atual contexto de profunda crise económica e financeira está a colocar em causa todo este empreendimento social, por via do forte empobrecimento da classe média.

Aliás, é em resposta a esta permanente instabilidade social e consequentemente política, que Otto von Bismarck (1815-1893) leva a cabo as primeiras políticas de proteção social. Sob o ponto de vista histórico, Filipe Carreira da Silva (2013) no seu mais recente ensaio, debruça-se sobre os desafios futuros do Estado Social, a partir do profundo contexto de crise. O Estado Social, surge-nos assim como um mecanismo de regulação das relações sociais, políticas, mas também e sobretudo laborais. É nesta linha de raciocínio, que Boaventura Sousa Santos (1998) adverte para o facto da importância da regulação do conflito social, por via da concertação social. Para este autor a concepção de Estado Providência

“(…) designa a forma política do Estado nos países capitalistas avançadas num período em que o socialismo deixa de estar na agenda política no curto e médio prazo. Como é sabido o Estado providência é o resultado de um compromisso, ou de um certo pacto teorizado no plano económico por Keynes, entre o Estado, o capital e o trabalho, nos termos do qual os capitalistas renunciam a parte da sua autonomia e dos seus lucros (no curto prazo, não no médio prazo) e os trabalhadores a parte das suas reivindicações (as que respeitam à subversão da sociedade capitalista e à sua substituição pela sociedade socialista)” (1998:194).

Desta forma são criadas as condições para a elevação dos níveis de acumulação por parte do capital, bem como um garantir de um impulso ao consumo interno e finalmente ao contrato político de pacificação das relações sociais, mormente entre capital e trabalho. O que resulta numa substancial e progressiva melhoria das condições de vida de vastas categorias sociais nessas sociedades.

A crescente prosperidade, nos já anteriormente referidos 30 anos do pós-guerra, levou à emergência de uma nova e vasta categoria social intermédia. A designada classe média, surge da ascensão social de uma parte significativa da classe baixa e que beneficia da implementação de múltiplas políticas sociais, que se desenvolvem em diversas domínios, como o trabalho a educação ou até a saúde. Este é também um período de profundas alterações na estrutura de mercado de trabalho. Para além da forte terciarização das sociedades ocidentais (genericamente consideradas), assiste-se também ao incremento do aparelho estatal, isto é, a uma crescente estruturação burocratizada do Estado, em face das novas necessidades e funções sociais que desempenha.

Este período de alteração profunda que foi registada por teorias de diferentes correntes como Daniel Bell (1973/977), que designa esta nova fase da modernidade como sociedades Pós-industriais. Já por seu lado, Ralf Dahrendorf (1959/1979) estas marcam uma nova fase do capitalismo e são por isso designadas por sociedades Pós-capitalistas, ou seja, assentes em mudanças na estrutura ocupacional, com a troca de liderança do sector industrial (2º sector), para o terciário (3º sector). Obviamente, que estas duas concepções tendo na substância a

identificação dos mesmos fatores sociais, não deixa de refletir profundamente diferenças epistemológicas e conseqüentemente teóricas.

Esta pode parecer mais uma “querela” entre distintas fações académicas, que se encerra e fecham sobre si mesmas,¹³ porém no caso particular em apreço o autor alemão, Ralf Dahrendorf (1979) ao contrário do seu homólogo norte-americano Daniel Bell (1977), identifica como uma das dimensões charneira, nessa nova fase do processo de modernização, a forte especialização do trabalho, com implicações num aprofundar da distinção entre trabalho intelectual e manual. Posteriormente, o também sociólogo norte-americano Erik Olin Wright (1985/1994) concebe as categorias de “blue colors” para se referir aos trabalhadores com ocupações de carácter eminentemente manual e “white colors” para os detentores de funções laborais primordialmente intelectuais. Esta alteração estrutural, implicou processos de mobilidade social ascendente inter-geracional em grande parte das sociedades ocidentais nas décadas que representaram o pós-guerra.¹⁴ A abordagem de Dahrendorf (1979) é ainda pertinente no que diz respeito à institucionalização do conflito. De facto, este mitigar do conflito social deveu-se em parte a um substancial alastramento e ampliação do bem-estar a cada vez maiores estratos sociais, criando desta forma relevante contributo para um dos maiores feitos, se não mesmo o maior do empreendimento da modernidade - a constituição de uma classe média.

Este facto histórico, assume grande relevância na presente pesquisa, sobretudo em face de ser comumente atribuída uma importância decisiva à classe média e ao papel político e social desempenhado por esta. É precisamente neste duplo domínio, que desemboca a discussão. Em termos preambulares, podemos desde já atribuir à classe média importante papel na luta política e na sua moderação no antagonismo de classes. Em segundo lugar, a classe média, introduziu no panorama político e da correspondente disputa, fazendo emergir novos ou reestruturar forças políticas tanto de esquerda como da direita. Uma terceira consequência que podemos identificar, está relacionada com a profunda mudança nos valores, orientações e disposições políticas e ideológicas ao nível do ator.¹⁵ No fundo e sem querer cair em determinismos, a existência de uma forte e consolidada classe média é o garante/seguro de vida de uma democracia mais democrática. Quando se tem como grande finalidade, desenvolver uma pesquisa que tem com o objetivo genérico a participação política, na sua vertente alternativa, torna-se imperativa a abordagem do modo como emergiu e se consolidou a organização do Estado moderno.

¹³ Sobre esta problemática, Pierre Bourdieu (1998) dissecou em forma de denúncia e crítica as forças estruturantes de uma certa cultura escolástica dominante no meio académico.

¹⁴ Uma destas exceções é o caso de Portugal, que neste período esteve sob o jugo de uma ditadura de inspiração fascista (1926-1974). Este circunstancialismo histórico será reequacionado mais adiante, ainda no presente capítulo.

¹⁵ Esta questão será retomada mais adiante ainda neste capítulo. Por agora a discussão desenvolver-se-á na abordagem da realidade portuguesa, por via da análise do processo de implementação do Estado Social.

Por conseguinte, o que podemos considerar em termos sociais, como um dos maiores empreendimentos civilizacionais consumado na classe média, arrasta consigo um diversificado role de alterações à ordem vigente. O debruçar acerca da emergência e consolidação do Estado-Providência atrás associada à crescente adição de direitos que numa, primeiríssima fase, ainda no contexto do advento da Modernidade são implementadas, como já mencionámos neste capítulo aquando das revoluções liberais. Ora o que estamos aqui a trata é de uma sucessão de três distintas gerações de direitos. A forma mais convencional e popular de representar a evolução e dinâmica dos direitos humanos, passa genericamente pela conceção de uma tríade geracional, que explica as sucessivas conquistas de direitos, por parte dos cidadãos. Sendo autores de correntes distintas, tanto Thomas H. Marshall (1950/1965) como John Rawls (1971/2003) defende uma perspetiva evolucionista e sequencial dos direitos de cidadania.

Verifica-se ainda que entre domínios teóricos bem distintos, é a assunção da ideia de aproximação a um conjunto de que levariam ao exercício pleno da cidadania. Assim, para T. H. Marshall (1965), inicialmente foram atribuídos direitos civis, posteriormente os direitos políticos, para finalmente termos os direitos sociais. Por outro lado, John Rawls (2003) defende que este processo passaria por em primeiro lugar a dimensão da liberdade natural, em segundo lugar a igualdade liberal e por último a igualdade democrática. Estas duas posições enfermam de um considerável evolucionismo e até de certo modo até teleológico, no que toca ao desenvolvimento dos direitos. Uma outra possível critica a estas duas perspetivas constitui-se pelo marcante carácter circunstancial e histórico, que têm, ou por outras palavras, estes modelos serviram e captaram a realidade de um dado momento histórico. Todavia, existem caminhos alternativos para atingir, os mesmos fins. Esta é uma ideia relevante que queremos deixar bem patente. À revelia destes pontos críticos, podemos constatar e setorizar estas diferentes gerações de direitos de cidadania.

Para nos ajudar a tal processo, recorreremos ao contributo de Manuel Villaverde Cabral, que advoga para os direitos de cidadania política um estatuto especial que permita a sua real efetivação:

“Ao contrário dos atributos da cidadania cívica e social, os atributos da cidadania política nunca são automáticos, mas sim algo que tem de ser exercido individualmente de forma activa. Ora, como é bem sabido, em nenhuma sociedade, mesmo a mais democrática, a cidadania política é exercida de forma igual e plena por todos os seus membros. [Acrescentando ainda que] na sociedade portuguesa também não” (2000:87).

Villaverde Cabral sublinha desta forma um duplo aspeto. Se por um lado defende, que os direitos políticos de cidadania, ao contrário das duas categorias precedentes, que não necessitam de um exercício efetivo, os direitos políticos têm como requisito fundamental um ato.¹⁶ Também refere, que em nenhum país a cidadania é efetivamente exercida de forma plena pela transversalidade dos seus membros, bem pelo contrário. O autor chama a atenção, precisamente para a importância que este facto tem na realidade portuguesa.

Concomitantemente, e na linha teórica que temos vindo a expor e defender, as palavras e o sublinhado que Manuel Villaverde Cabral (2000) faz tem toda a pertinência, dado que nos remete invariavelmente para fragilidades e défices estruturais, mormente o idiossincrático processo de formação e institucionalização do Estado Providência em Portugal, associado a uma tardia transição para a democracia, no contexto mais global do continente europeu. Para início de discussão acerca da participação política, interessa-nos desde já aflorar as especificidades, que marcam o erigir do Estado providência. Todo este processo de modernização do Estado e da própria sociedade portuguesa fica indubitavelmente marcado ao longo do século, pela longa vigência do Estado-Novo. Uma tipologia de organização de Estado, que tinha como primado fundamental basilar os ideais fascista, copiados e adaptados do homólogo italiano Benito Mussolini. O “salazarismo” enquanto regime institucionalizado assentou na aplicação de severas medidas para os trabalhadores, como por exemplo a proibição da greve, bem como de sindicatos livres e fora da teia corporativista. Tudo era integrado no Estado, na assunção plena de um regime corporativista, nos mais diversos domínios da sociedade portuguesa (Rosas, 2012: 185). O desenvolvimento e promoção de medidas sociais foram ao longo deste período bastante mitigadas. Quer dos montantes em causa, quer no plano da extensividade e amplitude das categorias sociais que beneficiavam delas.

No que respeita ao estudo do Estado Providência em Portugal, uma referência incontornável é Boaventura Sousa Santos (1994; 1998), muito particularmente pela adoção do modelo do Sistema Mundo de Immanuel Wallerstein. Para o autor português, este modelo partindo dos conceitos de “periferia” e “centro” ignora situações que remetem para estádios de desenvolvimento intermédio, como é o caso de Portugal. É desta necessidade teórica e empírica que Boaventura Sousa Santos concebe o conceito de “semiperiferia” que define como: “as sociedades semiperiféricas no contexto europeu caracterizam-se por uma descoincidência articulada entre as relações de produção capitalista e as relações de produção social” (1998:109). Concretiza ainda noutra obra a dupla dimensão da condição semiperiférica:

¹⁶ Aspeto relevante no campo teórico e metodológico da presente investigação que terá o merecido aprofundamento e problematização na secção seguinte, ainda neste mesmo capítulo.

“(…) (1) na formulação de alguns dos objectivos de desenvolvimento deve proceder como se o projecto da modernidade não estivesse ainda cumprida ou não tivesse sequer sido posto em causa; (2) na concretização desses objectivos deve partir do princípio (para ela de algum modo mais vital do que para as sociedades centrais) de que o projecto da modernidade está historicamente cumprida e que não há a esperar dele o que só um novo paradigma poder tornar possível” (1994:84).

O que está em causa é todo o processo histórico de défice de desenvolvimento económico, social, cultural, educacional e científico, de um país que tem a pretensão, também histórica de ser considerado um entre pares europeus. Uma relevante etapa para esse empreendimento foi a integração europeia em 1985 com a assinatura do tratado de adesão em Lisboa.¹⁷ Para o que nos interessa, que é de forma sintética alegar a hipótese de que existe uma relação íntima, entre menor desenvolvimento do Estado Providência em Portugal e o défice de participação política e cívica. Obviamente, que esta não tem carácter exclusivo, nem excludente de outras, que entretanto e com o desenvolvimento e problematização teórica que dá suporte à presente pesquisa, pensamos identificar e expor.

Esta perspetiva tem como base a constatação do subdesenvolvimento do Estado providência em Portugal, tal como já referido anteriormente. Foi a partir de Abril de 1974 (Golpe militar), que se assistiu a um forte incremento das políticas estatais de cariz social. Os efeitos políticos do Estado Providência têm sido vastamente abordados na literatura das ciências sociais. Esta relevância prende-se sobretudo por via do fomento e consolidação de uma classe média.

Ora, se uma das idiossincrasias portuguesas no âmbito da conceção já anteriormente explanada de “semiperiferia” o tardio e desajustamento temporal da formação do modelo de Estado Providência em Portugal, relativamente aos demais homólogos europeus, também é verdade que foi muito por impulso estatal, que assistimos a processos de mobilidade social ascendente, implicados diretamente nesta tendente terciarização da estrutura de emprego.

O que aparentemente poderia não passar de uma simples dinâmica conjuntural, esta alteração da estrutura ocupacional e de classes é para uma corrente teórica importante, que advoga que cabe ao Estado providência a garantia de condições aos atores, de forma a promover a democraticidade e participação política e cívica. Grosso modo, seguindo o esquema em forma de sequenciação dos direitos de cidadania, já anteriormente abordados, a partir dos contributos de John Rawls (2003), T. H. Marshall (1965) e Villaverde Cabral (2000). Este último e neste mesmo trabalho, reforça a ideia do Estado providência, enquanto construção política e social e dele em parte depender a própria qualidade da democracia.

¹⁷ Não sendo o objeto de análise, nem sequer relevante o aprofundamento desta questão, vale a pena a consulta de uma visão sólida e pragmática do caminho percorrido por Portugal ao longo das últimas décadas, feito por António Barreto (1996/1999).

Mais recentemente e também nesta linha teórica, Filipe carreira da Silva defende que o Estado Social foi “(...) fundado sobre os princípios da «cidadania sociais», isto é, uma cidadania alicerçada sobre os direitos sociais agora de carácter tendencialmente universais” (2013:22 aspas do original).

Se é propósito da presente pesquisa tomar como postulado a premissa de que cabe ao Estado na sua vertente social, proporcionar e até de certo modo capacitar os seus cidadãos para a participação política e cívica, construindo e contribuindo para o debate público, não podemos deixar de conceber o Estado com objetivos políticos. Neste sentido, e como forma de apuramento e objetividade conceptual e teórica, passamos a designar esta forma de organização estatal como Estado Social, para precisamente enfatizar a componente política, cívica e participativa que o Estado tem no longo processo de promoção dos direitos de cidadania, por via da socialização.

É precisamente concebendo a participação política e cívica como um processo social, cultural e também político, que pretendemos estudar a cidadania, também como um processo relacional e intersubjetivo, negociado quotidianamente pelos atores em “diálogo” permanente com as estruturas sociais, que norteiam e circunscrevem essa mesma atividade.

A próxima e última secção tem como objetivo fundamental, mapear teoricamente a participação, enquanto atividade e a sua negociação permanente em relação às grandes forças estruturais para além, de estarmos perante uma democracia e um Estado, em que as desigualdades sociais, isto é, as diferenças na distribuição de poder são substanciais.

1.4 - Estado Social e Direitos de Cidadania: mudanças e reconfigurações contemporâneas

Nas secções anteriores, que compõem o presente capítulo, foi objeto de discussão a emergência e consolidação do Estado Providência e que posteriormente e por força do trajeto teórico empreendido, fomos impelidos a re-conceitualizar como Estado Social. No fundo, o que se procurou enfatizar foi uma discussão interpretativa, a partir de um trajeto teórico do papel do Estado Social, na promoção do bem-estar de uma vasta categoria da população e as suas implicações ao nível dos estilos e modos de vida. No fundo, o que procuramos é relacionar o papel do Estado Social, na promoção da mudança social, no plano das orientações e disposições sociais, com diretas interferências nos valores políticos.

Elísio Estanque, no seu mais recente trabalho, sintetiza precisamente o carácter estrutural, que a consolidação da classe média representa expressando-o nos seguintes termos:

“(…) a classe média tem sido considerada como uma «zona de amortecimento dos conflitos», uma vez que os grandes índices de mobilidade são de curto alcance e os maiores fluxos dirigem-se justamente para essas posições intermédias da pirâmide social. Diversas linhas de análise, onde se destacam autores como Pierre Bourdieu e Frank Parkin, mostraram que a mobilidade social não resulta de uma igualdade de oportunidades em função do mérito, mas antes deve ser vista na sua ligação aos processos mais vastos de reprodução social e mudança estrutural do sistema” (2012:43 itálico e aspas do original).¹⁸

Independentemente da proporção existente na sociedade portuguesa, foi em parte por ação do Estado Social, nomeadamente com políticas de incentivo à educação, ao acesso a cuidados de saúde, entre muito as outras, que assistimos nas últimas décadas a uma ténue emergência da classe média. Falamos em ténue classe média, pelas similares razões, que recorremos ao conceito de semiperiferia de Boaventura Sousa Santos (1994; 1998), precisamente para enfatizar as lacunas estruturais, no que respeita ao desenvolvimento económico, social, cultural e político, em suma da democracia e da cultura que lhe dá guarida. Em atalho de foice, é bom sublinhar que Portugal nunca viveu uma fase de forte incremento industrial, tal como a maioria dos parceiros ocidentais e europeus. Portugal, passou de uma sociedade maioritariamente rural e agrícola, para uma forte terciarização.

Portugal entrou na modernidade tardia, com características e indicadores desta, mas ainda com poucos que representam traços de períodos anteriores. A condição semiperiférica resulta precisamente destes aspetos deficitários e que se materializam na existência de profundas desigualdades sociais, corporizadas no assimétrico acesso a recursos materiais e simbólicos de poder. Desta forma, temos um Estado que só de forma mitigada, conseguiu cumprir o almejado objetivo de proporcionar e garantir a efetividade dos direitos de cidadania social.

Este argumento, para uma mais profícua interpretação da transição de Portugal para a modernidade tardia, deve ser conjugada com as importantes mudanças ao nível subjetivo e simbólico, nomeadamente por via da individualização, das mudanças contemporâneas nos modos e estilos de vida. No fundo, em tudo aquilo que está a montante deste processar, como são os valores e as disposições sociais, que estruturam a capacidade de agir do ator no seu quotidiano.

Com efeito, estamos perante um duplo domínio que queremos convocar para a realização da presente pesquisa. Se por um lado, temos importantes alterações estruturais, por outro e de certa forma como consequência das primeiras, temos um vasto campo subjetivo e simbólico com relativa importância, quando se pretende efetuar uma análise dos desafios à participação política alternativa, com recurso à utilização das TIC.

¹⁸ Embora no parágrafo transcrito se aborde a questão (importante) da meritocracia, ou a falta dela, não é propósito da presente investigação o aprofundar desta.

É por conseguinte, neste quadro que se definem as coordenadas teóricas e empíricas da presente investigação. Ora, se por um lado temos profundas mudanças no Estado nas últimas décadas, tal como na própria sociedade, também é verdade e pensamos ter deixado esse aspeto bem registado, o desenvolvimento deste apresenta défices estruturais, que têm implicações nos mais diversos domínios. Entre estes e para o que interessa no presente debate, temos os direitos de cidadania e sociais, sendo que estes, e a título singular, requerem capacidades e competências para serem mobilizados e efetivados, tal como anteriormente, fizemos menção.

Concomitantemente, esta exigência aos atores em termos de posse de competências cidadã, cívicas e políticas remete-nos para o outro lado do desafio que se coloca á presente pesquisa. Este desafio, em termos sucintos passa pela concetualização e correspondente operacionalização da capacidade negociadora dos atores perante, as diversa estruturas sociais. Precisamente neste ponto, podemos evocar todo o percurso até aqui realizado, com o estudo do Estado Social e o seu papel nas mudanças sociais e com isso estudar as implicações no plano da participação política (alternativa).

Deste modo, constatamos que estamos no limbo entre o poder estruturante e constrangedor das diversas estruturas sociais e por outro, temos o crescente incremento da capacidade reflexiva e conseqüente, negociadora dos atores, relativamente às já mencionadas estruturas sociais. Juntando a estas considerações de caráter mais claramente teórico e epistemológico, o facto de estarmos a tomar como contexto social e político, a realidade portuguesa, que tal como já aludido é pautada por profundas desigualdades sociais, sejam elas no acesso a recursos materiais, mas também recursos simbólicos - subjetivos. Nestes últimos, podemos devemos incluir o acesso e a concretização a mecanismos de participação cívica e política, os quais para serem efetivados carecem tanto de mobilização de competências de caráter social, cultural, políticas mas também de índole psicológicas e cognitivas. Por outro lado, este acesso e efetivação necessitam também de um rigoroso domínio da técnica, consoante os instrumentos e competências, para exercer essa participação política e cívica, em diálogo com as estruturas sociais. Para uma profícua articulação teórica e empírica recorreremos ao conceito de “habitus” de Pierre Bourdieu, que o define como:

“Estrutura estruturante que organiza as práticas e a percepção das práticas, o *habitus* e também estrutura estruturada: o princípio de divisão em classes lógicas que organiza a percepção do mundo social é em si mesmo produto da incorporação da divisão em classes sociais” (1979/2010: 271-272 *italico do original*).

Numa outra obra, o autor francês sublinha algo que é de maior relevo teórico e que passa pela conceção de poder simbólico, dada a sua pertinência no estudo dos fenómenos políticos e a sua componente simbólica. Assim, para Pierre Bourdieu o poder simbólico é um conjunto de “(...) instrumentos estruturados e estruturantes de *comunicação* e de *conhecimento* (...)” (1977/1989: 11 itálico do autor). A abordagem teórica aqui esplanada facultá-nos o acesso a uma perspetiva da participação política (alternativa), como um procedimento, que resulta de um longo processo de estruturação, mas também contribui para a estruturação do campo político. Para tal, e desta forma fica desde já justificada a razão pela qual o sublinhado dos termos “conhecimento” e “comunicação”, dado serem importantes pressupostos no processo de participação política.

Num contexto crescentemente “digitalizado”, nas mais diversas esferas da atividade social, os meios de comunicação e as próprias interações sociais tendem cada vez mais a ser mediatizadas, por uma vasta panóplia de ferramentas tecnológicas. Estas permitem um significativo ampliar das possibilidades de participação. É precisamente neste ponto que patenteia a importância do acesso à informação/conhecimento, tal como é definido logo na parte inicial da sua obra José Jorge Barreiros “(...) informação provém de “dar forma”, enunciar, designar e transmitir “dar a conhecer” o novo e relevante” (2012:2 aspas do original). Já comunicar “(...) deriva de “pôr em comum”, remete para a comunhão, comunidade, encontro, partilha, troca, relação e os sentidos que aí se produzem” (2012: 2 aspas do original).

Por conseguinte, esta distinção ainda que simples e genérica coloca-nos o desafio de colocar na complexa equação que nos propomos a analisar - participação política (alternativa) - a importância da posse da informação/conhecimento, num processo eminentemente comunicacional, como é a participação política, genericamente considerada. Aqui levanta-se nos o problema do acesso á informação, para além das já mencionadas desigualdades sociais oriundas da atividade societal a montante do processo cívico e político. Por forma a dar resposta a esta questão e outras questões de caráter teórico, que nos conduziram à operacionalização que presidirá à componente empírica, realizar-se-á no capítulo subsequente a discussão da participação política e cívica, no âmbito mais geral dos dois paradigmas dominantes: liberal e (neo)republicano.

2 - Diálogos Teóricos entre Diferentes Perspetivas

É lugar, comum atribuir adjetivos a regimes em que a vontade da maioria se sobrepõe à restante, como a Democracia em que se privilegia a vontade do “povo”, na hora de tomar decisões, organizando desta forma uma determinada sociedade ou comunidade em termos políticos. Obviamente que deter uma perspetiva da Democracia nestes termos não passa de um vulgar lugar, comum dado que esta não se resume à sua componente representativa. Considerando as democracias ocidentais como ponto referencial, a representação assume, grande relevo como vetor estruturante deste tipo de regime. A questão da representatividade embora esteja longe de esgotar o debate em torno da democracia, adquire grande e renovada importância em face da elevada degradação do prestígio de algumas das instituições, tal como de dirigentes de órgãos relevantes na orgânica do regime democrático.

A outra face desta mesma moeda, da crise do regimental, está traduzida paradigmaticamente na crise da participação política e cívica em contexto de espaço público. O já mencionado afastamento objetivo e subjetivo entre representantes e representados, tal como entre governantes e governados, acaba por se constituir como uma consequência direta da crescente deterioração desta relação, tal como já tivemos oportunidade de expor na secção introdutória do 1º capítulo. A democracia representativa surge quase inevitavelmente da forte complexidade social e sobretudo organizacional das sociedades. Como exemplo mais linear destas mudanças, pode-se destacar desde logo o substancial aumento demográfico, que torna de difícil exequibilidade a prática da democracia direta. Quando falamos em democracia e nas suas vertentes “direta” e “representativa”, estamos a conceber um contínuo, em que os dois modelos se constituem como as formas extremas e ideais. Ora, nas sociedades contemporâneas ocidentais os sistemas de distribuição e gestão do poder são assegurados sobretudo através da institucionalização de modelos que assentam na representatividade. Nesta linha, Norberto Bobbio define “democracia representativa” como significando “(...) genericamente que as deliberações colectivas, ou seja as deliberações que dizem respeito a toda a colectividade, são tomadas não directamente por todos os que fazem parte da colectividade, mas por certas pessoas eleitas para esse fim” (1984/1998: 57).

Ainda que seja o modelo de organização política dominante na Europa e noutras partes do globo, em Portugal não é exceção, a Democracia apresenta grande diversidade. Mais, se considerarmos tipo-ideal (na aceção weberiana do termo) rapidamente concluímos por uma grande disparidade, oscilando entre um maior pendor na representação, ora mais direta. Todavia, centrando-nos no caso particular português e nas suas respectivas idiossincrasias, poder-se-á considerar um exemplo de democracia representativa. Em termos orgânicos, podemos identificar um forte pendor institucional da participação cívica e política, que seja

numa perspetiva mais rígida (institucional) que se pode traduzir em obstáculos e constrangimentos para os cidadãos, numa clara tendência elitista. Por outro lado, e na linha de muitos estudos anteriores como o de Ana Delicado (2003), Jorge Vala, Villaverde Cabral e Alice Ramos (2003), Loek Halman (2003), Leite Viegas, Costa Pinto e Sérgio Faria (2004) e ainda Leite Viegas, Susana Santos e Sérgio Faria (2010) entre muitos outros, pode identificar-se um forte défice de participação política e cívica e também de filiação associativa.

Estes vários estudos, usando técnicas e métodos bem distintos, bem como dados de diferentes períodos, sublinham um facto transversal, o défice de participação política e cívica, medido quer através da aferição do chamado capital social, quer por dados estatísticos relacionados com eleições de 1ª ordem, como são os casos das legislativas e autárquicas, mas também de 2ª ordem como as experiências referendárias de despenalização da interrupção voluntária da gravidez. Todas elas com parcos valores de participação e mobilização.

2.1 - Crise Regimental e da Participação Política: que desafios?

Tal como faz Rui Tavares (2013:47)¹⁹, alerta para o facto de estarmos a trilhar um caminho sem retorno de degradação democrática. Para o cronista estamos perante uma crescente sobreposição dos interesses das “máquinas” partidárias, relativamente aos interesses mais vastos do Partido e sobretudo do país, num contexto de crispação política e crise económica, social e política. Neste mesmo artigo, o autor faz uso de dados relativos ao barómetro da Qualidade da Democracia, para constatar que no ano de 2012 apenas 55% dos portugueses entendiam que a democracia era o melhor regime de organização política. Concluindo o autor que “os portugueses não têm nada contra a democracia em geral, mas contra a forma como esta democracia em particular está a ficar” (2013: 47). Uma possibilidade de renovação da democracia de acordo com esta mesma linha de argumentação, passa pelo incremento de iniciativas cidadãos ainda que de carácter cívico ou político, como são as listas de candidatos aos poder local/autárquicas, num espírito mais comunitário e de proximidade. É aliás a linha de argumentação de Ulrich Beck (2013), quando se debruça sobre as causas, mas também as consequências da política de austeridade seguida por toda a Europa, fazendo a apologia da ideia em que emergirão novos e velhos nacionalismo, que serão “predadores” das decadentes democracias do “velho” continente.

¹⁹ Da autoria do historiador e eurodeputado Rui Tavares, a crónica “Os 99%” publicada a 18 Fevereiro 2013 no jornal Público, chama atenção para o crescente domínio dos aparelhos partidários relativamente aos conteúdos programáticos, sobretudo no que se reporta às propostas governativas, levando em última análise a uma tendência de autoalimentação destas organizações, desligando-se das necessidades dos cidadãos. De certo modo, estamos perante uma crescente submissão da agenda política aos interesses do “aparelho partidário”.

Este texto, ainda que num estilo opinativo e subjetivo capta bem o “espírito” do momento. O crescente descrédito da classe política e das instituições, muito particularmente dos párticos políticos, por via do seu recente afastamento dos problemas reais dos cidadãos e eleitores. Aumentando o seu carácter *autopoiese*, potencia também o descrédito destas organizações, enquanto organizadoras e representantes de interesses. Desta forma, abre-se um vasto campo de participação política e cívica, que requer necessariamente novos espaços de deliberação e discussão pública de questões com assumido interesse coletivo.

Deste modo, o “esgotamento” ou a considerável deterioração dos tradicionais mecanismos de participação política e cívica, como é evidenciando pelos dados empíricos supramencionados, em que é evidenciada uma progressiva diminuição da participação e mobilização. O esgotamento, ainda que parcial e/ou conjunturalmente trará sempre à tona a necessidade de rejuvenescimento dos próprios mecanismos participativos e cívicos. Sobretudo, quando estamos no já referido contexto de profunda crise económica, financeira e conseqüentemente social. É desta forma, que tem crescido substancialmente a contestação aos eleitos, muito particularmente dos membros do Governo e membros dos partidos políticos do chamado “arco da governação” - PPD/PSD; PS; CDS-PP.

Dado o substancial crescimento do fosso entre os organismos de poder e os governados, urge criar e recriar novas formas e mecanismos de participação. Antes de avançarmos com a discussão dever-se-á realçar o facto de considerarmos a participação política e cívica convencional, aquela que faz uso de meios tradicionais, como a filiação partidária, a pertença associativa e sindical, em que são essencialmente mobilizados recursos associados a competências cognitivas de carácter político e cívico, sintetizados no conceito de capital social. O exemplo que é dado por Rui Tavares no mencionado artigo, tem a pertinência de aludir a um caso que sendo um facto relativamente incomum - listas de independentes em eleições autárquicas - não tem assim tanto de inovador, dado que para além de já estar previsto na lei à vários anos, estas listas normalmente têm tido como substrato o apoio, ainda que “encapotado” por partidos políticos. Não se podendo considerar, para tal efeito, que esta seja uma forma de revigorar o próprio regime democrático.

Temos assistido, sobretudo a formas de contestação às sucessivas medidas de austeridade, que têm dado azo à implantação e realização de formas alternativas de participação política e cívica. Ainda assim, importa deixar bem patente que muitas destas formas de participação são pré-existentes ao Facebook e mais genericamente aos novos *media*. Ainda assim, “não fechamos a porta” à possibilidade destas novas tecnologias terem trazido a diversificação e multiplicação de formas de participação, fazendo com que estas questões sejam trazidas para a ordem do dia do debate público, questões que de outra forma não teriam a respetiva visibilidade mediática.

Desta forma, assumimos como imperativo da presente investigação a conceptualização de participação política e cívica, recorrendo ao contraste, relativamente ao que se poderá conceber e incluir como participação política e cívica alternativa. Com efeito, temos assistido contemporaneamente à multiplicação e formas de organização e manifestação do desagrado por parte dos portugueses em geral. Neste campo, as redes sociais, das quais destacamos o Facebook e em menor escala o Twitter, têm canalizado essa agitação social, quer por via da crescente capacidade mobilizadora para greves e manifestações entre outros aspetos, mas também para a sensibilização e fomento do conhecimento e da informação, que de outra forma estaria parcialmente condicionada, pelos conteúdos dos meios de comunicação tradicionais.

Atendendo ao forte carácter estrutural, para o qual as atuais circunstâncias contemporâneas de Portugal nos remetem, importa-nos equacionar, o papel da rede social Facebook, na sua condição de ferramenta tecnológica, que poderá desempenhar o já referido duplo papel, de permitir a promoção da informação e também a mobilização para formas de participação no plano prático da realidade social.

Procurar-se-á no presente capítulo, levar a cabo uma discussão de carácter eminentemente teórico, centrada nos diferentes modelos de Democracia. Esta discussão será ainda problematizada com as já identificadas e discutidas idiossincrasias portuguesas, no que respeita ao papel desempenhado pelo Estado, mais propriamente pelo Estado Social. Finalmente, serão equacionados aspetos teóricos e empíricos relacionados com a mobilização cívica e política - os tipos e níveis de participação.

2.2 - Modelos de Participação Política: da liberdade à autonomia, formas de participação alternativa

Ao longo dos últimos dois a três séculos foram vastos e diversificados os contributos para o estudo da organização política das sociedades. Os primeiros registos de teorização, ainda que numa clara toada filosófica e, quanto baste abstrata, encontram-se na Grécia Clássica. Pensadores como Platão projetaram os condicionalismos de um tipo de democracia que passaria essencialmente pela participação direta dos cidadãos. Todavia, na democracia ateniense apenas uma pequena proporção dos indivíduos que nela viviam é que na realidade tinham direitos de cidadania, logo direitos políticos e cívicos, que permitiam assumir forte atividade nas decisões coletivas. Dadas estas ou outras fortes condicionantes, quando falamos em democracia temos sempre de ter em consideração a forte componente circunstancial e histórica, para se perceber que a própria organização política resulta de uma construção da própria cultura e do contexto histórico de cada sociedade.

Em termos mais genéricos, isto é nas ciências sociais identifica-se um conjunto de mudanças e denuncia-se uma crescente desvinculação entre as reais necessidades dos cidadãos e a política convencional. De forma a sintetizar contributos oriundos de variadíssimos autores (Roubam, 1994; Castells, 2001; Viard, 1994; Théret, 1994; Beck, 1998; 1999; 2002: 288; Ysmal, 1994; Muxel, 1994; Held, 1996; Perrineau, 1994; Mossuz-Lavau, 1994; Duchesne, 1994) Simões (2005: 69 a 72) aponta os principais fatores para a crise da participação:

1. - Alterações ao nível da organização social, Estado-nação e do Estado-providência;
2. - Problemas ao nível do Espaço Público;
3. - Transformações dos Partidos Políticos;
4. - Introdução de temas científicos que atravessam o panorama partidário;
5. - Introdução na Esfera Pública de assuntos que eram da esfera privada.

Este aspeto, em primeira instância, pode parecer ter somenos importância, mas a verdade é que encontramos ao longo dos tempos modelos antagónicos de organização política e social, distribuindo de forma mais assimétrica ou de modo mais equitativo os recursos de poder. É precisamente neste ponto, na importante questão dos recursos que promovem a participação no espaço público, que pretendemos estabelecer o foco.

Por conseguinte, ao partirmos para o estudo da participação política e cívica temos desde logo começar pelo estudo do conceito de Democracia, ainda que em traços largos. Desta forma, em termos etimológicos o termo Democracia remete-nos para as suas origens gregas, através da junção de “demos” que designa povo e “cratos”, que simboliza o poder do Estado (Rosas, 2012). O poder é desta forma concebido como uma emanção do povo, havendo vários tipos de regime que lhe dão guarida, isto é, pode ser presidencialista ou parlamentar; republicano ou monárquico. Nestes termos, podemos ter regimes ditatoriais sejam eles de inspiração fascista ou comunista. Tendo todos eles um forte carácter totalizante. A estas formas de organização temos tal como já anteriormente referimos neste mesmo capítulo, a distribuição do poder por parte do eleitorado nos seus representantes. Por outras palavras, e aproximando-nos do nosso objeto, temos um vasto “leque” de democracias, que podem adotar uma organização monárquica ou republicana (Bobbio, 1995 e 1998), como é o caso de Portugal. Um outro aspeto que pode ainda constituir-se como fator distintivo dentro das democracias é o seu maior ou menor pendor presidencialista. Deste depende, quase sempre a preponderância do respetivo Parlamento ou Assembleia (Freire, 2012).

Estes aspetos assumem-se como importantes marcos, que nos permitem identificar algumas das mudanças macro-sociológicas no campo político e social. No fundo a inclusão, por

exemplo, do Estado-providência justifica a atenção que no 1º capítulo lhe foi atribuída, bem como a tendencial perda de soberania, ou pelo menos de relevo político enquanto ator, por parte do Estado-nação, num mundo em rápido processo de globalização, tal como alega Giddens (2007/2007), transferindo-se este relevo para organizações transnacionais como a União Europeia ou Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio. Um sinal da contemporaneidade é também a crescente introdução de temas, até aqui exclusivos do domínio científico, que entram na rede de comunicação global. Finalmente, uma já “velha” tendência, a de privatização do debate público e simultaneamente a a de publicitação do que até então era considerado privado.

Ora, isto repercute-se de uma forma ou de outra no sistema político. Independentemente de ser mais ou menos representativo, o caso português é recorrentemente concebido como um regime demoliberal. É desta constatação, que partimos para o estudo da participação política, para o qual abordamos os paradigmas da democracia e o modo como estes concebem os mecanismos participativos e cívicos, partindo de pressupostos bem distintos como são os casos do paradigma liberal e republicano. Ambos têm pontos de interceção, todavia são mais numerosos os domínios em que contrastam, muito particularmente na forma como perspetivam a condição social de pertença, que pauta o ponto de partida para o processo de participação política e cívica.

Um outro ponto de referência em que podemos observar divergências tem que ver com o próprio modelo de cidadania proposto por cada um. Para os liberais a reflexividade individual, bem como o carácter instrumental da ação social são os principais marcos. Já para o paradigma republicano, a tónica é colocada nos constrangimentos estruturais e macrossociológicos, que presidem à participação política dos atores, isto é à autonomia para ação de cada ator. A este propósito, Dominique Memmi, (1985) identifica três importantes aspetos, que jogam um relevante papel, no qual toca à relatividade do processo de participação política: um primeiro aspeto prende-se com a existência de atores com diferentes e assimétricos estatutos socioeconómicos; o segundo diz respeito à estruturação piramidal da participação política e cívica, no que toca à existência de tarefas com diferentes graus de dificuldade de execução, criando desta forma hierarquização entre os atores que fazem parte do ato participativo. Finalmente, um terceiro aspeto, que de certo modo se constitui como um importante constrangimento, corresponde ao défice de informação, conhecimento e também de interesse dos atores para tomar parte ativa de um processo de discussão política e pública. Estes aspetos, jogam na presente pesquisa um papel relevante, sobretudo em face das idiosincrasias que a sociedade e o Estado português apresentam no seu processo de modernização, nomeadamente no que toca às últimas duas três décadas, tal como foi exposto no decorrer do 1º capítulo.

É deste modo, que pretendemos lançar o debate em torno dos macro modelos de Democracia, que se assumem como os dois grandes dominadores do debate gerado nas últimas décadas nas

ciências sociais em geral, tendo sempre como ponto referencial a realidade histórica, social e sobretudo política e associativa, na análise da participação política alternativa, que se pretende levar a cabo.

2.2.1 - Os liberais e a liberdade: uma visão elementar

Quando se considera como um todo homogéneo, o designado “mundo ocidental”, estamos a incorrer num tremendo erro ao colocarmos numa nesta categoria analítica, realidades culturais diversas. Ora, nada pode ser mais ilusório, do que vemos no conjunto de países do atlântico norte, conjuntamente com o Japão e Austrália, países com formas organizacionais similares. De facto estamos perante um vasto leque de países, com uma grande diversidade cultural, resultante parcialmente de distintas tradições religiosas, tendo repercussões também ao nível da organização política e associativa.

Quando falamos de diferenças culturais e religiosas, estamos evidentemente a referimo-nos à inevitável cisão entre catolicismo e protestantismo, ocorrida há quase cinco séculos atrás. A publicação das 95 teses por parte de Martinho Lutero, marcam essa rutura no interior do Cristianismo. Os novos ensinamentos e princípios teológicos assentam no incremento da racionalização e individualização da vivência religiosa. Como advoga Max Weber (2001), o Protestantismo, ao enfatizar a relação direta entre crente e Deus, atribui suplementares responsabilidades ao ator, comparativamente ao Catolicismo. De forma resumida, o Protestantismo apresenta-se como uma profunda rutura com o catolicismo, pelo facto de caber a cada individuo, através da fé colocada na sua prática quotidiana, trazer o paraíso para a Terra. Por outras palavras, segundo os novos ditames luteranos cabe ao individuo, na sua condição de crente, a procura de um sinal da sua predestinação, cabendo a este conquista-la ao longo da sua passagem pela Vida, assegurando um lugar no paraíso. Outro aspeto em que o protestantismo inovou comparativamente ao catolicismo foi a relação entre crente e Deus. Esta relação deixa de ser mediada por algum elemento clerical, como a figura do padre na Igreja Católica e passa a depender de uma relação direta entre crente e Deus. Para tal, o crente deverá ler os escritos sagrados, nomeadamente a Bíblia. Ainda assim, não podemos deixar de realçar que se quisermos sistematizar as duas grandes fontes do liberalismo, teremos de recuar uns séculos, nomeadamente ao século XI e à chamada Escola de Salamanca com Luís de Molina ou Domingo de Soto, para acharmos os primeiros contributos, para quilo que viria a ser o liberalismo (Samões, 2013:129). Contudo o grande e decisivo contributo vem, é claro, do Iluminismo escocês, mormente com Adam Smith. Esta corrente de pensamento assentava a sua argumentação num forte rigor moral e ético na prática quotidiana, bem na linha protestante, então florescente naqueles territórios. Mais recentemente foi a partir da Escola Económica Austríaca, em que pontificaram nomes como o de Friedrich Hayek, que desenvolveremos mais adiante.

Por conseguinte, daqui resulta em termos históricos, por exemplo, maiores índices de alfabetização relacionados com a necessidade de lerem a Bíblia, sendo casos bem paradigmáticos os países da Península Escandinava. No plano das práticas quotidianas verifica-se um duplo incremento da racionalidade, bem como do individualismo. Duplo processo este, bem captado e retratado por Max Weber (1905/2001) em que este autor se debruça sobre a emergência da Modernidade, resultando da uma crescente implementação de práticas sociais ascéticas, com fundamentação protestante, dando desta forma origem ao que designa como “espírito do capitalismo”.

Este processo histórico apresenta-se como um importante contributo para a proliferação do modelo de desenvolvimento baseado no capitalismo, não se querendo todavia cair na falácia de considerar o fator religioso como única e exclusiva forma de proporcionar a mudança social, económica e finalmente política. Por outras palavras, queremos deixar claro que não caímos em determinismos sócio religiosos, embora este tenha desempenhado um importante papel histórico na modernização das sociedades. Verificamos, que é nos países maioritariamente protestantes, ainda que nas suas mais variadas expressões, que se dá o arranque - “take-off” da Revolução Industrial - mormente Inglaterra, seguida da Alemanha e Estados Unidos da América. Politicamente falando o modelo de democracia e a sua simbiose com a cultura liberal, surgiram na Inglaterra como protótipos desse tipo de distribuição de poder.

Regra geral, é atribuída à Inglaterra e aos Estados Unidos da América o título de percursores, sobretudo à Inglaterra com uma longa tradição parlamentarista (desde o século XVII). Já nos Estados Unidos, se deve ao facto de terem sido posteriormente um forte polo de atração de fluxos migratórios da Europa anglo-saxónia e sobretudo de Inglaterra. Isto em termos históricos constitui-se como o processo fundador das democracias de inspiração liberal, que têm como pressuposto fundamental a perspectiva de que a sociedade é composta por indivíduos, indivíduos estes portadores de interesses individuais e de uma racionalidade de carácter essencialmente instrumental.

Esta ideia de que os indivíduos são livres, completamente livres, apenas limitados pelo Direito, e de exercerem a sua atividade, mormente a de carácter eminentemente política, está bem plasmada na obra seminal “A Democracia na América” de Alexis Tocqueville (1835/2009) em que este aristocrata francês, após uma viagem aos Estados Unidos da América com a finalidade de estudar o sistema prisional deste país, acaba por elaborar um profícuo estudo sobre a sociedade americana e a organização política. No que toca estritamente à organização e participação política, nesta obra, o autor, faz em tom de largo elogio, uma pormenorizada análise dos tramites políticos da sociedade norte-americana, em que fundamentalmente tudo parte da capacidade cidadã e qualidades cívicas e políticas dos cidadãos deste país.

Os cidadãos neste “novo mundo” são descritos como os mais interessados, relativamente aos seus contemporâneos europeus. Para tal jogam um importante papel, os meios de comunicação social, mais especificamente a imprensa escrita, no acesso à informação. Desta forma é fomentado um constante processo comunicativo, entre os representantes e os representados. Como elemento fundamental de toda esta engrenagem, a imprensa escrita desempenha o papel de facultar o acesso à informação, sem a qual a participação política e cívica, ficariam afastadas. O autor francês faz grande relevo, nesta mesma obra, do papel da imprensa na criação de uma esfera pública, aquela a que também Jürgen Habermas (1968/2009), faz referência.

Para Habermas (2009), o advento da Modernidade fica indubitavelmente associado à emergência da esfera pública dos cafés e clubes de discussão, onde os seus participantes eram eminentemente da emergente classe burguesa, que desta forma reivindicava maior poder político em consonância com a crescente preponderância económica, financeira e comercial. É precisamente neste ponto que ambos os autores divergem, porque se o autor alemão constata que a esfera pública não é mais do que uma criação de uma classe social - a burguesia - em particular, e na qual são requisitos fundamentais a informação, o conhecimento e os recursos discursivos e retóricos, Tocqueville é grosso modo omissivo neste tipo de considerações, ou por outras palavras, não identifica nem discorre sobre as vastas categorias sociais que estão excluídas dos mais diversos e variados processos participativos, cívicos e políticos, no espírito da linha teórica liberal.

Este aspeto embora detendo menor importância no paradigma liberal, não deixa de ser uma marca idiossincrática da sociedade portuguesa. A este propósito, refira-se que Portugal no contexto mais lato da União Europeia detém os maiores índices de desigualdades sociais (Capucha, 2005), tal como foi exposto aquando da discussão do Estado Social no 1º capítulo.

Deste modo, estamos em condições de postular, que os liberais estão fundamentalmente preocupados com a liberdade, a liberdade de ação, considerando o Estado sempre como potencial constrangedor à ação individual. Esta asserção, remete-nos de modo invariável para a necessidade de olhar para a realidade e desta forma reequacionar todo o conceito de liberdade, que é uma componente importante na ação social. Porém, a conceção liberal acaba por ser demasiado elementar e simplificada, para abarcar uma complexa teia, que compõe a realidade e muito propriamente as grandes instituições sociais, como o Estado tal como problematizámos no primeiro capítulo entre outros constrangimentos à ação política e cívica.

No âmbito da discussão do paradigma liberal, poder-se-á constatar que a cidadania, neste amplo campo teórico, é sobretudo uma atribuição legal e jurídica, cabendo especialmente ao cidadão a decisão de a exercer ou não e em que moldes, tal como Maria João Simões afirma “a cidadania é vista como um estatuto legal que deve ser procurado e, quando alcançado,

mantido» (2005:76). Mais, Orlando Samões coloca a questão, em que o liberalismo vive de uma permanente tensão entre o Estado e o Indivíduo e as relações de poder que se jogam nela:

“Desta tensão, entre o Estado e o Indivíduo, surgem os direitos, por vezes chamados direitos de primeira geração, como o direito de acesso aos tribunais, o direito à vida, o direito a constituir família, a liberdade de imprensa ou a liberdade religiosa. Ou, mais tarde, o direito de sufrágio, por exemplo. Basicamente, são direitos negativos, no sentido em que ninguém terá a obrigação positiva de os consumir, isto é, eles apenas definem um espaço de autodeterminação. Estes direitos são para os liberais tomados como “verdades, mesmo sabendo as dificuldades que esse termo acarreta” (2013: 127-128 aspas do original).

Esta constatação levanta uma importantíssima questão e que adiante será objeto de análise crítica, que é a necessidade de haver de certo modo, uma pro-atividade por parte do ator. Para tal, isto é, para o efetivo exercício cívico e político, o liberalismo coloca a tónica na liberdade dos atores, a partir de um pressuposto fundamental, perante o edifício jurídico, ou por outras palavras, para os liberais estão reunidas as condições básicas para um efetivo exercício cívico e político. Esta perspetiva epistemológica e teórica da liberdade está intrincada na capacidade de agir dos diferentes atores no desenvolvimento e execução da ação social, fazendo uma forte apologia do carácter instrumental da ação dos atores, na prossecução dos seus objetivos individuais. No fundo, estamos perante uma perspetiva, algo redutora e simplista do conceito mais amplo de autonomia, que mais adiante, aquando da discussão do paradigma republicano, desenvolveremos de uma forma crítica. Adrian Oldfield (1990:17) coloca a seguinte questão “the assumptions that autonomous individuals exist; the question is, what does autonomy consist in?”

Aprofundando a conceção de autonomia do ponto de vista liberal, tornar-se-á imprescindível considerar a capacidade para agir de cada ator, numa assunção plena do postulado individual, sobrepondo-se às condicionantes estruturais de carácter eminentemente coletivo e comunitário. Tal como já anteriormente tínhamos feito menção no capítulo anterior, a sociedade portuguesa e a própria construção do Estado social foi *sui-generis* relativamente aos seus congéneres europeus e ocidentais, mais amplamente considerados.

Isto para constatar, ainda que em formulação hipotética, de que os direitos de cidadania sociais (3ª geração) não foram amplamente expandidos e consolidados, nem garantidas as condições materiais e não tangíveis para a profusão da vida cívica e política.

Por conseguinte, o que temos verificado são fatores condicionadores a, ainda que não determinantes da ação social, isto é, são idiosincrasias das estruturas sociais da sociedade

portuguesa (como um todo), que de certo modo provocam constrangimentos à profícua realização e participação cívica e política dos atores. Precisamente nesta linha de raciocínio, o quadro teórico liberal, minimiza ou até mesmo não considera toda uma diversificada panóplia de circunstancialismos estruturais, como o género, a raça/etnia, a ideologia ou até a já clássica pertença de classe social para o estudo da participação política.

Para os liberais como Friedrich Hayek (1944/2009) é fundamental que seja dada liberdade. Para este autor é fundamental dar total primazia à iniciativa económica individual e de forma subsequente deter liberdade política, tal como nos explica nos seguintes termos:

“(…) aos indivíduos deveria ser permitido, dentro de limites definidos, seguir os seus próprios valores e preferências, em vez dos de outrem, que dentro destas esferas o sistema de fins do individuo deveria ser soberano e não estar sujeito a qualquer imposição por parte de outrem. É este reconhecimento do indivíduo como juiz último dos seus fins, a crença de que, tanto quanto possível, as suas opiniões devem ser governadas pelas suas opções que forma a essência da posição individualista” (2009: 88 e 89).

Para Hayek tudo tem o seu advento na liberdade na esfera económica. Ora, este postulado assume-se criticável de um duplo ponto de vista. Se por um lado, este autor insiste na inversão da ordem de precedência entre economia e política, ou por outras palavras, dá primazia à dimensão económica e secundariza a política, por outro lado, e novamente coloca a ênfase na liberdade, em suma do livre arbítrio. Neste sentido, a postura do autor austríaco enferma de um excessivo determinismo tanto individualista, como económico.

Não serão de todo alheios a este facto, as circunstâncias históricas e contextuais em que Hayek escreve “O Caminho para a Servidão”. Datado de 1944, é escrito sobre a “dor” do Holocausto e os horrores provocados pelos Estados Totalitários como o Nazi na Alemanha, o fascismo nas suas mais variadas versões, desde a italiana até à portuguesa, bem como o Estalinismo. Na referida obra, estes regimes são apresentados como Estados e organizações totalizantes, preenchendo a totalidade da vida e da atividade social. O autor alerta para a progressiva deterioração dos valores liberais, mesmo na sua “fonte” a Inglaterra. Daí, ficar plasmado ao longo de toda a obra, um forte pessimismo, que se deveria a uma crescente planificação da economia e adjacentes esferas.²⁰

Nesta mesma tradição teórica de Hayek também Joseph Schumpeter (1943/1981) contesta a democracia de massas. Schumpeter (1981), nesta obra, parte do modelo clássico de democracia tendo como valor referencial as democracias populares de inspiração liberal do

²⁰ O autor ao longo de toda a obra (280 páginas) discorre acerca de uma suposta deterioração dos valores liberais e da livre iniciativa, tomando como referência o livre cambismo e “capitalismo selvagem” do século XIX. Atualmente, estes valores estariam em clara decadência, muitos por efeito da crescente planificação económica dos Estados nacionais.

século XIX e início do século XX. A estas associa a decadência e a necessidade de aprofundamento da representatividade. Assim, cabe aos eleitos representarem os interesses do bem comum. A definição do que se deve entender por bem comum, deve ser precedida por uma troca de argumentos, baseada em rigorosos critérios de racionalidade, ainda que bem-comum varie de acordo com os valores de cada ator. É exactamente esta racionalidade utilitarista que é definida pelo autor “the utilitarian center of gravity, on the one hand, unifies individual wills, tends to weld them by means of rational discussion into the will of the people and, on the classic democratic creed” (1981:252).

Este autor vai mais longe ao defender que a democracia deve ser um espaço de discussão e debate restritos, apenas para aqueles que têm formação e racionalidade para tal, manifestando desta forma uma profunda visão elitista da democracia.

Toda a obra “Capitalism, Socialism & Democracy” é feita tendo como alvo a teoria marxista e as democracias populares em plena convulsão social e política, sempre num tom crítico e de aversão às massas. Schumpeter assume determinantemente o facto de os indivíduos serem perspetivados, como potencialmente suscetíveis de serem influenciados pelos meios de comunicação social e outros fatores, para além da desigual distribuição de recursos cognitivos (inteligência) entre outros fatores. Deste modo, ficara aberto o campo para o domínio da instauração de uma lógica pouco ou nada racional. Desta forma, as necessidades políticas e cívicas das massas são concebidas como resultantes do processo político. Em antagonismo com a teoria clássica, Schumpeter advoga a teoria da competição pela liderança política, onde às massas cabe única e exclusivamente a eleição dos seus representantes (por exemplo o Governo), que desta forma intermediará a execução do poder político, que cabe às elites conceber e concretizar. Em suma, uma perspetiva que sendo paradigmática da teoria liberal, assenta numa visão acentuadamente elitista e de uma democracia marcadamente representativa, em que os fluxos de comunicação são essencialmente *top-down*, privilegiando o relacionamento de carácter vertical.

Esta tradição teve como seu fundador John Stuart Mill (1859/1990)²¹ que mapeia o seu raciocínio com a questão:

“Quand nous considérons soit l’histoire de l’opinion, soit le cours ordinaire de la vie humaine, à quoi attribuer que l’une et l’autre ne soient pas pires ? [respondendo] Certes pas à la force propre de l’intelligence humaine; car, pour toute question délicate, une personne sur cent sera capable de trancher ; et encore, la capacité de cette unique personne n’est que relative” (1990 :89).

²¹ Ainda que encontramos elementos que influenciaram os fundadores do pensamento liberal como é o caso de John Lock, decidimos não o incluir na problematização deste quadro teórico, para assim atribuir maior objetividade e síntese ao tratamento que se pretende levar a cabo.

Esta asserção coloca a “pedra de toque” no empreendimento liberal, dado que assume como fundamental as capacidades racionalizadoras e instrumentais dos atores sociais na prossecução dos seus interesses. É precisamente nesta mesma linha de raciocínio que o seu compatriota John Locke realça as capacidades humanas, comparativamente às restantes espécies animais com as quais partilhamos o planeta Terra, ao constatar que “(...) o *Entendimento* que eleva o homem acima dos outros seres sensíveis, lhe dá as vantagens de que goza e lhe permite o domínio que sobre eles tem certamente que o seu estudo é merecedor de todo o interesse e digno da maior aplicação” (1960/1999:21 itálico e maiúsculas do original).

Para tal o acesso à informação e ao conhecimento que estes proporcionam são um veículo fundamental de promoção e consolidação da participação política e cívica no modelo liberal. Stuart Mill (1969:86) reconhece que “(...) para o bem-estar mental da humanidade (de que o seu outro bem-estar depende) da liberdade de expressão de opinião, que assenta em quatro fundamentos distintos (...)”. Por conseguinte, o modelo liberal, tem como imperativo a liberdade de expressão, que de acordo com Stuart Mill (1969:86 e 87) deverá assentar em:

1. - Nenhuma opinião deve ser coagida a ser silenciada;
2. - Necessidade de “choque”/confronto de diferentes opiniões para se atingir um conhecimento maior;
3. - Importância da compreensão do significado e racionalidade dessa opinião;
4. - Dever-se-á combater a postura dogmática e assim fazer promover a convicção real e sincera do debate racional resultante da experiência pessoal.

Estas quatro teses do debate liberal, num qualquer processo participativo e político, encerram uma forte convicção na capacidade racional utilizada no debate público. Todavia, tal como já anteriormente pudemos referir, cada ator tem a sua própria “carteira” de valores e normas, que coordenam os seus interesses e que nem sempre coincidem com os interesses coletivos e comunitários. Neste ponto em particular levanta-se um problema teórico e até epistemológico e ético, em que a perspetiva liberal como a republicana “chocam frontalmente”, dado que o primeiro não coloca na “equação” constrangimentos estruturais, que condicionam o debate público, através dos constrangimentos sentidos pelos atores em causa, como por exemplo classe social, fraco o inexistente capital relacional etc.

Num diálogo teórico acutilante John Rawls e o alemão Jürgen Habermas, assinalam a necessidade de existir consenso em qualquer processo de participação política. De acordo com Regina Queiroz (2009) existem proximidades entre ambos os autores, embora difiram na substância final, ao constar que “(...) embora Rawls proponha, tal como Habermas, uma

interpretação processual da estrutura de justificação inspirada no modelo da moral Kantiana, não aceita um processo de legislação universal que postule a transformação de cada máxima individual, numa lei universal” (2009:174). Com efeito, o que resulta daqui é sobretudo a premissa de que os atores sociais ao encetarem um processo participativo e político podem reconhecer mutuamente a valia das opiniões dos seus interlocutores, considerando o valor dessa posição. Todavia, o consenso é parcial em muitas das situações, em face da existência de ideologias e valores diferentes, aquando da tomada de uma deliberação, ficando desta forma campo aberto ao conflito e à discórdia.²²

Deste modo, estamos perante um conceito de liberdade, tomado enquanto condição basilar para a participação política, que se assume como um espaço estreito e bastante elementar, dado que se assume como único pressuposto, a existência de uma arquitetura jurídica e institucional que o preveja. O quadro legislativo joga um papel charneira nesta perspetiva, na promoção da liberdade individual, de forma a pôr em prática quotidiana uma ação social, que se considera intrinsecamente instrumental, em face do forte postulado racional em que assenta o paradigma liberal. O que nos interessa deixar reforçado é o facto de que na perspetiva liberal, a participação política é entendida quase como um processo “inevitável”, uma vez que existem mecanismos jurídicos e institucionais que o garantem. O direito natural estabelece primeiramente o direito inquestionável da vida humana e subsequentemente a igualdade perante a lei de todos os atores, numa determinada comunidade ou sociedade, atribuindo-se os direitos cívicos e políticos.

Retomando o trabalho de Adrian Oldfield (1990), onde este enceta um pertinente conjunto de críticas ao facto dos liberais darem a autonomia como um dado adquirido. Estas são fundamentalmente três:

1. - O conceito de autonomia não abarca a desigual distribuição de recursos económicos, políticos e sociais e a conseqüente iniquidade de oportunidades de participação.
2. - Uma segunda premissa, refere-se ao papel da própria ideologia na consumação de uma ação social completamente autónoma.
3. - Finalmente, deve-se salientar a existência de diferentes papéis e estatutos à nascença, contribuindo de forma decisiva para a existência de uma grande diversidade de identidades.

²² Esta temática será retomada na secção seguinte, aquando da problematização do modelo republicano e suas perspetivas adjacentes.

Para a presente pesquisa tomaremos estas críticas, considerando-as como importantes premissas teóricas para a discussão que se desenvolverá, ainda no presente capítulo. Estas podem afirmar-se como marcos teóricos no estudo da autonomia, sobretudo no reequacionar dos constrangimentos estruturais a que a participação política e cívica está sujeita.

Daqui emerge uma conceção da própria democracia, em termos mais latos como sendo uma forma de organização em que aos cidadãos cabe fundamentalmente a participação a partir do ato de participação em eleições, isto é, por via do voto. Assim, o próprio conceito de participação política no âmbito liberal, assume contornos bastante restritos e limitados. Em abono da verdade, este tem sido o paradigma dominante nas sociedades ocidentais, mormente em Portugal, em que conjuntamente com o incremento do peso das “máquinas” partidárias - partidocracia - se tem acentuado a distanciação entre representantes e representados. Mais, esta tendência de partidarização do aparelho de Estado e da própria sociedade tem implicações ao nível da própria “estagnação” e inibição da participação política e cívica, dado o crescente descrédito a que as várias organizações, mormente as que têm tido responsabilidades governativas ao longo das últimas décadas. Uma das implicações diretas desta realidade é a forte lógica *top-down* da participação política, não permitindo a participação mais alargada.

Deste modo, podemos e na linha de outros autores como é o caso de Simões (2005: 76), podemos categorizar o modelo/tipo de participação política dominante em Portugal, como essencialmente liberal. Na literatura mais recente, como é o caso de André Freire (2012) é designada por demoliberal. Em face de todo o percurso teórico empreendido temos de destacar a discussão do tipo de participação política correspondente ao modelo liberal, onde se destaca toda a problematização que gravitou em torno do conceito de liberdade e autonomia, sobretudo do limitado domínio teórico e conseqüentemente empírico deste último para os liberais. Ora, se é comum verificarmos na bibliografia da especialidade, a premissa de que a liberdade é um conceito charneira na visão liberal, muito por via das teorizações dos autores clássicos do século XVIII e XIX e mais recentemente do austríaco Friedrich Hayek, esta visão passa essencialmente por colocar a tónica no carácter jurídico e/ou institucional, para além do mercado postulado instrumental e racional já aqui aduzido.

O que se pretende levar a cabo na próxima seção é tão simplesmente uma revisão teórica do modelo republicano, bem como da proposta deliberativa, para o estudo da participação política. Com tal discussão ensaiar-se-á uma reconfiguração teórica de autonomia, de forma a poder comportar o peso das estruturas sociais em simbiose com a agência do ator, no plano empírico da participação política.

2.2.2 - O republicanismo e a sua conceção de autonomia: potencialidades e constrangimentos

A discussão em torno dos diferentes modelos de cidadania encerra grande poder gravitacional na presente pesquisa. Na pretérita secção tivemos oportunidade de traçar o percurso histórico do paradigma liberal, através da identificação e discussão de algumas das características basilares deste, bem como das limitações e críticas teóricas de que tem sido alvo. Um marco teórico importante no debate sobre cidadania e participação política é o conceito de autonomia, de que gozamos enquanto atores numa dada sociedade ou comunidade. Oldfield levanta deste modo a intrincada importância que existe num processo cívico e político como é a cidadania, relativamente à autonomia dos atores. Implicitamente o referido autor está a aludir às competências racionalizadoras do indivíduo como ator social, na implementação e execução de planos e estratégias, que concretizem interesses pessoais. Ora, esta premissa assume-se como nevrálgica no debate teórico e académico.

“The concept of ‘action’ is a starting point here - action as distinct from “behaviour”, draws attention to reasons, to motive, purpose and will. It thus refers to two further, closely - related concepts: self-determined is to say that they are product of his or her will. Following Rousseau and Kant this means that the self’s will is not subject to, or constrained by, that of another. To say that a person’s actions are authentic is to say not only that the will which wills them belongs to the self, and not to somebody else, but that it belong to the self in some special way because the self has chosen it, or has at least rationally assented to it. The autonomous individual’s actions, therefore - to the extent that they are self-determined - are expressions of that individual’s authentic self. All this, however, is to leg a large number of questions” (1990: 17 e 18).

A autonomia, constitui-se como um ponto incontornável, sobretudo se considerarmos a participação política e cidadã como um procedimento político e relacional, sendo que a ausência desta ou de forma mitigada impossibilita a participação. Afirmamos ser um processo intrinsecamente político, em face do objetivo de um qualquer debate, isto é, qualquer assunto ou problema que seja debatido deveria levar a uma deliberação sobre esse tema. No fundo, o que pretende não é mais do que influenciar a governação. Por outro lado, o forte carácter relacional, refletido na necessidade de ser um ato intrinsecamente interativo e dinâmico, como é o caso da participação e da cidadania.

Precisamente, tendo em consideração estes dois aspetos inerentes à participação política e cidadã, Dominique Memmi (1985:331), num importante texto de síntese teórica, identifica quatro importantes dimensões da participação política de carácter intrinsecamente empírica para o estudo deste fenómeno sociológico. Estes passam sobretudo por:

1. - Haver indivíduos;
2. - Vontade de participar;
3. - Atividade;
4. - Que é por sua vez orientada para um objetivo.

Como já tínhamos salientado anteriormente, ainda no 1º capítulo a participação política e adjacientemente a necessidade deliberativa, requer a mobilização de competências relacionais, cognitivas e racionais.

Este não é um ponto somenos, mas um nevrálgico vértice, em que convergem múltiplos fatores socioculturais, mas também psicológicos de índole marcadamente individual. Ora, estas condicionantes ainda que circunstanciais e por isso mutáveis no tempo e no espaço, assumem grande relevância no estudo da participação política e cívica. As implicações são muito e diversificadas, para além de vastamente complexas, há que considerar a distribuição de recursos, quer sejam eles materiais ou intangíveis, como são, neste último caso, os já mencionados casos das competências interpessoais e relacionais, como por exemplo a capacidade discursiva e retórica.²³

De facto, torna-se incontornável continuar a problematização teórica do conceito de autonomia, dado ser este, que nos pode ajudar a “montar” a equação que nos permitirá estudar a participação política alternativa. O que sobressai do percurso teórico empreendido na secção anterior são as sérias limitações teóricas e empíricas, nomeadamente na conceção da autonomia, representando deste modo, lacunas onde o paradigma republicano e as suas versões mais recentes apresentam contribuições relevantes.

Neste sentido, tendo como fundações epistemológicas e teóricas o legado do pensamento clássico grego, nomeadamente o aristotélico, o paradigma republicano assenta na ideia fundamental de comunidade política e de que a participação nas decisões públicas e políticas, não é mais do que uma necessidade de realização pessoal, com positivas implicações no plano societal e comunitário. O paradigma (neo)repúblico apresenta-se como uma rutura, relativamente aos ditames do congénere liberal, no que concerne à relação e à tipologia dominante de relacionamento entre representantes e representados.

Se para os liberais há uma clara distinção entre representantes e representados, numa clara assunção da visão elitista e da vida política em geral e em particular da participação política, já para os republicanos todo este processo adquire contornos distintos. A cidadania, neste último quadro teórico, é encarada como um processo que carece de confiança entre os

²³ Esta importante questão, a da possibilidade de participação política e dos possíveis obstáculos práticos, remete-nos para uma profunda e importante discussão acerca dos níveis de participação e a distinção que pode acontecer entre atores e que se fará na próxima secção.

diferentes intervenientes, acentuando a importância do relacionamento e interação entre atores como pontos de vista distintos e que tentam deliberar acerca os mesmos assuntos. É nesta linha de raciocínio que Simões citando Barber (1984) refere que “(...) a cidadania é uma relação entre estranhos que se transformam em vizinhos; os indivíduos envolvem-se uns com os outros devido ao seu envolvimento comum na política, por estarem ligados por laços de atividades comuns e porque partilham decisões de um futuro comum” (Barber, 1984: 223 in 2005:79). Nesta mesma linha de raciocínio David Held coloca no centro da condição humana a atividade política e pública e a importância da autonomia em todo este processo, nos seguintes termos: “The principle of autonomy preserves “the ideal of the active citizen”; it require that people be recognized as having the right and opportunity to act in public life” (1987/2006:281 aspas do original).

Num esforço de aproximação à realidade portuguesa são diversos os estudos, que confirmam o profundo défice de participação cidadã no espaço público. Um indicador importante que é normalmente mobilizado para esta discussão consiste no capital social. De forma sucinta e de acordo com Kenneth Newton (2004:61) “a teoria do capital social defende que os níveis decrescentes de confiança social e a deterioração da vida social e comunitária são causas fulcrais de problemas democráticos na sociedade ocidental. [Continuando] Quanto menos os cidadãos confiarem nos seus líderes políticos e nas instituições governamentais, menos eficientes se tornará o governo e maior será a probabilidade de os cidadãos verem pouca credibilidade no seu sistema político”.

Aplicando esta teoria e a correspondente operacionalização, o mencionado autor sublinha a importância de várias variáveis no condicionamento ou potenciamento da confiança intersubjetiva. Deste role destacam-se as já mencionadas religiões, em que as sociedades maioritariamente protestantes aparecem em melhor posição, comparativamente às congéneres católicas. Mais, relaciona os baixos índices de confiança a processos “inacabados” ou incompletos de modernização do Estado e da sociedade, tal como é o caso de Portugal e ainda a ausência ou mitigação do papel moralizador do Estado, sendo que estas últimas duas idiosincrasias foram objeto de aprofundamento e problematização teórica no 1º capítulo.²⁴

Esta premissa impele-nos a considerar a possibilidade de que todas as relações sociais engendram de forma explícita ou implícita formas de exercício de poder. A dominação é assim encarada, como mais uma dimensão, ainda que genérica e que carece de aprofundamento e operacionalização na teoria republicana. Esta é com toda a certeza uma marca indelével da importante herança do pensamento clássico grego. No que toca as sociedades contemporâneas, o estabelecimento de relações de dominação pode ser encarado desde logo pela sua enorme complexidade. Se procurarmos realizar um pequeno esforço de

²⁴ Não sendo objetivo desta pesquisa, esta problematização dá-se por encerrada com este tratamento. Serviu sobretudo para caracterizar o contexto português no capítulo do capital social e a importância que este tem para a participação política.

operacionalização deparamo-nos com um vasto e diversificado “leque” de variáveis, realmente importantes nesta dimensão.

A operacionalização terá necessariamente em consideração a existência de profundas desigualdades, quer na distribuição de recurso simbólicos, quer mesmo materiais. O próprio conceito de autonomia no âmbito do paradigma (neo)republicano terá implicações nessa mesma análise, por via do uso de conceito de “habitus” dando desta forma guarida a constrangimentos de natureza estrutural, mas também individual.²⁵ Assim, andaremos na linha entre duas importantes dimensões, no estudo da participação política, em que esta será uma permanente negociação entre as estruturais sociais e o “habitus” dos atores.

Para os teóricos do paradigma republicano a discussão pública dos assuntos que detêm interesse coletivo tem grande relevo, tal como já anteriormente pudemos expor. Ora, se a discussão e o debate têm relevância, também nos interessa analisar do ponto de vista daquilo a que chamaremos, no âmbito da presente pesquisa, a lógica comunicacional, como é concebida a comunicação e interação entre governantes e governados. Manuel Castells (2009/2009) no seu recente trabalho advoga que o estabelecimento de uma rede de comunicação à escala global, tem contribuído para que os cidadãos se possam fazer ouvir: “Al mismo tiempo, sin embargo, actores sociales y ciudadanos de todo el mundo están usando esta nueva capacidad de las redes de comunicación para hacer avanzar sus proyectos, defender sus intereses y reafirmar sus valores” (2009:91). Não obstante, estarmos perante um autor, com uma perspectiva algo otimista que vê na tecnologia e na sociedade em rede a solução da crise da participação, não deixa de ser verdade, mesmo que parcialmente, estas novas possibilidades comunicacionais, com potencial para fazer proliferar a comunicação horizontal e bidirecional, resta saber que papel, terão estas tecnologias em simbiose com as formas de participação política alternativa, pré-existentes a esta vaga tecnológica. Relembre-se que no paradigma liberal é dada primazia a um tipo de comunicação hierarquizada, assente numa visão elitista da participação política dos cidadãos. O seu congénere republicano apresenta-se neste domínio como uma importante rutura. Esta rutura passa sobretudo por perspetivar a participação dos cidadãos no espaço e debate público como uma necessidade no fundo imperativo da própria condição humana, que contribuiu deste modo de forma decisiva para o bem-estar e autorrealização dos diversos atores de uma coletividade.

Esta visão contrasta literalmente com o que é alegado pelo paradigma liberal, nomeadamente com as visões de Schumpeter (1981) e Hayek (2009) abordadas na secção anterior. Este confronto teórico assume substancialmente relevância, dadas as implicações empíricas. Nesta linha de pensamento, Benjamin Barber (1984: 214) relaciona a efervescência da vida política e cívica, à criação de pontos de tensão nos regimes demoliberais, como é o caso português: “this association has created tensions within liberal democracy that because they are rooted

²⁵ Esta questão será desenvolvida ainda neste capítulo e nos subsequentes.

in conflicting notions of the human essence, cannot easily be resolved by politics” (1984: 214).

O autor referido de uma forma simples identifica um ponto muito pertinente no estudo da participação política alternativa, uma vez que responde à necessidade (levantada no 1º capítulo), do estudo de novas e reconfiguradas formas de participação política na vida coletiva e no espaço. Perante a profunda crise política e mormente da participação política e cívica, que já se arrasta à 20/30 anos nas sociedades ocidentais, torna-se imperativo o estudo desta e a forma como os atores se apropriam de toda a panóplia tecnológica, como é o caso das redes sociais, no debate e sobretudo na articulação dos diferentes interesses. Recorrendo à terminologia de Benjamin Barber (1984), o regime demoliberal português está atualmente sujeito a grande pressão. Esta tensão política está desde há 2/3 anos exacerbada pela profunda crise económica e financeira, consumada no pedido de ajuda à “troika”, tal como explicado ainda no 1º capítulo e que levou mesmo António Casimiro Ferreira (2012) a conceber o conceito de “Sociedade da Austeridade”, na qual a generalidade das instituições políticas do regime, vêem-se a sua imagem, junto da opinião pública, sujeita a forte erosão.

Queremos no entanto afastar qualquer determinismo no qual se possa inscrever a crise da participação cívica e política acoplada à atual crise económica e financeira. A premissa aqui defendida, assenta fundamentalmente no perspetivar desta deterioração do regime demoliberal vigente, como um processo histórico de longo curso, que se torna mais visível em plena crise. No fundo o que queremos aferir, é o papel dos novos *mídia*, nomeadamente do Facebook no que concerne á mobilização e participação, neste crescente contexto de “crispação”. Esta influência decorre por um lado, pela maior visibilidade das medidas governamentais, levando a uma maior sensibilização dos atores para os problemas e desafios que se põem a Portugal. Por outro lado, a crescente digitalização das comunicações e interações sociais, poderão ter um papel transformador da distância entre governantes e governados, nomeadamente na comunicação estabelecida, entre estes. Esta acontece sobretudo por via da instalação de uma tipologia de comunicações de carácter essencialmente horizontal entre o cidadão comum e um determinado ator, que por via de ocupar um lugar político, tem a correspondente notoriedade pública, em contexto digital levando à rutura dos cânones tradicionais de relacionamento e interação.

Neste âmbito, importa sublinhar os mais recentes contributos no panorama (neo)republicano, em que é postulada a necessidade de os atores participarem no debate público. Filipe Carreira da Silva (2002:69) recorrendo a N. Frazer (1992) identifica três premissas, contudo que fazem do espaço público um domínio potenciador de desigualdades sociais entre atores:

1. - Não é possível isolar a arena política das restantes;
2. - Os processos deliberativos tendem a reproduzir os interesses dominantes;

3. - Os grupos dominados saem a perder, quando existe apenas uma esfera pública.

Estes três postulados, tornam-se relevantes na presente pesquisa, dado o facto de concebermos o Facebook e os grupos que pretendemos designar como unidades de análise, como sendo forte pertence ao espaço público.²⁶ A opção pelo conceito de “espaço público”, assenta no facto de pretendermos estudar a participação política no Facebook constituindo-se esta rede social como um mediador, no fundo um vértice para onde convergem os mais diversos fluxos comunicacionais e informativos, de forma a promover o debate sobre questões de índole público.

Deste modo, somos obrigados a convocar a teoria deliberativa e os seus mais recentes desenvolvimentos, por via de um trabalho mais recente de Filipe Carreira da Silva (2010:17), que sintetiza este quadro teórico nos seguintes termos: “Ora, a noção de democracia deliberativa assenta, pelo contrário numa concepção comunicativa da racionalidade e a acção humanas em que liguem, cognição e cooperação social constituem condições necessárias para o desenvolvimento humano, individual e colectivo”.

O referido autor, continua e enfatiza que é a partir da perspectiva deliberativa, que a própria democracia pode readquirir legitimidade perante os seus cidadãos, também tendo a capacidade de alterar as preferências individuais, tendo como referência o bem comum. Finalmente “(...) a deliberação pressupõe um papel directo dos indivíduos afectados pelas decisões no processo de tomada dos mesmos, processo esse que é de natureza linguística e cognitiva” (2010:17). Carreira da Silva, acaba por levantar um ponto muito importante e em que podemos distinguir o paradigma liberal do (neo)republicano e deliberativo. Este aspeto assenta na existência e posse de competências necessárias para a participação política, como são os recursos retóricos, educacionais e cognitivos, sendo que o paradigma liberal secundariza estes aspetos, comparativamente às propostas (neo)republicana e deliberativa. Decorrente desta complexidade na análise da participação política e cívica resulta a necessidade do estudo dos diferentes níveis de exigência de competências na realização do debate público e coletivo. Quando falamos de competências, estamos como é óbvio a aludir à existência de recursos, sejam eles materiais ou simbólicos, por isso também é legítimo falar de inclusão e exclusão.

²⁶ Na atual pesquisa optámos pelo termo “espaço público” em detrimento de “esfera pública”, seguindo na distinção teórica realizada por Filipe Carreira da Silva. Para este autor “esfera pública” designa “(...) o ideal normativo de uma discussão racional, dialógica e face-a-face (...)” (2001:135). Já por espaço público sublinha as palavras de Dominique Wolton (1995:167), para o qual “(...) o espaço público contemporâneo pode ser designado por “espaço público mediatizado”, no sentido em que é *funcional e normativamente indissociável* do papel dos media” (*cit in* Silva, 2001: 135 e 136 *itálico e aspas do original*).

2.3 - Entre a Autonomia e os Constrangimentos: a participação política alternativa

A atual crise financeira, mais conhecida por crise da “dívida soberana” teve como condão expor fracas estruturas do regime demoliberal em vigor em Portugal desde o Golpe Militar de 1974 (Ferreira, 2012). A crise financeira não só nacional, mas também europeia, com exceção da Alemanha e os países nórdicos, tem colocado à prova as “velhas” instituições que dão suporte às várias democracias europeias, entre elas algumas bem jovens, como são os casos da Grécia, Espanha e Portugal, que viveram em regimes ditatórias até à entrada do último quartel do século XX (Beck, 2013).

Um dos pontos, em que se torna mais manifesto esta crise é a progressiva deterioração da comunicação e do próprio relacionamento entre cidadãos e seus representantes, numa fase em que surgem novos artefactos tecnológicos. Num regime marcadamente demoliberal, a representatividade por via das mais diversas instituições, com natural destaque para a Assembleia da República, desempenham um papel central (potencialmente) na representação dos mais diversos interesses. Estando muitas destas instituições votadas ao descrédito, perante a opinião pública, resultante de uma percepção de ineficiência e ineficácia desta relativamente aos anseios das populações e respetivos eleitorados, emergem novas configurações de participação política. Esta renovação da participação política fazendo uso de novos métodos e ferramentas, que extravasam o domínio da institucionalidade, representam formas alternativas, com lógicas de utilização algo distintas.

São vários os factos reais que ultimamente têm pautado o espaço público e o próprio agendamento que se realiza neste domínio. Ora, desde o 12 de março 2011, uma mega manifestação organizada por um restrito grupo de jovens, através das redes sociais e particularmente o Facebook. O grupo que se auto designou como “Geração à Rasca” e que inicialmente, tal como a etimologia da sua designação, procurou chamar a atenção do poder político e da restante população, sobre as degradantes e incertas circunstâncias de sobrevivência da geração, que agora termina/terminou os seus estudos e que procura a sua integração no mercado de trabalho. Esta manifestação acabou, no final de contas por mobilizar várias e diferentes gerações, bem como estratos sociais distintos. Já posteriormente ocorreram outros dois grandes eventos com basicamente a mesma natureza. Referimo-nos à manifestação que ficou celebrizada por “15 Setembro” de 2012 em que milhares de manifestantes contestaram uma medida²⁷ para as empresas e subida na mesma proporção para os trabalhadores. Já mais recentemente a manifestação de 2 Março 2013, fez prova mais uma vez da versatilidade e dinâmica que os atores podem colocar em marcha, fazendo das redes sociais digitais, o seu veículo privilegiado de mobilização. Também no plano internacional, de acordo com Miguel Cardina e

²⁷ Sigla para referir Taxa Social única, que consiste na contribuição percentual, que a entidade empregadora desconta para a Segurança Social, por cada trabalhador.

José Soeiro (2013: 52 e 53 *itálico do original*) temos assistido a um progressivo recrudescimento da contestação: “Seria preciso esperar até 2011 para ver ressurgir com força um movimento à escala internacional com capacidade de ocupar as ruas e a agenda política. Da praça Tahrir no Egipto à praça Syntagma na Grécia, dos *Indignados* espanhóis ao movimento *Occupy Wall Street*, há hoje uma nova vaga de protesto”.

É precisamente esta característica, que é transversal aos três eventos, todos eles surgiram e foram organizados de forma informal através de diferentes grupos criados no Facebook. Para além do facto de terem sido organizados a partir de grupos informais²⁸ que têm no Facebook o seu “palco” predileto de atuação e de organização. Este tipo de associativismo tem e parte de uma base bastante informal e inorgânica.

Esta categorização como inorgânica, prende-se com o facto de estes movimentos extravasarem aquilo que é convencionalmente concebido como meio de participação política e cívica, não atuando dentro dos trâmites das instituições que compõem o regime demoliberal vigente e dos mecanismos convencionais. Por conseguinte, a inorganicidade que atribuímos a este tipo de movimentos associativos, tem um forte pendor de parcialidade, porque se é verdade que recorre a meios e instrumentos de organização e mobilização alternativos, também não deixa de ser verdade, o facto de muitas formas de contestação são sob a forma de manifestação, o que se encaixa nas clássicas formas de participação política, consignados na Constituição da república portuguesa. Desta forma, somos levados a questionar em que inovam estes movimentos?

A resposta a esta questão é longa e complexa, mas tal como já foi sublinhado mas para além da informalidade da sua organização, dado que consiste em grupo informais com muito reduzida distribuição de papéis e estatutos. Ainda assim, devemos fazer referência à fraca hierarquização dos grupos no Facebook, aliás a própria constituição de um grupo é por si só, relativamente rápida e simples. Uma das atribuições do ou dos administradores de grupos ou páginas no Facebook é precisamente as normais definições de “privacidade”²⁹ e acesso a este. Estas características reportam-se à sua orgânica e estruturação interna, todavia as idiosincrasias deste tipo de associação não se fica por meros laivos de informalidade. Estas extrapolam em muito este domínio, muito particularmente, quando consideramos as formas de comunicação estabelecidas no seu interior. Em traços largos, diríamos que este tipo de comunicação dominante é eminentemente horizontal e muito direcional, no fundo uma comunicação de e para todos.

²⁸ No caso da primeira grande manifestação a 12 março 2011 foi organizada pelo grupo “Geração á rasca”. As duas iniciativas posteriores, aqui mencionadas, 15 Setembro 2012 e 2 março 2013 foram organizados pelo “Que se lixe a troika”.

²⁹ Colocamos o termo privacidade entre aspas, dado que na nossa perspetiva será bastante problemático poder-se falar e considerar algum tipo de privacidade numa rede social, como o Facebook. Entendemos o Facebook como esfera pública.

Precisamente é esta a linha de argumentação de Jan Van Dijk (2000:49), que advoga o seguinte:

“The internet model is very attractive to people who support spread of politics into society or who would even like to construct a complete alternative to present day institutional politics like the proponents of plebiscitarian democracy. The supporters of a pluralist and participatory society might hope for the future strength of the internet model as well”.

Este modelo, tal como é explicado pelo autor apresenta um tipo de comunicação de natureza essencialmente horizontal, onde a partir da interação e da comunicação estabelecida entre os atores, circula a informação e o conhecimento, de forma a promover uma maior participação dos diferentes intervenientes. O modelo a que Van Dijk (2000) se refere como “Internet Model” tem a virtude de colocar potencialmente todos em comunicação, onde existe grande circulação de ideias e onde os próprios fluxos são multidirecionais. Concomitantemente, se consideradas as dinâmicas comunicativas deste modelo, observamos uma forte adequação desta proposta, à análise da participação política e cívica. Esta é mais uma característica, que afasta os cidadãos dos mecanismos canónicos e institucionais de participação. Importa, neste ponto fazer uma ressalva, que estamos a falar de um modelo e do próprio Facebook, como ferramenta tecnológica, como portadores potenciais de atributos, que podem reconfigurar os ditames tradicionais da participação política. Mais, fica sempre uma grande margem de manobra para a própria participação de cada ator social, estando este sujeito a constrangimentos estruturais, mas também cognitivos e que iremos tratar na secção final do presente capítulo. Não obstante todo o cenário, que se avizinha “apocalíptico” para a Europa como fica patente na visão de Tony Judt (2010/2011a; 2010/2011b) e para a moeda única e consequentemente repercutindo-se ao nível socioeconómico, neste mesmo espaço, não podemos deixar de enfatizar o facto de a contestação e manifestação contra as sucessivas medidas da austeridade poderem aumentar. É neste contexto e profunda crise financeira que se manifestam debilidades históricas dos vários regimes democráticos. Os primeiros indícios, encontramos-os ainda na década de 1960, aquando da emergência dos novos movimentos sociais, que consumavam novas expectativas e necessidades dos atores, como os valores de autoexpressão. Esta mudança histórica e estrutural nos valores sociais e concomitantemente, na ação política e coletiva foi muito bem captada por Ronald Inglehart (1990; 2005) e que de forma muito sucinta assenta o seu modelo de mudança de valores, a partir da “hierarquia das necessidades” do psicólogo e economista Abraham Maslow, em que na base das necessidades estaria a satisfação de carácter fisiológico e no topo a realização pessoal. Ora Inglehart (1990; 2005) recicla este modelo para assinalar a emergência de um novo tipo de necessidades, correspondentes a novos valores, valores de autorrealização e de expressão da dimensão mais individual dos atores, bem como de questões como a proteção ambiental ou até mesmo a

despenalização da interrupção voluntária da gravidez e toda a panóplia de questões comumente designadas como bioéticas. Neste panorama social e político e considerando grosso modo a realidade das sociedades contemporâneas ocidentais, encontramos uma crescente desvinculação, entre as pretensões dos cidadãos comuns e os seus representantes e instituições que suportam os vários regimes demoliberais, como é o caso português. Ora, esta alteração estrutural ficou para o empreendimento da sociologia e das ciências sociais em termos gerais, como a passagem dos valores materialistas para os pós-materialistas (Inglehart 1990 e 2005). Esta alteração, no fundo repercute, alterações sociais profundas, como é a individualização das diferentes esferas da vida (Beck 1986/2006: 209 a 223). Num trabalho posterior Beck (1994/2000: 13) explicita que “individualização” significa: “(...) primeiro, a descontextualização e, segundo a recontextualização dos modos de vida da sociedade industrial substituindo-os por novos, nos quais os indivíduos têm que produzir, encenar e montar eles próprios as suas biografias”. No fundo, o que temos é uma quebra, relativamente ao poder que os atores têm relativamente às estruturas sociais. Por outras palavras, na modernidade reflexiva, o que se passa crescentemente é uma conquista, por parte dos atores, de margem de negociação com as instituições sociais vigentes, permitindo uma “ruptura” com certo “seguidismo” de papéis, previamente estabelecidos. Constatado este processo, como se processa e reconfigura a relação entre atores e instituições?

Também aqui Beck (2000:17) é bem taxativo ao constatar que os programas que veiculam as instituições aos atores tendem a tornar-se irreais, do ponto de vista dos próprios atores. Daqui é fácil perceber, em termos sociológicos, o facto que temos vindo a aludir, o do progressivo desinteresse dos cidadãos, relativamente à política. Este facto prende-se maioritariamente, por as instituições, que compõem o sistema político, não responderem às expectativas e necessidades dos cidadãos. Ulrich Beck sintetiza esta questão lapidariamente, ao alegar que:

“(…) está a surgir um mundo duplo, em que uma das suas partes não pode ser representada na outra: um mundo caótico de conflitos, de jogos de poder, de instrumentos e arenas que pertencem a duas épocas diferentes, a da modernidade “inequívoca” e a da modernidade “ambivalente”. Num lado, desenvolve-se o vazio político das instituições, no outro, um renascimento não institucional do fenómeno político” (2000:17).

Decorrente deste estruturante processo, temos um incremento da capacidade de escolha, nos mais diversos domínios da atividade humana quotidiana. Obviamente, para a presente análise, interessa-nos a prática política, por via da participação política alternativa. Ora, não obstante, também o domínio político ser influenciado por este processo, já aludido, a prática política, assume-se como o privilegiado campo do exercício de poder. Desta forma, não

podemos ficar alheados, de que neste campo existem importantes forças estruturantes, que distribuem de forma bem assimétricos diferentes recursos. Concretizando, o que queremos deixar claro é que no campo político, nem sempre se podem assumir determinadas posições e opiniões, em face de estarmos perante atores com recursos diferenciados, daí o recurso e a pertinência do conceito de *habitus* (Bourdieu 1989;2010).

Contudo, a própria emergência de formas alternativas de participação política e cívica, são deste ponto de vista, já claras manifestações destas alterações sociais, em que a individualização coloca, em questão “velhas” práticas e instituições, como no caso particular da prática política das eleições e do ato de votar. No fundo, o boicote a um determinado produto, uma manifestação espontânea e/ou convocada através de telemóvel ou de um qualquer novo *mídia*, são expressões em última linha desta nova forma de fazer e viver a política. À laia de “rematar” esta questão dir-se-á que a participação política alternativa, não é mais do que um compósito de práticas e formas de mobilização política, que dão corpo a estas mudanças sociológicas, nas sociedades contemporâneas.

Assim, a participação política por via das novas redes sociais como o Facebook, deve ser encarada como todo um processo em que são inúmeros e diversos os obstáculos, que se colocam à participação política efetiva. O que nos transporta para um campo privilegiado do paradigma republicano e deliberativo, em face da tónica que estes colocam nos obstáculos e distintos níveis da participação política alternativa. Antes de mais importa reforçar que nos referimos a participação política alternativa para aludir a formas, que estravassem os tradicionais mecanismos de mobilização e participação política, sem perder no horizonte o objetivo de fazer mudar ou influenciar a governação e a tomada de decisões. Estando estas intrincadas também ao domínio político.

Nesta linha de pensamento, os atores ao pretenderem participar no debate público, deparam-se com restrições e limitações, que podem ser internas ou externas relativamente a eles. É neste ponto que variáveis como o nível de instrução/educação, ocupação profissional, classe social de pertença, para além do género, desempenham um papel relevante e que serve de filtro. O que nos impele a colocar na “equação” da presente análise o conceito de *habitus*. Pierre Bourdieu (2010) ao conceber este importante conceito, tem a intenção de aportar as condicionantes culturais e estruturais, que interferem com a interação do ator social no seu quotidiano. Neste role, estão os recursos e competências que permitem ou condicionam a ação social ou agência. Por outro lado, temos a capacidade criativa e de ação dos atores no engendrar dos seus objetivos individuais e coletivos. É neste domínio que a autonomia de cada ator jogara um importante papel.

Com efeito, o *habitus* consegue transpor os velhos determinismos teóricos, que pautaram a teorização ao longo de várias décadas, prestando atenção aos constrangimentos estruturais e

cognitivos, mas também atribuindo relevância analítica à capacidade criativa e de agência por parte do ator social.

Todo este panorama teórico e empírico, ganha especial interesse e relevância no estudo das grandes dinâmicas atuais, quando pretendemos estudar a participação política alternativa, por via do Facebook. Este tipo de ferramentas tecnológicas só por si requerem o domínio de uma determinada técnica, baseada num conhecimento, que pode ser mais simples ou pelo contrário, mais complexo. Também aqui existem vários patamares de estratificação entre os vários utilizadores. Desde logo há a separação entre dois grandes grupos: os info-incluídos e os info-excluídos. Dentro do primeiro, ainda que já por si seja um grupo com alguma restrição, há vários níveis de competências e possibilidades, que excluem progressivamente atores, aptos para uma participação política alternativa, de vanguarda, que consegue num debate público, fazer valer as suas ideias e opiniões.

As novas tecnologias de comunicação e informação assumem-se desta forma, como ambivalentes. Se por um lado têm margem para potenciar a participação política (alternativa), por outro lado, também podem criar desigualdades sociais, resultante da necessidade e domínio de competências e recursos até aqui inexistentes ou relegados para segundo plano.

É a partir deste confronto de perspetivas, que no próximo capítulo faremos a discussão acerca da nova ferramenta, dos riscos e das potencialidades a ela associadas. O facto de estas poderem e/ou poderem já estar a pautar o debate e o espaço público a partir da emissão de fluxos comunicacionais e de informação, que promovam uma maior mobilização cívica e política, num período que exige mais, do que antes, a necessidade de os cidadãos serem ouvidos e assim tomados em consideração nas decisões políticas a implementar.

Participação Política Digital: dinâmicas e reconfigurações

As sociedades contemporâneas são indubitavelmente pautadas por fortes e intensas dinâmicas comunicacionais. Estas, por sua vez, colocam em contacto comunidades e locais que alguma vez estiveram ou mantiveram alguma espécie de ligação e troca. A globalização, enquanto processo de interligação à escala planetária promovendo uma extensa rede de comunicações digitalizadas. Esta é uma emergente realidade, que colocando lugares e atores em contacto, fá-lo de forma assimétrica e desigual. Muito embora, estejamos a falar à escala planetária, importa-nos, no âmbito da presente pesquisa centrar-nos sobre a área geocultural que convencionalmente se designa por “ocidente”.

O que está aqui em causa são profundas mudanças, ao nível das grandes estruturas, que dão suporte cultural e social à experiência e vivência política, nestas sociedades. O século XX ficou indubitavelmente marcado por dois grandes conflitos armados à escala mundial, dos quais surge uma nova ordem económica mundial, mas também política. Estamos-nos com efeito a referir ao início de uma época de prosperidade e abundância significativa. A consolidação do Estado-Social nas décadas subsequentes à II Guerra Mundial constituiu-se como uma poderosa “arma” política, para elevar o nível médio de qualidade de vida da população. As mutações começaram com a reestruturação do Estado, que a jusante teve implicações no plano económico e por isso também nos domínios sociais e culturais. Ora, é precisamente nestes domínios que Ronald Inglehart (1990) assinala alterações substanciais, alterações nas prioridades valorativas dos atores, no seio das sociedades ocidentais.

Para este autor, assiste-se ao longo das 3 a 4 décadas posteriores ao epílogo da II Guerra Mundial a mudanças intensas a nível intergeracional, contrastando os dados empíricos entre diferentes gerações, bem como das diferentes classes sociais. Concretizando, para Inglehart (1990) a profusão do bem-estar pelas categorias sociais mais desfavorecidas, resultou numa relevante reorganização das prioridades, mormente as prioridades valorativas.

O que fica patente para este autor, passa essencialmente por um crescente desfasamento entre as gerações jovens de então e as gerações suas progenitoras. Para conduzir tal estudo, Inglehart (1990) concebeu duas grandes hipóteses de trabalho. A primeira das quais e já aqui aludida, ainda que de forma implícita, prende-se com o incremento económico vivido neste mesmo período. Por outro lado, temos a hipótese da socialização que assenta fundamentalmente na mudança no que concerne aos agentes primários de socialização entre as diferentes gerações.

3.1 - Do Coletivo para o Individual: o que mudou na participação política

Tudo isto, teve repercussões no plano político e naturalmente da sua própria vivência. Por conseguinte, o ponto, que queremos frisar é precisamente a disrupção valorativa ocorrida neste período e que simbolicamente fica eternizada no célebre Maio de 1969, com os tumultos na capital francesa, que tendo começado restringindo aos estudantes de ensino superior, rapidamente se estenderam aos trabalhadores.³⁰ Portugal, por esta altura vivia sob o jugo de uma ditadura fascista, que fazia a apologia de um forte isolacionismo e tradicionalismo, pelo que o processo histórico e político se constitui com algumas especificidades, que o afastam dos seus congéneres europeus.

No fundo, estes movimentos contestavam o forte controlo exercido pelo Estado, sobre os cidadãos, reivindicando mais liberdade, mais poder de escolha, sobretudo em questões em que a escolha deveria ser inteiramente individual. Neste role de questões, incluem-se o direito à interrupção voluntária da gravidez, bem como a defesa do equilíbrio ambiental. Esta onda de contestação marca a viragem daquilo a que este autor designou por valores materialistas para pós-materialistas.

Com esta mudança Inglehart quis assinalar a passagem de questões de existência (sobrevivência) para questões de autoexpressão de forma a afirmar a individualidade. Não obstante, podemos encontrar já em Max Weber (2005) no prelúdio do século XX preocupações semelhantes - a crescente individualização - ainda que em moldes e tempos bem distintos.

Num breve recapitular histórico, temos de nos localizar cronologicamente na década de 1960, mormente no Maio de 68, para identificarmos o clímax da mobilização e participação política, com a reivindicação de maior liberdade individual, de maior igualdade nas relações entre géneros. Todavia, e tal como já tivemos oportunidade de mencionar, estas mudanças sentirmos de forma muito idiossincrática, dadas as circunstâncias históricas e políticas, como já tivemos oportunidade de expor.

Pese embora estas duas críticas a Ronald Inglehart (1990; 2005), o seu contributo não deixou de ter uma grande influência teórica e empírica em domínios como a sociologia ou a ciência política. De facto, e esse parece-nos ser um mérito incontestável do autor, foi ter identificado e ter chamado a atenção para uma importante mudança das estruturas sociais, sinalizando uma transição histórica, mas aparentemente não definitiva e com importantes nuances contextuais e nacionais.

³⁰ Também por Portugal, no ano de 1969 se registaram importantes tumultos tendo como epicentro a cidade de Coimbra. Ainda que sob sérias reservas, dadas as circunstâncias históricas e políticas - a ditadura - estes conflitos podem ser vistos como uma réplica, daquilo que haverá pretérito ano em França.

Já posteriormente, este quadro teórico foi objeto de críticas, para além do próprio autor, Inglehart (2005) o ter revisitado. Em termos gerais, uma das críticas mais sonantes passa pelo forte pendor evolucionista desta perspetiva. Associada a esta influência evolucionista, está igualmente a profusão de uma visão seriamente teleológica, a qual enfatiza a passagem de um estágio, primordialmente materialista, para uma fase decisiva, em que vigorariam os valores pós-materialistas.

Com efeito, estamos desde já a aludir a alterações dos padrões convencionais de vivência social e política, mas sobretudo e para aquilo que nos interessa no âmbito da presente pesquisa, da participação política. Estando a política no centro da mudança social, cultural e política, não deixa de ser significativo, tomarmos como ponto de referência as formas de organização e mobilização política. Se na modernidade vigorava um modelo dominante de participação em que o “eu” se submetia aos ditames do “nós”, no fundo da força coletiva, não deixa de ser verdade, que nas sociedades reflexivas, ou pós-modernas, o tipo de mobilização transformou-se de forma radical.

O contraste, chama sobretudo a atenção para as já consolidadas formas de participação política alternativa, que surgem no role de mudanças associadas ao processo de individualização e que paralelamente ao facto de colocarem a ênfase no “eu” em detrimento do “nós”, têm também um forte caráter circunstancial e particular. Por outras palavras, queremos sublinhar, que desde então a participação política, teve crescentemente, como substrato motivacional, “coisas” da vida quotidiana e por vezes momentâneas, como um problema de acesso a um bem (eletricidade) de uma determinada rua ou bairro (Beck, 2000: 19). Posteriormente e já com a forte consolidação do acesso à WWW e às suas múltiplas ferramentas, como por exemplo *blogs* e redes sociais, assistiu-se a um incremento do uso destas ferramentas para os mais diversos fins (Castells, 2009). Sendo que o contexto é marcadamente de crise. De crise económica e financeira, que teve o seu prelúdio nos Estados Unidos da América decorria o ano de 2008 (1º capítulo), mas também de crise da própria participação política.

Desde o período (década de 1960-1970) que marcou a transição da modernidade industrial, para a modernidade tardia um pouco por toda a Europa (com excepção dos países da península Ibérica) verificaram-se sucessivos défices de mobilização política e cívica.³¹ Por conseguinte, estamos perante um cenário político e mais concretamente participativo e cívico em que existe um alargado descontentamento e distanciação da vida pública e política, na generalidade do continente europeu. Os fatores que estão a montante deste afastamento, foram já objeto de análise nos pretéritos capítulos.

³¹ Sobre a mobilização política e cívica ver o 2º capítulo no qual apresentamos dados e estudos que confirma esta perspetiva.

Em síntese, são quatro os eixos estruturais que em termos históricos e contextuais que imprimem dinâmica e especificidade à presente análise, para além da sua simbiose. Um 1º fator prende-se com a já identificada crise da participação e mobilização política no âmbito da política convencional. O 2º fator, diz respeito às profundas mudanças na própria mobilização, passando de ser eminentemente coletiva, para se fazer sempre com uma importante componente pessoal e individual e em torno de causas e problemas muito específicos. Em 3º lugar assiste-se a uma forte explosão dos dispositivos tecnológicos que potenciam a criação de uma vasta rede digital, que coloca em interação atores de diferentes origens, são os casos das redes sociais Facebook, Twitter e Redes que têm estado no centro de um efervescente debate teórico, sobre as suas potencialidades para a participação política e debate público, tendo o vasto exemplo da “primavera árabe” como um precioso laboratório de análise. Finalmente, e em 4º lugar, a profunda crise económica, financeira e consequentemente política e social, que a Europa e muito em particular, Portugal têm experienciado o que faz do atual panorama um verdadeiro nicho de estudos, no qual o debate público e político tem preenchido grande parte dos jornais e noticiários.

No cômputo são estes os quatro grandes domínios contextuais, que marcam a nossa análise. Em face de já ao longo do presente trabalho termos abordado algum destes aspetos, as próximas secções do presente capítulo, centrar-se-ão sobre as implicações sociais e políticas, das mudanças ao nível dos valores sociais e políticos, relacionados com o postulado individualista, entre outros fatores inserindo esta discussão no desenvolvimento tecnológico e técnico, nomeadamente no que diz respeito aos novos *mídia* e a forma como estes podem canalizar e/ou potenciar uma maior participação política e cívica.

3.2 - Do Espaço Público Tradicional ao Espaço Público Digital: o que mudou?

Na secção anterior tivemos oportunidade de nos focar nas profundas mudanças sociais e políticas ocorridas, sobretudo no dealbar do último quartel do século XX e nas décadas subsequentes e suas respetivas implicações ao nível cultural e da perceção e vivência da própria atividade política. Foi dito, em breves parágrafos, que o modelo teórico proposto por Ronald Inglehart (1990;2005) tinha/tem pontos criticáveis, nomeadamente o acentuado evolucionismo, para além de colocar a tónica num certo pendor teológico. Muito embora estas críticas, a perspetiva do referido autor é meritória ao captar como poucos algo como o “zeitgeist”³² do momento.

³² Em português – o espírito do tempo.

Quando falamos em mobilização política e também cívica, estamos a aludir à natureza das causas que de eminentemente coletivas, passaram a ter um forte pendor individualista. Esta mudança decorre fundamentalmente por termos assistido nesse período à decadência do domínio das grandes ideologias, consubstanciadas das duas visões capitalismo e comunismo.

Ora, estas alterações de ordem eminentemente estrutural, têm a jusante um diversificado conjunto de implicações, não só nos valores, mas também nas formas e modos de vida. Esta questão, aparentemente pode parecer apenas um mero pormenor, porém a verdade é que a participação política e o próprio exercício cívico acompanham tendências sociais mais amplas, como é o caso da individualização, tal como é explicado por Ulrich Beck (2000).

A emergência do role de questões associadas aos designados valores pós-materialistas tem na sua génese e natureza na escolha pessoal, sendo uma alteração de fundo, que coloca em causa todo um complexo empreendimento social e cultural até ai vigente (Inglehart, 1990 e 2005). Deste modo, estamos perante um duplo processo social e histórico, que são no fundo a dupla face da mesma moeda. É neste contexto, que Miguel Cardina e José Soeiro (2013:37) associam a década de 1990 a um recrudescimento do ativismo político e cívico, sobretudo em torno de questões, que a designada “nova esquerda” vinha já tratando a abarcar desde as décadas de 1960 e 1970. Como alegam supra mencionados autores

“A partir de meados da década de 1990, contudo, assistimos a uma transformação. O consenso em torno da globalização neoliberal e da ideia de que teríamos chegado ao “fim das ideologias” começou a ser posto em causa. Foi também nesse período que renasceu uma esquerda radical com expressão” (aspas do original).

Se é verdade, que foram as décadas de 1950 e 1960 que assistiram a profundas mudanças estruturais, a verdade é que este período teve o seu cobro logo com a crise do “choque petrolífero de 1973/1974, trazendo consigo as novas políticas neoliberais personificadas em Margaret Thatcher (Reino Unido) e Ronald Reagan (EUA) sob a designação do “consenso de Washington”. Quando, se assistia ainda à queda do Muro de Berlim (1989) e a tudo o que representava, pensou-se que finalmente estava aberto o caminho para o “fim das ideologias”, todavia iniciou-se uma onda de contestação, à escala global sem precedentes. Esta onda de contestação apresenta grande diversidade de causas e objetivos: desde separatismo, até a movimentos alter-globalização e feministas, muitas e de largo espectro são as motivações, que levam cidadãos a mobilizarem-se por todo o mundo.

O que se pode verificar, não é mais do que uma clara reorientação por parte dos atores das suas motivações e causas, que os levam á mobilização. Nesta linha de pensamento, o que temos é no fundo, o recrudescer de forma e práticas de ação política e cívica que se

enquadram, muitas das vezes, naquilo a que designamos como formas alternativas de participação política e cívica. Esta é maioritariamente realizada em torno de questões específicas, como já anteriormente tínhamos mencionado. Facto este que também não passou despercebido a Noam Chomsky (2013:57) ao sublinhar que: “esses movimentos procuram sobretudo concretizar objetivos específicos”. Este autor continua e reafirma a importante “missão” que estes movimentos, como por exemplo os Occupy Wall Street, têm como exemplo para as outras organizações do mesmo género.

Ora, considerando o facto de que a mobilização tendencialmente se passa a fazer sobretudo em torno de causas muito concretas e até por vezes circunstanciais e particulares, não deixa de ser de todo relevante o papel que deverão ter os objetivos e a sua definição. Para Chomsky (2013), é esta uma das vertentes destes movimentos, que os fazem claramente distinguir da política convencional, ou seja é relevante que haja algum objetivo, por elementar e abstrato que seja, mas sobretudo que a definição deste seja tomada num amplo diálogo horizontal entre todos os atores que se queiram associar à iniciativa. No fundo, é primordial trazer os atores, novamente para a discussão política, ou nas palavras de Beck (2000) subpolítica. Ora, importa deste modo distinguir política da subpolítica, como o faz Beck (2000:22). A linha de argumentação do autor passa essencialmente por dois vetores: o vasto domínio da subpolítica é bem mais aberto e democrático, no que toca à presença de atores, que participam em nome individual, comparativamente à política convencional; em segundo lugar, a subpolítica como espaço de discussão e de conflito social, constitui-se como uma arena onde “conflituam” não só agentes coletivos, mas também atores individuais, pelo poder configurador da política atual.

Se considerarmos a perspetiva de Inglehart (1990 e 2005), já anteriormente exposta, seria exetável que levasse à consolidação de um tipo de ativismo político e cívico que assenta-se fundamentalmente a sua ação sobre questões ditas pós-materialistas. Todavia, e para contrariar uma certa componente teleológica da proposta do referido autor, verificamos que há variadíssimos casos, em que os do *Occupy Wall Street* são os mais mediáticos, se mobilizam em torno de questões como a distribuição mais equilibrada da riqueza. Em atalho de foice, podemos também “suspeitar”, dado que esse é um dos objetivos da presente pesquisa, verificar que no caso português, as questões mobilizadoras gravitam em torno de questões materialistas: de distribuição da riqueza, defesa de direitos sociais, redução do rendimento do trabalho e pensões etc. Reforçamos, que esta alusão, tem um certo carácter especulativa apenas poderemos aceitar ou rejeitar esta possibilidade, aquando da análise empírica dos dados, realizada no 5º capítulo da presente pesquisa. Adicionalmente, assinala-se que mesmo o caso de Portugal, foi sempre ao longo dos vários trabalhos (1990 e 2005), sempre interpretado como um caso distinto, de grande parte dos congéneres europeus.

A atual conjuntura económica de forte depressão tem levado para a rua vários movimentos, que de formal e/ou informal têm revelado alguma dinâmica nesta nova vaga participativa.

Estes movimentos, assentam a sua parca agenda programática em questões como a luta contra a política de austeridade, a defesa do Estado-Social, a precaridade laboral, bem como o galopante desemprego em todos os grupos etários, mas muito em especial nos jovens. Ora, em todas estas questões, podemos encontrar motivações que são eminentemente de natureza materialista, contrariando a proposta do referido autor e comprovando que o desenvolvimento dos valores que norteiam a política e a participação política, não tem um caráter teleológico, são também suscetíveis a forças contextuais, como é o caso da profunda crise económica atual. Mais, o clímax em Portugal desta inversão de tendência, foi a manifestação de 15 de Setembro 2012, que teve como grande aglutinador a contestação a uma proposta do Governo, que consistia basicamente numa redução da Taxa Social Única (TSU) para os empregadores e uma proporcional subida para os trabalhadores. Esta medida foi percebida como uma transferência direta do trabalho para o capital, no fundo a clivagem clássica da era da Modernidade.

Em geral, o que temos observado nas últimas décadas e muito particularmente nos últimos anos, tem sido o avolumar da distância percebida pelos cidadãos em relação às instituições e aos seus representantes. Numa sociedade portuguesa, pautada por esta disjunção, o papel dos *media* sobretudo pela forte mediatização do espaço público assume grande relevância, de variadas formas, mas desde logo pelo acesso a informação. É neste mesmo âmbito que John B. Thompson (2000) elabora uma pertinente categorização dos escândalos. O referido autor alega que:

“Financial scandals in the political field are based on allegations about the misuse of Money or other financial irregularities. They generally involve the disclosure of hidden linkages (or allegations about hidden linkages) between economic and political power, linkages which are regarded as improper and which, on being disclosed, precipitate the scandal. The activities which lie at the heart of financial-political scandals are likely to involve the infringement of rules governing the acquisition and allocation of economic resources” (2000: 159).

Thompson, coloca precisamente o dedo na ferida, ao aludir a relações de promiscuidade entre o poder político e a elite económica e financeira, que ao serem alvo de tratamento jornalístico, entram na circulação do espaço público - do debate político e público - numa fase da modernidade tardia em que aliadas ao poder do trabalho jornalístico, as novas tecnologias de comunicação e informação levam à disseminação rápida e extensiva da informação, tornando o escândalo financeiro e político como uma figura relevante do debate público contemporâneo. Contudo e reforçando um postulado basilar da presente pesquisa, a crónica crise da participação política. Como indica Luc Rouban (1994:293- 294) os fatores de crise da participação política são diversos, como a proliferação de assuntos técnicos e

tecnológicos no campo político, o ganho de preponderância da ação racional em detrimento da ação ideológica, para além da profusão de escândalos com atores políticos. Deste modo, fica “campo aberto” à emergência de uma opinião pública onde proliferam notícias sobre figuras públicas do campo político, relacionadas a escândalos, contribuindo de forma decisiva para o forte desgaste da imagem desta classe.

Ainda que de forma indireta, estamos perante um lado da utilização das tecnologias de informação, potencialmente pode contribuir para um maior e melhor esclarecimento da opinião pública. Todavia, num contexto recente de forte incremento técnico e tecnológico, onde as comunicações tendem a uma forte digitalização, levando autores como Anthony Giddens (1990/2005) a falar em compressão do espaço-tempo, em claro antagonismo com as sociedades pré-modernas. É com toda a clareza relevante reequacionar o papel das tecnologias no campo do espaço público e do(s) debate(s) aí realizados, ainda assim temos assistido à multiplicação de fontes de informação, que podem potenciar um espaço público em que o debate político, se possa processar de forma profícua. Neste contexto, as redes sociais, mormente o Facebook, com a sua “arquitetura de divulgação” tem permitido pelo menos a diversificação das fontes de informação, ainda que sabendo que isto não é sinónimo de riqueza do debate político, de forma linear. A justificar esta nossa ênfase é de todo imune ao facto de um cada vez maior número de atores políticos e organizações deste domínio marcarem presença. A título meramente exemplificativo, vale a pena chamar a atenção para as mediáticas comunicações do atual Presidente da República, Cavaco Silva, que ao longo de um período de alguns meses remeteu-se ao silêncio por via dos mecanismos comunicacionais mais tradicionais. Durante este período apenas houve lugar a comunicações via Facebook, sendo estas por sua vez objeto de notícia nos meios de comunicação tradicionais (televisão, rádio e imprensa escrita), chegando mesmo ao ponto de existirem debates, compostos por painéis de comentadores desde jornalistas, peritos e políticos no ativo, a tentarem decifrar em forma de comentário, o que o Presidente havia dito no Facebook.

Desta forma e dada a forte degradação da imagem das instituições políticas e da crescente abstenção eleitoral, que em última análise poderá ser interpretada como um aviso de desagrado da relação entre representados e representantes, assume especial relevância teórica e empírica, para além de atualidade, o estudo e análise das redes sociais, concebidas como artefactos tecnológicos e o seu potencial, para a promoção do debate público e político.

Chegados a este ponto da presente discussão pensamos estar em condições (teóricas) para elencar o problema teórico de investigação. Assim, dada a crónica crise da participação política e cívica num regime demoliberal, como é o caso de Portugal, em que a representação é a chave de toda a organização política, importa-nos entender e interpretar, de que modo o Facebook, pode-se constituir-se como uma forma de revigoração da participação política e

cívica alternativa. Mais, esta investigação pretende seguir o rasto dos movimentos que têm estado no centro da organização das manifestações já identificadas no capítulo anterior.

Para um melhor entendimento das idiosincrasias de uma putativa participação política e cívica alternativa, por via da utilização do Facebook, faremos nas subsecções subsequentes um breve períplo teórico e conceptual, que englobará o contributo de diversos autores.

3.3 - Transformações e Reconfigurações do Espaço Público Digital: o papel dos novos media na participação política alternativa

O dealbar da modernidade trouxe consigo, um incremento no uso de tecnologias inusitado, se considerarmos toda a longa narrativa humana. São vários os autores que, ao longo do século desenvolvimento da Modernidade, se debruçaram sobre as dinâmicas que pautaram este período. Um destes autores é Jürgen Habermas (1964/1984), que alerta para o emergente poderio económico e financeiro de uma classe social em particular - a burguesia. Em face do contexto político ser adverso a esta classe, ela reúne-se em cafés e salões para debater a “coisa” pública. Estes espaços serviam sobretudo para discutir assuntos e problemas comunitários, políticos e constituíram-se como o impulso, para a classe social adquirir relevância e também notoriedade social de forma a passar crescentemente a ocupar cargos de chefia e governamentais, substituindo nesse papel a aristocracia decadente.

A conceção habermasiana tem como postulado basilar, a distinção entre público e privado, iniciado nessa condição. A burguesia foi deste modo, o domínio social onde as noções do que é público e do que é antagonicamente privado surgiram. Esta distinção parte da emancipação psicológica e por conseguinte política e económica segundo Habermas (1984). Este autor explica que é a partir da família burguesa e a necessidade de proteger a sua propriedade, que emerge a emancipação da esfera privada burguesa. Este processo dá-se sobretudo em face do Estado e do seu poder.

A jusante, podemos falar em liberdade dos atores, de se movimentarem no domínio económico e também político, levando em última análise à concorrência. Decorre do raciocínio do autor alemão, o facto de, em primeiro lugar, o privado surgiu posteriormente ao público. Mais, o privado surge como um produto de uma circunstância histórica particular, a decadência da Aristocracia e a emergência e ganho de pujança financeira e comercial da Burguesia. Em segundo lugar e a jusante da primeira premissa, o domínio privado surgiu em oposição ao espaço público este, associado a questões do Estado e de interesse público, em claro antagonismo com o privado, que emergiu em simbiose com a propriedade e com a

necessidade de a defender. Aliás, estes são pontos que grosso modo, transversais às grandes referências no estudo do espaço público e as suas dinâmicas.

É o caso da também alemã Hannah Arendt (1958/2001), que sugere “(...) que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível (2001:64). Acrescentando ainda que “(...) o termo «público» significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele” (2001:67 aspas do original).

Contudo, estas propostas, por muito fecundas que tenham sido, têm uma forte componente circunstancial, isto é, ambos os autores fizeram um profícuo “desenho” acerca da emergência e consolidação da esfera pública burguesa. Entretanto com a progressiva alteração de forças, mormente no que toca à estrutura de classes, também ocorreram profundas mutações no que diz respeito à disposição do próprio espaço público e as suas forças estruturantes. Ao mesmo tempo que a autora enaltece o papel da esfera pública “(...) enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo, evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer” (2001:67). Hannah Arendt torna manifesto o seu ponto de vista acerca do que se estaria a passar (século XX) com este domínio: “O que torna tão difícil suportar a sociedade de massas não é o número de pessoas que ela abrange, ou pelo menos não é este o factor fundamental; é, antes, o facto de que o mundo entre elas perdeu a força para mantê-los juntos, para relacioná-las umas com as outras e separá-las” (2001: 67).

Nas palavras da autora, pode-se reconhecer um forte desencanto, perante um acentuado desumanizar daquilo, que a própria entende por espaço público, ou por outras palavras, os perigos que a própria humanidade correrá ao secundarizar o debate público, uma vez que este representa para ela a “maior riqueza” da humanidade, no fundo o seu maior património. Nesta linha de pensamento, projeta uma crescente hibridez entre público e privado, onde elementos do debate público penetrariam na esfera privada e vice-versa, levando à emergência daquilo a que optou por designar por “espaço social”. Reforce-se a ideia de que é no espaço público, que se expressa a verdadeira essência humana, se promove a sua coesão social, no fundo onde se cria e recria, numa contínua dinâmica de reconstrução simbólica e comunicacional. Sublinhe-se que Hannah Arendt (2001) assenta a sua proposta teórica em três dimensões fundamentais, a saber: labora, trabalho, e ação. Para o que nos interessa a autora define estas, nos seguintes termos: “o labor é a actividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labora no processo da vida. A condição humana do labora é a própria vida” (2001: 19).

O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo «artificial» de coisas, nitidamente

diferente de qualquer ambiente natural. Dentro das suas fronteiras habita cada uma das vidas individuais, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana é a mundanidade: “A ação, a única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao facto de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo” (2001: 19 e 20 aspas do original).

É por via da degeneração sobretudo do domínio da “ação”, que assistimos à decadência do espaço público, segundo a referida autora. Como pano de fundo tanto para esta autora, como para um role diversificado de teóricos do século XX, dos quais destacamos Herbert Marcuse (1964/1969), o rápido desenvolvimento técnico e tecnológico estão na origem desta profunda alteração da ordem vigente.

Antes de mais, ter-se-á de fazer uma clara distinção entre o pensamento filosófico de Hannah Arendt e de Herbert Marcuse que apenas convergem, na ideia de que é o incremento da técnica e da tecnologia, que estão a provocar a referida mudança estrutural no espaço público, porque em tudo resto partem de postulados bem distintos. Se Arendt chama a atenção para a crescente desumanização das sociedades modernas, Marcuse, frisa o perigo da alienação, bem na linha marxista. Ora, Herbert Marcuse (1969) claramente devedor da herança marxista e mormente da Escola de Frankfurt coloca a tónica nos efeitos da expansão e desenvolvimento capitalista, nas sociedades de meados do século XX e início da segunda metade.

Para este autor, as sociedades capitalistas apresentam-se cada vez mais como um campo privilegiado de relações de dominação e alienação, colocando desta forma, fortes obstáculos à ação política. Marcuse descreve o processo da seguinte forma:

“A civilização industrial contemporânea demonstra haver alcançado a fase na qual a “sociedade livre” não mais pode ser adequadamente definida nos termos tradicionais de liberdade econômica, política e intelectual, não porque essas liberdades se tenham tornado insignificantes, mas por serem demasiado significativas para serem contidas nas formas tradicionais. Novas modalidades de concepção se tornam necessárias, correspondendo às possibilidades da sociedade” (1969:25 aspas do original).

Com esta obra, o autor alemão tem a pretensão de lançar as bases para a construção de um paradigma, que coloque a ênfase nas relações de dominação, no fundo uma clara herança da teoria crítica. Para tal, Marcuse lança as bases para uma nova ciência e técnica, que olhem de forma distinta para a atividade humana, relativamente à natureza. A obra é escrita sob o pano de fundo da crescente racionalização dos vários domínios da atividade social, especialmente o domínio político.

Como resposta a este autor, Jürgen Habermas (1964/2009) leva a cabo um meritório esforço teórico neste período. Para Habermas (2009) tanto a ciência, como a técnica são instrumentos ao serviço de determinados grupos, mais particularmente de determinada classe social, enquanto por Marcuse estes são produtos da e ao serviço da humanidade.

Este desenvolvimento técnico e científico teve o seu apogeu nas sociedades da modernidade tardia, acarretando um diversificado conjunto de implicações, entre as quais o estabelecimento de importantes fluxos comunicacionais, à escala global. Esta tese sendo apresentada por Habermas (2009), é todavia desenvolvida pelo mesmo autor em Habermas (2010a). Vejamos:

“Ora bem, a racionalidade dos jogos linguísticos religada à acção comunicativa vê-se confrontada, no limiar da modernidade, com uma racionalidade das relações fim/meio, que está ligada à acção instrumental e estratégica. Logo que se chega a esta confrontação instaura-se o princípio do fim da sociedade tradicional, entra em colapso a forma da legitimação da dominação” (2009:63-64).

Concretizando, Jürgen Habermas (2010^a:17) entende por acção comunicativa “(...) o tipo de acção social que se caracteriza por uma utilização de actos de fala simetricamente orientada para o entendimento mútuo, tinha de ser distinguida do plano reflexivo do discurso em que os intervenientes tematizam as pretensões da validade problematizadas”. Ou ainda numa obra mais recente: “A expressão “acção comunicativa” designa aquelas interações sociais para as quais o uso da linguagem orientada para o entendimento assume um papel coordenador de acções” (2010b:156 aspas do original).

Em termos contemporâneos encontramos um importante contributo no estudo da mudança social em Zygmunt Bauman (1991/2007) que acentuando o papel das alterações de ordem técnica e tecnológica, afirma que estas nos têm conduzido a sucessivos melhoramentos nas comunicações, abrindo desta forma espaços para novas oportunidades no vasto domínio político. Também, ainda que se referindo ao serviço público dos *media*, John Keane (2000:75-76) identifica a mudança tecnológica como um dos principais fatores. Deste modo, o espaço público surge como um domínio, onde múltiplas e variadas disposições sociais e culturais, em que a racionalidade comunicativa, baseada na troca de argumentos e contra argumentação, assume lugar de realce. Chegados a este ponto, há margem para nos distanciarmos da perspectiva de Habermas, quando este postula a que discussão racional no espaço público, deverá ter como finalidade, a obtenção de um consenso, que se pressupõe a existência de uma deliberação.

O que estamos aqui a defender é por um lado, nem todas as discussões realizadas no espaço público poderão/deverão obter no seu final um consenso entre atores, dado que pode a

racionalidade dos atores presentes não lhes permitir fazer cedências relativamente ao ponto inicial das suas propostas. Por outro lado, nem sempre uma discussão política deverá constituir-se como um lugar de deliberação, isto é, nem sempre é possível obter uma deliberação. Mesmo havendo a montante um entendimento da argumentação do opositor, poderá esse consenso não ser consumado numa decisão deliberativa.

Feitas estas considerações críticas ao contributo teórico de Habermas, importa-nos recentrar a discussão nas transformações do espaço público, para assim colocar na equação da presente discussão, a relevante questão das mudanças no espaço público e o papel da tecnologia, nomeadamente as redes sociais como o Facebook no debate público. No seu estudo sobre o percurso teórico de Habermas, Filipe Carreira da Silva sinaliza esta transformação, nos seguintes termos:

“(…) a passagem de uma estrutura espacial de interações simples a uma esfera pública remete precisamente para um crescente grau de abstração que acompanha a passagem de encontros caracterizados pela presença física dos participantes a uma presença meramente virtual de leitores, telespectadores e ouvintes, cuja ligação é assegurada pela acção dos meios de comunicação social” (Silva, 2002:161 e 162).

Uma das funções já clássicas dos meios de comunicação, seria ou deveria (idealmente) ser a de imprimir e até de certa forma de contribuir para a consolidação da opinião pública. Um estudo relevante nesta área e que chama a atenção para os efeitos perniciosos dos meios de comunicação, relativamente às massas é o de Pierre Bourdieu (2005), que tem como substrato teórico a crítica ao domínio exercido pelos grandes grupos económicos e financeiros sobre os *media* e a dominação simbólica que estes exercem sobre a sua audiência. Grosso modo, a opinião pública é um produto dos *media*, mas também desempenha um papel transformador destes, manifestando através do espaço público, o tipo de prioridades debatidas. Esta opinião pública, pode ter um papel relevante na acutilância do debate público, todavia esta não é uma via de trabalho para a presente pesquisa. Continuando na senda da análise do papel dos *media* e muito particularmente dos novos *media*, na participação política estes podem surgir num contexto que para além de registar um já crónico défice de participação e mobilização tem singularidades. Por um lado, a forte crispação do debate político decorrente da crise económica e financeira, mas por outro lado, por processos sociais de dimensão estrutural como a individualização.

Num estudo pioneiro José Manuel Leite Viegas, Sérgio aria e Susana Santos (2010) na sua análise ao movimento associativo e a sua imbricação com as novas tecnologias de informação e comunicação, levantam a possibilidade de os novos dispositivos (*novos média*) poderem-se

constituir como uma nova fase na dinâmica do associativismo e da participação política. É precisamente esta possibilidade que é levantada pelos referidos autores “(...) entre outros factores, do individualismo crescente e do desenvolvimento das tecnologias de comunicação, designadamente a Internet, as formas presenciais de contacto e convívio, típicas do contexto associativo, têm sido substituídas por outras” (2010:163).

Estes dispositivos, através da sua grande mobilidade e versatilidade, têm a capacidade de tornar mais fácil e acessível a um maior número de atores. Isto, obviamente num plano hipotético, dado que temos de atender a muitos outros fatores circunstanciais, tal como já pudemos constatar anteriormente. Posto isto, podemos colocar como hipótese, que destes artefactos tecnológicos terem num futuro próximo algum tipo de papel relevante, no incremento da mobilização cívica e política. Pelo menos é essa a tendência que José Manuel Leite Viegas, Sérgio Faria e Susana Santos identificam, fazendo uso do contributo de Skocpol (2003) concluem “poderá haver menos indivíduos inscritos e a participar em associações, pelo menos nas associações tradicionais, mas estas ocupam uma posição e têm uma função com importância crescente, quer pelo efeito amplificador dos *media*, quer pelo reconhecimento institucional que lhes é conferido pelo Estado” (*in* 2010:163 itálico do original). É esta alusão final, que passamos à subsecção final, onde nos vamos debruçar sobre o papel da tecnologia da participação política.

3.4 - Participação política digital: reconfiguração ou flexibilidade identitária?

O forte impulso à globalização, dado pela digitalização das comunicações, implicou uma forte compressão do tempo e do espaço, bem como a intensificação das trocas simbólicas entre diferentes registos culturais. Este parece ser também o ponto de vista defendido por David Lyon, ao afirmar que “a conjugação da informática com as telecomunicações prenuncia o início de uma nova época” (1988/1992:1).

Dizemos assertiva, no sentido de que de facto os últimos 20 anos têm sido pródigos em inovação tecnológica. Muitos destes artefactos, vêm sem dúvida alterar comportamentos e atitudes perante determinadas situações, como as conceções de público e privado. Todavia, estas mudanças, se é que se podem apelidar como tal, têm tido um impacto relativamente controlado e progressivo na ação quotidiana. Este condicionalismo prende-se evidentemente pela própria capacidade que cada ator tem em assimilar toda a informação que lhe é disponibilizado na *www*, e com isso desencadear um processo de autorreflexividade.

É neste espírito que surge no meio académico um intenso debate em torno do “poder” das tecnologias e da sua importância na ação social. Dois dos lados contendores, de acordo com

Maria João Simões (2005) sustentam perspetivas antagónicas acerca da tecnologia e do papel desta nas sociedades e atividade social. No centro deste intenso debate está a dialética entre ação social e tecnologia.

Num profícuo exercício de construção de um estado da arte a referida autora elenca as várias perspetivas teóricas, que se debruçam sobre o fenómeno tecnológico e o seu papel na sociedade com efeito, num extremo podemos encontrar aquilo a que designaremos por determinismo tecnológico e segundo os quais, as TIC viriam revolucionar os mais diversos domínios da atividade social, incluindo para o que interessa na presente pesquisa também a prática política seria determinada por esta vaga tecnológica. Então, em que sentido seria essa influencia da tecnologia sobre o domínio político?

De forma sucinta, diríamos que a introdução de tecnologias na ação política e nomeadamente no que toca à promoção da participação política, pode potencialmente ter um papel transformador. Deste modo, as tecnologias e os artefactos que lhe dão corpo, seriam concebidos como um ponto de rutura, relativamente ao forte desinvestimento na vida pública e política, por parte do cidadão comum. O substrato teórico e epistemológico deste paradigma passa por percecionar a tecnologia como estando a montante e à priori da ação humana.

Por outro lado, temos um quadro teórico que inverte a relação de forças, anteriormente apresentada - determinismo social estruturalista.³³ Para os teóricos aqui situados, as estruturas sociais, como a cultura teriam um papel de determinação sobre a conceção da própria tecnologia, bem como do próprio uso que lhe seria dado. De acordo ainda com a mesma autora Simões (2005:18) os dois paradigmas beligerantes, apenas convergem num aspeto - que a tecnologia tem implicações (sejam elas positivas ou negativas depende da perspetiva teórica) na participação política. É precisamente este, o ponto de partida para um esforço teórico de síntese, no qual se negocia um difícil equilíbrio entre estruturas sociais e tecnologia.

Neste sentido, importa equacionar a tecnologia como mais um elemento da ação social, em pé de igualdade com valores e normas sociais vigentes numa determinada sociedade. Uma interessante proposta teórica de síntese surge com Tom Burns e Helena Flam (1987/2000:279-309) para os quais a negociação, far-se-á entre os sistemas de regras sociais e a agência do ator.

No fundo, tal como David Lyon (1992:5) constata, o que temos assistido, incluindo na esfera do exercício do poder é a uma crescente mediação das interações sociais, por parte das mais diferentes tecnologias. Existe desta forma espaço para questionar, até que ponto podemos falar de uma democracia digital?

³³ Para uma análise mais exaustiva acerca destes dois paradigmas, vale a pena uma incursão pelo estado da arte que é realizado em Simões (2005:15-37).

Em resposta a esta questão Kenneth L. Hacker e Jan Van Dijk definem democracia digital como: “(...) as a collection of attempts to practice democracy without the limits of time, space and other physical conditions, using ICI or (MT instead, as an addition, not a replacement for traditional “analogue” political practices” (2000:1aspas do original). Esta compressão do tempo e do espaço, que alias já fizemos referência neste mesmo capítulo, apresenta-se como uma forte rutura, relativamente ao padrão dominante dado facultar o acesso a um maior número e mais flexível tipologia, criando desta forma um potencial campo de novas e reconfiguradas formas de participação política. Neste role, devemos desde logo, incluir o já quase “clássicos” “blogs”, mas muito em particular as emergentes redes sociais, onde é claro o Facebook e o Twitter se destacam. Estas últimas, apresentam um potencial que passa sobretudo pelo estabelecimento de um tipo de comunicação de um para muitos e, bem como assentar numa comunicação horizontal. Premissa que grosso modo, também é corroborada por Greg Goldberg (2010:744) ao alegar “I will argue that regardless of its content, the inherently economic quality of internet participation contributes to the production of a different and under-examined mode of power than is presumed in scholarship of the public/virtual sphere”.

Estamos desta forma, no patamar de discussão em que concordando com a ideia que não estamos perante uma revolução, entendida enquanto rutura com o legado até aqui vigente, isto é no caso particular da participação política, temos o potencial suficiente para observar mudanças substanciais no campo político. Esta é aliás uma posição perfilhada pelo paradigma liberal, que defende a função informativa. Tal como defende Lincoln Dahlberg:

“Liberal-individualist digital democracy understands digital media as offering a means for the effective transmission of information and viewpoints between individuals and representative decision-making processes (for example, Gore, 1994, in relation to the early internet, and Chadwick, 2009, in relation to digital social networking developments). Digital media are understood here as enabling individuals to gain the information they need to examine competing political positions and problems, and as providing them with the means for the registration, and subsequent aggregation (as ‘public opinion’), of their choices (through e-voting, web feedback systems, petitions, e-mail, online polls, etc.)” (2011:358 aspas do original).

Mais uma vez, a perspetiva liberal, enfatiza o postulado do acesso à informação, numa perspetiva de permitir um melhor conhecimento para a participação no debate público, por parte do cidadão num regime eminentemente representativo. Está também subjacente, neste quadro, a existência de fluxos de informação *top-down*, no fundo uma visão elitista da gestão da participação política. Já para os teóricos republicanos e deliberativos, de acordo com Dahlberg (2010:859), os novos *media* e a emergência de uma espécie de espaço público

digital, podem ser um bom auxiliar na construção de um debate público, que se faça pelos ditames da discussão racional. Uma terceira posição teórica acerca da possível emergência de um espaço público digital, bem como o próprio uso das TIC na participação política, vem da corrente marxista contemporânea que advoga:

“(…) autonomist Marxist, position sees digital communication networks as enabling a radically democratic politics in the sense of self-organized and inclusive participation in common productive activities that bypass centralized state and capitalist systems, which are understood to be necessarily anti-democratic. Digital *networking* is thus posited as the basis for producing an independent, fully democratic ‘commons’” (2010:863 aspas e itálico do original).

Como é apanágio, no paradigma marxista, vemos uma constante crítica ao capitalismo. Desta, a democracia digital é concebida como uma nova possibilidade de intensificar os regimes democráticos, fazendo a crítica ao sistema capitalista dominante. Finalmente, urge o mais relevante quadro teórico - counter-publics - que emana da maior complexidade da sociedade contemporânea e da exclusão de largas franjas da população, com interesses particulares. Fazendo a apologia da existência de várias esferas públicas digitais pretendem colocar na discussão temas como o feminismo. Com efeito, é um tipo de participação política que tem objetivos bem precisos. Nas palavras de Dahlberg este quadro teórico consiste em dois grandes eixos:

“(…) first, any social formation necessarily involves inclusion/exclusion relations and associated discursive contestation, where discourse is understood as a contingent and partial fixation of meaning that constitutes and organizes social relations (including identities, objects, and practices); and second, that this antagonistic situation is the basis for the formation of vibrant ‘counter-publics’: critical-reflexive spaces of communicative interaction (a first meaning of ‘publics’ here) where alternative identities and counter-discourses are developed and subsequently can come to ‘publicly’ (second meaning) contest dominant discourses that frame hegemonic practices and meanings, including the boundaries of what is considered legitimate public sphere communication.” (2010:861 aspas do original).

Desta forma, este paradigma apresenta virtudes relevantes para o estudo da participação política alternativa no Facebook, dado que nesta plataforma é possível haver grupos e páginas que reúnem atores, com objetivos e motivações políticas e ideológicas parcelares e setoriais. É neste contexto que se assiste à emergência de inúmeras “comunidades virtuais” que de acordo com Manuel Castells “(…) chamava a atenção para o surgimento de novos suportes

tecnológicos para a sociabilidade, que eram diferentes, mas não por si inferiores, às formas anteriores de interação social” (2004:155), dando assim as condições para a emergência do individualismo em rede.

Colocando a questão num mero plano prático poderemos pressupor que mediante a emergência de uma democracia digital, o ator social poderá em diferentes ocasiões em distintos contextos participar politicamente, no debate público, fazendo uso de díspares recursos, sejam eles de caráter cognitivo, simbólico e material.

Estes factos levantados como meras possibilidades, têm a relevância de nos chamar a atenção para um importante aspeto - o da identidade. Desde logo é facilmente constatável, que as TIC permitem uma grande flexibilidade identitária.

O que queremos sublinhar, quando falamos em flexibilidade identitária é a possibilidade dos atores poderem selecionar os vários elementos que compõem a sua identidade virtual, numa espécie de “bricolage” identitário (Beck, 2000). Entre a enorme margem de escolhas, o ator pode inclusive optar pelo anonimato. Embora esta opção levante um enorme conjunto de questões, entre as quais éticas e de acesso a determinados espaços de debate, vedados a este estatuto. É neste ponto, que os deterministas tecnológicos defendem que através deste recurso, mitigar-se-iam as assimetrias de recursos (2º capítulo) entre os diferentes atores que se dispõem a participar política e civicamente.

Como refere Maria João Simões (2005: 112) recorrendo a Jordan (1999:67-78) são vários os fatores que levam o ator a negociar a flexibilidade da sua identidade virtual.

1. - um conjunto de indicadores que facultam a possibilidade de recriar identidades;
2. - relação flexível entre identidade real e virtual.

Na dimensão virtual/digital ao ator levantam-se-lhe complexos desafios de gestão de informação, nomeadamente de atributos da dimensão real, que poderão ou não ser projetados na dimensão virtual, para além de poderem ainda ser parcialmente filtrados. Sendo um processo contínuo e de negociação permanente, o ator deverá aplicando a sua própria reflexividade reconfigurar o seu “eu” digital. É precisamente isto que é advogado por Manuel Castells, num trabalho seminal sobre a sociedade em rede, ao definir identidade como “(...) o processo pelo qual um actor social se reconhece a si próprio e constrói significado, sobre tudo, através de um dado atributo cultural ou conjunto de atributos culturais determinados, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais” (1996/2007:26).

Também esta negociação, quer numa primeira fase em contexto real, quer posteriormente em contexto digital é uma negociação permanente entre tensões, que o ator deverá gerir, de forma a sentir-se confortável no uso e exercício de direitos cívicos e políticos, como é a participação política em contexto digital, mas propriamente no Facebook.

Num plano meramente político e cívico, o Facebook pode de facto, desempenhar um papel importante, mas está longe de ser a revolução tecnológica prometida, e que fez muitos sonhar, com um mundo cheio de atores interessados e predispostos a participar politicamente. Se pode, por um lado mobilizar e facultar maior e mais fácil acesso a uma ampla audiência, também é sinónimo, por si só, que esse fluxo informacional tenha repercussões ao nível da participação. Desafios similares se colocam aos cidadãos, que tendo acesso a um maior e inusitado manancial de informação, em si, pode não ser o fator desencadeador para a tão desejada participação política, embora o acesso a informação seja relativamente relevante, num ato cívico e político, como é o participar no espaço público digital.

4 - Arquitetura metodológica

Considerando o longo percurso trilhado pela narrativa humana, encontramos um ainda considerável espaço de tempo, em que o recurso a explicações metafísicas e místicas de fenómenos, que o Homem não conseguia prever, abundavam. Assim, se explica o grande poderio da religião, nomeadamente na Europa ocidental, por via da Igreja Católica.

A religião oferecia uma explicação para todos os fenómenos, mesmo os mais mundanos. Este paradigma foi dominante ao longo de séculos e quiçá milénios. Todavia, algures no século XVII e XVIII assistiu-se a uma verdadeira revolução na forma de conceber o mundo e a sua origem. Esta mudança paradigmática foi beber diretamente nos ideais iluministas, que postulavam o primado da racionalidade, convertendo-se este numa forte crença nas capacidades realizadoras e de planificação do Homem. Desta forma, o homem passava a estar no centro das preocupações quotidianas.

4.1 - Da Importância do Conhecimento: algumas considerações epistemológicas e históricas

Também foi neste período que se assistiu à emergência de novos campos científicos, que posteriormente ficaram inseridos no domínio mais amplo das ciências sociais, como também se verificou a consolidação e desenvolvimento de domínios científicos já existentes, como a Matemática ou a Física, ainda que num estágio de desenvolvimento bastante embrionário. Este processo ficou bem ilustrado pelo francês Auguste Comte (in Cruz, 2004), que, influenciado pelo positivismo e evolucionismo, perspetivou o desenvolvimento da humanidade.

Concretizando, para este fundador das ciências sociais e da sociologia em particular, o dealbar da modernidade marca uma profunda rotura com o estado do conhecimento e com o *status-quo* dominante. Um aparte, refira-se que é neste período que este mesmo autor cunha o conceito de “física social” que posteriormente se transformou em sociologia. Retomando a proposta teórica e filosófica de Comte na *Lei dos Três Estados*, parte integrante de uma obra mais vasta *Discurso Sobre o Espírito Positivo* (1844) na qual o autor concebe o percurso percorrido como uma evolução e desenvolvimento intelectual da humanidade enquanto todo, levando-o mesmo a falar na passagem para a “maior idade” da humanidade, aquando do advento da modernidade. Por conseguinte, de acordo com esta perspetiva todas as explicações, que se debruçam acerca da atividade humana passaram por três principais

estádios de evolução. É nesta linha que Comte explica que em “(...) todas as nossas especulações manifestam espontaneamente uma predilecção característica pelos problemas insolúveis, pelos assuntos mais radicais e inacessíveis a qualquer investigação válida” (in Cruz, 2004:167). Considerando para tal efeito, que a primeira etapa foi o Estado Teológico, referindo-se a este nos seguintes termos:

“Poderia assim, demonstrar-se como, em primeiro lugar, o espírito teológico foi durante muito tempo necessariamente indispensável à combinação permanente das ideias morais e políticas, mais ainda do que a todas as restantes, quer em virtude da sua superior complexidade, quer porque os fenómenos correspondentes, muito pouco pronunciados primitivamente, não podiam atingir um desenvolvimento característico senão após uma evolução muito prolongada da civilização humana” (in Cruz, 2004:171).

Decorre deste postulado, a primazia do conhecimento religioso e teológico, no que diz respeito às tomadas de decisões, quer sejam elas públicas ou privadas. Num *continuum* histórico, Comte identifica depois o Estado Metafísico ou Abstrato. Nesta fase, a especificidade passa por “as especulações principais conservarem, aqui, o mesmo carácter essencial da tendência habitual para os conhecimentos absolutos: somente a solução sofreu neste momento uma transformação notável, apta a melhorar e facilitar o nascimento das concepções positivas” (Cruz, 2004:172). A grande descontinuidade, relativamente ao “estado de coisas” até aqui, passa essencialmente pela passagem do recurso a entidades sobrenaturais, para abstrações de carácter eminentemente antropomorfizadas, isto é, com características e traços humanos.

Este processo histórico, de acordo com o autor francês desemboca, em última instância, naquilo a que designa por Estado Positivo ou real que explica nos seguintes termos na “(...) resolução fundamentalmente que define a virilidade da nossa inteligência, consistindo essencialmente em substituir, em toda a parte, a inacessível determinação das causas propriamente ditas, pela simples busca das leis, isto é, relações constantes que existem entre os fenómenos observados” (in Cruz, 2004:175).

Desta forma está aberto o caminho para a “maturidade intelectual” do homem, constituindo-se este passo como o mote em que as preocupações centrais da humanidade passam a gravitar em seu torno, assumindo-se como uma pura manifestação do processo de racionalização das sociedades. Esta viragem aparentemente para si própria, assume-se como a consolidação da capacidade do homem, para dominar a natureza e as suas forças, o que se revela como uma substantiva disrupção, relativamente ao até aqui vigente.

É imbuído deste espírito, racionalizador, que emergem as várias ciências sociais, dando deste modo também aportação a uma crescente necessidade de estudo do forte impulso

complexificador que marca as sociedades modernas. É precisamente, neste contexto, que surgem os vários contributos teóricos, que comumente são designados como os fundadores da sociologia: Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim.³⁴

Destes destacar-se-ão os respetivos contributos de Émile Durkheim (1985/2004), Max Weber (in Parkin, 2000). Colocando a ênfase na herança positivista, Émile Durkheim procura num meritório esforço epistemológico e metodológico erguer os alicerces para a análise sociológica, nomeadamente com a definição do objeto de estudo, deste domínio científico, mas também com a identificação das características que presidem, na nossa perspetiva, aos fenómenos sociais - a exterioridade e a coercibilidade.

Este esforço é também ele reconhecido contemporaneamente, como o precursor ou pelo menos um dos contributos basilares para a consolidação da sociologia. É precisamente esse o ponto de vista exposto por Augusto Santos Silva:

“Coube, na viragem do século, ao sociólogo Émile Durkheim a principal teorização, nestes termos, sobre a legitimidade da análise dos factos sociais. E toda essa teorização se polariza na tese de que a investigação científica deve começar pela rutura com as pré-noções típicas do conhecimento corrente. “O homem - explica Durkheim - não pode viver no meio das coisas sem fazer delas ideias segundo as quais regular o seu comportamento”” (in Silva, 2003:29).

Por seu lado, Max Weber, realizou um relevante esforço epistemológico e metodológico, na linha teórica e fenomenológica idealista, tão em voga, no pensamento alemão de viragem do século XIX para o século XX. Debruçou-se sobretudo sobre o modo como mitigar o impacto da carga cultural do investigador sobre o objeto de estudo e da sua investigação - etnocentrismo e senso comum - abrindo novas portas ao conhecimento sociológico, como precursor de uma sociologia mais interpretativa e que coloca no centro dos seus esforços o sentido e o significado que os diferentes atores colocam na sua ação social. É aliás nesta esteira que técnicas como a entrevistas adquiriram a notoriedade, de que hoje usufruem no amplo domínio das ciências sociais, sendo que no atual trabalho importa-nos ouvir e perceber as perceções dos próprios atores (ativistas). Esta proposta paradigmática encontra-se nos antípodas da primeira de Durkheim (2004), que partindo do legado positivista, tenta transportar o modelo de análise das ciências positivas e exatas para os então emergentes campos disciplinares e científicos.

³⁴ É plausível a inclusão de outros nomes sonantes, sobretudo em campo de investigação mais específicos, tais como: George Simmel, Robert Michels, Herbert Spencer, todavia de economia de espaço e para os horizontes do presente trabalho optámos pelo trio já referido. Por isso limitamo-nos apenas àqueles que são comumente referenciados neste panteão.

O que move todo este conjunto de novas disciplinas científicas é precisamente o estudo e a análise dos interstícios da atividade humana, nos seus mais variados domínios, sejam eles político, económico, jurídico, social, etc. Num trabalho seminal no campo das metodologias em ciências sociais, no contexto português, Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto recorrem a Kant para defenderem que “os nossos conhecimentos começam pela experiência sensível, mas esta é mediatizada por conceitos, é organizada e estruturada por quadros categoriais próprios do nosso espírito” (in Silva e Pinto, 2003:9).

Por conseguinte, o uso do verbo “conhecer” encerra, neste contexto, uma grande complexidade, considerando os diversificados desafios, que são colocados às ciências sociais em geral, dado sobretudo a forte componente contingencial e circunstancial da atividade humana em geral. Daqui decorre a necessidade de conceção e consequentemente recurso a diferentes mecanismos e instrumentos, para a realização deste conhecimento. Estamos-nos a referir, a conceitos teóricos, a metodologias e técnicas que permitem ao investigador ter ao seu dispor ferramentas que pode selecionar, conforme se adegue melhor ao objeto de estudo e às próprias necessidades do investigador, bem como dos objetivos da pesquisa. Imbuídos deste mesmo espírito, Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto precisam este mesmo processo nos seguintes termos:

“Ao procurarmos *conhecer* a realidade social, vamos construindo, a respeito dela, e mediante quadros categoriais, operadores lógicos de classificação, ordenação, etc., mediante processos complexos influenciados ainda pelas nossas necessidades, vivências, interesses - vamos construindo instrumentos que nos proporcionam informações sobre essa realidade e modos de tornar inteligível, mas nunca se confundem com ela (...)” (2005: 10 *italico do original*).

Todavia, tudo parte de uma questão inicial. A designada *pergunta de partida*, que materializa uma dúvida, evidenciando um problema teórico, colocando novos desafios à própria teoria e aos seus conceitos. Deste modo questionamos, na presente pesquisa: questão de partida: em que medida o Facebook dá expressão a formas de participação política? É neste contexto, que as ciências sociais em geral e a sociologia em particular procuram:

“(…) compreender melhor os significados dos acontecimentos ou de uma conduta, a fazer inteligentemente o ponto da situação, a captar com maior perspicácia as lógicas de funcionamento de uma Organização, a reflectir acertadamente sobre as implicações de uma decisão política, ou ainda a compreender com mais nitidez como determinadas pessoas apreendem um problema e tornam visíveis alguns dos fundamentos das suas representações (Quivy e Campenhoudt, 2003:19).

Obviamente que estamos perante apenas uma breve abordagem do lado das metodologias qualitativas, dado que assumimos desde já, que o cerne do presente esforço metodológico e técnico, passa parcialmente, pela recolha de dados quantitativo. Deste modo, torna-se patente a permanente tensão entre conhecimento científico e senso comum. Tal como advoga Boaventura Sousa Santos (2003) é necessário procurar a sistematicidade e objetividade, como desafios permanentes do empreendimento científico. Este é com efeito um dos vários obstáculos epistemológicos e talvez o mais “temido” a interferência do senso comum, que muitas vezes nem sequer é perceptível ao pesquisador.³⁵

Com efeito, o desafio de fazer a rutura com o senso comum deve estar permanentemente nos horizontes de qualquer investigador. Estes são obstáculos que têm uma natureza essencialmente externa, todavia, ao nível interno outras limitações se levantam. Estamos a chamar a atenção, entre outros aspetos, para o papel de uma certa fragmentação interna das ciências sociais, tal como Sedas Nunes (2001) também constatou. Daí a necessidade de perspetivar do conhecimento das ciências sociais, como um produto sempre contingente e circunstancial, em face do tempo e do espaço em que é realizado, mas também é isso que Sedas Nunes (2001) frisa. O que leva a concluir, que a visão da sociologia é sempre contingente e circunstancial não conseguindo com isso abarcar a totalidade da realidade social.

Estas constatações servem fundamentalmente como uma carta de princípios, que preside à realização de uma investigação, tal como esta que aqui estamos a empreender. Realizadas estas considerações de carácter epistemológico, centremo-nos na “arquitetura metodológica” da presente investigação.

4.2 - A participação política alternativa *online*: como a abordar?

O estudo da participação política e cívica envolve uma complexa teia social e cultural, que nos remete invariavelmente para a análise de fenómenos comumente associados à prática política. No grande domínio da ação política temos as eleições e a participação política eleitoral no topo das prioridades da pesquisa em sociologia, no que concerne à participação política. Todavia, este espaço acaba por se esgotar com tantas pesquisas e tornar-se

³⁵ Já posteriormente Boaventura Sousa Santos desenvolveu o seu contributo epistemológico para as ciências sociais. A sua mais recente proposta, passa por uma rutura com o conhecimento oriundo das sociedades mais desenvolvidas do “mundo ocidental”, havendo para tal, espaço a um reequacionar do “empreendimento” de todas as ciências sociais em que o conhecimento e a experiência das sociedades periféricas assumem grande realce, nesse processo; revelando grande influência filosófica da corrente pós-moderna. Não cabem, no âmbito da presente pesquisa, a abordagem dessa fase de teorização, sobretudo pelo facto de não se enquadrar no espírito epistemológico e teórico, que norteia o presente esforço analítico. Deste modo, fica feita a menção em face da relevância teórica que tem assumido na comunidade académica. A obra seminal desta proposta: Meneses, Maria P. & Santos, Boaventura S. (2010). *Epistemologias do Sul* (2ª Edição). Coimbra: Edições Almedina.

inclusivamente, redutor e redundante se considerarmos não só outras formas de participação política e também as emergentes formas de participação política e cívica, acompanhando as mudanças estruturais no domínio cultural e social que motivam a mobilização dos diferentes cidadãos.

Tal como tivemos oportunidade de argumentar, ao longo do percurso teórico trilhado do 1º ao 3º capítulo, temos novas formas de mobilização e associação, em que o carácter informal assume-se como um fator distintivo. Mais, os elementos distintivos, não se ficam por aqui, bem pelo contrário. Aqui podemos-nos, como é óbvio, referir desde logo ao papel das TIC, na proliferação de canais pelos quais, potencialmente, se pode aceder a informação e também a fóruns de discussão pública e coletiva. É precisamente neste vasto e fértil domínio, que novas redes sociais digitais, muito em particular o Facebook, com a sua vasta utilização, sobretudo no designado “mundo ocidental” se torna um palco, onde proliferam diversas Organizações apelando à mobilização e contestando as sucessivas medidas de austeridade que “varrem” um pouco toda a Europa do sul, na qual Portugal não é exceção.

Como já foi referido, são diversas as Organizações que têm como plataforma publicitária/divulgação para as suas ideias e para a mobilização política e cívica o Facebook, entre os quais destacam-se: “Que se Lixe a Troika”, “Indignados Lisboa”, “Democracia e Dívida”, “O Povo é Quem mais Ordena”, “RiseUp Portugal”, “Artigo 21º”, “15 Outubro” e “FLAM Colectivo”. Com a seleção destas Organizações, quisemos essencialmente cobrir um espectro o mais diversificado possível da contestação. Já no que toca à quantidade de Organizações estudadas, esta opção foi norteada considerando a economia e gestão de recursos humanos, bem como da visibilidade das Organizações no espaço mediático.

No fundo, estamos perante um vasto campo, que carece da respetiva exploração, dado tratar-se de um domínio que se assume como um vértice, onde convergem diferentes vetores de interesse teórico e empírico. Esta convergência de diferentes fatores assenta fundamentalmente na possibilidade de as novas tecnologias de informação e comunicação, trazerem um novo conjunto de oportunidades e de constrangimentos. Por outras palavras, estamos perante o “nosso problema” de investigação em que, face à crónica crise da participação política e cívica, num regime eminentemente demoliberal e em que a representação política é a chave de todo o regime, se vem assistindo a um progressivo afastamento e desvinculação dos representados, relativamente aos representantes, sendo que a crise económica, financeira e conseqüentemente social, tem exacerbado todo este cenário. Por outro lado, como argumenta Manuel Castells (1996/2005) assiste-se a um incremento sem precedentes das tecnologias de comunicação e informação. No que toca ao caso do Facebook (Marichal, 2012: 48), este ocupa um papel de relevo nos mais diversificados domínios da atividade social, onde também podemos incluir a prática política.

Um caso desta nova utilização tecnológica é a existência de páginas pessoais de líderes e responsáveis políticos, nas diferentes redes sociais. Postos estes factos, podemos considerar que no plano da política institucional, aquela que faz pulsar as grandes organizações governativas, também recorre-se de forma diversa às novas tecnologias de informação e comunicação e em particular aos novos *mídia*. Serve esta constatação para enfatizar, que plataformas como o Facebook e o Twitter, têm crescentemente como seus utilizadores figuras, com notoriedade pública, que se servem das potencialidades destas novas ferramentas, sobretudo para difusão de informação, são os casos de responsáveis políticos. Interessa, deste modo e partindo da conceção de participação política alternativa,³⁶ como aquela ação que visa influenciar a governação ou a tomada de uma decisão, que faz uso de meios não convencionais, como por exemplo a *world wide web*, procuramos conhecer, com este esforço analítico, até que ponto e de que forma, estas novas potencialidades e constrangimentos tecnológicos, se traduzem na participação e mobilização política?

Para o efeito, considerar-se-á o uso do Facebook, enquanto ferramenta tecnológica, em que os diferentes atores participam e se mobilizam on-line. Esta é se quisermos uma interrogação que adquire contornos de grande finalidade na presente investigação que nos permite aferir o papel da tecnologia na prática política. Acrescente-se ainda, que a problemática que preside à pesquisa aqui apresentada, está envolta numa complexa teia, que envolve fatores socioculturais, mas também o próprio processo histórico e político de Portugal, para além, é claro, de elementos de carácter mais vincadamente religiosos, no sentido, que em conjunto com o regime salazarista, exerceu preponderante ação “ideologizante”, ao longo da vigência do Estado Novo, tal como já tivemos oportunidade de abordar ainda no 1º capítulo.

Com efeito, estamos perante um fenómeno social que internamente apresenta uma grande diversidade, dado que resulta de um poderoso jogo de tensões permanente entre agência, enquanto capacidade racionalizadora para o agir de cada ator e o peso condicionador das estruturas sociais. É precisamente nesta linha de pensamento teórico, que se adotou o conceito de *habitus* (Bourdieu, 1989). Esta opção, é sobejamente justificada pelo trajeto teórico trilhado nos capítulos precedentes em que grosso modo, se identificaram idiosincrasias, que se objetivam como obstáculos à mobilização e participação política e cívica. Neste limbo, os atores negoceiam permanentemente o seu papel e a sua capacidade de ação, mediante circunstâncias de carácter eminentemente estrutural, como é o caso do campo político. Nesta linha de raciocínio, não será por acaso que trazemos para o debate, ainda nos capítulos de discussão e problematização teórica, o importante e pertinente conceito de *habitus*, em fase de este apresentar-se como um espaço teórico e concetual, onde cabe tanto a capacidade criadora e reflexiva do ator social, como a componente estrutural da ação, ou por outras palavras a capacidade constrangedora das estruturas sociais relativamente ao ator.

³⁶ Temática sobejamente abordada em capítulos anteriores, mormente no 2º e 3º capítulo, em face da enorme centralidade que tem na presente pesquisa.

A ação política, sobretudo aquela que é marcadamente fora dos convencionais mecanismos de participação política, típicas de um regime demoliberal como o português, está sujeito a constrangimentos de vária ordem, alguns dos quais já aflorados em capítulos anteriores como a ausência ou na melhor das hipóteses um forte défice de capital social, mas também um certo “temor” em opinar sobre a “coisa” pública, em espaço público. Para muitos autores como são os casos de Santos (1994; 1998; 2011), Rosas (2012) e Cabral (2000), Portugal é pautado nas últimas décadas por fracos valores de mobilização, quer cívica, quer política. A generalidade destes autores argumenta, que este défice participativo é ainda em parte um forte legado da ditadura de inspiração fascista, que dominou o país durante aproximadamente meio século, liderada por Oliveira Salazar e posteriormente por Marcello Caetano. Mesmo, quando estamos em presença de participação política que faz uso dos mecanismos convencionais, como pertencer a listas de candidatos a Juntas de Freguesia ou mesmo à Autarquia, são diversos os casos em que existe perseguição e outro tipo de estigma, em face da posição política e ideológica assumida publicamente Rosas (2012). Estes são constrangimentos, que nos remetem para a própria organização da sociedade portuguesa, tal como tivemos oportunidade de discutir logo no 1º capítulo.

As circunstâncias, quer históricas, quer do próprio desenvolvimento e incremento das tecnologias e comunicações digitais, que em última análise permitem a interação mediada abdicando da copresença, permitem-nos adquirir uma perspetiva da profunda complexidade analítica que encerra esta realidade.

O que requer um esforço suplementar por parte do investigador na coleta e sistematização dos dados, para que no final possamos considerar os dados recolhidos fidedignos, considerando o duplo domínio de análise, isto é, procurar-se-á articular na presente análise, a ação política alternativa, e o vasto campo da tecnologia, mormente das tecnologias de comunicação e informação e muito particularmente o Facebook.

Ora, partindo deste duplo domínio, temos a necessidade de dar guarida a um tipo de abordagem que concretize a resposta necessária a uma realidade que se apresenta com tanta “espessura”, ou por outras palavras, a complexidade que encerra o estudo da participação política alternativa fazendo uso de artefactos tecnológicos recentes, como o Facebook.

Com efeito, e considerando a perspetiva, já anteriormente adiantada, de que compreendemos por participação toda e qualquer iniciativa que tende ou vise influenciar processo político de uma Organização ou Governo, considerar-se-á, no âmbito da presente pesquisa, que tanto o simples facto de ser seguidor e postar e/ou comentar em determinadas Organizações, bem como o outro lado, o de ser um dos percussores e ativistas das Organizações estudadas, são ambos considerados, como iniciativas enquadráveis no espírito daquilo que se convencionou, como participação política e cívica. Considerando o tipo de dinâmica comunicacional e participativa no Facebook e muito especialmente das páginas das

Organizações, podemos considerar que estamos perante uma espécie de duplo fluxo participativo e comunicacional, que potencialmente pode ser concordante ou discordante.

Esta é uma dinâmica dialógica e comunicacional que requer especial atenção, no que toca à própria arquitetura metodológica da presente pesquisa, sobretudo em face da necessidade de “desbravar” um caminho quer teórica, quer metodologicamente, adequado às necessidades e objetivos da pesquisa. São ainda algo escassos os trabalhos, que resultam do cruzamento do uso das novas tecnologias de informação, com a participação política e cívica e mais genericamente com a ação política. Dai, a presente investigação tentar esboçar um contributo, ainda com horizontes adequados com uma pesquisa de mestrado, nesta área tão atual. Ainda assim, não abdicamos de empreender um esforço teórico e empírico, no qual se inscreva um alargamento do conhecimento no domínio das ciências sociais e em particular da sociologia e ciências da comunicação.

Estando nós, perante uma nova e recente ferramenta tecnológica, importa-nos considerar o facto de esta poder proporcionar o acesso ao espaço público. Tal como tivemos oportunidade de sublinhar anteriormente, este acesso faz-se por duas vias: por um lado, criando uma página que corporize um Organização, que poderá ter um nível maior ou menor de institucionalização, ou por outro lado, termos os seguidores que participarão de forma mais ou menos ativa, consoante os casos. Fica desta forma “campo aberto” para a necessidade de convocar para a presente análise, o cruzamento de dados, que se compagine com os horizontes, o objeto e os objetivos, desta dissertação. É nesta linha de raciocínio que concebemos como questão de partida: em que medida o Facebook dá expressão a formas de participação política alternativa?

Estando o foco na participação política, mais propriamente nas suas mais diversas expressões alternativas, concebemos dois momentos de recolha de dados: por um lado a realização de entrevistas, que nos remetem para a participação política alternativa, isto é para a “voz”, os significados que os próprios atores colocam na sua ação participativa, por outro realizar-se-á uma análise de conteúdo, que nos permitirá ter uma abordagem quantitativa e avaliativa das formas como é feita a gestão das páginas e toda a dinâmica comunicacional e organizativa, dentro e considerando as potencialidades e constrangimentos inerentes a uma ferramenta tecnológica, como é o caso do Facebook. Estas opções, em termos de “arquitetura metodológica” assegura, do nosso ponto de vista, uma visão multifacetada, de um fenómeno que é por também ele complexo, como é o caso da participação política.

O próprio conceito de participação política abre um diversificado conjunto de “caminhos teóricos”, dada a pluralidade de perspetivas (paradigma liberal, o republicano e a proposta teórica deliberativa), aqui apresentadas e discutidas, em capítulos anteriores, muito particularmente no 2º e 3º.

Ora, se considerarmos os diferentes paradigmas, observamos que em termos substanciais existem diferenças no que toca à participação política. Estas variações ficam patentes, se consideradas as limitações, anteriormente identificadas, como por exemplo a conceção de autonomia. Neste diálogo inter-paradigmático assume grande centralidade o estudo das capacidades e competências, que podem ser intrínsecas e extrínsecas ao ator. Aqui, há mais uma vez uma espécie de bifurcação teórica, em face das diferentes propostas colocadas pelos dois paradigmas discutidos. Em termos sintéticos diríamos, que a proposta liberal postula que todos os indivíduos têm as mesmas possibilidades de se “fazerem ouvir” a partir do momento em que é consignada essa igualdade em termos jurídicos. No que toca ao paradigma republicano e seus mais recentes desenvolvimentos em que postula a participação política como uma necessidade intrínseca à condição humana, sendo que há necessidade se associação elementos internos, como a motivação e outros elementos estruturais, potencialmente constrangedores da ação em espaço público. Finalmente, temos o campo teórico deliberativo, que propõe a uma visão teórica de aprofundamento dos alicerces da proposta republicana, nas suas potencialidades e limitações, chamando a atenção para a distribuição assimétrica de recursos, quer sejam eles simbólicos, como mesmo materiais. A partir destas diferentes propostas teóricas, temos conceções daquilo que é a participação política e dos elementos que a presidem. Decorrente deste facto, uma opção teórica, que mapeia a presente investigação, prende-se com a perspetiva de que existem diferentes níveis de participação, que correspondam respetivamente distintos patamares de dificuldade.

Por conseguinte, estamos perante propostas teóricas e conceituais bem distintas, tal como pensamos ter deixado patente nos referidos capítulos. Desde logo e esse foi um enfoque relevante, a conceção de autonomia³⁷, que as diferentes propostas teóricas preconizam. Temos deste modo, um conceito de autonomia (liberal) em que basicamente esta se funda em pressupostos jurídicos e institucionais, cabendo ao ator a sua efetivação, ou não. Num patamar mais complexo surge a proposta republicana, para a qual a autonomia passa pela participação no debate público, sendo esta essencialmente percebida como uma condição intrínseca à condição humana e sua realização plena. Nesta perspetiva são consideradas sobretudo fatores de ordem social e cultural, como a classe social de pertença, o género a idade etc. que podem condicionar a autonomia. Uma outra proposta teórica, a teoria deliberativa, que não retirando importância às variáveis anteriormente enunciadas, coloca na equação da participação, que pretende analisar, fatores adicionais, tais como aqueles de índole individual que são comuns também ao paradigma republicano, como são os casos, das competências cognitivas e reflexivas, para além da própria posse de conhecimentos consumados convencionalmente nas habilitações académicas (Simões, 2005). Decorrente destas competências temos ainda as capacidades de expressão oral e retórica, bem como o capital social (relacional). Aliás esta questão remete-nos para Filipe Carreira da Silva (2002;

³⁷ Esta é uma opção que marca transversalmente a pesquisa e que se prende sobretudo com a possibilidade, que é “aberta”, pelo estudo do conceito de autonomia, a partir do qual se ensaia um importante ponto, o de estabelecer um contraste entre paradigma liberal e republicano.

2010) que aponta uma outra relevante dimensão, que é a existência de diferentes patamares (níveis) de participação política e cívica. Estes, por sua vez requerem a mobilização de diferentes recursos, quer simbólicos, quer materiais num processo de participação no debate público, pelo que há lugar a uma potencial estratificação entre atores. Esta não é uma questão menor, em virtude de estarmos a tratar do uso e manuseamento de tecnologias, o que potencialmente pode acrescentar novos obstáculos e novos excluídos nos mecanismos de participação política.

Por conseguinte, um outro aspeto passa pelo tipo de comunicação estabelecido à luz dos diferentes paradigmas. Se no liberal há uma clara preferência pela verticalidade e unidirecionalidade, numa clara assunção elitista da participação, nas propostas republicanas já há a possibilidade de bidirecionalidade, bem como a relevante questão da horizontalidade, crucial na troca de argumentos e formação da opinião, sendo que na proposta deliberativa a comunicação dever-se-á realizar primordialmente embebida desta lógica de horizontalidade, entre contendores em debate.

Neste sentido, temos diferentes propostas teóricas, que de uma maneira ou de outra contribuem para interpretar e captar o fenómeno que nos propomos a analisar. De forma genérica, poder-se-á considerar a existência de diferentes patamares de exigência, no que toca à participação política ao longo dos três paradigmas em estudo. Estamos perante imperativos teóricos que implicam um grande esforço empírico e de operacionalização. Requerendo para tal a articulação entre metodologias qualitativas e quantitativas. Quando pretendemos levar a cabo uma análise avaliativa³⁸ do potencial e da efetiva utilização de uma plataforma digital como o Facebook. Assim, diríamos que a facilidade de usabilidade do Facebook, é um elemento que pauta desde logo a potencial estratificação (Simões, 2005)³⁹, dado que a maioria apenas realizar procedimentos básicos, mas também a forte componente visual, que coincide com uma tendência histórica na qual se inscreve uma forte e criativa utilização do humor, nas suas mais diversas formas, por parte de Organizações com um forte carácter informal, como foi o caso logo no pós 25 Abril 1974 em Portugal.

Desta forma, estamos desde já a aludir a uma importante dimensão (o humor) que pela historicamente é uma ferramenta recorrentemente utilizada por Organizações de contestação, requerendo desta forma uma atenção especial. Por outro lado, temos a já referida heterogeneidade organizativa e orgânica das organizações que fazem do Facebook, a sua plataforma privilegiada de proselitismo político, com vista à mobilização e participação política. Considerando ainda os fortes traços, que atribuem particularismo ao Facebook e de

³⁸ Quando aqui falamos em análise avaliativa, referimo-nos ao processo de análise e de julgamento que proceder-se-á relativamente aos mais diversos aspetos que compõem a grelha da análise de conteúdo e que se baseia na atribuição de uma “nota” em cada um, conforme os conteúdos existentes e inexistentes, bem como o aprofundamento que é dado a esses conteúdos.

³⁹ O estudo em causa, não tomou como objeto o Facebook, mas outras ferramentas, como o email, verificando uma forte estratificação entre atores, mesmo dentro do info-incluídos. Obviamente que esta extrapolação deverá ser perspetivada perante algumas reservas.

certo modo às tecnologias de comunicação e informação, temos necessariamente de colocar na “equação” a dimensão: comunicação. O caráter expositivo (e dialógico?) do Facebook poderá potenciar a existência de importantes inovações no campo da comunicação? Relembre-se a relevância teórica, que os diferentes quadros teóricos, aqui abordados, concediam à comunicação.

Identificados estes quatro grandes domínios (Organização e Informação; Dinâmica Organizativa do Debate; Iniciativa e Pró-atividade dos Seguidores; Persuasão Humor e Estética) de análise, temos a necessidade de convocar para o presente empreendimento analítico, uma multiplicidade e diversidade metodológica, que nos permite um profícuo cruzamento de dados, facultando desta forma um necessário aprofundamento de perspetivas. Decorrente desta imperiosa necessidade temos de mobilizar ferramentas de caráter metodológico e técnico, quer numa perspetiva qualitativa, quer quantitativa. O que pretendemos projetar e justamente implementar é um duplo processo de recolha de dados, de forma sistemática e objetiva, que nos permita realizar os processos, que são partes intrínsecas de um qualquer processo de participação política e cívica, como são os casos da comunicação, seja nas suas mais diversas variantes ou o recurso ao humor e à diversidade e uso argumentativo.

Neste esforço de articulação analítica entre metodologias qualitativas e quantitativas, importa-nos sobretudo a riqueza dos dados empíricos, naquilo a que comumente se designa como “metodologia mista”. Assim, passemos a um breve enquadramento destes dois paradigmas e à respetiva aplicabilidade de cada um à presente investigação.

4.3 - Da Luta Interparadigmática à Escolha Técnica

Ainda que o percurso histórico seja relativamente recente, tal como pudemos verificar no início do presente capítulo, o empreendimento das ciências sociais apresenta-se com uma diversidade e riqueza interna, no que respeita aos procedimentos metodológicos, que outros grandes domínios científicos não alcançam, rivalizando mesmo com outros domínios, com percursos históricos e de maturação científica bem mais longos, como são os casos das ciências exatas. Imbuídos do espírito “kuhniano” da obra “A Estrutura das Revoluções Científicas” (1961/2009) onde Thomas Kuhn defende a existência de luta entre paradigmas, podemos desde já considerar a seguinte questão: em que consistem estas lutas?

O desenvolvimento e sofisticação metodológica e teórica das diferentes ciências, faz-se, de acordo com este autor, através da sucessão por vezes não pacífica, de formas de perspetivar determinado fenómeno. O clássico e convencional caso identificado como ilustrativo desta sucessão é o da Física. Neste caso em particular da Física (enquanto domínio científico), o

paradigma de Copérnico foi sucedido pelo paradigma de Newton que, realizando uma síntese dos contributos de Kepler e Galileu, operou a mudança do paradigma dominante, a partir fundamentalmente de uma refutação teórica e empírica do primeiro.

Nas ciências sociais, ao longo de muito tempo os dois paradigmas, qualitativo e quantitativo, “viveram de costas voltadas”, realizando investigações, que apenas faziam uso de um tipo de abordagem. Todavia, mais recentemente tem existido um esforço que leve a uma crescente integração de ambas as posturas metodológicas.

Neste sentido, e considerando a presente discussão devemos desde já, antes de começar com a discussão, avançar com a definição de paradigma, pelo que entendemos: “(...) conjunto articulado de postulados, de valores conhecidos, de teorias comuns e de regras que são aceites por todos os elementos de uma comunidade científica num dado momento histórico (Coutinho in Coutinho, 2011:9).

O paradigma na sua aceção, é um conjunto articulado e coerente de premissas, que mapeiam uma investigação. A opção por um determinado paradigma é sempre um momento relevante e de opções por parte do investigador. No caso particular em apreço optámos por realizar uma abordagem integrada. Integrada em termos teóricos, uma vez que operou-se uma tentativa de revisitação das três grandes propostas teóricas (liberal, republicana e deliberativa) e assim potenciar cada uma. Um postulado fundamental no meio de toda esta discussão, diz respeito à existência de diferentes graus de exigência de recursos, quer sejam eles simbólicos, quer materiais, como anteriormente tínhamos já adiantado.

Com efeito, não se pode falar de uma teoria de síntese, porque no fundo o que queremos postular não é mais do que a teoria, tal como ela é - a sua essência. Por outro lado, temos ainda como desafio a “captação” e análise da participação política alternativa no Facebook, a necessidade de observar as dinâmicas participativas e de debate público e o modo como este se processa, quer no plano das Organizações, quer dos seguidores.

Ora, considerando a complexa teia social, cultural, política, bem como dos próprios objetivos enunciados anteriormente, se opta pela implementação de uma abordagem metodológica, que articule, no mesmo “pé de igualdade” elementos qualitativos, bem como elementos de carácter eminentemente quantitativo, para que obtenhamos dados que nos permitam penetrar na dinâmica participativa no Facebook. Por conseguinte, estamos-nos a encaminhar para uma bifurcação de caminho, há muito iniciado, onde ter-se-á de mobilizar recursos metodológicos e técnicos de diferente natureza.

Esta bifurcação, representa não só a opção por um duplo processo de recolha de dados, mas também uma postura metodológica mista, com importantes e relevantes implicações, no plano empírico. Apresentadas e discutidas algumas das premissas paradigmáticas que pautam a presente investigação, devemos realizar a passagem articulada para o plano metodológico.

Foi afirmado anteriormente que se procurarão realizar dois processos de recolha de dados. A presidir a esta simbiose empírica estará a adoção de uma metodologia. A conceção de uma metodologia (Latorre et al. 1996: 87 cit in Coutinho, 2011:22) passa fundamentalmente por “(...) velar pelos métodos, assinalar os seus limites e alcance, clarificar e valorizar os seus princípios, procedimentos e estratégias mais adequados para a investigação” ou de forma mais telegráfica “reflectir sobre os meios que demonstraram o seu valor na prática” (Kaplan 1998: 24 cit in Coutinho 2011: 22).

A metodologia surge deste modo como o conjunto de procedimentos metodológicos e técnicos que norteiam a recolha de dados, de forma a permitir almejar os objetivos da pesquisa, tal como foram identificados anteriormente. É neste ponto da discussão, que urge realizar uma opção, ou por outras palavras, uma escolha mista, na qual se inscreve tanto a adoção de uma perspectiva quantitativa, bem como qualitativa, numa clara assunção da designada metodologia mista. Esta, pensamos ser a melhor forma de ensaiar uma análise, que nos permita ter uma profícua visão de um fenómeno ainda pouco abordado, no campo das ciências sociais. É também uma forma de focar um objeto de estudo, com interesse simbólico, mas também carecendo de uma base empírica de carácter quantitativa, que permita um consistente aferir do potencial participativo do Facebook e muito particularmente das Organizações estudadas.

Ora, estamos perante dois tipos distintos de abordagem, que se focam e procuram informação distinta. Em termos gerais as metodologias quantitativas permitem (Bisquerra, 1989; Wiersma, 1995; Creswell, 1994 in Coutinho, 2011: 25) grosso modo: 1º enfase nos factos, 2º basear a investigação na teoria, 3ª plano: de investigação estruturada e estática; 4º investigador externo ao estudo; 5º utilização de técnicas estatísticas na análise de dados. Estes são alguns dos aspetos identificados pela referida autora e que pensamos poder-se vir a adequar à investigação em decurso. Com efeito, pretende-se apurar a tendência de comunicação, organização e participação dominantes dentro das Organizações, pelo que uma abordagem primeiramente quantitativa permite-nos abordar um grande conjunto de factos e assim obter uma importante e relevante “fotografia” deste fenómeno, como mencionado por Ragin e Amoroso (2011: 164) ao admitirem que “quantitative researchers sacrifice in-depth knowledge of each individual case in order to achieve an understanding of broad patterns of covariation across many cases”.

No que toca à implementação de uma metodologia de carácter eminentemente qualitativo, interessa-nos fundamentalmente o estudo das “(...) intenções e situações, ou seja, trata-se de investigar ideias, de descobrir significados nas acções individuais e nas interações sociais a partir da perspectiva dos actores intervenientes no processo” (Coutinho, 2011: 26). No âmbito da presente investigação pretendemos atribuir o mesmo patamar de relevo metodológico, tanto às entrevistas, como à análise de conteúdo. Ambas compõem um articulado metodológico, que nos permitira aferir da riqueza do nosso objeto de estudo e da sua

complexidade. As entrevistas, permitirão dar voz aos atores, bem como captar as percepções dos mesmos, facto que não é acessível, pela aplicação direta e simples de uma grelha de análise de conteúdo.

Fica explícita, a complementaridade existente entre estas duas abordagens, sendo que cada uma detém uma relação de proximidade com determinadas técnicas. Como constata Charles Ragin (1987:9) as ciências sociais confrontam-se com uma realidade, que aliás pretendem estudar, que para além de complexa é dinâmica: “unfortunately, social scientific investigation is rarely this simple”.

Chegados aqui, revela-se de toda a importância aprofundar a relação entre “técnica” e “método” de acordo com Bisquerra (1989:55 *cit in* Coutinho, 2011:22) “a relação entre método e técnica é semelhante à que existe entre género e espécie biológica”. Estamos portanto na eminência de fazer as derradeiras opções. Se por um lado, queremos abordar as várias Organizações de um modo quantitativo, permitindo-nos a melhor e mais fácil sistematização dos dados e desta forma perceber dinâmicas de utilização do Facebook por parte das Organizações, por outro lado, não podemos descartar um importante nicho de conhecimento, que é o próprio significado e compreensão da participação política e cívica, por parte dos entrevistados, que são os responsáveis das Organizações, permitindo-nos responder à questão: o que os motiva? Esta e outras questões só são, no atual estado da arte, respondíveis através da realização de entrevistas. Por seu lado, a componente quantitativa ficará à responsabilidade da análise de conteúdo. Na próxima secção, faremos uma breve abordagem a cada uma das técnicas.

4.4 - Dois Momentos, Duas Técnicas: a complementaridade de perspetivas

Para finalizarmos o presente capítulo abordaremos nas próximas linhas, as duas técnicas que permitirão a operacionalização de todo o percurso teórico: análise de conteúdo e entrevistas. O presente espaço tem como finalidade fundamental, apresentar e justificar a seleção de cada uma delas, pelo que temos de começar por uma breve abordagem teórica de cada um dos momentos. Em termos sintéticos, diríamos que a opção pela análise de conteúdo primeiramente, pende-se com a necessidade de registo de um quadro empírico, que nos permita ter uma visão sistematizada. Juntando à análise de conteúdo ainda as próprias entrevistas, que darão voz aos atores concretos, que estão envolvidos no processo, pensamos desta forma obter uma ampla e diversificada perspetiva sobre esta realidade, ainda que não abarque a totalidade do que se pretende estudar. Nas entrevistas obteremos dados oriundos das percepções e experiencias dos dinamizadores ou membros das Organizações, para assim oferecer uma perspetiva mais simbólica e plural ao quadro de análise mais geral e que

operacionaliza toda a pesquisa. É nesta linha de raciocínio que a recolha de dados será presidida pelas seguintes perguntas e hipóteses de investigação.

Perguntas de Investigação

- 1ª Qual o nível de integração programática e organizativa das diferentes Organizações?
- 2ª Em que medida há diversidade informativa e conteúdos próprios?
- 3ª Qual o tipo de comunicação dominante nas Organizações e suas páginas de Facebook?
- 4ª Como se posicionam política e ideologicamente as Organizações e seus ativistas?
- 5ª Em que medida, há nas páginas de Facebook das Organizações troca de argumentos entre seguidores e entre estes e a Organização?
- 6ª Quais as estratégias utilizadas, para potenciar a mobilização cívica e política?

Hipóteses de Investigação

- 1ª As diferentes Organizações apresentam de um modo geral, um nível de institucionalização bastante reduzido, nomeadamente ao nível programático e organizacional.
- 2ª Os conteúdos informativos a nível externo são diversificados. Todavia, ao nível interno a produção e consequente divulgação de informação é deficitária.
- 3ª As Organizações em análise colocam em prática predominantemente um tipo de comunicação horizontal tanto a nível interno, como na respetiva página de Facebook.
- 4ª Ainda que abordem e tenham como ponto de partida questões e domínios de abordagem distinto, são Organizações fundamentalmente anti-sistema e que partem da crítica ao sistema político partidário, para a sua ação.
- 5ª As páginas de Facebook das Organizações estudadas, são privilegiados espaços de diálogo e partilha argumentativa, entre seguidores e entre estes e a Organização e seus ativistas.
- 6ª As organizações estudadas recorrem a um conjunto diversificado de recursos, que vão desde flyers, cartazes, humor, vídeos, no sentido de engendrar um debate público mobilizador.

4.4.1 - Da procura da objetividade e sistematicidade: o modelo de análise de conteúdo

Pensar as ciências sociais e a sociologia, é de certa forma também ter em conta as diferentes e diversificadas técnicas de recolha de dados. Neste rol, a análise de conteúdo desempenha um papel charneira, seguindo um percurso quase paralelo, com o próprio desenvolvimento do domínio científico da sociologia. Na sua origem está uma clara associação da análise de conteúdo aos cada vez mais frequentes, estudos em comunicação, que no dealbar do século XX estavam muito em voga, nas sociedades ocidentais, nomeadamente no estudo da receção e propaganda. É precisamente no período entre as duas grandes guerras, que este tipo de estudos, adquire grande notoriedade, entre as várias ciências sociais. Foi neste contexto, que surgiram trabalhos, que de acordo com Jorge Vala (1986/2003:101-102), são identificados como trabalhos bastante relevantes como o de Lasswell (1927) e o de Berelson e Lazarsfeld (1948).

Por conseguinte, é legítimo conceder à análise de conteúdo, enquanto técnica, o relevante papel de ter contribuído de forma decisiva para a consolidação e afirmação da sociologia e demais já antes os inquiridos teriam esse papel nas ciências sociais, como um corpo de conhecimento, que ia muito para além da componente ensaística e teórica dando-lhe carácter empírico e com isso refutabilidade e comparabilidade, para além da sistematicidade e objetividade.

Fazendo uso das palavras de Berelson (1952 cit in Vala, 2003: 103) a análise de conteúdo pode ser definida como “a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” mais recentemente Krippendorff (1980 cit in Vala 2003: 103) redefine nos seguintes termos: “uma técnica de investigação que permite fazer inferências, válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto”.

Deste modo, com esta definição estamos em posição de considerar a possibilidade de a análise de conteúdo se poder processar por duas vias. Tomando como objeto, o texto ou outros elementos, a partir dos quais realiza uma análise eminentemente qualitativa. Por outro lado, a versatilidade desta técnica, pode permitir um uso de carácter essencialmente quantitativo ou por outras palavras, permite a quantificação do número de frequências de uma determinada ocorrência.

Ora, é neste limbo, que o virtuosismo da análise de conteúdo se joga, permitindo, em separado ou em simultâneo, a descrição de uma determinada realidade ou, por sua vez, a inferência a partir de uma pequena porção, permitindo a extrapolação.

Nesta linha de raciocínio Henri e Moscovici (1968 in Ghiglione e Matalon, 2001:181) distinguem duas tipologias procedimentais na realização da análise de conteúdo. Para os

autores, um procedimento fechado, passa por partir para a análise com um quadro teórico, que norteie a análise. Por seu lado, um procedimento aberto, consiste na análise de textos exploratórios, não havendo lugar a referências teóricas prévias. Em qualquer uma, das duas versões, há necessidade de definir com a maior precisão possível o objetivo de estudo e os objetivos que se pretendem alcançar na análise.

Perante esta diversidade de aplicação e uso, fica a cargo/responsabilidade do investigador um conjunto alargado de opções, que permitem a este, adequar às necessidades do seu trabalho de uma forma criativa, o modelo que presidirá à análise de conteúdo. Como frisa Jorge Vala (2003:109) o investigador deverá considerar: 1º a delimitação de objetivos, bem como a definição de um quadro teórico que mapeie e oriente a recolha de dados; 2º a constituição de um *corpus* de 8 Organizações, 3º a definição de categorias; 4º a definição de unidades de análise; 5º a quantificação.

Adotando este *modus operandi* para a presente investigação, podemos constatar desde logo, que em termos de enquadramento teórico temos como referência os paradigmas, liberal, (neo) republicano e deliberativo. De forma a contemplar contributos teóricos das três propostas teóricas concebemos desde logo cinco indicadores, para cada uma das quatro dimensões (ver modelo de Análise em Anexo 1). Nestas serão contemplados aspetos teóricos, testáveis, das três teorias. Ao longo das quatro dimensões, os dois primeiros indicadores testaram conceitos de participação e comunicação, para além de outros, oriundos do modelo liberal, os dois seguintes serão dedicados a testar o modelo (neo) republicano e o último com a proposta teórica deliberativa. A existência de ponderação assimétrica, reflete precisamente distintos níveis de mobilização de recurso e envolvimento, como já tivemos oportunidade de destacar nos capítulos anteriores e como está na descrição do modelo de análise (ver anexo 1).

A segunda etapa, que reporta à definição do corpus de análise, que dá suporte empírico à presente análise, consiste num total de oito Organizações objeto de análise. A opção pelas Organizações já anteriormente identificadas, fica-se fundamentalmente a dever em primeiro lugar à própria economia de tempo e de recursos (dai se ter delimitado a outras Organizações), um segundo critério prende-se com o mediatismo alcançado. Um terceiro e último critério prende-se com a diversidade de temáticas, que têm na sua agenda e o modo como fazem a sua participação no Facebook. Pensamos, que em termos quantitativos, o estudo de oito Organizações se coaduna de forma adequada aos horizontes de uma pesquisa de mestrado e considerando ainda os próprios objetivos intrínsecos à investigação.

No que toca ao terceiro aspeto, o da definição de categorias, tal como já foi referido, o modelo de análise tem na sua orgânica quatro dimensões, que esquematicamente podem ser representadas da seguinte forma:

Grelha de Análise de Conteúdo

1ª Organização e Informação

- 1.1 - Apresentação da Organização e sua dinâmica;
- 1.2 - Atualidade noticiosa/mediática e política;
- 1.3 - Informação de outras Organizações e Instituições;
- 1.4 - Informação de ações da Organização;
- 1.5 - Informações que revelem objetivos e orientações programáticas.

2ª Dinâmica Organizativa do Debate

- 2.1 - Possibilidade de correspondência via postal e/ou outras plataformas;
- 2.2 - Bloco de Notas;
- 2.3 - Complexidade do enquadramento dos *posts* da administração;
- 2.4 - Existência de comentários na própria página aos seus *posts* e aos dos seguidores;
- 2.5 - Correspondência por mensagem privada.

3ª Iniciativa e pró-atividade dos seguidores

- 3.1 - Número de seguidores;
- 3.2 - Existência de *posts* e comentários dos seguidores;
- 3.3 - Uso de fotos/vídeos/gráficos e outros elementos nos *posts* dos seguidores;
- 3.4 - Tom dominante dos *posts* e dos comentários dos seguidores;
- 3.5 - Complexidade argumentativa dos *posts* dos seguidores.

4ª Persuasão, Humor e Estética

- 4.1 - Imagem de perfil e capa e uso de *slogans*;
- 4.2 - Uso de fotos/vídeos e outros elementos nos *posts* dos seguidores e administração;
- 4.3 - Recurso a *cartoons* e caricaturas nos *posts* da administração;
- 4.4 - Recurso a *cartoons* e caricaturas nos *posts* dos seguidores;
- 4.5 - Uso de ironia e sátira no enquadramento nos conteúdos da administração e seguidores.

Podemos observar, que todas as quatro dimensões são constituídas por cinco indicadores. Estes são em última análise a “ponte” para a efetiva operacionalização. Um quarto passo, na construção do modelo da análise de conteúdo, consiste na criação e definição das designadas unidades de análise. Estas são de extrema importância, dado que permitem ao pesquisador perceber os procedimentos dominantes, em termos comunicacionais e participativos. No caso concreto da presente investigação, levou-se em linha de conta a conceção de uma pontuação, que vai desde 1 até 6 em cada um dos indicadores, podendo na máxima pontuação ser obtida

a nota 6 e mínima 1, de acordo com a avaliação feita pelo pesquisador, considerando cada indicador e o conteúdo deste, em cada um das oito Organizações. Acresça-se a esta organização, ainda a existência de ponderação, que multiplica desde 1 (mínimo) até 5 (máximo) o total da pontuação obtida⁴⁰, dando desta forma pesos relativos e distintos, considerando o nível de recursos mobilizados. Finalmente, a 5ª quantificação. É neste ponto, que pensamos que o modelo aqui apresentado revela a sua originalidade e contributo para estudos posteriores. Neste âmbito, Jorge Vala (2002: 119) enumera três tipologias procedimentais, a saber: análise de ocorrências, análise avaliativa, análise estrutural. Ora, considerando o modelo adiantado, podemos considera-lo na categoria como avaliativa, uma vez, que se trata de avaliar diferentes aspetos ao longo dos cinco indicadores de cada uma das quatro dimensões. Todavia, esta proposta modelística tem componentes das outras duas vertentes da quantificação. Concretizando, temos a contagem de ocorrências em vários indicadores, em que por exemplo se avalia a existência de várias (cinco) temáticas abordadas, entre outros indicadores. Mas, também temos a componente estrutural dos posts, através da procura da existência por exemplo de enquadramentos meramente descritivos, ou interpretativos.

Com todo este aparato metodológico e técnico pensamos poder garantir a sistematicidade na recolha de dados da análise de conteúdo e com isso, uma profícua e consistente análise de dados.

4.4.2 - Deambulações metodológicas: em busca dos interstícios participativos e organizacionais

Pensar em entrevistas, é pensar em dados e aplicação de metodologias qualitativas, em que o primado da subjetividade da ação, constitui-se como um importante ponto de interesse do pesquisador. Embora seja algo redutora esta asserção, não deixa de ter a sua verosimilhança relativamente à realidade, porque de facto é um privilegiado mecanismo técnico, para se compreender uma determinada realidade, que se pretende estudar.

Quando falamos das subjetividades, estamos a aludir às construções simbólicas que os atores constroem ao longo do seu trajeto biográfico e que lhes permite perspetivar determinado facto social, a partir de “lentes” próprias, muito idiossincráticas, que não são mais do que o reflexo dos valores que norteiam esse ator.

Nas suas origens, podemos identificar as “biografias orais” eternizadas por W. Dilthey de acordo com Danielle Ruquoy (1995/2005:91). Este autor alemão argumenta que “(...) o social só podia ser aprendido por meio de uma abordagem compreensiva: trata-se de decifrar o

⁴⁰ Esta distribuição da pontuação e da respetiva ponderação foi influenciada pelo trabalho de Dader, José L. & Cheng, Lifan (2011).

sentido que o ser humano atribui à sua acção” (in Ruquoy, 2005: 91). No âmbito mais estrito da presente investigação, pretende-se recolher dados acerca do significado, que os próprios atores, no caso membros das páginas estudadas, colocam na ação ativista, seja em contexto real, mas sobretudo no que reveste à utilização do Facebook. Desenvolvimentos subsequentes, nomeadamente a partir do contributo de Erving Goffman, por via do seu paradigma interaccionista, possibilitaram o aprofundamento e desenvolvimento deste tipo de abordagem metodológica. Nesta linha, há também a destacar ainda nas primeiras décadas do século XX, os importantes estudos realizados no âmbito da sociologia urbana, pela Escola de Chicago fazendo uso intenso de metodologias e técnicas compreensivas, como é o caso das entrevistas.

Dito isto, debruçar-nos-emos sobre as circunstâncias em que uma entrevista pode e/ou deve ser realizada, no fundo as contingências inerentes a uma interação em co-presença onde há um entrevistado e um entrevistador. A entrevista envolve necessariamente um conjunto de aspetos, que fazem desta técnica, um privilegiado meio de captar os factos sociais, de um modo, que nenhuma outra consegue garantir, tal como argumenta Danielle Ruquoy (2005: 86 a 87):

1. - Estabelecimento de uma relação entre entrevistado e entrevistador;
2. - Entrevista promovida pelo investigador;
3. - A entrevista de investigação distingue-se das suas demais congéneres, nomeadamente das jornalísticas e clínicas;
4. - Existência de um guião de entrevista;
5. - A entrevista permite um conhecimento aprofundado de um número reduzido de casos.

Numa situação concreta de entrevista são muitos os fatores a considerar como potenciadores de constrangimentos. Quando falamos de constrangimentos é óbvio que somos tentados a pensar de imediato no entrevistado, todavia, sendo um caso relativamente recorrente e de difícil ultrapassagem, a verdade é que da parte do entrevistador também se podem verificar constrangimentos de vária e diversa ordem.

Ora, no que toca ao entrevistado e de acordo com a exposição de Rodolphe Ghiglione Benjamin Matalon (2001: 71 a 75) podemos desde logo considerar a (in)existência de capital retórico, bem como a capacidade de entender questões mais complexas. Este autor refere-se a fatores culturais como já explicitámos, mas também a fatores conjunturais, que se relacionam com o interesse que o entrevistado tem relativamente ao assunto abordado na entrevista e finalmente a fatores mnemónicos, que dizem respeito à capacidade de

retrospetivar determinado processo ou assunto ao longo da entrevista. Um outro grande domínio é o cognitivo, que pode interferir com o quadro de referência.

No que diz respeito ao entrevistador, os mesmos autores (Ghiglione e Matalon, 2002:75) apontam três grandes tipologias de constrangimentos que podem interferir com o normal desenrolar da entrevista. São eles: características físicas, quadro de referência e competência técnica. A aparência física pode desempenhar algum tipo de interferência, ainda que sendo muito difícil de quantificar e apurar como, a verdade é que o sexo, a idade, a aparência ou até mesmo a classe social de pertença, podem ter influência. Em segundo lugar, o quadro de referência do entrevistador, pode também ele contribuir negativa ou positivamente para o desenrolar da entrevista. Neste ponto podemos incluir, também como é óbvio, o modo e as maneiras de estar e ser, refletindo uma forma de estar. Finalmente, temos o domínio ou não de competências técnicas do entrevistador. Existem procedimentos técnicos, como por exemplo entrevistas que dispensem a co-presença e que façam uso de tecnologias de comunicação como o Skype, podem ajudar a contornar certos problemas.⁴¹

Uma outra importante dimensão, esta de carácter eminentemente técnico, diz respeito ao tipo de organização da entrevista. Com efeito, são diversos os autores que se debruçam sobre esta questão, tais como Marconi e Lakatos (1985/2002), Quivy e Campenhoudt (2003), Albarello, Digneffe, Hiernaux, Maroy, Ruquoy e Saint-Georges (1995/2005) e Ghiglione e Matalon (2001) e com esta abordagem, enfatizam um lado versátil e dinâmico da entrevista como técnica de recolha de carácter dados. O que se está a tentar frisar é o forte carácter adaptativo das entrevistas aos mais diversos e diferentes tipos de investigação e também no seio da própria investigação em curso.

Há autores (Marconi e Lakatos, 2002: 93 e 94) que fazem a distinção entre entrevistas padronizadas/estruturadas, em que o investigador concebe e, aquando da realização da entrevista, segue escrupulosamente o guião da mesma. Por outro lado, há de acordo com estas mesmas autoras um outro tipo de entrevista despadronizada/não estruturada, na qual o investigador atribui liberdade total ao entrevistado para discorrer acerca de um dado assunto. Esta tipologia, embora relevante, apresenta-se quase como um binómio entre dois-ideais tipo. Já Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (2003: 192 e 193) concebem uma tipologia de entrevista de nível e grau de abertura considerável, designando-a como não-diretiva.

Para estes autores a entrevista não-diretiva, permite uma certa flexibilidade na sua realização. Um caso prático, passa pela existência já de resposta a uma dada pergunta, que ainda não tinha sido colocada, perante esta situação o entrevistador tem “margem” para não colocar a questão, todavia e consoante a dinâmica do próprio processo deixamos margem para a colocação de outras, que não estão previstas, mas que surgem no momento como

⁴¹ Aquando da efetiva realização das entrevistas são considerados todos os aspetos. Posteriormente, no capítulo dedicado à discussão dos dados será realizado uma apreciação das circunstâncias em que cada uma das entrevistas foi feita.

pertinentes. Nesta versão o entrevistador deve zelar para que a entrevista siga o seu rumo, sem grandes perdas de tempo e fugas ao assunto ou dispersão por parte do entrevistado.

No fundo esta questão assume uma revência central, em face da possibilidade de opção de maior ou menor diretividade na realização da entrevista. A opção por um tipo, deverá ser presidida, tendo em consideração os objetivos da investigação, mais latamente entendidos e sobretudo com os próprios e específicos objetivos daquele momento da pesquisa. Na atual investigação a opção recai pela conceção de um modelo de entrevista não-diretiva, para assim poder abordar um conjunto razoável de questões, mas dando primazia ao aprofundamento do conhecimento, sem perder a vantagem das entrevistas, que é no fundo permitir ao investigador, a interpretação do quadro de referência e dos significados que o entrevistado coloca na sua narração.

Assim e para usar a terminologia de Ghiglione e Matalon (2001:86) este conjunto de oito⁴² entrevistas ao seguir uma orgânica e consequente aplicação não-diretiva, pretende respeitar os critérios do *aprofundamento* e *exploração*. Os autores preconizam que a opção pela realização de entrevistas não-diretivas permite que o individuo responda “(...) de forma exaustiva, com as suas próprias palavras e através do seu próprio quadro de referência, a uma questão geral (o tema) pela ambiguidade” (2001:87). O substrato argumentativo, por trás desta opção e inclusive da própria realização da entrevista entronca precisamente neste ponto, dado que estamos perante uma área de conhecimento pouco explorada, também o conhecimento é parco, pelo que as linhas orientadores, que poderiam existir esbatem-se, emergindo a necessidade de realizar um conjunto de entrevistas, que coloquem os próprios atores envolvidos nos processos a falar e a discorrer.⁴³ Obviamente, também aqui, neste campo, as opções implicam limitações e constrangimentos. De entre estes constrangimentos verificados ou potenciados podemos adiantar os seguintes de acordo com Marconi e Lakatos (2002: 94 e 95) e Quivy e Campenhoudt (2003: 194 e 195):

1. - Mal entendidos e lapsos de comunicação entre entrevistado e entrevistador;
2. - Défice de compreensão entre ambas as partes;
3. - Incapacidade do investigador ou entrevistador de lidar com uma certa flexibilidade, característica da entrevista;
4. - Importância da articulação entre a recolha e o tratamento da informação;
5. - A possível interferência, aquando da formulação das questões;

⁴² Este valor calcula-se a partir do número de Organizações que fazem parte da presente investigação. Portanto o número oito de entrevistas é o expectável, todavia estamos dependentes da disponibilidade das Organizações em nos cederem a dita entrevista.

⁴³ Esta questão, da articulação entre etapas de recolha de dados, será um pouco mais á frente aprofundada.

6. - A própria disponibilidade do entrevistado em facultar determinados tipos de informação;
7. - Medo que a sua identidade seja publicitada;
8. - Longa duração e difícil execução.

Estes são alguns dos aspetos que teremos em consideração na efetivação das entrevistas e que dentro do circunstancialismo que rodeia este procedimento, procurar-se-á mitigar o mais possível. Existe desta forma, uma premente necessidade de fazer articular de forma meticulosa o objeto de estudo e os objetivos da própria pesquisa à(s) técnicas. A entrevista, nos termos em que a utilizamos na presente pesquisa como forma de verificação e aprofundamento, deriva do facto de esta ser uma pesquisa com metodologia mista, que articulando dois momentos (qualitativo e quantitativo), implica a obtenção de dados diversos, para além do facto de nas entrevistas se pretender coletarem dados não só baseados nas impressões e perceções dos entrevistados, como factos e dados concretos, como o número de membros de cada Organização, daí também a opção pela não-diretiva (*aprofundamento e exploração*). Esta opção é também parcialmente influenciada pela forte e consistente componente teórica do presente trabalho, que aqui é levado a cabo. O que permite um mapeamento relevante da componente empírica, de onde se insere a realização das entrevistas seguindo esta vertente. Sendo assim. A própria orgânica do guião de entrevista (ver anexo 2), reflete esta opção. Como?

Basicamente, referimo-nos ao próprio número de questões que fazem parte do guião. Ora, em caso de termos optado por um tipo de entrevista diretiva, poderíamos ter optado por conceber um guião, em que o número de questões poderia ser maior. Esta opção prende-se sobretudo pelo facto de o inquirido, ser responsável da Organização e assim privilegiar uma das perspetivas, sobretudo no que toca à composição e dinâmica internas. Mas essa é com toda a certeza uma opção e quiçá uma limitação da própria pesquisa e dos seus próprios horizontes.

Por conseguinte, ao longo das (20) questões, que compõem o guião, procurar-se-á progressivamente abordar as já referidas quatro dimensões. Assim, da 1ª à 4ª e 20ª procurar-se-á abordar grosso modo a *Organização e Informação* de que faz parte o entrevistado. Este é o domínio privilegiado, desta etapa, dado que estamos a tratar de quem organiza e dinamiza as Organizações, que dão suporte empírico. Nesta fase, pensamos ser de todo relevante não só um aprofundamento, mas bem mais, uma forte e importante análise do modo como é coordenada toda a ação dando voz aos principais protagonistas. Por assim dizer, este é um momento muito relevante, desta etapa de recolha e análise de dados, permitindo-nos ir muito mais longe na análise deste importante domínio.

As questões 5ª a 11ª centrar-se-ão na *Dinâmica Organizativa do Debate*. Por conseguinte, os dados aqui recolhidos terão sempre como fonte a perspetiva dos dinamizadores das

Organizações estudadas. Aqui, procurar-se-á fundamentalmente um retrato da perceção do entrevistado, do modo como é realizada e até dinamizada a comunicação interna, mas especialmente o modo perceciona a efetiva mobilização dos seus seguidores, em contexto digital e posteriormente em contexto real.

Já as questões 12^a à 15^a reportam-se à *Iniciativa e Pró-atividade dos Seguidores* procurando aferir um núcleo importante da presente pesquisa. Neste vasto domínio, considerar-se-á a análise da participação dos seguidores, obviamente na perspetiva dos dinamizadores das Organizações. Todavia, tal como anteriormente já tivemos oportunidade de postular, também estes, os dinamizadores e membros das Organizações são atores e protagonistas da participação política e cívica, ao contribuir para sensibilizar, reflexão e mobilização. Neste plano, há ainda a destacar o facto de se pretender apurar o nível de abertura e o procedimento de negociação entre o papel dos seguidores e das Organizações.

Finalmente, abordar-se-á um último grande domínio *Persuasão Humor e Estética* (16^a à 19^a) onde nos debruçaremos sobre a importância, que é dada ao uso do humor, enquanto ferramenta de luta política e cívica e de apelo à mobilização. Será alvo também uma abordagem às estratégias utilizadas para a mobilização. Deste modo, e percorrido este périplo podemos acalentar a expectativa de alcançar um conhecimento, ainda que contingencial, em termos temporais e espaciais, mas que nos permita abrir caminho a futuras investigações a partir de um quadro analítico aqui esboçado.

5 - Entre Factos e Perceções: o debate facebookiano

Os últimos tempos (anos) têm sido pródigos em acontecimentos e factos políticos. Regra geral, estes surgem-nos imbricados com a temática económica ou financeira, na agenda mediática dos mais diversificados meios de comunicação. É com efeito, um debate político incontornavelmente dominado pela crise financeira adjacente à própria crise do *subprime* e que tem vindo nos últimos anos a ter sucessivas “ondas de choque”, materializadas em pesadas medidas de austeridade, que têm feito registar significativas quebras no poder de compra das populações.

Esta depreciação da qualidade e nível de vida de largas categorias sociais, não passa incólume ao ambiente político, sobretudo se considerarmos as sociedades da Europa mediterrânica e muito em particular a de Portugal. O crescente descrédito da classe política e governativa, perante a população eleitora, tem ficado cada vez mais patente sobretudo com o crescimento do número de eventos, como por exemplo manifestações como a de 2 de Março 2013 ou 15 de Outubro 2011, que tiveram a particularidade de mobilizar uma alargada e diversificada base social de apoio.

O recrudescimento da contestação tem pontualmente decorrido em contexto real, todavia um elemento novo, ou de certo modo, parcialmente novo é a dialética que se estabelece entre o debate público e os novos *mídia*, mormente as redes sociais como o Facebook. As redes sociais têm crescentemente ganho preponderância no que toca à visibilidade e mediatização de determinadas temáticas. O Facebook, em concreto parece dar uma maior visibilidade a determinadas questões, que de outra forma passariam indiferentes entre a população. São ainda diversos os casos em que a agitação e até de certo modo uma onda de indignação teve o seu grande epicentro no Facebook, como foi o caso das alterações dos valores da TSU para os trabalhadores e empresários, mas também declarações, que geraram polémica como as de banqueiros como Fernando Ulrich, ou ainda de um empresário da distribuição Alexandre Soares dos Santos.

Em todas estas ocasiões, houve tal como já foi dito, uma “forte agitação” crítica, relativamente a estas figuras públicas, que inclusive levou a retratarem-se publicamente, em alguns dos casos. Estamos com efeito, perante uma dinâmica, que pautou o debate público e até a agenda mediática, incluindo os *mídia* tradicionais durante um determinado espaço de tempo. Aparentemente, existe neste tipo de fenómenos, uma forte componente contingencial. O que queremos enfatizar é precisamente o possível carácter efémero, que resulta dos impulsos vindos das diferentes redes sociais e em particular do Facebook.

Dito isto, somos impelidos a questionar: que têm em comum todas essas Organizações partidárias ou até mesmo autónomas? Transversalmente, podemos identificar um traço determinante, o de serem Organizações que se movimentam e gravitam em torno do sistema político institucional. O que em última análise requer, algum nível de aprofundamento e complexidade orgânica e programática.

Paralelamente, assiste-se a uma crescente presença de atores políticos e figuras políticas, marcando presença no Facebook.⁴⁴ Esta presença, faz-se predominantemente numa visão genérica e superficial de forma a fazer chegar a mensagem de campanha ou partidária. Assim, estes novos meios de comunicação digitais, tem a virtude de abarcar um grande e heterogéneo conjunto de indivíduos, tornando-os assim suscetíveis de receberem a mensagem, que se pretende transmitir.

Está implícito, neste modo de abordagem, uma visão prática de comunicação verticalizada. No fundo, esta postura consoma-se como fundamentalmente um tipo de comunicação verticalizado, em que ao candidato cabe sobretudo apresentar as suas propostas, o seu programa, em que finalmente aos seguidores, em geral, é lhes remetido o papel daquilo a que José Marichal (2012) designa por “clickactivism”. O substrato desta postura e no fundo um perspetivar da atividade política como algo elitista, na linha do que em capítulos anteriores tivemos oportunidade de sublinhar.

Neste ponto, “batemos” num aspeto relevante e que na presente pesquisa se reveste da maior relevância, abordando a complexidade organizativa e programática das Organizações objeto de análise. Esta atenção prende-se com uma importante componente e que tem a ver com o nível de estruturação e sedimentação, o poderá ter um peso decisivo na ação levada a cabo por essas Organizações, seja ela em contexto real ou no Facebook. O Facebook, reveste-se de especial relevo, dado que estamos perante um estudo que concilia dois grandes domínios: o da participação política e o das tecnologias.

É imbricado, nestes dois campos, que a atual investigação procura responder á questão de partida: em que medida o Facebook dá expressão a formas alternativas de participação política? Esta é no fundo a questão que norteia todo o percurso teórico e a componente empírica, que aqui se pretende realizar. Para a prossecução do nosso objetivo, “avançou-se” em duas “frentes” empíricas, não descorando a necessária e imperativa articulação entre ambas, por um lado a realização de entrevistas, uma por cada Organização, por outro lado, uma análise de conteúdo, composta por quatro dimensões e respetivos indicadores.

⁴⁴ No momento preciso em que está a ser redigido este mesmo capítulo, decorre o período de pré-campanha e posteriormente campanha eleitoral para as eleições autárquicas a realizar no final do mês de Setembro. Neste contexto, assiste-se a uma proliferação enorme de páginas de candidaturas às Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e Assembleias Municipais. Por vezes com slogans de campanha e opções estéticas algo discutíveis, levando mesmo à criação da página “Tesourinhos das Autárquicas”.

Dimensões que passamos a enumerar: 1ª Organização e Informação; 2ª Dinâmica Organizativa do Debate; 3ª Iniciativa e Pró-atividade dos seguidores; 4ª Persuasão, Humor e Estética.

De uma forma ou de outra, estes quatro domínios condensam os objetivos a que nos propomos alcançar, isto é de conhecer de forma aprofundada estes importantes vetores analíticos. Imbuídos deste espírito que a presente análise se processará através das quatro grandes dimensões, às quais será dedicada uma secção e três subsecções. Nas duas primeiras, serão discutidos os dados, para de seguida (na terceira) fazermos uma breve conclusão onde se corrobora ou refutará as duas hipóteses de trabalho, que iluminam cada dimensão. As duas últimas secções seguem uma organização um pouco distinta, uma vez que se trata da exposição e aceitação ou rejeição de uma só hipótese, daí serem compostas apenas por uma secção.

No final, os resultados obtidos serão objeto de apreciação na subsecção final, onde se levará a cabo a mensuração, considerando para o efeito as diferentes hipóteses e perguntas, que lhe presidem. Neste sentido, as perguntas e respetivas hipóteses desempenharão um papel orientador, encadeando o raciocínio que se pretende levar a cabo neste 5º capítulo, que se fará a partir de uma constante deambulação entre os dados dos dois momentos de pesquisa.

Ora, numa breve abordagem às circunstâncias e vicissitudes, que norteiam a execução destes dois momentos e começando desde já, pela análise de conteúdo,⁴⁵ podemos dizer que este momento empírico da presente pesquisa, teve como referência o período que mediou entre 5 e 11 Junho 2013. Tendo um forte carácter quantitativo, esta etapa da recolha de dados, que foi efetivamente realizada entre as 21h55 do dia 15 Junho e as 21h15 do dia 16 do mesmo mês, assentava na avaliação de um conjunto de indicadores, distribuídos por quatro dimensões: as já anteriormente identificadas.

A cada indicador e eram cinco por dimensão, era atribuída uma pontuação, tendo como critérios fundamentais a adequabilidade, a complexidade e a atualização. Avaliação, esta, que tem uma escala de mensuração entre o 0 (nota mínima) e o 6 (nota máxima). Contudo e no sentido de apostar de forma ainda mais substancial, na herança teórica das três principais propostas aqui consideradas (liberal, (neo)republicano e deliberativo), implementou-se um sistema de ponderação assimétrico, em face dos diferentes patamares de recursos mobilizados para cada um dos indicadores. Tal como se pode observar no Anexo 1, o processo de avaliação desenrola-se de forma bem simples; em primeiro lugar é atribuída uma avaliação (0-6), posteriormente esse valor é multiplicado pelo valor de ponderação, que oscila entre o 1 no primeiro indicador de cada dimensão, até 5 no 5º indicador. Com efeito e hipoteticamente, uma Organização que tivesse avaliação 6 pontos nos cinco indicadores de

⁴⁵ Reforçamos a ideia de não existência de uma ordem apriorística entre a análise de conteúdo e as entrevistas. Para além de partilharem objetivos, articulam-se.

uma determinada dimensão obteria, respetivamente em cada indicador cerca de: 6; 12; 18; 24; 30 pontos.

No que toca à avaliação propriamente dita das 8 Organizações consideradas no presente estudo, estas encontram-se explicitas no anexo 3, quer em termos absolutos, quer em já incluindo a avaliação. É óbvio, que o período em análise (1 semana) apresenta limitações ao nível da possível extrapolação e conclusões, porém, e considerando a própria economia de recursos neste espaço temporal, pudemos observar importantes dinâmicas e tendências, que serão exploradas mais adiante, ainda no presente capítulo. Por conseguinte, será o conteúdo destas tabelas (anexo 3) que será a nossa “matéria”, no que diz respeito ao testar das hipóteses e perguntas, a que nos propomos dar resposta em estrita articulação com as entrevistas.

No segundo momento, em que de forma genérica tentámos recolher os testemunhos de ativistas das organizações aqui consideradas no âmbito da investigação, procurou-se dar voz a atores concretos. Para tal, concebeu-se um guião de entrevistas com 20 questões, divididas pelas já referidas quatro dimensões (ver anexo 2). Do ponto de vista logístico e de recursos de mobilização necessária, esta etapa era aquela, que menos controlo detinha por parte do investigador. O carácter circunstancial e contingente nesta fase era bem patente, desde logo pela própria calendarização e conjugação de interesses entre entrevistado e entrevistador. Mas, talvez o mais expectável fosse mesmo a dificuldade em ultrapassar algumas objeções por parte dos ativistas em conceder uma entrevista, até por questões políticas e de possível perseguição. Então, decidiu-se desde logo garantir o anonimato a todos os possíveis entrevistados, sendo os entrevistados identificados pelo nome da Organização que integram.⁴⁶ Assim, a primeira tentativa foi realizada pela manhã do dia 18 Julho 2013, como se pode observar no anexo 4. Nesta primeira abordagem obtivemos manifestações de disponibilidade de três Organizações para nos concederem a desejada entrevista. RiseUp Portugal, O Povo é Quem Mais Ordena e Democracia e Dívida. Estas três foram realizadas no decorrer de uma só semana (29 Julho a 2 de Agosto). Foi por via de contactos com estes ativistas, que conseguimos chegar ao contacto com uma ativista dos Indignados de Lisboa, entrevista realizada a 20 de Agosto. Nesse mesmo dia realizámos uma segunda entrevista, no caso no âmbito do Que se Lixe a Troika. Precisamente, foi também deste modo, que obtivemos contactos de ativistas das três restantes organizações. Artigo 21º, 15 Outubro e FLAN Colectivo.

Após uma nova tentativa (5ª), foi possível estabelecer comunicação com um ativista do 15 de outubro, que esteve na fundação desta Organização. Em termos gerais há a salientar, que o conjunto das 6 entrevistas decorreu, num período aproximado de 1 mês e 1 semana, dando por finalizado o esforço de estabelecer comunicação com os dois restantes.

⁴⁶ A única exceção a esta regra é mesmo o caso da ativista Paula Montez dos Indignados de Lisboa, que fez questão de frisar, antes da entrevista, que fala em nome próprio.

A realização destas entrevistas, foi a nível profissional, mas também pessoal uma experiência bastante enriquecedora, desde logo, pelo contato direto com os atores, que todos os dias se envolvem e disponibilizam uma parte do seu tempo, para causas em que acreditam. Das conversas que tivemos oportunidade de manter antes e depois das entrevistas, surgem algumas considerações que pensamos serem da maior relevância a longo da análise de dados propriamente dita. Sempre que houver lugar a qualquer menção destas conversas paralelas, será feita a devida indicação, assegurando o rigor que os parâmetros académicos convencionam e exigem. Mas também a nível técnico e profissional foi um desafio a prossecução desta série de entrevistas, no fundo foi uma oportunidade para colocar em prática competências, mas também identificar lacunas e também desde já ultrapassar algumas.

Feitas estas considerações de carácter preambular, acerca de aspetos eminentemente técnicos e metodológicos, importa agora passar à análise dos dados propriamente dita, de forma a levarmos a nossa missão a “bom porto”, a de dar resposta à questão inicialmente levantada. As secções e respetivas subsecções que se seguem, serão a realização desse maior desígnio.

5.1 - Organização e Informação

Ao iniciarmos a análise dos dados propriamente dita, defrontamo-nos com mais um desafio, o de deambular em permanência entre os testemunhos dados pelos ativistas através das entrevistas e a análise de conteúdo realizada. Os contornos desta gestão de informação adquire novos contornos, se considerarmos a própria natureza de cada “fonte” de dados: por um lado as entrevistas, claramente qualitativas; por outro lado, a análise de conteúdo que coloca a ênfase em escalas de mensuração de carácter claramente quantitativas.

Ora, servem estas considerações para alertar para o facto de a presente exposição e discussão desenrolar-se alternadamente e de forma não regular, entre os dois momentos. Esta opção é presidida sobretudo pelo imperativo maior da presente discussão, o de contribuir, ainda que de forma modesta para o alargar de horizontes do emergente domínio científico, que resulta da interceção do uso da tecnologia com o da participação política, mormente as designadas “formas alternativas” de participação política.

Como tivemos oportunidade de registar em capítulos anteriores, a ação política embora tenha em muitas circunstâncias uma motivação individual, verdade é que esta é normalmente realizada no âmbito de coletividades, sejam elas mais de esquerda ou de direita. O facto aqui relevante, é que quando organizada no domínio coletivo e organizacional, a participação política tende a diferir no impacto, que tem na opinião pública. É em parte, imbuídos desta necessidade de conhecer esta parcela da realidade social, que assumimos como marco

relevante da presente pesquisa a abordagem a partir da perspectiva organizacional das Organizações consideradas para efeitos empíricos.

5.1.1 - Da homogeneidade heterogénea

Neste sentido, importa-nos definir desde já a questão a que nos propomos responder, que interroga: “qual o nível de integração programática e organizativa das diferentes Organizações?” Estando nós a tratar de Organizações, que não têm propriamente uma institucionalização concreta, isto é, não têm estatutos, não se fazem reger por estatutos próprios, nem por isso é de excluir uma certa complexidade orgânica, como por exemplo a existência de cargos dirigentes, ou a delegação de tarefas, mas também a existência de um programa político e/ou ideológico, que em última análise norteia a ação dessa mesma Organização.

Dito isto, importa-nos abordar desde já a origem das Organizações, que dão corpo ao nosso estudo. Existe com efeito, um eixo que nos extremos tem aquilo que podemos designar como “origem casuística” e a “origem programada”. Recorrendo às entrevistas realizadas, podemos observar que no caso do RiseUp Portugal é claramente um caso enquadrável num episódio circunstancial, descrito por um dos ativistas (RU1) nos seguintes termos:

“É assim, nós primeiro não somos propriamente uma Organização. E a história se calhar, começa pelo meu perfil. Há um dia no café que eu estou a ver notícias, são aquelas notícias que nós vemos todos os dias e saiu-me alguns comentários que são aqueles comentários depreciativos, que todos nós fazemos certo tipo de notícias. Comentários depreciativos à sociedade em que estamos neste momento inseridos ao estarmos aqui e não estarmos noutra lado. E esses comentários saíram-me ah e foram imediatamente copiados por um filho meu. Ou seja, eu estava a passar uma carga enorme de negativismo à criança. E isto deu-me um clique, porque eu aprendo um bocado com ele” (RU1: 191).

O que sobressai desde logo destas palavras é a existência de um momento, não programada, não planeado, que serviu de “ponto de ignição” a uma situação que já estava latente para aquilo que iria dar corpo ao RiseUp Portugal. Por seu lado, a Organização Que se Lixe a Troika parece emergir da vontade de um grupo, que começou por ser constituído por 29 subscritores. Neste caso, existe uma condição prévia, a vontade/necessidade de organizar uma manifestação, tal como é afirmado pelo testemunho recolhido, desta Organização

“O que existia na altura era uma vontade de organizar uma grande manifestação e houve um conjunto de pessoas que foram contactadas para organizar esta manifestação. Pronto, surgiu inicialmente a partir de um grupo de 29 pessoas” (QSLT:254).

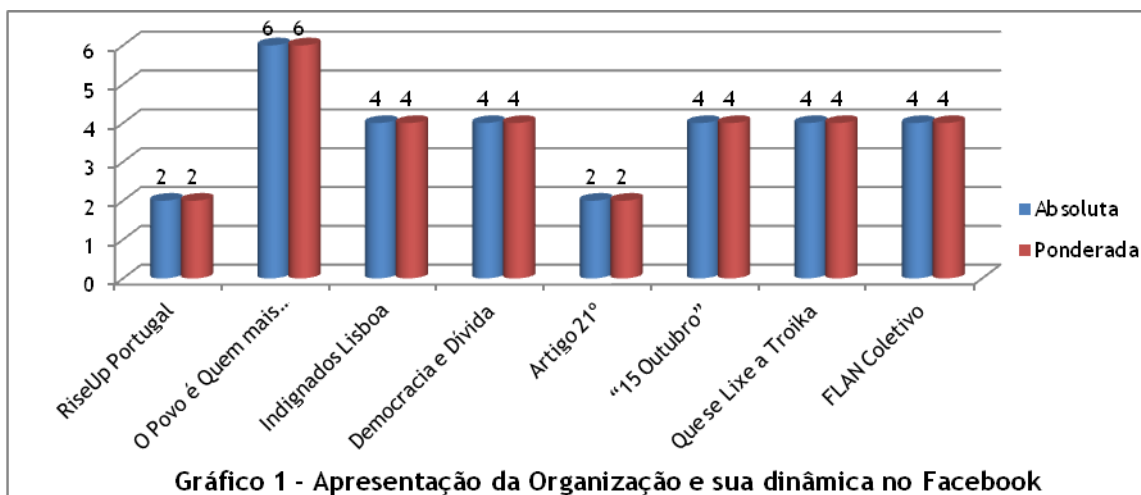
Contudo, de acordo com o depoimento, houve necessidade de alargar o espectro de apoio a um conjunto de indivíduos. De acordo com este testemunho, o segundo ponto de viragem é resultado do enorme sucesso da manifestação de 15 de Outubro e que pelo seu alargado espectro em termos de base de recrutamento abriu uma “janela” para o fortalecimento e consolidação desta Organização.

É a 20 de Janeiro que surge finalmente o conjunto de 133 subscritores:

“E então a 20 de Janeiro, finalmente, depois de um processo de contactos para alargar o grupo surgem os 133 subscritores atuais, que tem flutuado, porque também alguns já saíram e outros entraram.” (QSLT:254).

Recorde-se que, por exemplo, tanto a Organização 15 de outubro, como os Indignados de Lisboa surgem na “ressaca” da Acampada do Rossio, que foi um evento no centro de Lisboa, que decorreu durante várias semanas, onde se realizou um intenso debate, entre cidadãos, mas também intelectuais e académicos como Boaventura Sousa Santos.

Na sua respetiva página de Facebook, cada Organização tinha/tem oportunidade de fazer uma pequena apresentação, quer das suas origens, quer das circunstâncias históricas que envolveram o seu aparecimento. No Gráfico 1 podemos observar a distribuição das pontuações atribuídas a estas várias Organizações. Estas resultam, de forma sucinta da avaliação feita no âmbito da análise de conteúdo.



Sendo a distribuição pontual maioritariamente de nível intermédio, apraz-nos advogar que as Organizações fazem um uso médio desta ferramenta. São apenas duas as organizações (RiseUp Portugal; Artigo 21º) que apresentam uma avaliação mais reduzida. Nos antípodas está O Povo é Quem Mais Ordena que obtém avaliação 6.⁴⁷

Ainda assim podemos estabelecer uma ordem de causalidade acerca destas Organizações, no que se reporta à sua organização interna, mais precisamente a distribuição e delegação de tarefas. Neste âmbito, o que podemos desde já dizer é que há delegação de tarefas. Ora vejamos, no Que se Lixe a Troika, por exemplo:

“Há distribuição de tarefas. Há distribuição de tarefas e a ideia é que sejam o mais rotativas possível. Sendo que há sempre áreas em que pessoas gostam de trabalhar mais e isso faz todo o sentido. Se aquele gosta de fazer aqui, faz aquilo. Pronto, essencialmente não há líderes” (QSLT:257).

Todavia, pudemos apurar através de um testemunho⁴⁸ do 15 de Outubro, que no Que se Lixe a Troika não há rotatividade de quem fala e emite comunicados para os meios de comunicação social, sendo esta tarefa realizada sempre por um grupo restrito. Este grupo encerra grande importância, se considerada a relação da organização com a sociedade e o meio que a envolve.

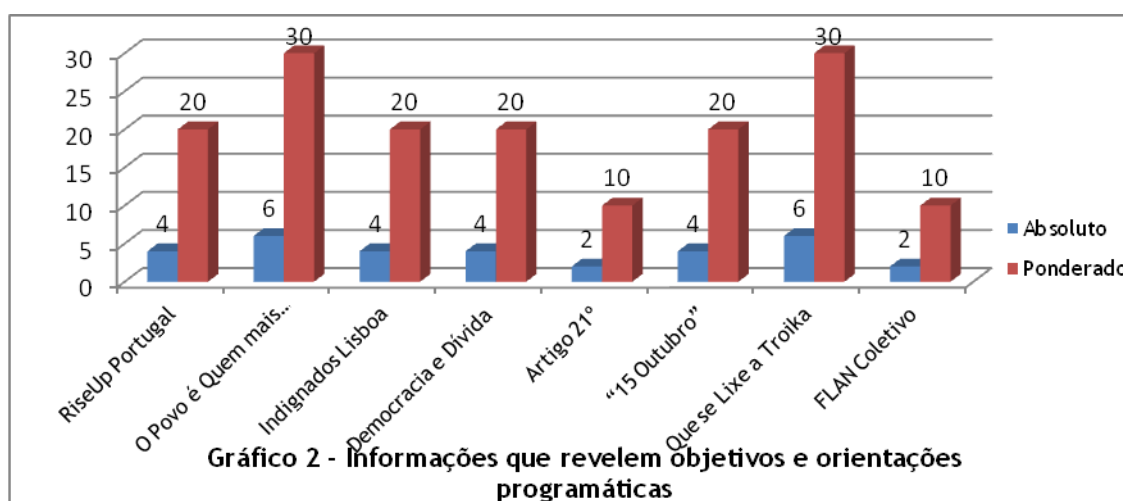
Uma outra forma de organização interna, no que toca à distribuição e execução de tarefas passa pela existência e dinamização do núcleo, como por exemplo o de comunicação, de ação etc.. É isso que se passa, a julgar pelos testemunhos dos respetivos ativistas, nos Indignados

⁴⁷ Nesta questão em particular, bem como nos restantes indicadores 2.1; 3.1 e 4.1 a avaliação ponderada será sempre igual à absoluta, em face do valor de ponderação.

⁴⁸ Esta consideração foi feita em conversa após a entrevista, sendo que há neste caso uma dupla acumulação de pertença a Organizações: Que se Lixe a Troika e 15 de Outubro.

de Lisboa e 15 de Outubro. Ou de uma forma um pouco mais informal como é o caso no Democracia e Dívida ou RiseUp Portugal, em que a identificação de gostos e motivações dentro dos vários elementos da Organização leva de uma forma natural a que determinado ativista centre a sua ação ou o seu contributo em determinado(s) domínio(s).

Por muito elementar que possa ser, uma qualquer Organização independentemente do domínio em que exerce a sua ação terá um ideal, norteador da sua atividade. É precisamente isso que procurámos, tanto nas entrevistas, como na análise de conteúdo. Sendo esta questão diretamente indagada em ambos os momentos, começemos pelo que se pode apurar no âmbito da análise de conteúdo.



Atentando aos diversos pares de barras, verificamos que em termos modais o valor absoluto que mais se repete é a avaliação 4 (20 em termos ponderados), para quatro Organizações. São apenas as Organizações O Povo é Quem Mais Ordena e Que se Lixe a Troika, que obtém avaliação máxima. Estes dados lançam-nos pistas para a abordagem das entrevistas. De facto analisando atentamente as várias entrevistas, no que toca a esta questão em particular, verificamos que é no Que se Lixe a Troika que existe maior definição programática:

“O Que Se Lixe a Troika neste momento, a partir dessa reunião do 20 de Janeiro continua a ter três premissas principais: expulsão da Troika, a saída da Troika do país; por outro lado, a demissão do Governo, ideia muito clara, que não nos representam; e depois a terceira é dar a voz às pessoas, que sejam as pessoas a decidir as suas vidas e aqui neste terceiro ponto colocam-se visões diferentes de sistema, que vão desde a visão de que são necessárias eleições antecipadas, uma ideia mais de longo prazo que é preciso uma Democracia mais participativa” (QSLT:254-255).

Já para O Povo é Quem mais Ordena, interrogado acerca da principal finalidade da organização que dinamiza, alega que:

“Eu acho que a principal de todas (finalidades do Organização) é tentar através da Internet, do Facebook alertar ao máximo as pessoas para as falhas do nosso sistema, basicamente. Do nosso sistema político e porque eu acho que há uma falta de conhecimento profundo da maioria das pessoas e esta coisa do Facebook acabou por ajudar um bocado” (PQMO:229).

Este é aliás um ponto de vista partilhado por uma parte significativa dos entrevistados, como é o caso do Democracia e Dívida, para a qual a sua finalidade é intemporal, advogando que:

“Epha, provavelmente não é no nosso tempo de vida. Não é no nosso tempo de vida” (DD:241).

Obviamente, que o retorno são em geral preceitos programáticos e causas, que assumem muitas vezes contornos genéricos e pouco definidos, como fica patente nas palavras de um testemunho dos Indignados de Lisboa:

“Um objetivo, é que as pessoas comessem a exercer a cidadania, que comessem a discutir política, que comessem a juntar-se para resolver os problemas locais” (IL:270), tal como no Rise Up Portugal que constata “agora a cidadania, vai ser sempre possível” (RU”:194).

Em geral os ativistas evidenciam alguma fluidez programática, manifesta numa certa maleabilidade nas causas como é o caso paradigmático da “promoção da cidadania” ou a “politização das várias esferas da atividade humana”. Ressalta daqui como “pano de fundo” uma postura de “evangelização cidadã e cívica” que passa pela promoção da consciência cívica e política dos seguidores “facebookianos” e da população em geral. Daqui decorre a importância central, que desempenha o acesso e divulgação da informação.⁴⁹

Estas Organizações têm de modo transversal, um forte carácter voluntário, sendo muitas vezes construídas pelo esforço de uns poucos ativistas. Este é um importante indicador, a juntar aos

⁴⁹ Ainda nesta secção desenvolveremos esta importante questão.

anteriores, do nível institucionalização. Regra geral encontramos alguma heterogeneidade dentro de um padrão homogêneo de fraca institucionalização.

Atentando aos dados recolhidos no âmbito da 2ª questão do Guião de Entrevistas, podemos constatar, que há, por exemplo, a RU Portugal ou a Democracia e Dívida são compostas atualmente por cinco elementos, mas também há como é o caso O Povo é Quem Mais Ordena, em que são apenas dois elementos. Os que apresentam maior número de membros são mesmo o Que se Lixe a Troika e o 15 de Outubro, sendo que o primeiro começou, tal como já foi mencionado a partir de um grupo de 29 para posteriormente ser alargado para 128 subscritores da declaração, que corporiza programaticamente esta Organização, já o 15 de Outubro apresenta um valor aproximado de 20 elementos atualmente, embora não haja certeza.

O que há também a realçar, ainda é sem dúvida uma forte fluidez e transitoriedade, no que respeita ao número de elementos que compõem cada Organização. Esta ideia fica paradigmaticamente registada através das palavras do testemunho dos Indignados de Lisboa, ao assinalar:

“É impossível responder a essa questão (número de membros). Como é um grupo aberto e nós nos reunimos na rua, tanto podem ser poucos, como podem juntar-se mais gente que vá passar e que se queira juntar. Portanto, não é um grupo fechado, nem é estanque, nem tem um núcleo duro. Claro, que tem pessoas que são mais dinâmicas, isso é o normal. Neste momento são poucas, neste momento são muito poucas” (IL:271).

Mas esta volatilidade que é característica da participação política alternativa, não é apenas em termos da pertença ou não pertença a determinada Organização, há também fluxos entre as próprias Organizações como é o caso de um dos ativistas, por nós entrevistado quando afirma

“Epah neste momento devem ser, eu não tenho ido às reuniões, eu faço parte agora do Que Se Lixe a Troika. Tenho ido mais nessas reuniões” (15 O: 287).

Temos assim indícios, que existe uma forte volatilidade em termos de militância, mas as palavras do último ativista, também nos remetem para outro aspeto de toda a relevância em termos organizacionais, como é o caso da realização e regularidade com que são convocadas as reuniões no âmbito de cada Organização.

Também neste domínio temos situações algo díspares, não obstante o facto de estas entrevistas terem sido realizadas na época que se decidiu designar como “silly season”, que se refere precisamente ao período de férias de Verão e que marca uma descontinuidade com o restante ano, no que diz respeito ao campo económico, mas sobretudo político. Isto para dizer que alguns dos entrevistados, questionados sobre a regularidade com que se reúnem, referem precisamente a dificuldade que têm em ter membros disponíveis por esta época do ano. Todavia, são vários os casos que reúnem semanalmente, como é o caso do Que se Lixe a Troika ou em alternativa quinzenalmente, como por exemplo o 15 de Outubro. No Que se Lixe a Troika há inclusive a preocupação de marcar a reunião subsequente, antes de acabar a última. Ainda assim e tendo como referência os depoimentos de alguns dos ativistas estas reuniões ocorrem muitas vezes, ou mesmo sempre, como parece ser o caso do RiseUp Portugal ou Democracia e Dívida, através do uso das mais diversas ferramentas tecnológicas; desde a simples mailing list, que é associada a grandes perturbações, mal-entendidos e “chatices” dentro das organizações, passando pelo o Facebook, até em plataforma (N-1) especialmente concebidas por e para ativistas. Neste ponto, as tecnologias são na sua grande maioria percecionadas como potenciadoras e facilitadoras da comunicação interna das organizações, mas também há o caso, O Povo é Quem mais Ordena, em que estas ferramentas tecnológicas servem para colmatar a distância física entre os dois únicos ativistas que compõem esta Organização. Portanto, há aqui uma perspetiva dual do uso da tecnologia, isto é, por um lado instrumental, por outro facilitadora e potenciadora da comunicação interna.

Estas reuniões seguem uma calendarização própria, tal como já tivemos oportunidade de mencionar, normalmente todas as semanas ou quinzenalmente, embora este agendamento esteja condicionado por determinadas circunstâncias, como é o caso da realização de um determinado evento e todo o role de tarefas a ele associado, que exigem a realização de reuniões, independentemente do seu agendamento apriorístico. Acrescente-se ainda, que esta leitura, requer ainda que se incluam as reuniões de núcleos: como o de ação, comunicação, para além das Assembleias Plenárias (esta designação pode mudar em cada Organização), em que são reuniões abertas aos ativistas e demais comunidade envolvente.

É precisamente em reuniões de núcleos, com horizontes mais parcelares e específicos, que por exemplo no Que se Lixe a Troika se faz todo o planeamento de um evento:

“É em plenário ou em reunião de ações. É uma coisa muito mais simples do que parece, apresenta uma proposta, uma ideia. A ideia é debatida, normalmente é limada. As melhores ideias surgem precisamente depois de se fazer aquele *brainstorming* do grupo. Onde por exemplo alguém teve a ideia de cantar a Grândola, primeiro aquilo surgiu, “vamos fazer uma ação no Parlamento” e depois alguém se lembrou de cantar a Grândola ou primeiro era cantar a Grândola e depois se lembrou do Parlamento. Depois discutimos ali aquelas questões todas, como é que é em termos judiciais, não é legal. E aquilo

vai-se construindo ali, vai-se pensando em se ter de fazer contactos, como é que fazemos isto, não é? Como é que falamos do assunto. É assim que se cria um evento” (QSLT:257).

As decisões nas organizações analisadas e que tivemos oportunidade de entrevistar são de acordo com os seus ativistas tomadas, quase na sua maioria por “consenso”. O que quer dizer, que antes de qualquer decisão é realizado um debate, com os presentes e interessados, em que há argumentação e contra-argumentação, chegando-se a um ponto em que se torna consensual a tomada de determinada posição ou decisão. Obviamente, que a montante está a capacidade retórica e outros recursos simbólicos, que podem fazer valer determinada posição, em detrimento de outra. Esta é aliás uma discussão levada a cabo nos capítulos 2 e 3 e que no fundo remete-nos para a assimetria na distribuição de recursos materiais e simbólicos no processo de participação política. Estas Organizações não são exceção à regra.

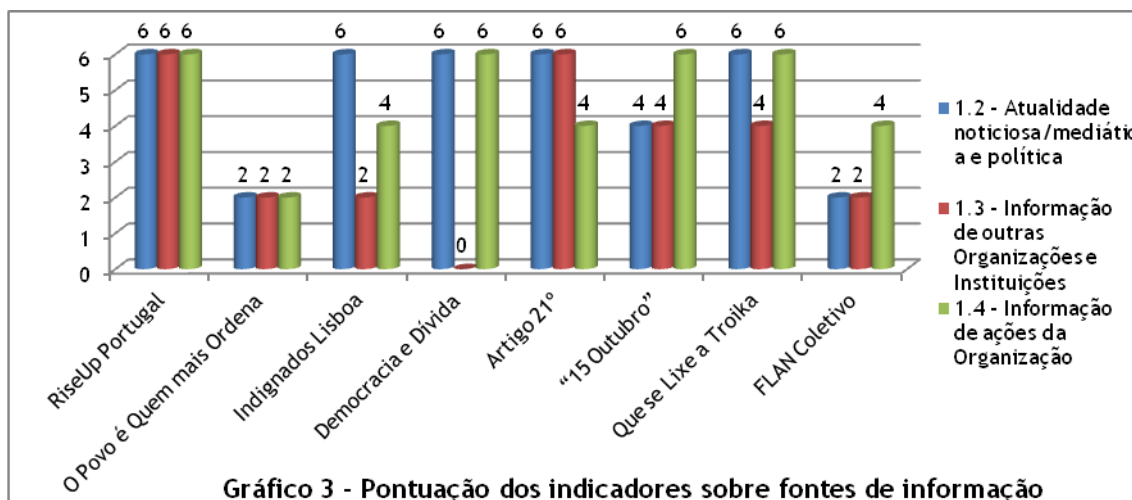
Ao longo da realização das várias entrevistas, tivemos oportunidade de identificar, seja em tempo de entrevistas, seja em conversa subsequente a esta, um certo criticismo relativamente ao Que se Lixe a Troika. Uma desta críticas era precisamente à questão do financiamento, que normalmente é suportado pelos próprios ativistas e que de acordo com os outros entrevistados o Que se Lixe a Troika detém o apoio na retaguarda do Bloco de Esquerda, mas diga-se que esta perceção, contraria o testemunho dado por aquela Organização. Uma outra crítica, prende-se com a democraticidade desta organização segundo as críticas ao processo de tomada de decisão, em que alegadamente se restringe a um “núcleo duro”, contrariando mais uma vez aquilo que pudemos apurar, por via da entrevista ao Que se Lixe a Troika. O que faz supor que haja uma manifesta rivalidade e porque não até um certo tribalismo no ativismo cívico e político.⁵⁰

5.1.2 - Da tentativa de diversificação da informação à emergência de constrangimentos

A informação e o acesso a ela, enquanto recurso primordial para uma participação política e cívica consciente informada, reveste-se da maior relevância. Se juntarmos a este facto, a circunstância de estamos a tratar e analisar Organizações que desenvolvem uma parte significativa da ação política e cívica nas redes sociais, como é o caso bem ilustrativo do Facebook, ficamos com uma visão mais completa da matriz que dá corpo a esta complexa teia, que compõe a realidade.

⁵⁰ Desenvolveremos esta ideia mais adiante, ainda neste capítulo.

Ora, comecemos pela abordagem dos dados oriundos da análise de conteúdo confrontados depois com os depoimentos realizados em sede de entrevista pelos diferentes ativistas. O gráfico 3 sintetiza os resultados (absolutos) obtidos nos indicadores 1.2;1.3; 1.4.



Desde já devemos fazer um esclarecimento, acerca do que procurámos perceber: a atualidade e a diversidade de conteúdos informativos - indicador 1.2. Já no indicador seguinte (1.3) procurámos observar a existência de interatividade entre diferentes Organizações. Finalmente, o indicador 1.4 aborda a divulgação e informação de eventos da própria Organização.

É nesta medida, fazendo uma abordagem genérica aos dados contidos no supramencionado gráfico, podemos desde logo, constatar que há várias Organizações, que obtêm avaliações máximas em diferentes indicadores, porém apenas uma (RiseUp Portugal) obtém o pleno, somando nas três avaliações 6 pontos. Esta é uma constatação quantitativa, que corrobora as próprias palavras dos seus ativistas, que foram por nós entrevistados, categorizando-se como fundamentalmente um “canal de informação”: “tu tens de entender que nós não somos um movimento, isto é que é principal” (RU2:39).

Fazendo justiça ao próprio rotulo que os seus membros lhe conferem, RiseUp Portugal assume uma posição cimeira no que corresponde à divulgação de informação e a toda a riqueza, que daí advém para o debate público. Constituindo-se como um vértice de informação entre muitas outras Organizações, o RiseUp Portugal, desempenha um papel de relevo na promoção do capital de conhecimento e político, que em última instância se pode converter num contributo para a opinião pública e para o debate que nela acontece.

A maioria das organizações apresenta elevada avaliação no terceiro indicador em estudo, aquele que se reporta à divulgação dos eventos, bem como o primeiro, o que aborda a atualidade noticiosa e mediática. Neste caso em particular é o indicador intermédio (1.3), que se assume como mais seletivo. Não será alheio a este facto, uma possível falta ou pelo menos défice de articulação entre as diferentes Organizações.⁵¹

Uma outra forma de aferir da possível existência de uma agenda programática, passa pela aferição de uma ordem noticiosa e informativa previamente estabelecida. Esta possibilidade foi objeto de escrutínio através da pergunta número 3 do guião de entrevista nos seguintes termos: “Atuam e trabalham de modo regular ou em função de factos que vão emergindo e que são contrários aos vossos objetivos?”

Com efeito, é difícil de apurar nas palavras dos mais diversos ativistas entrevistados, indícios da existência de uma agenda mediática própria, desenvolvendo a publicitação de determinadas questões, ao “ritmo” dos acontecimentos:

“Acaba por ser regular e há alturas em que as coisas estão mais calmas, em que passam uma semana ou duas não falamos e depois acontece qualquer coisa e pronto” (PQMO:230).

Já noutro testemunho foram mencionados os vários e diversificados constrangimentos à existência de uma linha contínua, em termos de agenda informativa, ao referir que:

”Começámos por ter uma Agenda e tínhamos as nossas Assembleias abertas nos jardins semanalmente. Depois, começámos a ter quinzenalmente, também tem a ver com as fases da vida das pessoas, porque todas estas pessoas trabalham e têm a sua vida familiar e vida própria” (IL:273).

Ambos os testemunhos têm a pertinência de colocar o “dedo na ferida” no que toca à conceção e prática de uma agenda informativa que expresse uma prévia ordem programática, em face dos variadíssimos obstáculos. Admitindo, a possibilidade de no início até haver uma certa linha orientadora, ainda que esboçada em traços largos, mas que entretanto se vê confrontada entre outros obstáculos, com a falta de disponibilidade dos seus ativistas.

Aliás, há entre ativistas a percepção de que muitas vezes torna-se muito mais imperativo seguir e reagir aos impulsos vindos do agendamento realizado pelos meios de comunicação de

⁵¹ A questão da articulação entre Organizações será retomada nas secções subsequentes.

massas, do que estabelecer e seguir uma linha informativa própria e que de certo modo corporize algo de programático. Como é bem explicado numa das entrevistas:

“Idealmente seria ainda mais regular, até porque uma das coisas que nós já entendemos é que temos de criar Agenda, não queremos estar sempre dependentes da Agenda, mas por outro lado, por exemplo temos duas ou três pessoas responsáveis é uma espécie de minigrupo de resposta rápida. Se alguém dá uma calinada, um político, há um grupo que está preparado para pôr um cartaz a circular nas redes sociais ou coisa assim desse género. Portanto às vezes há acontecimentos que nos fazem realmente e temos de fazer qualquer coisa. Há reação, mas cada vez mais e o exemplo da Grândola, foi um bom exemplo disso, tentamos nós criamos Agenda. E funcionou bem, porque realmente queríamos lançar a manifestação de 2 de Março ao contrário de outras grandes manifestações que têm tido grande ajuda dos políticos, com os discursos que eles fazem. No caso do 2 de Março fomos nós que conseguimos criar a Agenda” (QSLT:257).

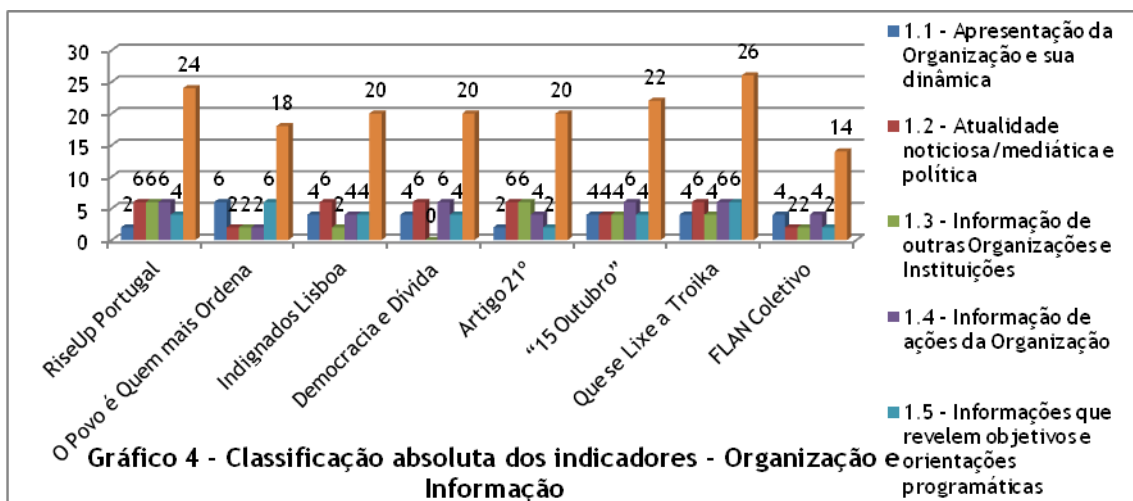
Estamos perante uma perceção a reter neste âmbito: a de que existe um esforço efetivo para manter um certo agendamento, relativamente autónomo e independente à agenda “mainstream”, mas que constrangimentos internos (insuficiência de recursos humanos) e por constrangimentos externos (a forte pressão mediática resulta em parte da multiplicação e transição dos meios de comunicação de massas tradicionais para plataformas online), levam à emergência de dificuldades adicionais neste domínio em particular.

Este testemunho vai ao encontro dos dados contidos no já referido gráfico 3, que acentuam forte uso de fontes noticiosas extra Organização (barras azuis). Em atalho de foice, refira-se, que as dificuldades descritas anteriormente pelo O Povo é Quem Mais Ordena, encontram aqui um “encaixe” diríamos quase perfeito.

5.1.3 - Das tentativas de estabelecer uma agenda programática e informativa: obstáculos e limitações

Ensaçando uma síntese da secção que agora se pretende “rematar” começamos por abordar os dados gerais, quer em termos absolutos, quer ponderados da dimensão Organização e Informação, relativos à análise de conteúdo. Genericamente devemos salientar que há uma clara tendência para uma certa segmentação/estratificação entre as diferentes Organizações.

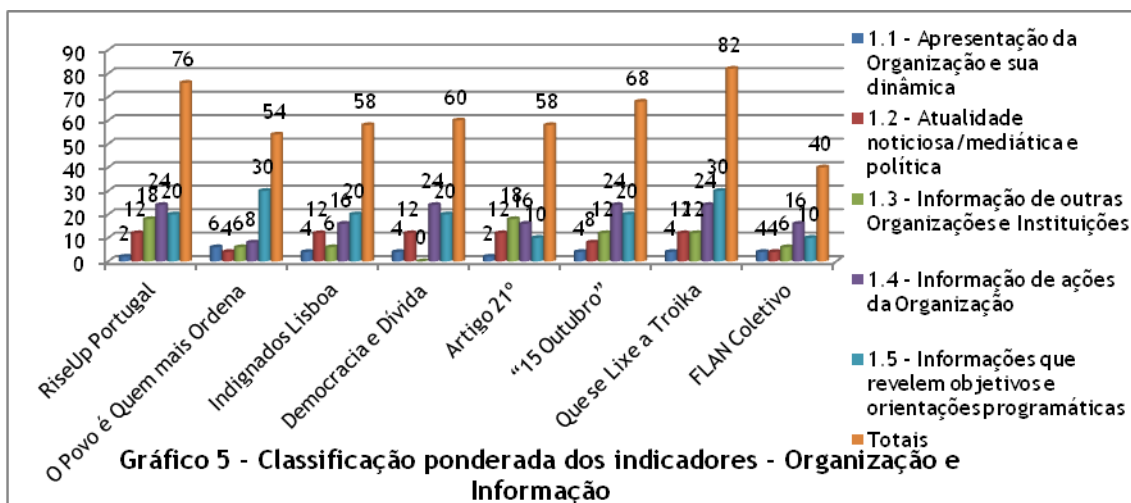
Ora vejamos, temos um primeiro grupo composto por Que Se Lixe a Troika e RiseUp Portugal que descolaram claramente das restantes obtendo respetivamente 26 e 24 pontos em termos absolutos, o que em termos ponderados se traduz em 82 e 76 pontos respetivamente.



Um segundo grupo, o mais numeroso, reúne 15 de Outubro com 22 pontos, seguido de três Organizações que somam 20 pontos (Indignados de Lisboa, Democracia e Dívida e Artigo 21º, neste mesmo patamar O Povo é Quem mais Ordena com 18 pontos. Finalmente, o FLAN Colectivo com 14 pontos.

Apresentados os dados assim, ficamos com uma visão algo superficial da realidade, porque em boa verdade podemos e devemos olhar para os dados a partir de um outro prisma. O que diferenciou ambas as organizações com posições cimeiras?

De facto e abordando a partir da classificação absoluta, temos um grande equilíbrio, ambas conseguem três notas máximas, ainda que em indicadores distintos, com a nuance de que o RiseUp Portugal obtém apenas 2 pontos logo no primeiro, em antagonismo com Que se Lixe a Troika em que as duas notas mínimas são de 4. Estamos perante diferenças, que podemos adjectivar como mínimas, porém introduzindo-lhe o fator de ponderação, este aspeto não é um pormenor da presente análise, dado que repercute empiricamente a herança teórica de distintos paradigmas (liberal, republicano e deliberativo), da participação política, dá-nos a perceber que estas (diferença) aumenta substancialmente em face da ponderação do 5º indicador e da avaliação obtida por cada uma das Organizações em causa.



É precisamente o poder de aprofundamento analítico, que fica espelhado no gráfico 5, nesta opção metodológica. Neste, podemos com mais exatidão, inferir o que realmente diferencia ambas as Organizações. Se atentarmos em particular às barras representativas de cada organização, constatamos que em termos comparativos a Organização RiseUp Portugal sai penalizada no indicador 1.5. Aquele que em termos ponderados tem mais poder é o Que se Lixe a Troika, obtendo 30 pontos e o RiseUp Portugal apenas 20. Então, levanta-se aqui uma questão: afinal em termos substantivos o que está em causa?

Fundamentalmente, o que faz a diferença entre ambas as Organizações com melhor avaliação nesta 1ª dimensão - Organização e Informação - é a existência pelo contrário a inexistência de uma ordem programática que norteie minimamente a ação política e cívica da Organização em causa. Claro está, Que se Lixe a Troika distancia-se neste particular recurso, apenas igualada pelo O Povo é Quem Mais Ordena, que entretanto é bastante penalizada nos restantes indicadores, que compõem esta dimensão analítica em particular. Ainda a este respeito, de referir que neste indicador (1.5) apenas o FLAN Coletivo e o Artigo 21º obtêm 10 pontos.

Para além de ficar bem patente a pertinência da já referida opção metodológica, vemos corroborada a perspetiva, até aqui esboçada em traços largos de que existe em termos genéricos, um claro défice programático das Organizações estudadas.

Um outro domínio analisado no âmbito da 1ª dimensão passava pela questão dos recursos humanos. Temos assim, Organizações que não obstante os poucos recursos, inclusive os humanos, têm uma organização interna, que assenta na existência de núcleos especializados em determinadas áreas, como a comunicação, ou ação direta. A verdade é que há no meio de tudo isto, uma forte dinâmica voluntarista por parte dos ativistas, que por seu turno, tendo “vida própria”, a sua atividade como ativistas políticos e cívicos está sempre dependente de contingências pessoais e profissionais.

Dito isto, estamos em posição de poder responder à 1ª pergunta de investigação que consiste: qual o nível de integração programática e organizacional das diferentes Organizações? Sendo que perante a argumentação apresentada e a discussão teórica e também empírica aqui feita temos de corroborar a respetiva hipótese que afirma: as diferentes Organizações apresentam de um modo geral, um nível de institucionalização bastante reduzido, nomeadamente ao nível programático e organizacional.

Uma outra vertente do atual momento da discussão aqui realizada, passa pelo uso da Informação, esse recurso primordial para uma efetiva participação política e cívica. Ora, é neste contexto que recorrendo aos gráficos 4 e 5 observamos que existe um uso e razoável diversidade informativa, entre pelo menos seis Organizações, com exceção de O Povo é Quem Mais ordena e FLAN Colectivo.

Onde se verifica um substancial défice é precisamente no indicador 1.3 - Informação de outras Organizações e Instituições, o que de certo modo, levanta indícios de falta ou diminuta articulação entre as diferentes Organizações.⁵² Em face destes dados empíricos teremos de corroborar a segunda hipótese que afirmava: os conteúdos informativos a nível externo são diversificados. Todavia, ao nível interno a produção e consequente divulgação de informação é deficitária. Esta hipótese, decorria da seguinte interrogação: em que medida há diversidade informativa e conteúdos próprios?

Os constrangimentos à ação deste tipo de Organização são de vária ordem, desde o défice de recursos humanos, mas também técnicos, vivendo muito do voluntarismo e disponibilidade do corpo, normalmente restrito, de ativistas. Isto acontece paralelamente a um generalizado défice de linhas orientadoras e/ou programáticas, por parte destas Organizações. De seguida, debruçar-nos-emos acerca da dinâmica Organizativa do Debate.

5.2 - Dinâmica Organizativa do Debate

Equacionar teoricamente a esfera pública, implica necessariamente discernir vários elementos indispensáveis. Tal como tivemos oportunidade de registar em capítulos anteriores são diversos os aspetos que em determinadas circunstâncias potenciam, mas que por outro lado podem levar à emergência de constrangimentos a uma efetiva participação política e cívica. Desde a Grécia clássica foram realçadas e identificadas as putativas qualidades daquilo que se considerava o “homem público”, no fundo, o ator político. Entre estas competências destaque para as capacidades discursivas em público.

⁵² Tema que irá ter a devida abordagem nas secções subsequentes, ainda no presente capítulo.

Obviamente, que atualmente os recursos que são efetivados num debate público são invariavelmente mais diversos e quiçá mais complexos. Não obstante este facto, existe tendência para a reprodução de constrangimentos à participação em contexto de esfera pública, em contexto real, como são os casos de uma desigual distribuição de recursos cognitivos, habilitacionais, bem como culturais e políticos. Acrescente-se ainda a este role de obstáculos e considerando as idiosincrasias da realidade portuguesa, não obstante poderem-se encontrar noutras combinações noutros países, o exemplo bem paradigmático do “medo” de participar e opinar em público, refletido em parte nos reduzidos níveis de confiança interpessoal e de participação cívica e política, como tivemos oportunidade de descrever nos capítulos anteriores.

Com as sociedades contemporâneas, surgiram também vários artefactos tecnológicos, com maior ou menor impacto, que vieram de certo modo introduzir algumas alterações através de novas oportunidades, traduzidas em novos espaços, mas também constituírem-se como alternativas ao convencional debate em copresença. Aliás, este não é com toda a certeza um pormenor descartável, sobretudo em face da possibilidade do já mencionado constrangimento oriundo das possíveis represálias, em resposta a uma tomada de posição pública.

A proliferação de blogs numa primeira fase, que em parte ainda se mantem, mas o subsequente aumento do número de utilizadores de redes sociais, permitiu um grande fluxo e espiral do número de grupos de discussão movidos e mobilizados pelos mais diversos motivos e causas.

5.2.1 - Reconfigurações continuístas da comunicação

O Facebook como ferramenta tecnológica, que tem como princípio basilar, colocar em rede de comunicação e divulgação aspetos pessoais, assume-se como aquilo a que José Marichal (2012) designou como modelo de negócio, através de uma “arquitetura de divulgação”. Isto para reafirmar, que a lógica de conceção, que se encontra a montante da conceção do Facebook não passa pelo fomento da participação política e cívica, mas sim tornar o mais “transparente” possível a esfera privada, num espírito de divulgação. Começando desde já pela abordagem dos dados, designadamente pelas entrevistas, procuramos saber de que forma e em que contexto surgiu a presença da Organização no Facebook. Uma linha comum a algumas das Organizações, é o facto de estas terem emergido de experiências em copresença, como são os casos dos Indignados Lisboa, Democracia e Dívida, tal como é descrito:

“Epa! O Democracia e Dívida surgiu em finais de Abril e a nossa inauguração foi no Carmo a 27 de Abril e trouxemos cá alguns ativistas espanhóis da PAC (Plataforma para a Auditoria Cidadã à Dívida).

Trouxemos cá duas pessoas, uma delas falou de Espanha, no caso sobre a dívida e foi por essa altura que criámos o Blog e o Facebook e acho que também há um Twitter, mas eu não mexo nele” (DD: 245).

Também parece ser o caso do Que se Lixe a Troika, processo esse descrito nos seguintes termos:

“A página inicial é criada com a manifestação do 15 de Setembro. Depois sofre uma remodelação a 20 de Janeiro, portanto o *slogan* “O Povo é Quem Mais Ordena” entretanto foi adotado por outro grupo, mas surgiu no dia 20 de Janeiro. Não foi copiado por ninguém. Isso surgiu com a necessidade de o Que Se Lixe a Troika já não é suficiente, há que dar outra mensagem clara àquilo. Pronto e surgiu o “Povo é Quem Mais Ordena” e foi aí que sofreu a remodelação a partir daí tem vindo a crescer, uns dias cresce, noutros há pessoas novas que fazem “like” e começam a receber as nossas informações” (QSLT: 259).

Por outro lado, há casos em que a própria Organização surge através de uma primeira iniciativa, que tem como palco o Facebook, como é caso paradigmático o RiseUp Portugal, em que a ideia vem precisamente de uma intervenção de um dos seus fundadores (RU1) na página pessoal do Facebook, surgindo a necessidade de criar uma página, em que pudesse opinar e divulgar as suas opiniões.

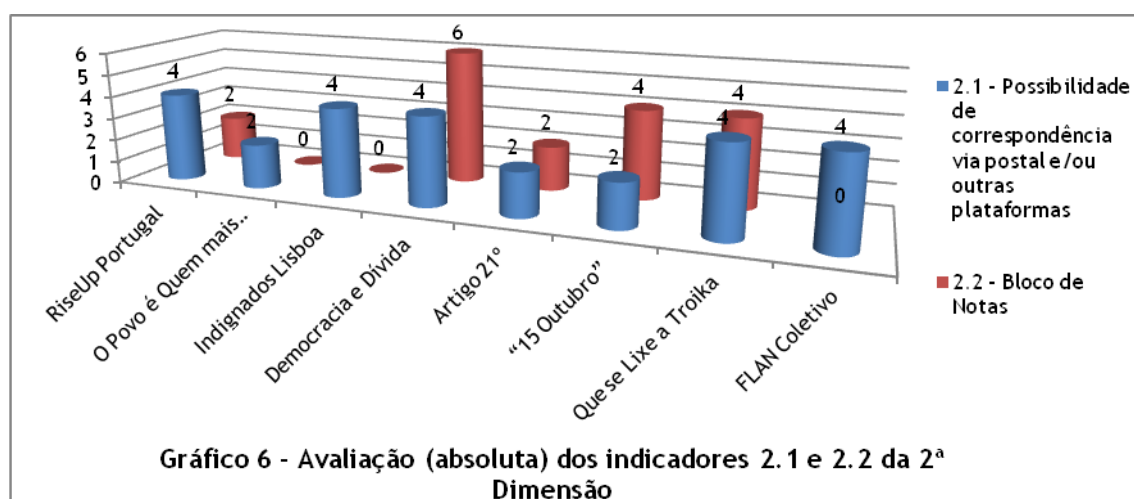
Nesta categoria podemos ainda encontrar O Povo é Quem Mais Ordena, que não partindo de uma mobilização à priori como o primeiro grupo, procura através da iniciativa no Facebook mobilizar e “juntar forças” de forma a dar resposta ao contexto de crise e às sucessivas medidas de austeridade. Fica bem patente a lógica de reação, que preside a este tipo de Organizações e a sua presença no Facebook:

“Surge no contexto, neste momento do estado da crise. Surgiu nesse contexto. Surgiu no contexto da nossa vontade de querer fazer alguma coisa. E como eu te disse há pouco é mais fácil teres pessoas e teres um movimento onde possas, eah criar apoios, tentar procurar apoios de outras pessoas ou de outros movimentos. O que seja, porque sozinho, sozinho estás em casa. Ok! Vais para a rua sozinho, ok! Como eu já fui, sozinho para a frente da Assembleia. Mas o impacto é nenhum. Eu vou com um cartaz para a frente da Assembleia, mas o que é que isso adianta? Percebes? Não tem impacto, não tem o impacto que desejas que tenha. Então surgiu nesse contexto, em tentar fazer alguma coisa, que se visse” (PQMO:232).

Por conseguinte podemos dizer se por um lado o Facebook é encarado como uma plataforma online que permite dar eco de iniciativas que partem da atividade política e cívica em copresença, por outro lado, o Facebook é percebido como uma forma de aglutinar e incutir dinâmica, mais ampla a um impulso individual ou de um conjunto restrito de indivíduos.

Ora, esta perspetiva tendo um carácter eminentemente ensaístico, carece de evidências empíricas. Por conseguinte, procurámos indagar acerca da existência de espaços de debate, ou que pelo menos representem algum potencial para tal. É nessa linha de pensamento que procurámos saber da existência e também da atualização, no fundo da dinâmica aí preconizada pelos ativistas e seguidores da página de cada organização em estudo. É precisamente com este objetivo preciso que na 2ª dimensão, mormente nos dois primeiros indicadores (2.1 - Possibilidade de correspondência via postal e/ou outras plataformas; 2.2 - Bloco de Notas), procurando saber qual o uso de recursos como o endereço postal, sites, email ou até mesmo o “Bloco de Notas”. Este último espaço é um particularismo do Facebook e que tem uma natureza mais restrita e seletiva, ao se constituir como um espaço em que se dá primazia a conteúdos escritos em detrimento da imagem.

Concretizando, no indicador 2.1 procurou-se a existência de um endereço de correio eletrónico, um endereço postal e finalmente um site ou blog em cada Organização. Por seu lado, no indicador 2.2 procurou-se verificar a existência ou inexistência do “Bloco de Notas”, a sua atualização ou desatualização, considerando para o efeito o período de uma semana, finalmente avaliou-se a existência ou inexistência de comentários dos ativistas da própria Organização. O Gráfico 6, apresenta os resultados (absolutos) da avaliação a estes dois indicadores.



Genericamente podemos constatar que no indicador 2.1 não há qualquer Organização a obter a classificação máxima, todavia não há qualquer caso em que a avaliação seja de zero, sendo que a avaliação modal é de 4 pontos com 5 casos. Por outro lado, temos o indicador 2.2 em que aí si temos três Organizações (O Povo Quem Mais Ordena e Indignados de Lisboa e FLAN Colectivo) com avaliação zero. O Democracia e Dívida obtém pontuação máxima.

Comparando os resultados de ambos os indicadores, sobressai uma maior assimetria na distribuição da pontuação no indicador 2.1 relativamente ao 2.2. Na generalidade, as diferentes Organizações apresentam uma diversificada panóplia que permitem o estabelecimento de contatos entre ativistas e os seguidores das Organizações. O Bloco de Notas, por seu lado, apresenta-se como mecanismo de alguma seletividade, sendo que é normalmente utilizado para questões mais profundas, um pouco desvinculadas da instantaneidade do agendamento mediático, mas também para aprofundar o conhecimento de aspetos particulares e por vezes programáticos e de eventos.

A este respeito os dados recolhidos por via da realização de entrevistas a diversos ativistas, dão para captar em linhas gerais estas asserções. Como é o caso de O Povo é Quem Mais Ordena que refere, não existir em mais nenhuma plataforma (blog, email por exemplo), que extrapole o estrito domínio do Facebook. Já no caso do Democracia e Dívida pudemos constatar a existência, ainda que parcial, das plataformas como é o caso dos blogs.

Até aqui, tivemos oportunidade de analisar o estabelecimento ou até mesmo a existência de mecanismos de comunicação, que facultem fluxos sobretudo de dentro para fora da Organização, pese embora o inverso seja também de equacionar. Importa-nos, chegados aqui, aferir em que moldes se processa uma necessária comunicação e negociação interna entre os diferentes membros. A este nível há também pontuais distinções, pese embora o facto do mecanismo de comunicação interna ser maioritariamente feito por via de uma mailing list.

Ainda assim são diversos os entrevistados, que advertem para as profundas implicações negativas que tem o uso deste tipo de comunicação. Um dos testemunhos enfatiza precisamente o pouco aprofundamento do debate levado a cabo com este meio:

“Os debates, quando são feitos via mailing list, via Facebook etc., por um lado, aprofunda-se pouco, nunca se aprofunda devidamente as coisas. Por outro lado, não é totalmente democrático, porque ou seja, tomar a decisões numa mailing list, há muitas pessoas que não têm acesso e epah é preciso tempo. E ao mesmo tempo, parte do debate, pode descambar e isso na mailing list, houve por exemplo, grande parte do desgaste que no sentido que as pessoas depois se afastaram etc., foi também por causa de debates, via mailing list” (15 O:294).

Assim temos um duplo problema, o da falta qualidade do debate por um lado, mas também a emergência de conflitos entre os vários membros, por lapsos de linguagem ou por confronto de ideias. Esta questão é bem ilustrada num outro depoimento:

“Depois, voltou-se ao formato mailing list. Que é um formato que é utilizado pela maior parte dos grupos. E é um formato, que eu não tenho problema nenhum em caracterizar como o “cancro dos movimentos sociais”. O formato mailing list, porque produz muito lixo, tem organização muito dispersa é muito tentador, as pessoas reagirem a emails, porque têm sempre aquilo aberto. Portanto acabam por criar muitos atritos, muitas vezes, porque a comunicação online tem muita coisa como peça a parte presencial. Porque depois fica-se com aquela ideia, se não tem lá um smile, já pensa que está zangado” (QSLT:259).

Fica claro o potencial conflituoso decorrente do debate feito através de uma mailing list e da discussão e debate que através dela se pode desenrolar dentro de uma Organização. Uma das regras apontadas é a falta de expressividade e emocionalidade, o que impedem muitas das vezes de se distinguir a ironia, por exemplo. Mas há também distúrbios comunicacionais, ao nível da argumentação, associada ao desfasamento temporal.

Um outro mecanismo de comunicação interno, razoavelmente divulgado entre os vários ativistas entrevistados e suas Organizações, passa pelo uso do Google Groups, que é percecionado como “(...) não é ideal” (QSLT:96). Contudo, a existência de mecanismos alternativos, a estes mais convencionais, parece ter pouca consolidação entre as diferentes Organizações. É o caso do N-1 que sendo open source, tem ainda a particularidade de ter sido concebido por ativistas, com as mesmas necessidades, comunicar com os seus colegas, garantindo um meio alternativo e a encriptação do próprio conteúdo.

Como é explicado num dos testemunhos:

“(...) há aí uma rede social mais feita de propósito para ativistas, que é o N-1. Tem potencial, mas já se sabe quem está ali, sabe das coisas, são ativistas que estão altamente politizados (IL:275).

Num outro testemunho escreve a experiência da Organização com este software:

“Nós usávamos o N-1 numa fase inicial, *open source*, e tal muito giro, mas houve várias pessoas que se depararam com problemas. Um problema óbvio era que os servidores não são tão rápidos como os do

Facebook. Aquilo não carrega tão rapidamente, mas eu atrevo-me a dizer que foi a altura em que o grupo funcionou melhor. Foi quando estávamos a utilizar o N-1. E o N-1 estava tudo organizadinho, tinhas as tarefas, tinha as discussões precisamente porque quando estava a abrir aquilo não carregava logo, a malta mesmo que estivesse zangada com alguma coisa, e respirando e quando ia para responder já o fazia num tom muito mais levezinho. E pronto, voltámos ao formato mailing list” (QSLT:259-260).

O mais popular mecanismo de comunicação interna parece ser de forma muito clara o uso de uma mailing list, ou em alternativa o próprio Facebook, embora estes não garantam maior segurança e encriptação dos conteúdos. É neste contexto que são equacionadas as vantagens e desvantagens do Facebook, relativamente aos outros mecanismos de comunicação, quer interna, quer externa.

De uma forma geral o Facebook é percecionado como o meio que permite chegar a um maior e mais diversificado número de pessoas, sendo que esta opinião é partilhado por ativistas de Organizações que fizeram e fazem uso exclusivo do Facebook, como daquelas que emergiram de uma mobilização realizada anteriormente em contexto de copresença, como é o caso em particular dos Indignados de Lisboa, surgidos na “ressaca” da Acampada do Rossio:

“O Facebook é uma rede muito mais popular, chega a pessoas que nós não temos maneira de chegar, porque nós não temos os meios de comunicação, mas através do Facebook conseguimos chegar a mais pessoas, que não estão tão informadas, que não estão tão politizadas, que só ouvem o que os *mídia* institucionais, querem dizer” (IL:275-276).

Para além da grande vantagem, isto é, de poder divulgar a mensagem e de certa forma levar a cabo a “evangelização política” como projeto, já elencado na 1ª dimensão quando foi identificada a principal causa de uma parte significativa das Organizações, apostando no reforço e revigoração da democracia, também há o lado de criar um espaço de comunicação, onde são divulgados e veiculados conteúdos informativos alternativos, que de certo modo, focam o contraditório. No fundo, o que é levantado por este último testemunho é também ela, uma parte relevante da motivação deste tipo de Organizações.

Por conseguinte é neste pano-de-fundo que se esgrima a relação entre as organizações e meios de comunicação social tradicionais. Anteriormente, pudemos verificar, que existe uma clara crítica aos meios de comunicação de massas. Os dois entrevistados do RiseUp Portugal deixam bem patente inclusive a ideia de uma certa inversão dos fluxos de informação e comunicação, que era expectável que fossem observados. Por outras palavras, estamos a referir a um possível aproveitamento de conteúdos informativos apresentados e divulgados

por esta Organização, que nas suas próprias palavras se auto intitulam como “redação online”, por parte do Diário de Notícias ao mencionarem acerca de que tipo de relação têm com estes meios:

“não temos nenhuma relação” (RU2:211).

Ao qual é acrescentado:

“Nenhum. Eu tenho alguém, de certeza absoluta, no Diário de Notícias, que todos os dias vai à nossa página buscar coisas. Eu posto coisas na minha página e no dia a seguir está a sair no Diário de Notícias. Na página RiseUp” (RU1:211).

Mas esta crispação é também, pelo menos retoricamente direcionada para outras Organizações e seus ativistas, uma vez que o mesmo ativista sublinha que:

“também já somos copiados por outras pessoas, que também já fazem outras páginas” (RU1:211).

Este défice de relacionamento repercute-se invariavelmente na própria cobertura que os meios de comunicação de massas fazem às mais diversas atividades desenvolvidas por estas Organizações, como é mencionado nos seguintes termos:

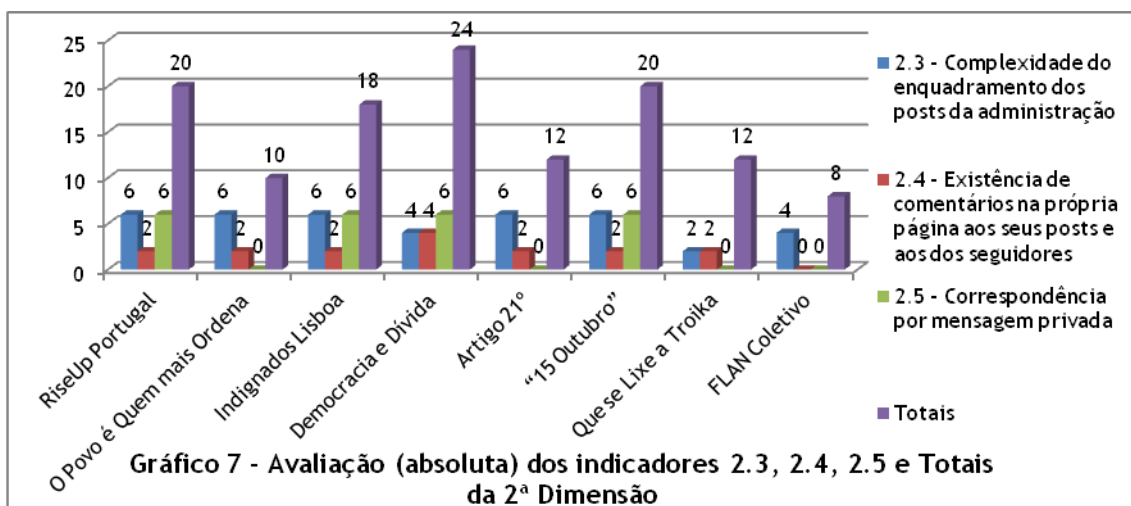
“Não há qualquer tipo de relação, neste momento. Em relação a nós, movimento ou página como lhe quiseres chamar, não há (cobertura mediática). Porque era o que eu há pouco estava a dizer, nós em relação aos outros movimentos, passamos despercebidos. Porque lá está, somos duas pessoas é relativamente recente, tem dois anos e qualquer coisa. Epa e não temos apoios de Partidos. Não temos apoios, sei lá e então é difícil. Não há qualquer cobertura. Acho que nunca saiu nada sobre nós” (OPQM:232-233).

Há desta forma uma relação de uma certa distanciação entre as Organizações estudadas e os meios de comunicação tradicionais como a televisão:

“Ora bem. Eu o televisor, simplesmente não o vejo. Recuso-me, tenho alergia à televisão”(DD:245).

Todavia, tal como tivemos oportunidade de aludir, ainda no âmbito da discussão da 1ª dimensão, onde pudemos constatar a diversa e multifacetada utilização de conteúdos informativos produzidos pelos meios de comunicação de massa. A norma é claramente o recurso às versões digitais dos jornais e revistas tradicionais. É precisamente a existência de enquadramento, que pode ser mais ou menos complexo, nos posts publicados pelas diferentes Organizações.

O gráfico 7, permite-nos perceber que através de três indicadores 2.3 - complexidade do enquadramento dos posts da administração; 2.4 - a existência de comentários na própria página aos seus posts e aos dos seguidores; 2.5 - correspondência por mensagem privada.



Numa primeira abordagem aos dados apresentados, podemos observar que apenas três Organizações não obtêm pontuação máxima no indicador 2.3 em que se valorizava desde a existência de uma partilha com enquadramento, até a este ser argumentativa e original. Concretizando, é a Democracia e Dívida e FLAN Colectiva que apresentam avaliação intermédia (4), sendo o Que se Lixe a Troika que obtém a avaliação mais baixa, apenas de 2 pontos. Este elemento é de alguma relevância, dado que ele representa um tratamento maior ou menor, cuidado na publicação e que pode desempenhar papel relevante nas várias finalidades que estes têm como desígnio.

Já o indicador 2.4, onde procurámos impulsos de interação por parte da Organização nos seus posts, seja em termos de comentários nos seus posts, seja nos posts dos seguidores, seja ainda no Bloco de Notas, verificamos um forte défice. Este indicador, assume-se como o mais seletivo no cômputo dos três apresentados no referido gráfico. A sustentar a nossa observação está o facto de não existir qualquer avaliação máxima, ao passo que apenas uma Organização (Democracia e Dívida) obtém avaliação de 4 pontos. A avaliação modal regista 2 pontos, ainda que tenhamos o FLAN Colectivo com 0. Estamos com efeito, com poucas incursões por parte das Organizações no campo que extravase o estrito domínio do post.

Finalmente, temos o indicador 2.5, este é talvez um dos pontos mais ambiciosos de todo o modelo de análise de conteúdo e da pesquisa em geral. Como se pode ver no Anexo 6, enviou-se uma mensagem privada,⁵³ pedindo informações sobre um possível evento num futuro próximo. Ora, neste plano era testada para além da existência ou inexistência de resposta, também a rapidez da mesma e a existência de uma efetiva resposta à questão levantada. Temos assim 4 Organizações (RiseUp Portugal; Indignados de Lisboa, Democracia e Dívida e 15 de Outubro) a responder dentro daquilo que eram os critérios estipulados à priori. Nos antípodas as restantes 4 Organizações não obtêm qualquer pontuação.

Em termos gerais e fazendo um parcial apanhado dos dados até aqui discutidas, constata-se que temos grandes disparidades entre as oito Organizações, como é constatável nas barras roxas no gráfico 7. Assim, o Democracia e Dívida emerge como a Organização com maior pontuação, seguida do RiseUp Portugal 15 de Outubro e ainda os indignados de Lisboa. Por outro lado, um sublinhado para a baixa pontuação do FLAN Colectivo e O Povo é Quem mais Ordena. Se considerarmos os valores obtidos pelo Que se Lixe a Troika na 1ª dimensão em que obteve a mais elevada pontuação, não deixa de ser algo surpreendente. Este e outros aspetos serão retomados no final da discussão desta dimensão de forma a aferir do tipo de comunicação dominante nestas Organizações.

5.2.2 - Da revolução à transformação: imprecisões ideológicas

Um segundo ponto nesta 2ª dimensão passa por obter uma resposta à pergunta: como se posicionam política e ideologicamente as Organizações e seus ativistas?

Numa abordagem preambular a esta questão entrevistámos alguns ativistas acerca da possibilidade das organizações a que pertencem tornarem-se num futuro próximo uma Organização partidária institucionalizada. As respostas á questão resumem uma tal homogeneidade que poderíamos dizer que é algo de transversal e que de certo modo os une.

⁵³ O autor agradece a Ricardo Morais a disponibilidade para o envio em seu nome particular da mensagem, onde era pedida informação acerca do que estava agendado para o próximo dia 10 Junho - Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades.

De modo algum, está no horizonte a transformação das Organizações estudadas em Partidos Políticos. Esta postura é assumida pela generalidade dos ativistas por força de dois grandes fatores: por um lado, estas Organizações e seus elementos têm como uma das suas “bandeiras” o revigoramento da democracia, que está capturada pelos Partidos Políticos e parcialmente pelos Sindicatos; por outro lado, uma parte substancial dos respondentes refere que já milita ou militou em forças políticas, que extravasam a Organização de que fazem parte atualmente.⁵⁴

De momento importa focar-nos nas Organizações, mais concretamente nos seus objetivos e ações, incluindo como gerem as relações com outras Organizações, incluindo Partidos Políticos. Em face destas necessidades, questionámos os ativistas alvo das nossas entrevistas acerca de uma possível sobreposição de objetivos entre Organizações. Esta é uma questão em que os vários entrevistados expuseram, ainda que de forma inconsciente (pelo menos aparentemente) a forte rivalidade e descontinuidade que existe em termos de desenvolvimento de um trabalho articulado.

Ora, as opiniões neste domínio divergem bastante. Não obstante esta divisão, estarmos perante Organizações com “aparentes” domínios de ação distintas. É o caso do RiseUp Portugal, o qual de acordo com os seus ativistas entrevistados se auto designa como um “canal de informação”, acrescentando que sempre que há um pedido de divulgação de informação, o fazem. Contudo, esta Organização em particular, tem desígnios como o de informar de forma a potenciar melhor participação política e cívica e conseqüentemente melhor democracia. Um outro caso é o Indignados Lisboa, que menciona:

“É assim, o nosso objetivo não nos sobrepomos a nada. Agora, que essas outras Organizações podem sentir que nós estamos a fazer aquilo que eles gostariam que de estar só eles a fazer” (IL:277).

Também o testemunho dado por um entrevistado do Que se Lixe a Troika, surge nesta mesma linha, ao fazer a seguinte constatação:

“Não, eu acho que amigo não empata amigo. E deveria ser nessa lógica, que os movimentos sociais, pelo menos os ditos mais à esquerda deveriam organizar. Infelizmente ainda existem muitas rivalidades, mas sem sentido. Porque, quando trabalhamos para o mesmo não deveria haver essa noção. Não deveria haver, não deveria haver. Porque o Que Se Lixe a Troika, por não ter qualquer pretensão por ser Partido

⁵⁴ Ainda nesta secção aprofundaremos esta mesma questão, em face da sua enorme relevância na presente pesquisa.

Político, não quer substituir nenhum movimento social e existem várias formas de organização, vários grupos diferentes, várias orgânicas diferentes e eu acho que todos eles são necessários” (QSLT:261).

Por um lado, temos assim um discurso algo sectarista (IL), por outro lado, temos um discurso agregador, que tem como substrato, ainda que não manifesto, a existência e consequente necessidade de lutar juntos contra o status-quo político atual, em que “todos” são concebidos como “necessários”. Há ainda, como no caso do Democracia e Dívida, a assunção de que há partilha de objetivos com um conjunto restrito de organizações, pese embora o facto de a articulação nem sempre se processar num plano ideal.

Obviamente, que se pode sempre colocar a questão: e se efetivamente houvesse um trabalho articulado em contínuo, como se refletiria na eficácia da ação? Responder a esta questão, remete-nos para um estrito plano hipotético, que inclusive extravasa os horizontes da presente análise. Todavia, tentámos apurar de que forma os vários entrevistados avaliam o trabalho levado a cabo pela Organização a que pertencem, comparativamente às restantes da mesma natureza.

Um traço transversal e que marca nitidamente a avaliação realizada pelos diversos ativistas é a satisfação, que normalmente domina as considerações realizadas como é o caso:

“É positivo, embora pronto” (15 O:292).

Mas, nestas avaliações são também considerados outros fatores, como a abundância ou escassez de recursos:

“O nosso trabalho é muito menor, digamos é muito menor, devido a tudo o que eu já referi. Nós somos duas pessoas separas por quilómetros, tentámos recrutar pessoas, mas é difícil por causa da disponibilidade. E claro que o nosso trabalho, por exemplo tu tens um movimento em Lisboa, que é a plataforma 15 de Outubro que se reúne todas as terças-feiras para discutirem ideias, para fazerem cenas. Isso para mim é muito maior, estás a ver? As pessoas reúnem-se, estão ali fisicamente, não é só por internet. Nós não temos a possibilidade de fazer isso. Nós somos diferentes nesse aspeto, porque não há possibilidade de nos reunirmos, nem que seja uma vez por mês. Portanto, somos pequenos” (PQMO:233-234).

Ora, resulta deste role de testemunhos, a percepção de que os objetivos, com maior ou menor dificuldade têm sido atingidos, pese embora o défice de recursos, que num plano de abundância, podiam levar a um melhor desempenho no contexto da esfera pública. Aliás, esta questão não é um mero pormenor, pelo menos na percepção de alguns dos entrevistados, dado que, solicitados a realizar a distinção entre Organizações que fazem uso do Facebook, emerge de novo o maior ou menor acesso a recursos, por parte das diferentes Organizações, como é constatável nos seguintes termos:

“A única coisa que me ocorre para distinguíres os movimentos, uns dos outros, as Organizações, são os apoios. Tu, tendo apoio, tens mais visibilidade, tendo mais visibilidade consegues atingir” (PQMO:234).

Contudo, há ativistas que identificam explicitamente o critério de especialização como diferenciador:

“epah as outras são muito generalistas. As outras, são meros repositórios de informação. Ainda que a designação, às vezes seja um pouco enganosa, dá a impressão que são coisas muito dessas” (DD:247).

Num outro testemunho conseguimos apurar, que a diferença se faz sobretudo pelo programa vincado e conseqüentemente as publicações que aí fazem no Facebook:

“o grupo tem muito claro os seus objetivos (...) eu por exemplo nunca fiz parte de um Partido, nem tenciono fazer (...)” (QSLT:263).

Temos desta forma, manifestações muito mitigadas, do que na substância distingue estas Organizações. Este défice pode ser explicado, mesmo que parcialmente, pelas lacunas programáticas, já detetadas e discutidas, no âmbito da 1ª dimensão.

Temos também de salientar, de acordo com alguns dos entrevistados o papel e importância dos apoios que as Organizações têm, nomeadamente de Partidos Políticos, com estruturas institucionalizadas e estruturas bem “oleadas”. Na generalidade as organizações, por via dos seus ativistas entrevistados, referem que não tem qualquer contacto e relação com Partidos políticos, até porque como é o caso desta putativa ligação é associada à perda de independência:

“mas agora uma ligação direta, a um Partido isso já vai fazer com que eu já não possa postar aquilo que eu quero” (RU1:215).

Contudo, regra geral há um discurso dominante entre os diversos ativistas, que concebe os partidos políticos como algo que querem manter distante da esfera de ação das suas respetivas Organizações. E quando falamos de partidos políticos, incluímos também os Sindicatos. Ideia bem plasmada, quando é afirmado:

“(…) portanto um Partido para mim, é um obstáculo, quanto a mim, não quer dizer que haja pessoas nos Indignados que pensem de outra maneira diferente” (IL:278).

É lícito, em jeito de sumula afirmar, que há no seio dos entrevistados um vincado sentimento de afastamento da vida partidária e dos modelos de Organização, que presidem a estes. Havendo lugar a uma profunda crítica a estes, através dos seus modelos de organização, atuação e sobretudo hierarquização. Pensamos que está de todo afastado um possível cenário de institucionalização das diferentes Organizações, até mesmo do Que se Lixe a Troika, que a aferir pelos dados da 1ª dimensão, aquele que em termos programáticos e organizacionais, mais se aproxima.

Por outro lado, podemos colocar a questão, sobre o relacionamento com outras Organizações de cobertura nacional e/ou internacional. Verificamos, que pelo menos num grupo há uma tentativa de relacionamento interorganizações, sobretudo no plano internacional, mormente com Organizações oriundas de países que estão a viver uma crise económica/financeira e consequentemente social como são os casos de Espanha e da Grécia. Estas relações fazem-se invariavelmente sob o espectro da carência de recurso, mas também do voluntarismo de cada um dos ativistas, como é mencionado numa das entrevistas:

“Sim. Epah em geral precisa de conhecer algumas pessoas, que fizeram parte lá do 15M. Eu como faço parte de um Partido Político que é internacional, o MAS, ele faz parte da Liga Internacional dos Trabalhadores. É uma organização trotskista dos trabalhadores, internacional, há secções no Brasil, em Espanha, em Itália, a secção no Chile. Então a minha ligação é muito mais, com a malta dessas organizações, que depois atuam também nesses Movimentos Sociais. Ai é que são mais consistentes.

Sim, há ligação. Epah há muitos militantes no 15 de Outubro que são do MAS, portanto essa ligação é óbvia, mas para além disso há depois contatos pessoais. Malta que são dos Partidos e tal” (15 O:293).

Com efeito, estamos perante uma realidade que, transcendendo as fronteiras nacionais, onde nem por isso deixam de transparecer dificuldades e limitações. Dizemos isso, em face da importante dependência das relações pessoais, que parece haver no que toca ao relacionamento entre Organizações, nomeadamente nacionais e internacionais.

Ora, aqui urge também analisar o próprio percurso e perfil político e ideológico dos ativistas, que compõem estas Organizações. A regularidade entre os entrevistados é a pertença a variadas organizações, ainda com diferentes graus de institucionalização, com domínios de intervenção díspares. Todavia, há um traço comum, quase todos eles se declaram de esquerda, mas sobretudo “antissistema”, como é o caso deste testemunho:

“Sim, sim. Fui membro da Associação de Estudantes desta Universidade. Fiz parte da Casa do Brasil, grande parte das reuniões eram na Casa do Brasil. Era no Precário Inflexíveis ou na Casa do Brasil, foram os dois locais principais. Faço parte do MAS. Fiz parte do Bloco de Esquerda, fiz parte de uma Associação de Fotografia. Fiz parte da Acampada do Rossio. Tenho assim, um percurso extenso.

Como, um “gajo” anti-sistema, que luta por uma revolução socialista. Ou seja, não é pelas eleições, nem se vai conseguir transformar o mundo, aliás pode-se transformar um pouco, ou seja não é pelas reformas, elas podem dar algumas vitórias, mas elas para serem retiradas, é o que estamos a viver hoje. E ao mesmo tempo, não acredito que seja o capitalismo reformável. Podemos ter algumas vitórias parciais, mas é preciso haver uma alteração profunda no modo como a sociedade está organizada, em relação às relações de produção, as classes sociais, que se pode digamos se poderá acabar com a fome, a miséria, a desigualdade que existe no mundo” (15 O:295).

Esta é uma longa passagem, que no fundo sintetiza o tom geral, que pudemos apurar por via da entrevista, mas também nas conversas prévias, mas sobretudo subsequentes à realização das mesmas, em que os ativistas num ambiente mais descontraído e já com algum capital de confiança com o entrevistador, revelavam de forma explícita e/ou implícita as suas posições políticas e ideológicas. Em síntese temos um conjunto de ativistas, que norteiam a sua ação política por via de uma mundividência, que em termos substantivos circula entre a designada “esquerda radical” e o anarquismo. Há em todos eles um forte espírito comunitarista, em que o poder decisivo devia ser devolvido às populações ao nível do Bairro, da Rua etc., etc....

5.2.3 - Revolução ou transformação? A verticalização comunicativa

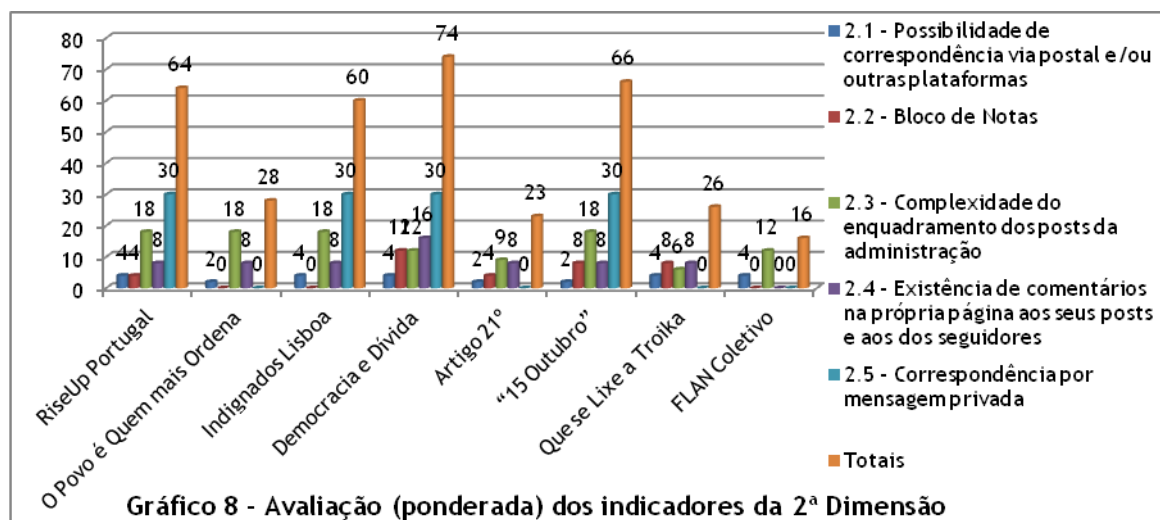
No estudo, daquilo a que decidimos designar como Dinâmica Organizativa do Debate, tínhamos intenção de abordar um vasto domínio que passa fundamentalmente por dois importantes vetores. Por um lado, estudar e analisar o modo como se processa a comunicação

interna e externa de cada Organização. Por outro lado, mapear ideológica e politicamente as Organizações e seus ativistas.

O exercício analítico aqui esboçado, passou pela colocação de uma questão prévia, para cada vetor. Assim, começámos por nos interrogar: qual o tipo de comunicação dominante nas Organizações e suas páginas de Facebook? Ora, tivemos oportunidade de apontar os constrangimentos e os desafios à circulação da informação e estabelecimento de um profícuo fluxo comunicacional.

É nesta linha de raciocínio, que pudemos apurar que é recorrente o uso da mailing list no seio das diferentes Organizações, pese embora o facto de este mecanismo ser maioritariamente considerado como um “mau” meio de comunicação interna e que inclusive, contribui de forma relevante para a própria ineficiência e afastamento de membros do seio da Organização.

Outras alternativas formam e estão a ser ensaiadas, nomeadamente experiências com o Google Groups, sendo é dito por vários ativistas, que o N-1 é um software mais-valia, ainda que seja lento. Olhando agora para os dados da análise de conteúdo, mais propriamente da 2ª dimensão, temos oportunidade de observar, um forte défice de interatividade da Organização com os seus seguidores. Ou melhor, após um primeiro fluxo de cima para baixo (Organização - Seguidores) verificamos que há um vazio em termos de feedback. Olhemos para o gráfico 8.



São escassos, desde logo os meios alternativos de estabelecimento de comunicação, como são os casos de sites, blogs ou endereço postal. Uma outra ferramenta e que se assume como uma idiosincrasia do Facebook, enquanto ferramenta e artefacto tecnológico, passa pela existência, uso e atualização do “Bloco de Notas”. O que se verificou na generalidade foi

ainda que existissem enquanto espaço, estavam quase sempre desatualizados e sem grande participação dos ativistas em nome da Organização.

Num terceiro indicador, procurámos aferir da qualidade do enquadramento feito aos vários posts de cada Organização. O que transparece é claramente, algum cuidado no que se publica e o tratamento que lhe é dado, basta olhar para as barras verdes, havendo quatro Organizações com avaliação máxima e uma outra perto. Nos dois últimos indicadores em que verdadeiramente fica patente é a tendência de verticalização dos fluxos comunicacionais, sobretudo no plano exterior. Nenhuma Organização atinge a pontuação máxima e apenas uma (Democracia e Dívida) obtém o segundo patamar de 16 pontos.

Finalmente no ponto 2.5 ensaiámos um possível interesse em particular num qualquer evento que estivesse agendado para o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades. Com esta questão tivemos oportunidade de aferir, que apenas quatro das oito Organizações responderam dentro do estipulado, obtendo assim pontuação máxima.

O gráfico 8 tem ainda a pertinência de nos remeter para uma outra perspetiva que é assumida a partir dos totais das avaliações, onde se destaca com 74 pontos a Organização Democracia e Dívida, como aquela que melhor e mais promove um tipo de comunicação horizontal, numa clara assunção dos princípios teóricos já enunciados do paradigma republicano e deliberativo. Num segundo patamar, surgem: 15 Outubro com 66 pontos, RiseUp Portugal com 64 e Indignados Lisboa com 60.

Deste modo, ensaiando uma resposta à questão inicialmente levantada nesta subsecção, termos de corroborar apenas parcialmente a hipótese: as Organizações em análise colocam em prática predominantemente um tipo de comunicação horizontal tanto a nível interno, como na respetiva página de Facebook. Dizemos parcialmente, porque se a nível interno é possível, que na generalidade das Organizações haja abertura e horizontalidade no debate realizado, já no que toca ao nível externo e particularmente na página de Facebook, constatamos que há grande heterogeneidade, com um grupo de quatro (Democracia e Dívida, 15 Outubro, RiseUp Portugal e Indignados Lisboa) a esboçarem claramente traços de comunicação horizontal, a verdade é que as restantes e especial enfoque para o Que se Lixe a Troika (que na 1ª dimensão obteve a melhor pontuação) ficou muito abaixo do expectável.

Num outro importante domínio de atuação da presente pesquisa, procurámos indagar a realidade e os atores em contexto concreto acerca do seu posicionamento ideológico e das Organizações de que fazem parte, partindo para este desafio, colocando a seguinte questão: Como se posicionam política e ideologicamente as Organizações e seus ativistas?

Nesta vertente, apenas temos objetivamente dados originários das entrevistas, contudo uma observação mais atenta ao período de realização da análise de conteúdo, permite-nos verificar que há uma clara tendência de contestação, sobretudo ao regime e ao *status-quo*

político e institucional, o que no fundo surge na linha de algo que tivemos oportunidade de salientar na análise de dados, anteriormente realizada, em que de forma taxativa um ativista afirmava a postura “antissistema” e até de certo modo revolucionária, que aliás se repercutiu de forma muito inconsistente na ação e programa das respetivas Organizações, como pudemos constatar na 1ª secção do presente capítulo.

Dito isto, diríamos que os ativistas apreseem claros indícios de identidade política e ideológica de esquerda radical e antissistema ou anarquista. Muitos deles e dos seus colegas, são militantes de outras Organizações como o MAS (Movimento Alternativa Socialista) de inspiração trotskista e que conseguiu na passagem do mês de Julho para Agosto a sua efetiva institucionalização. Acrescente-se ainda, que no perfil destes ativistas deve ainda ser incluído um longo percurso associativo, alguns deles inclusive, (embora seja necessário continuar a analisar a questão em futuras investigações) partilham militância em duas Organizações aqui objeto de pesquisa.

Com tudo isto, podemos considerar consistente a hipótese de trabalho exploratória: que ainda que abordem e tenham como ponto de partida questões e domínios de abordagem distintos, são Organizações fundamentalmente antissistema e que partem da crítica ao sistema político partidário, para a sua ação. Uma vez que emergem claros indícios, que apesar da ausência de uma ordem programática definida e sedimentada, estas organizações envolvem-se na luta política, sobretudo o pondo-se aos factos (como reação), partindo de pressupostos ideológicos revolucionários e transformativos da sociedade e do regime político vigente.

5.3 - Iniciativa e Pró-atividade dos Seguidores

Um dos focos da presente investigação é o estudo da dinâmica associada ao uso do Facebook, concebido enquanto artefacto que tem uma arquitetura própria e que por isso torna contingente (no sentido que está sujeita às idiossincrasias de cada ator) a sua utilização, quer seja por parte dos ativistas membros das Organizações, quer pelos seus seguidores. Por tudo o que foi dito anteriormente, o Facebook tem visto o seu uso crescer, prova disso é o grande número de notícias relacionadas com esta rede social, que são publicadas nos mais diversos meios de comunicação social. A juntar a isto, há ainda o crescente uso que as diversas figuras políticas e inclusive Partidos Políticos, fazem do Facebook.

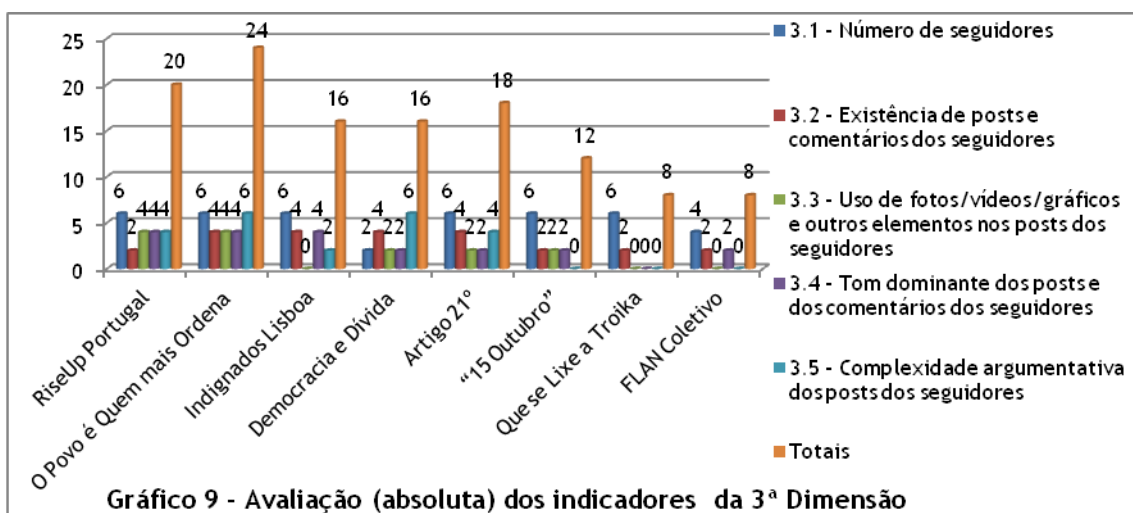
Sem prejuízo das restantes dimensões, que compõem o presente esforço teórico e empírico, esta dimensão assume contornos de relevo importante, sobretudo em face da questão de partida que dá corpo ao “nosso” problema de investigação e que passa por saber se o Facebook possibilita um debate público profícuo e que assim consiga apresentar-se como uma alternativa à esfera pública em contexto real. Para tal, procuraremos dar resposta à seguinte

questão: em que medida, há nas páginas de Facebook das Organizações troca de argumentos entre seguidores e entre estes e a Organização?

Dito isto, importa referir, que ao contrário das secções anteriores esta apenas terá uma subsecção, em face de apenas termos uma pergunta de investigação, sendo que a habitual subsecção dedicada às conclusões, ficará também integrada na próxima subsecção, onde procederemos à discussão dos dados da análise de conteúdo, para de seguida os confrontar com os testemunhos recolhidos em sede de entrevista.

No importante estudo das páginas de Facebook das oito Organizações que definimos como nosso alvo importa-nos aferir das tendências dialógicas e de argumentação, nestes espaços. Por tal, proceder-se-á a um duplo olhar: por um lado, analisar-se-ão os dados resultantes da realização da análise de conteúdo, através da 3ª dimensão e seus respetivos indicadores. Por outro lado, iremos confrontar estes dados, com os depoimentos, baseados nas perceções dos entrevistados.

Com efeito, procurámos desde logo aferir o número de seguidores de cada uma das Organizações. Aliás, este indicador (3.1) revela-se como o menos seletivo, no sentido de ser aquele em que se observam melhores avaliações, justificando a posição inicial no âmbito mais geral da dimensão, a que corresponde uma menor ponderação. Deste modo, o que podemos retirar, é que apenas duas Organizações (Democracia e Dívida e FLAN Colectivo) não obtêm pontuação máxima, ficando-se pelos 2 e 4 pontos respetivamente.



Através da entrevista ao Democracia e Dívida pudemos apurar, que a sua fundação remonta ao pretérito mês de Abril, pelo que o reduzido valor de seguidores se pode ficar a dever

precisamente a essa circunstância histórica.⁵⁵ Quase todas as Organizações em causa rondam as dezenas de milhares de seguidores.

Um segundo patamar foca-se na existência de posts e comentários dos seguidores. Concretizando, procurou-se, no período considerado para a análise de conteúdo (1 semana), aferir da existência de posts dos seguidores; de publicações dos seguidores no Bloco de Notas; existência de comentários aos posts da Organização. Não havendo notas de zero, a verdade é que nenhuma das Organizações consegue obter a pontuação máxima de 6, pelo que não pode deixar de ser um dado bastante relevante. O indicador seguinte já exige um pouco mais de mobilização de recursos, estamos-nos a referir mais concretamente ao uso de fotos/vídeos/gráficos e outros elementos nos posts dos seguidores.

Atendendo às barras verdes do mencionado gráfico, constatamos que existe um claro défice, no uso deste tipo de recursos ao dispor dos seguidores das páginas das Organizações. Em nenhuma destas, observámos condições que levassem à avaliação máxima, sendo que por outro lado, temos três Organizações com avaliação de zero são elas: Indignados Lisboa, Que se Lixe a Troika e FLAN Colectivo.

Entrando já no domínio mais complexo do conteúdo, mais propriamente do tom utilizado nos posts dos seguidores, verificamos grandes disparidades entre as diferentes Organizações, ainda que nenhuma consiga mais uma vez justificar a pontuação máxima, a verdade é que a pontuação mínima foi de dois, para seis das oito Organizações. Neste domínio em particular, pode-se afirmar que há pouca heterogeneidade dentro Organizações.

Finalmente, no ponto 3.5 procurámos aferir da capacidade expositiva e argumentativa por parte dos seguidores das páginas analisadas, de onde ressalta a pontuação máxima de O Povo é Quem Mais Ordena e Democracia e Dívida em claro contraste com as avaliações de zero: 15 Outubro, Que se Lixe a Troika e FLAN Colectivo.

Regra geral, diríamos que os seguidores mais atentos e participativos são os do O Povo é Quem Mais Ordena, com substancial destaque sobre os 20 pontos do RiseUp Portugal e ainda mais para o Artigo 21º com dezoito. Nos antípodas, encontramos o Que se Lixe a Troika e FLAN Colectivo, cada um com oito pontos.

Abordando desde já o outro lado, o lado de como os ativistas percecionam a participação dos seguidores, temos um vasto consenso, relativamente à importância que este tipo de participação tem para a própria dinâmica da página. O tom, em geral, com que os ativistas se referem à participação dos seguidores das respetivas páginas de Facebook é taxativamente positiva, como este caso:

⁵⁵ No momento em que redigimos este capítulo, esta Organização contabiliza 428 seguidores no Facebook.

“fundamental, há muita gente. Há muita gente, há muitas partilhas e isso é fundamental” (QSLT:265).

Todavia, há quem tenha perspetivas um pouco críticas, colocando a ênfase, num certo superficialismo e imediatismo:

“O feed-back? Acho que podia ser melhor. Acho que as pessoas se ficam muito pelo gosto. Isso dá-nos o sinal de que as pessoas viram e tomaram conhecimento, mas gostaríamos que houvesse muito mais comentários e aprofundamento, que as pessoas pusessem questões, mas isso não há muito.” (IL:280).

Uma outra opinião, ainda que partilhe de um certo tom favorável com os testemunhos anterior, alude a uma tendência de segmentação e estratificação:

“Vamos lá ver, curiosamente, ou não tão curioso, na minha página pessoal é mais fácil as pessoas colocarem e nos Indignados ainda mais, são aquelas onde vou metendo coisas. É relativamente fácil as pessoas reagirem ao que se lá põe, acrescentando qualquer coisa. No Democracia e Dívida, não tanto. E eu presumo, que os seguidores é um “naípe” de pessoas diferentes dos outros. Ali é capaz de ser um “naípe” de pessoas menos emotivas, pessoas menos dadas chamando “filho da puta” ao Passos. Muitas das vezes está lá as pessoas que viram, mas os comentários, não são muitos. É uma coisa que acho curioso, porque as pessoas, epah deve haver aqui uma segmentação em termos de qualificação e de posicionamento em relação a estas coisas, que é diferente ao Facebook genéricos” (DD:249).

A experiência do ativista do Democracia e Dívida que acumula também esta condição nos Indignados Lisboa, sugere um conjunto de considerações que nos parece de todo relevante. A primeira das quais é desde logo, que não há assim tanta mobilização. A segunda tem a ver com a própria qualidade desta participação ao referir, que muitas vezes não passa de um simples momento de “descarregar” a tensão acumulada. Uma terceira, levanta o véu sobre uma possível especialização, como é o caso do Democracia e Dívida, que requer um conjunto mais heterogéneo de recurso qualificativos que permitam argumentar ou contra-argumentar face ao exposto.

Estas três ilações podem do ponto de vista da presente investigação serem do maior relevo, aquando da análise mais generalizada dos dados empíricos. Contudo, numa tentativa de aprofundamento da relação entre Organizações e seus seguidores, procurámos indagar próximo dos entrevistados, se existe abertura para uma negociação e definição de objetivos e

eventos a levar a cabo junto dos seguidores. Em termos declarativos, a generalidade dos entrevistados expressam que existe essa abertura:

“eles são a página!” (RU2: 219).

Inclusive não são tão raros os casos e exemplos, em que os seguidores foram atores implicados diretamente no agendamento de algum assunto no caso do RiseUp Portugal, na realização de um evento no âmbito da atividade desenvolvida para sensibilização da população por parte do Democracia e Dívida, ou até mesmo a marcação de um local de manifestação:

“Por exemplo, vou-te dizer numa das manifestações que nós fizemos, quem escolheu o local foram os nossos seguidores por maioria. Pusemos vários locais, Assembleia, Terreiro do Paço, Martin Moniz pusemos vários locais em Lisboa e depois outros no Porto e por maioria foram os nosso seguidores que escolheram. Portanto eles têm um papel bastante ativo na organização dos nosso eventos, porque nós temos de ir para onde as pessoas querem” (PQMO:236).

Numa aparente mesma linha de continuidade, o Que se Lixe a Troika expressa a sua abertura, relativamente a possíveis contributos originários dos seus seguidores, sem que contudo consiga apontar exemplos. Porém, vai mais longe ao referir que “idealmente” será haver mobilização e organização, por parte dos próprios atores anónimos. Acerca de possíveis contributos na definição de objetivos:

“as decisões são internas, nós é que decidimos as questões” (QSLT:266).

Esta afirmação, surge na linha de uma das principais considerações de um maior pendor programático e de consequente fechamento desta Organização, comparativamente às demais. Fica claro, que existe alguma heterogeneidade interna entre estas Organizações, no que respeita ao contributo e participação dos seguidores na promoção da própria dinâmica das diferentes páginas.

Um ponto algo polémico, no sentido de como é conseguida a mobilização online, é o facto de captar as perceções sobre como a participação política e cívica se repercute em contexto

real. No fundo o que aqui se questiona é o papel que este aparato tecnológico parcialmente poderá/tem no que concerne à potencial mobilização em contexto real, mormente em eventos organizados e dinamizados por estas Organizações. Foi com este objetivo que incluída na 12ª questão que compõem o guião de entrevista tendo como referência as manifestações de vontade de participar nos eventos, previamente anunciados, como avalia a efetiva mobilização e participação em contexto real dos seguidores?

Transversalmente há uma clara perceção de que existe um profundo desfasamento entre as declarações de intenções, como é o caso de confirmar no Facebook que vai a um determinado evento e a participação efetiva neste tipo de eventos. Todas os entrevistados alinham por esta perspetiva, que num deles é registada nos seguintes termos:

“Há. Epah eu perceciono assim. Epah o que eu vejo, é que por exemplo, quando há muitas pessoas que vão a um evento, assim sei lá, mais de 20000 há fortes possibilidades que vão muitas mais, ou seja, à partida vão 100000 ou 150000. Isso ocorreu tanto no 12 de Março, como no 15 de Setembro, ou no 2 de Março. Foram muitas mais pessoas, do que aquelas que diziam que iam ao evento. Quando são, relativamente poucas aquelas que dizem que vão a um evento, sei lá, 7000 etc., 4000 há probabilidade que sejam menos pessoas que dizem que vão ao evento. Então eu já percebi, que há um pouco esse medidor, mas nunca é aquilo próximo” (15 O: 294).

Este retrato com este mesmo raciocínio é feito praticamente pela totalidade dos entrevistados, com pequenas oscilações terminológicas. O que há de facto a reter é esta profunda disjunção entre aquilo que é dado como intenção e posterior efetivação dessa mesma intenção. Nesta linha há também um dado que partilha, com este último, com consenso alargado e que passa pela exclusão de seguidores, quer seja pelo bloqueio da conta e até de algumas contas fictícias (RU1 e RU2), quer pela eliminação de comentários.

O argumento passa fundamentalmente, por serem agentes que vão para os posts ou para as páginas dos eventos, com uma postura de insulto e distorção do debate, que os ativistas e suas Organizações pretendem fomentar. As ofensas e injurias, jogam neste campo um papel relevante:

“Nós temos meia-dúzia bloqueados. São mal criados. Não são pessoas que vão para ali a fazer um discurso coerente. Uma coisa é estares a discutir ideias independentemente delas serem mais extremas ou não. Nós temos lá indivíduos que são extremos e nós continuamos a deixa-los, porque são indivíduos, porque não mandam para a “puta que pariu” ou “minha vaca”. Pah há coisas que nós também temos de ter um limite, eu o que eu chamo os “troles”” (RU2:216).

Ressalta claramente deste testemunho, que é extensível aos restantes, o respeito e a vigência de normas de convivialidade, que ao serem reiteradamente violadas, levam ao bloqueio, ou censura de comentários.

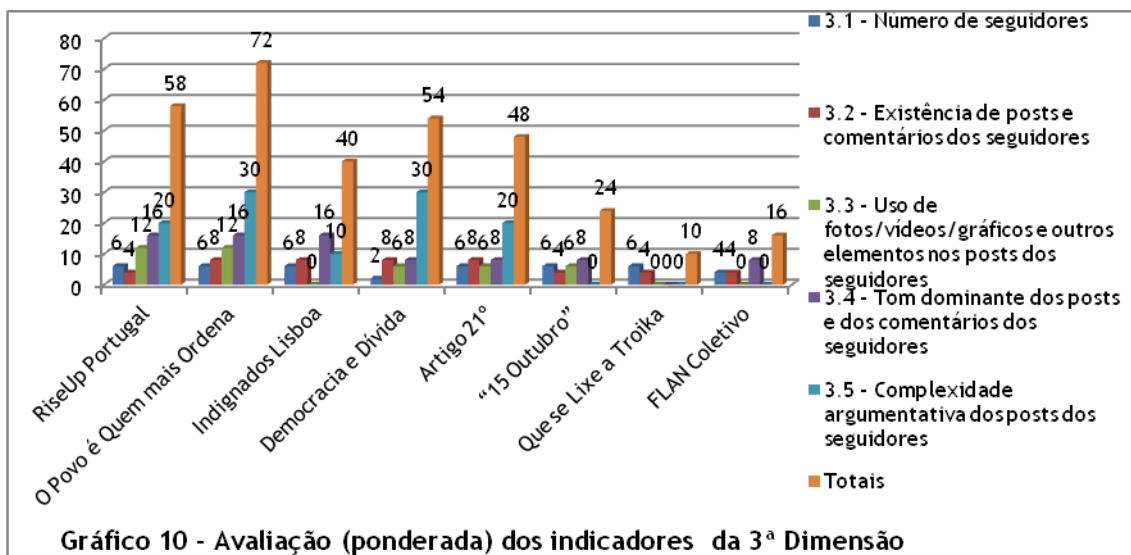
5.3.1 - Do discurso à prática: disjunções e coerências em torno do debate facebookiano

A secção que agora pretendemos “rematar” teve como seu elemento norteador a questão: em que medida, há nas páginas de Facebook das Organizações troca de argumentos entre seguidores e entre estes e a Organização?

Numa primeira abordagem procurámos indagar a realidade através de dados quantitativos originários da análise de conteúdo, nesses pudemos apurar, que a generalidade das organizações tem um vasto número de seguidores, que nalguns casos ascende mesmo às dezenas de milhares. Ainda que este elemento fosse o que detinha menor peso, não deixa de ter o seu relevo próprio, porque alude à base de cobertura de cada organização.

Agora introduzindo aos vários indicadores o respetivo fator de ponderação, permite-nos perspetivar a distribuição empírica dos dados, de uma forma alternativa, no sentido de aprofundar o conhecimento acerca da realidade abordada.

Ora, verificámos anteriormente na classificação absoluta (ver gráfico 9), que era O Povo é Quem Mais Ordena que liderava, seguido do RiseUp Portugal e Artigo 21º. Por força da ponderação introduzida, permite-nos observar alterações neste ranking, que agora é completado pelo Democracia e Dívida com 54 pontos, em substituição do Artigo 21º. Esta alteração substancial, prende-se com os resultados obtidos por cada uma das duas Organizações em causa, no que toca ao indicador 3.5, com o Democracia e Dívida a registar nota máxima, 6 que equivale a 30 pontos em termos ponderados. Ainda assim a larga distância dos 72: O Povo é Quem mais ordena e um pouco mais próximo dos 58 do RiseUp Portugal.



Finalmente, uma nota para sublinhar as fracas avaliações detidas pelo 15 Outubro (24), FLAN Colectivo (16) e os 10 pontos do Que se Lixe a Troika, o que não deixa de ser surpreendente, face aos dados registados sobretudo na 1ª dimensão.

De uma maneira geral, não foram encontradas grandes e/ou substanciais disparidades nas perceções captadas em sede de entrevista. Transversalmente foi reafirmada a importância dos contributos vindos dos seguidores, bem como a tentativa de uma moderação mínima, que por sua vez leva ao bloqueio de determinados utilizadores e/ou à censura de determinados comentários, que são considerados ofensivos e abusivos para com os outros seguidores e/ou os ativistas das Organizações em causa. Houve também lugar ainda que na medida do possível, à ilustração de caos de colaboração entre ambas as partes.

Tudo isto levou-nos a elencar três importantes considerações analíticas, que resumem a presente secção.

1ª Existe uma efetiva e substancial defasagem em termos daquilo que é declarado como intenção e a sua real tradução, nos mais diversos eventos levados a cabo pelas Organizações.

2ª A propósito da qualidade da participação, isto é, geralmente colocada em causa, quer pela argumentação exposta, quer pelo tom colocado. Quase sempre em linha com o que foi postado inicialmente. O que no fundo pode ser uma expressão daquilo que José Marchal (2012) designou como “clickativism”.

3ª Decorrente da anterior em face da grande heterogeneidade de áreas abordadas por estas Organizações, também a sofisticação dos recursos solicitados, apresenta níveis diferentes. No caso particular da presente pesquisa, e a título de exemplo, o Democracia e Dívida aborda uma área relativamente restrita, que resulta da interseção da área política e económica. Isto

para dizer, que nem todos os seguidores estão habilitados no plano dos recursos, a levar a cabo um debate, colocando em destaque a desigualdade social no campo da participação política, fazendo uso do Facebook.

Em face de todo o cardápio argumentativo aqui exposta, estamos em condições de não corroborar a hipótese que norteava a presente dimensão e que afirmava: as páginas de Facebook das Organizações estudadas, são privilegiados espaços de diálogo e partilha argumentativa, entre seguidores e entre estes e a Organização e seus ativistas.

5.4 - Persuasão Humor e Estética

A ação política desde os primórdios da modernidade fez uso dos mais diversos e inovadores meios de propaganda e comunicação de forma a fazer passar a mensagem, no fundo o conteúdo político que se pretende disseminar. Por outro lado, há também o recurso aos mais diversos mecanismos de propaganda e campanha política no sentido de uma efetiva mobilização, que trespasse a simples adesão a um ideário, ou simplesmente a uma causa.

No fundo o que uma qualquer ação política pretende, regra geral, não é mais do que convencer ou pelo menos promover a adesão de um indivíduo ou conjunto deles a um determinado ideário programático ou a uma simples e singular causa. Isto, para dizer que independentemente dos horizontes de cada Organização e até da sua maior ou menor maturidade organizacional, a mobilização por via da persuasão é um recurso recorrente no domínio político.

Este é um ponto espacialmente fértil, no que diz respeito à convergência entre o domínio da comunicação política e o da sociologia política e também da ciência política, dado, que se pretende estudar o modo como as novas tecnologias, nomeadamente o Facebook, são utilizadas na mobilização. Nestes termos a questão de investigação que norteará a presente secção interroga: quais as estratégias utilizadas, para potenciar a mobilização cívica e política?

Numa primeira fase apresentar-se-ão os dados das diversas questões, que fizeram do guião de entrevista exclusivamente para a abordagem desta grande dimensão, juntando a estes dados, os resultantes da análise de conteúdo. De forma a sintetizar os dados mais relevantes, realizar-se-á na próxima subsecção a análise destes.

Pelo percurso até aqui empreendido, tivemos oportunidade de apreender que há ao longo dos três domínios anteriores abordados, uma grande divergência e heterogeneidade entre as diferentes Organizações, mas também há diferenças dentro das próprias Organizações que estudamos, considerando os elementos que compõem as referidas dimensões. Dai, decorre um

acrescentado interesse, no que diz respeito às questões da mobilização e ao uso dos diferentes recursos, que são potencialmente utilizados ou pelo menos colocados ao dispor dos seus utilizadores.

Assim, procurámos aferir qual a estratégia que entende ser mais eficaz e que consegue ter maior capacidade de mobilização no seio da sua organização?

Neste campo em particular temos opiniões e perceções dos ativistas bastante dispares entre si. No caso do RiseUp Portugal é sublinhada a importância que os artigos de opinião têm. Ai, percebem claramente que este tipo de conteúdo é tendencialmente mais seletivo, que por exemplo o uso de fotos com montagens, que envolvam políticos ou outras figuras com notoriedade pública:

“Já há pessoal a fazer isso, já há pessoal a fazer isso. Uns melhores que outros, uns mais influenciados por certas coisas, do que outros. Mas já há pessoal a fazer isso. O burquinho que nós fomos preencher é lá está, consciencialização mais completa. Mais completa. Lá está, voltando um bocadinho atrás, nós fomos os primeiros a fazer análises, textos de opinião, que era uma coisa que os outros não fazem. Que é uma coisa que não resulta tanto no Facebook, mas que se calhar foi por causa disso que atraímos, a tal espécime de leitores e de seguidores que estávamos a discutir ainda há pouco. O tipo que partilha, um texto de opinião em que vai ficar ali 10 minutos a olhar para aquilo, vai ser um bocadinho mais inteligente, eu não queria dizer isto, mais exigente” (RU1:225-226).

Deste testemunho, várias considerações se podem fazer, entre elas, a já mencionada rivalidade, que pelo menos num estado latente medeia a relação entre diferentes organizações. Contudo, para o que interessa, que este ativista coloca o “dedo na ferida” quando sublinha que o Facebook, enquanto espaço de divulgação de informação e de participação política e cívica não se compadece com textos muito extensos e complexos, o que no fundo corrobora a tese de que a “arquitetura do Facebook” é sobretudo uma plataforma de divulgação, porém o mesmo afirma que mesmo com estas estratégias detém sucesso e inclusive superou algumas outras Organizações, vistas como rivais e concorrentes no mesmo “mercado da contestação”. Acrescente-se ainda a ênfase no superficial e importância que é dada à imagem.

Contudo, temos testemunhos que partilhando do pessimismo relativamente ao potencial mobilizador do Facebook, fazem-no num registo bem mais taxativo:

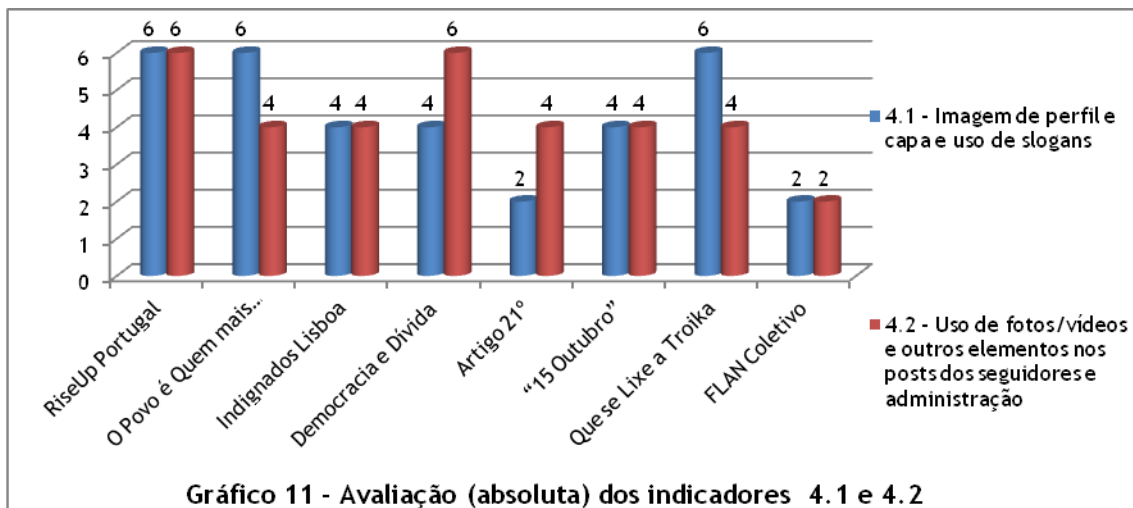
“epah o Facebook, não é propriamente um meio muito eficaz para a mobilização. Se por exemplo eu chegar ao Facebook e disser “vou fazer não sei o quê na Gulbenkian” epah as pessoas não aparecem muito” (DD:89).

Uma posição que nos parece relativamente intermédia das duas anteriormente enunciadas, passa por mencionar que:

“O Facebook dentro das plataformas online. Mas os eventos ganham e conseguem sempre, quando alguém pega neles, num sítio qualquer e os começa a fazer. E aí, já não depende de nós, já não está no nosso controlo. Eles funcionam, quando nós não os controlamos, quando somos nós sempre ali a tentar que eles aconteçam, ou sejam replicados, quer dizer que alguma coisa não está a correr muito bem. Quando eles funcionam muito bem e depois quando começam a ser, o Facebook aí ajuda a dar essa dimensão de descentralização da própria ação. Isso talvez seja o mais fundamental” (QSLT:268).

Segundo este depoimento os eventos a determinada altura adquirem uma espécie de vida própria, que ainda neste registo, parece ser o desejado por parte dos ativistas e desta Organização em particular. Ainda assim, refira-se que a escassez de recursos “joga” uma papel relevante no que toca à mobilização de outras formas de fazer passar uma mensagem, sendo que o Facebook, neste aspeto em particular, pode mitigar algum défice de acordo com o testemunho de O Povo é Quem Mais Ordena.

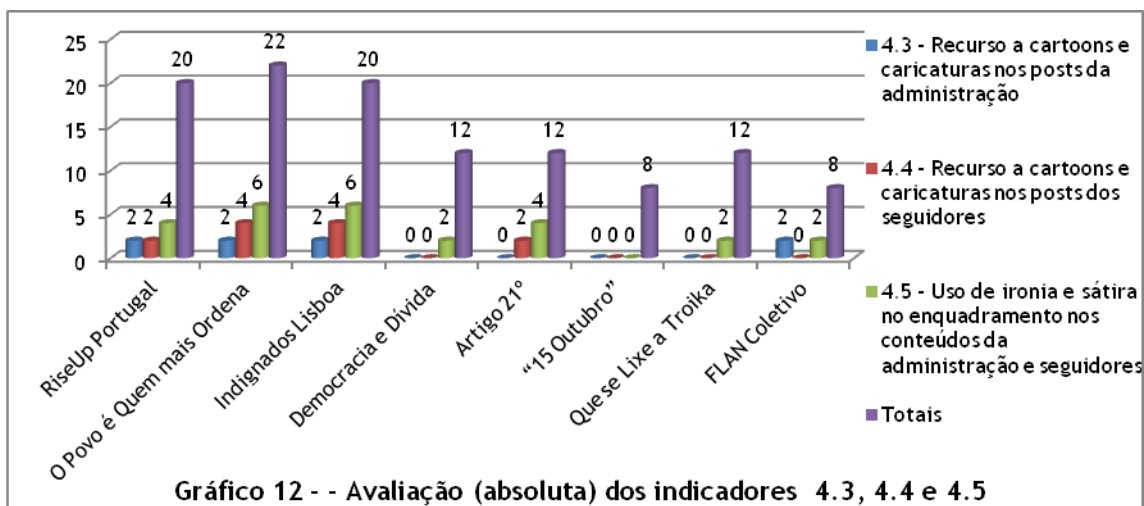
Ora, esta última posição remete-nos para a efetiva mobilização dos recursos, mormente a panóplia associada ao uso do Facebook e que permite o uso entre muitos outros, de imagens, vídeos etc.. Foi precisamente isso que tentámos apurar na análise de conteúdo, mais propriamente na 4ª dimensão.



O Gráfico 11 representa a distribuição empírica dos dados, que resulta dos indicadores 4.1 que avalia a capacidade mobilizadora e cativante das imagens de capa e de perfil de cada uma das organizações e o indicador 4.2 que avalia o uso de fotos/vídeos. Estamos perante dois vetores analíticos, que detêm uma importante componente estética e com isso uma importante dimensão subjetiva, no fundo o “gosto”, ainda que mediada à luz daquilo que potencialmente poderá ser mobilizador.

Com efeito, verificamos que o indicador (4.1) temos três avaliações máximas (6 pontos) a saber RiseUp Portugal, O Povo é Quem Mais Ordena e Que se Lixe a Troika. Pelo contrário a nota de 2 pontos foi atribuída ao Artigo 21º e FLAN Coletivo. Já no indicador 4.2, observamos que apenas o Democracia e Dívida regista avaliação de 6 pontos, sendo que mais uma vez é o FLAN Coletivo detém a avaliação mais baixa com apenas 2 pontos. A avaliação deste último indicador (4.2) tinha a particularidade de ser o resultado da avaliação dos posts da Organização, mas também dos seguidores. Em termos gerais, o que estes dados, nos dizem é que o uso e potenciar de algumas destas particularidades do Facebook são razoáveis, se excetuarmos o FLAN Coletivo e o Artigo 21º.

Num patamar mais complexo, tínhamos os indicadores: 4.3 - Recursos a cartoons e caricaturas nos posts da administração, 4.4 - Recurso a cartoons e caricaturas nos posts dos seguidores e finalmente 4.5 - Uso de ironia e sátira no enquadramento nos conteúdos da administração e seguidores.



Desde logo é bem patente um substancial fosso entre três Organizações (O Povo é Quem Mais Ordena; RiseUp Portugal e Indignados Lisboa), que obtêm pontuações bem mais elevadas que as restantes cinco. Vistos de outra perspetiva, estes dados revelam que apenas duas Organizações obtêm pontuações máximas no indicador 4.5, que avaliava o uso de ironia e sátira nos enquadramentos dos posts realizados pelas diferentes Organizações e seus seguidores, havendo apenas mais duas com pontuações de 4 pontos. Organizações com 15 Outubro e Que se Lixe a Troika e Democracia e Dívida registam pelo menos dois indicadores com pontuação nula.

Em termos gerais, o panorama é relativamente deficitário no que comporta a uso de cartoons seja pelos seguidores, mas ainda mais mitigado por parte das próprias Organizações. Nesta linha de raciocínio, foi objeto de abordagem no âmbito dos entrevistados, a perceção que os ativistas têm acerca do uso do humor, enquanto ferramenta de combate e mobilização política.

O humor é neste sentido, concebido como tendo uma dupla função: como fator aglutinador dos seguidores, mas também como exercendo o papel de “tubo de escape” para os próprios ativistas:

“é fundamental, rir e rir-nos de nós próprios, não é só de fora é também de dentro. Mas é fundamental, porque o humor é uma coisa que funciona bem em Portugal” (QSLT:267).

Mas, também há quem assuma que de facto não fazem uso recorrente do humor:

“é assim, a página dos Indignados não é 100% vocacionada para o humor. (...) Eu acho que o humor é muito importante e em alturas de desespero, então, o que vale às vezes é o humor” (IL:281).

O que decorre daqui é que o uso do humor e da ironia está condicionado ao próprio estilo e idiosincrasias de cada um dos ativistas, não havendo uma matriz, que circunscreva e padronize o uso deste tipo de recurso. Por isso, também a frequência é bastante volátil e oscilando conforme o estilo e a forma de expressão que cada ativista promove.

Neste sentido, procurámos também saber até que ponto são mobilizados meios e recursos que extravasem o uso do Facebook. Existem vários destes recursos que se pode dizer que são transversais às diferentes Organizações como blogs, email, em alguns casos o twitter. Isto no pano das plataformas digitais, todavia o acesso a outros recursos com flyers, cartazes, constituem-se como um elemento, bem mais raro, dado que estes requerem mobilização de recursos financeiros.

Assim o recurso a este tipo de meios é feito de forma esporádica e para potenciais eventos especiais de dimensão considerável:

“flyers fizemos apenas quando foi das manifestações. Pois tivemos isso, isto é difícil. É tudo à nossa conta (financiamento). Por exemplo a nossa faixa, que nós temos, fizemos uma muito idêntica ele lá e eu cá, fomos nós que fizemos à mão. Não mandámos fazer” (PQMO:238),

Ou ainda:

“eu não tenho dinheiro para mandar fazer tarjas, nem bandeiras” (RU1:225).

Isto leva-nos a colocar a questão de como é percecionada a ação e a concretização dos objetivos de cada Organização. Sucintamente, há um otimismo generalizado e mesmo aqueles que apresentam alguma relutância, fazem-no relativizando-o à luz dos próprios meios que têm ao seu dispor.

Assim, diríamos que a autoapreciação é de que têm sido bem-sucedidos:

“Tem sido bem-sucedida. Nós estamos satisfeitos, porque em três meses nós já fizemos cinco debates. O Facebook, que é aquilo que eu mais acompanho, eu vou pouco ao blog, o blog é mais para o outro “gajo”, que acompanha mais, eu vejo aquilo a crescer, os seguidores a crescerem e o número de visualizações, às vezes, até explode. Pronto, penso que nisso estamos a aumentar a nossa visibilidade e isso obviamente é um objetivo. Enquanto isso acontecer, porreiro” (DD:251).

Talvez o único testemunho um pouco menos efusivo e que de certo modo reflete até um pouco a frustração é o que vem do Que se Lixe a Troika:

“Temos feito um bom trabalho. Acho que temos feito um bom trabalho. Acho que sim, mas também às vezes é frustrante. Estes “gajos” que lá estão agora no poder, estão agarrados à cadeira, mas aquilo dá-lhes um empurrar valente, eles ficam a tremer nós dizemos “olha vai cair, olha vai cair, vai cair, vai cair” não, ainda não é desta. E isso também nos faz pensar algumas vezes, até que ponto algumas ações, nós fazemos não são depois até usadas pelo Governo, neste momento em funções, como uma forma de se reforçar. Mas acho que temos feito um bom trabalho, tendo em conta as nossas capacidades, porque eu repito que é um grupo de pessoas” (QSLT:267).

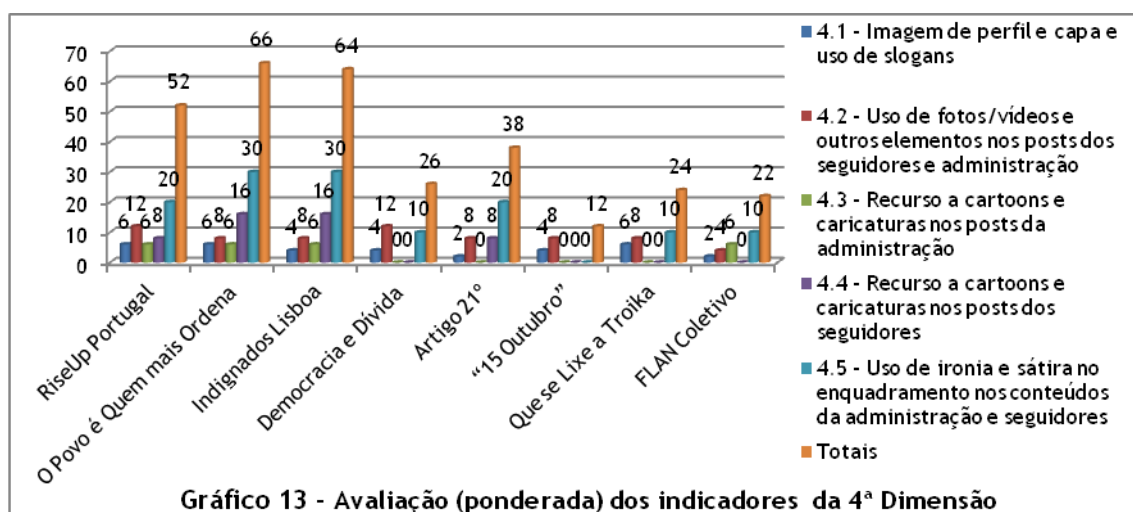
Ora, precisamente na Organização que na 1ª dimensão apresentou um nível de “maturidade” e estruturação maior, verificamos agora, que é onde existe, ainda assim, um menor entusiasmo, relativamente à ação que tem desenvolvido e sobretudo à concretização dos seus objetivos, que no caso concreto é derrubar o atual Governo liderado por Pedro Passos Coelho. Podemos, declarar que a perceção da ação e a respetiva efetiva concretização de objetivos tem uma forte componente contingencial, dado que essa avaliação é sempre realizada, tendo em consideração a existência de uma ordem programática mais ou menos definida.

5.4.1 - Perceções e realidade: um desfasamento entre práticas e conceções

Nesta última dimensão procurámos abordar um domínio que se estende muito para além do uso do Facebook, como é a capacidade destas Organizações de promoverem a mobilização ou de pelo menos contribuírem de forma relevante para a politização dos cidadãos, até aqui afastadas do campo político. Uma aproximação a este problema (teórico) passava pela aferição do recurso a meios e à sua diversidade, de forma a promover o debate político e público.

No enlace deste processo recorreremos às duas supramencionadas fontes de dados: análise de conteúdo e entrevistas. Assim, a hipótese de trabalho que procurávamos verificar empiricamente afirmava: as organizações estudadas recorrem a um conjunto diversificado de recursos, que vão desde flyers, cartazes, humor, vídeos, no sentido de engendrar um debate público mobilizador.

Considerando o estrito potencial “facebookiano”, avaliámos cinco grandes aspetos, desde a imagem de perfil e capa, até ao mais complexo, o uso de ironia e sátira nos posts, quer das Organizações, quer dos seus seguidores.



Fica bem patente uma forte disjunção entre três das Organizações (O Povo é Quem Mais Ordena; indignados Lisboa; RiseUp Portugal), que obtêm pontuações muito distanciadas das restantes, que têm avaliações muito baixas. O ponto mais relevante e que faz distanciar sobretudo as duas melhores classificações (O Povo é Quem Mais Ordena e Indignados Lisboa) é a pontuação máxima obtida por estas no indicador 4.5, com maior peso de ponderação.

Ainda assim em geral as avaliações são baixas, o que em última instância reflete uma utilização bastante mitigada dos mais diversos recursos. Estes dados, entram em confronto com a perceção geral dos ativistas, de que fazem um regular uso do humor, da ironia e da sátira. Aliás, opinião que se estende também aos esforços que são feitos no plano do ativismo em contexto real, como são exemplos os cartazes, flyers etc. etc..

Questionados sobre como vêm a consumação de objetivos, há tal como tivemos oportunidade de registar na subsecção anterior, um otimismo considerável, dando exemplos práticos, como organização de eventos ou aumento do número de seguidores e de visualizações da página e de acessos ao blog ou site da Organização. Estes são argumentos apresentados por diversos

ativistas, porém também foi detetado um certo decepção, no caso Que se Lixe a Troika, Organização esta que no estudo desenvolvido no âmbito da 1ª dimensão, pudemos constatar que tem uma maior estruturação programática, comparando com as restantes. Isto, serve-nos para levantar a possibilidade de que a maior ou menor percepção de consumação de determinados objetivos, oscila conforme a maior ou menor definição destes. Ainda assim, a presente pesquisa não tem dados, para o aprofundamento desta questão em particular, pelo que urge o desenvolvimento de estudos e análises posteriores à presente tentativa.

Com efeito e em face da argumentação apresentada termos de corroborar apenas parcialmente a hipótese levantada. Parcialmente, porque apenas no que toca ao contexto real é constatável um esforço no sentido de diversificação e intensificação da mobilização política. Por outro lado, ficou claro o profundo déficit de uso dos diferentes recursos disponibilizados pelo Facebook.

Considerações Finais

Desde a primeira linha tentámos estabelecer uma forte ancoragem entre os factos que compõem a atual crise financeira, social e política e o próprio desenvolvimento do presente trabalho. Com o sucessivo agravamento das contas públicas, mormente o défice orçamental, bem como o galopante aumento da dívida pública, têm levado a uma forte intensificação do escrutínio a que a classe política e o Governo têm estado.

Isto para reiterar a importância que teve o contexto social e político, no desenrolar da presente pesquisa, as incidências políticas e económicas, no fundo, o contexto atual vivido em Portugal, que é em traços largos similar aos restantes países da Europa mediterrânica. Ora, a procura de conhecimento é em qualquer circunstância difícil e recheada de peripécias, todavia quando temos como objeto algo que tem desenvolvimentos diários, a dificuldade é acrescida. Concomitantemente, a estes factos, estamos perante um artefacto tecnológico bastante recente, sobretudo ao nível de uma utilização mais vulgarizada.

Já anteriormente tivemos oportunidade de fazer referência, ao facto de um dos “pontos fortes” do trabalho que aqui pretendemos concluir, passa pela diversidade de dados, que se reflete na própria natureza qualitativa da informação coletada a partir das entrevistas, e dos dados quantitativos originários da análise de conteúdo, que nos permitiram uma importante abordagem ao Facebook. Abordagem esta, que para além da pertinência que lhe é atribuída no âmbito da prossecução dos objetivos e tarefas, também tem a sua componente de originalidade.

A simbiose entre as perceções e opiniões dos atores concretos que dinamizam as Organizações e a avaliação resultante da análise de conteúdo, permitiu-nos, de certa forma, discernir em todo este manancial de dados, traços de continuidade entre as diferentes Organizações e por outra via, o estabelecimento de contrastes, entre estas. É precisamente nesta linha que iremos seguir ao longo da reta final da presente análise.

Na abordagem teórica, tivemos oportunidade de discutir alongadamente teorias, mais propriamente o conceito de habitus de Pierre Bourdieu, enquanto instrumento concetual que nos permite o enquadramento, do carácter construtivo e transformador da ação, mas também como resultado de constrangimentos socioestruturais, que condicionam a ação. Na abordagem da participação política, procurámos expor as principais premissas da proposta liberal, da (neo)republicana e finalmente da deliberativa, numa postura deliberadamente de síntese. Uma importante herança deste périplo teórico, foi plasmada na conceção e efetivação da grelha de análise de conteúdo, onde foram atribuídos diferentes graus de ponderação aos cinco indicadores, que compunham cada uma das quatro dimensões. Desta forma, pensamos dar materialização a um pressuposto teórico resultante da revisão teórica, na qual se

inscrevem diferentes perspetivas sobre a participação política, isto é, colocando a ênfase naquilo a que cada paradigma concebe como fundamental.

É nesta linha de raciocínio, que através do corpo teórico empreendido tivemos oportunidade de clarificar os diferentes domínios e porque não, os distintos níveis de conceção daquilo a que se entende por participação política, tal como já tivemos oportunidade de mencionar em capítulos anteriores. Com efeito, estamos perante diferentes níveis de reconhecimento do que se entende por participação política. Assim, no liberal temos uma conceção mais lata e, por seu turno, no deliberativo uma visão mais exigente e restritiva, do que se entende por um processo participativo. Foi perante esta envolvente teórica que avançámos para a análise dos dados de que agora iremos fazer uma breve síntese.

Na 1ª dimensão tivemos oportunidade de abordar aspetos relacionados com a Organização e a gestão da informação. Como forma de nortear o nosso esforço analítico colocámos a hipótese exploratória: “1ª As diferentes Organizações apresentam, de um modo geral, um nível de institucionalização bastante reduzido, nomeadamente ao nível programático e organizacional”. No domínio organizacional dever-se-á destacar, de acordo com os respondentes, a existência de delegação de tarefas, característica que podemos considerar transversal às diferentes Organizações estudadas.

Através deste mesmo domínio de análise tivemos também oportunidade de constatar a existência de uma mitigada ordem programática, que norteie a ação de cada Organização. Esta consideração é claramente corroborada pelos mais diversos testemunhos, exceptuando-se o Que se Lixe a Troika que, de acordo com o que pudémos apurar na análise de conteúdo, obteve a melhor avaliação (absoluta e ponderada), em sintonia com o testemunho do entrevistado, que enumerou três grandes objetivos. Há por isso um certo défice programático nas organizações estudadas e isso fica bem patente quando interrogamos os próprios ativistas.

Ainda nesta 1ª dimensão foi alvo da nossa abordagem a produção e/ou difusão de informação, em que, de forma sucinta, tivemos oportunidade de observar a existência de realidades bastante heterogéneas. A hipótese orientadora que aqui foi avançada afirmava: “2ª os conteúdos informativos a nível externo são diversificados. Todavia, ao nível interno a produção e conseqüente divulgação de informação é deficitária”. Ainda assim, há várias avaliações máximas nos três indicadores (1.2 - Atualidade noticiosa/mediática e política; 1.3 - Informação de outras Organizações e Instituições; 1.4 - Informação de ações da Organização), que abordaram esta questão. Sendo que ficou patente uma clara sobre-utilização de fontes (notícias) de meios de comunicação social tradicionais, em claro detrimento de conteúdos informativos de produção própria. Pese embora a necessidade de aprofundar a questão em futuras pesquisas, tal facto dever-se-á aos relevantes défices, muito em particular de recursos humanos. Com claros indícios de distanciação relativamente às restantes Organizações, o Que se Lixe a Troika, constitui-se como aquela que, em maior grau,

se aproxima do modelo tradicional de Organização política, isto é, com maior nível de consolidação programática e orgânica.

Num segundo momento, procurou-se aferir o modo como é concebido e dirigido o debate internamente, mas sobretudo de dentro para fora das Organizações. Uma das hipóteses exploratórias levantadas afirmava: “3ª As Organizações em análise colocam em prática predominantemente um tipo de comunicação horizontal tanto a nível interno, como na respetiva página de Facebook”. Começámos por apurar, que os mecanismos de comunicação entre Organizações e seus seguidores são de um modo geral bastante diminutos. Referimo-nos concretamente ao email, ao site ou ao blog. Para além de que o uso e atualização do “Bloco de notas” é também ele bastante mitigado. Este espaço reveste-se de alguma relevância, dado ser uma ferramenta exclusiva do Facebook que potencialmente poderia servir como espaço de debate de ideias.

Num outro patamar, abordamos existência de um tratamento, com maior ou menor complexidade, da informação transmitida. Em termos gerais, verificamos que há um relativo tratamento adequado da informação prestada. Contudo, interrogando a realidade, por via dos últimos dois indicadores (2.4 - Existência de comentários na própria página aos seus *posts* e aos dos seguidores e 2.5 - Correspondência por mensagem privada), acerca da possibilidade do tipo de comunicação ser dominado por uma lógica horizontal e multidirecional, defrontámo-nos com indícios de uma comunicação predominantemente verticalizada. Esta premissa vem de encontro aos resultados de muitas investigações já realizadas, que também evidenciam um claro elemento de continuidade com as tradicionais Organizações políticas, com elevados níveis de institucionalização.

Por outro lado, tivemos também oportunidade, sobretudo por via dos testemunhos recolhidos em entrevista de “esboçar” um perfil político/ideológico destes ativistas que têm como matriz dominante a sua pertença à esquerda, porém a uma esquerda que não tem representação parlamentar, no fundo uma esquerda claramente antissistema e em alguns casos anti-capitalismo. Neste caso a hipótese adiantava que: “4ª Ainda que abordem e tenham como ponto de partida questões e domínios de abordagem distinto, são Organizações fundamentalmente antissistema e que partem da crítica ao sistema político partidário, para a sua ação”.

Num terceiro grande domínio, procurámos conhecer até que ponto o papel de seguidores é relevante, através de cinco indicadores no âmbito da análise de conteúdo, bem como de questões expressas no guião de entrevista, em que tivemos oportunidade de captar a perceção que os ativistas das Organizações têm daqueles. Este domínio foi presidido pela hipótese exploratória que afirmava: “5ª As páginas de Facebook das Organizações estudadas são privilegiados espaços de diálogo e de partilha argumentativa, entre seguidores e entre estes e a Organização e seus ativistas”.

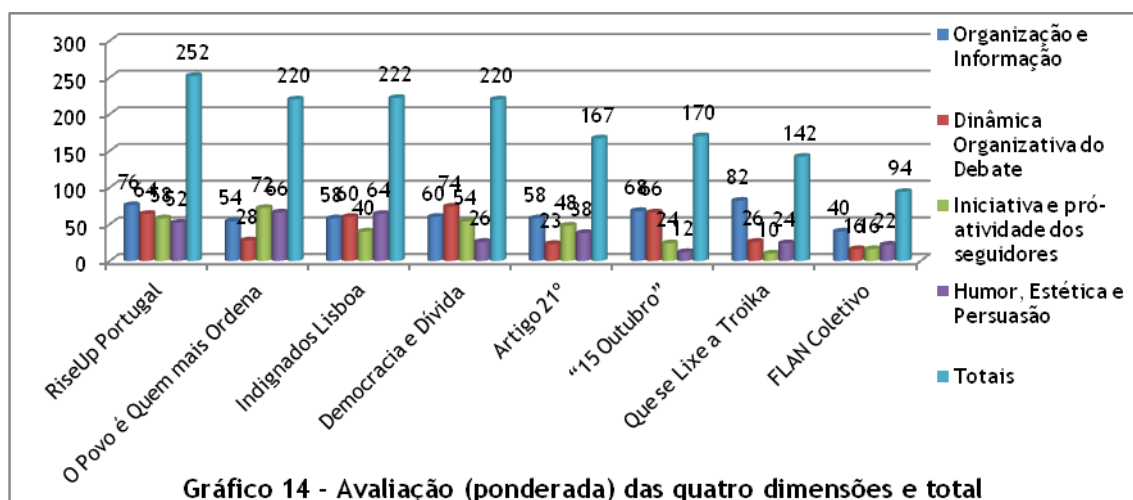
Embora seja recorrente, nas entrevistas, ser declarada a importância dos seguidores, a verdade é que os dados apontam para o facto de ~~empiricamente~~, que não há de forma consistente e continuada uma profícua troca de argumentos, no fundo um debate público nos termos em que tivemos oportunidade de definir em capítulos anteriores.

Os fluxos comunicacionais fazem-se maioritariamente de forma verticalizada e de modo descontínuo, sendo que o tom é predominantemente de concordância, assumindo muitas vezes, formas de “desabafo”, numa certa atitude catártica em que se despejam tensões acumuladas; no fundo, estamos a aludir a uma inexistência de troca de argumentos.

Finalmente, focamo-nos num vasto domínio que diz respeito aos potenciais recursos e aos que efetivamente são utilizados, tendo em conta a 6ª e última hipótese, que orientou esta componente da investigação atestando: “as organizações estudadas recorrem a um conjunto diversificado de recursos, que vão desde flyers, cartazes, humor, vídeos, no sentido de engendrar um debate público mobilizador”. Também aqui ficou patente, a partir das perceções dos ativistas, de que os meios nem sempre são os mais adequados, mas que ainda assim, e não obstante essas dificuldades, os objetivos, são genericamente percebidos como bem-sucedidos.

Mesmo considerando estas opiniões, não deixa de ser curioso que sendo este ponto de vista partilhado pela maioria dos ativistas, a voz que destoa é a da Que se Lixe a Troika, Organização que tem, tal como já tivemos oportunidade de mencionar, uma teia programática e de intervenção mais elaborada e consistente, o que permite a confrontação entre objetivos e a sua efetiva mensuração. Podemos constatar precisamente este paradoxo no gráfico 14.

O referido gráfico, faculta-nos uma visão genérica dos resultados obtidos (em termos ponderados) pelas oito Organizações, no cômputo das quatro dimensões, que deram operacionalização à análise de conteúdo. Onde podemos observar fundamentalmente dois grupos e Organizações.



Destaque claro para RiseUp Portugal (252 pontos), seguido a alguma distância pelos Indignados de Lisboa (222), O Povo é Quem Mais Ordena (220) e a Democracia e Dívida (220). Estamos perante um conjunto de Organizações, que não obstante os fortes constrangimentos e limitações, conseguem registar uma pontuação, que as coloca no grupo cimeiro. Assim, poderíamos enquadrá-las nos patamares de exigência do paradigma republicano e neorepublicano, considerado o somatório das quatro dimensões em análise. Nas restantes quatro, temos evidentes traços daquilo que poderemos enquadrar no âmbito do paradigma liberal, se consideradas as avaliações finais das restantes Organizações: 15 Outubro (170); Artigo 21º (167); Que se Lixe a Troika (142) e FLAN Colectivo (94), com tudo o que isso implica em termos de práticas quotidianas.

Ainda que estejamos perante um instrumento tecnológico, que permite a “camuflagem” de algumas características individuais, os dados apontam para uma linha de continuidade com que acontece em contexto de espaço público real, com limitações e problemas, relacionados com elementos sociais e culturais, como o capital cultural, as habilitações académicas ou até mesmo a classe social de pertença, no fundo um compósito que é sintetizado no conceito de habitus; aspetos que, apesar de necessitarem de maior aprofundamento, podem estar plasmados no perfil biográfico dos entrevistados.

Assim, temos a maioria dos ativistas na faixa etária dos 27 aos 40 anos, com licenciatura ou até mesmo mestrado e doutoramento, sendo que no campo da ocupação profissional tivemos alguns desempregados, sobretudo entre os que declaram possuir o ensino Secundário. Em traços largos são estas as linhas que podem vir a ajudar a esboçar um perfil de ativista, neste tipo de Organização.

Ainda, que tenhamos de dar por bem sucedida a presente investigação, ao alcançar um conhecimento básico e de carácter exploratório deste vasto domínio da atividade, a verdade é que ficam várias questões pendentes. Em que medida estas organizações sobrevivem num

contexto de menor contestação social? Por outro lado, qual a tendência em caso de agudização do contexto político e económico? Vamos assistir a uma consolidação e institucionalização destas Organizações? Irão diversificar-se as plataformas de difusão da sua ação? Irão radicalizar a sua ação? Estas são questões que fugindo ao âmbito e espetro da presente investigação, não pudemos dar resposta, ficando como pontos de partida para futuras investigações.

Bibliografia

Albarallo, Luc; Digneffe, Françoise; Hiernaux, Jean-Pierre; Maroy, Christian; Ruquoy, Danielle & Saint-Georges, Pierre (Orgs.). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais* (2ª Edição). Lisboa: Gradiva (Obra originalmente publicada em 1995).

Arendt, Hannah (2001). *A Condição Humana* (R. Raposo Trad.). Lisboa: Relógio D'Água (Obra originalmente publicada 1958).

Barber, Benjamin (1984). *Strong Democracy. Participatory Politics for a New Age*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

Barreiros, José J. (2012) *Democracia, Comunicação e Media*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.

Barreto, António (1999). *Tempo de Mudança* (3ª Edição). Lisboa: Relógio D'Água (Obra originalmente publicada 1996).

Bauman, Zygmunt (2007). *Modernidade e Ambivalência* (M. Penchel Trad.). Lisboa: Relógio d'Água Editores (Obra originalmente publica em 1991).

Beck, Ulrich; Giddens, Anthony & Lash, Scott (2000). *Modernização Reflexiva: política, tradição, e estética no mundo moderno* (M. A. Augusto Trad.). Oeiras: Celta Editora (Obra originalmente publicada em 1994).

Beck, Ulrich (2000). A reinvenção da política. In Ulrich Beck; Anthony Giddens & Scott Lash, (Orgs.), *Modernização Reflexiva: política, tradição, e estética no mundo moderno* (pp. 1-51). Oeiras: Celta Editora.

Beck, Ulrich (2006). *La Sociedad del Riesgo Hacia una Nueva Modernidad* (J. Navarro; D. Jiménez & M. R. Borrás Trad.). Paidós Surcos 25: Barcelona (Obra originalmente publicada em 1986).

Beck, Ulrich (2013). *A Europa Alemã. De Maquiavel a «Merkievel»: Estratégias de Poder na Crise do Euro* (M. Tody e T. Tody Trad.). Lisboa: Edições 70 (Obra originalmente publicada em 2012).

Bell, Daniel (1977). *O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social* (Heloya de L. D. Trad.). São Paulo: Cultrix (Obra originalmente publicada 1973).

Benjamin, Walter (2006). *A Modernidade* (J. Barrento Trad.). Lisboa: Assírio & Alvim (Obra originalmente publicada 1972).

- Benjamin, Walter (2012). *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*. (M. L. Moita, M. A. Cruz & M. Alberto Trad.). Lisboa: Relógio d'Água (Obra originalmente publicada 1980).
- Bobbio, Norberto (1995). *Direita e Esquerda. Razões e significados de uma distinção política* (M^a J. Figueiredo Trad.) Lisboa: Editorial Presença (Obra originalmente publicada 1994).
- Bobbio, Norberto (1998). *O Futuro da Democracia* (M. S. Pereira Trad.). Lisboa: Dom Quixote Lda (Obra originalmente publicada em 1984).
- Bourdieu, Pierre (1989). *O poder Simbólico* (2^a Edição) (F. Portugal Trad.). Lisboa: Difel Difusão Editorial Lda. (Obra originalmente publicada 1977).
- Bourdieu, Pierre (1998). *Meditações Pascalianas* (M. S. Pereira Trad.). Oeiras: Celta Editora (Obra originalmente publicada 1997).
- Bourdieu, Pierre (2005). *Sobre a Televisão* (M. S. Pereira Trad.). Oeiras: Celta Editora (Obra originalmente publicada 1996).
- Bourdieu, Pierre (2010). *A Distinção. Uma Crítica Social da Faculdade do Juízo* (P. E. Duarte Trad.) Lisboa: Edições 70 (Obra originalmente publicada 1979).
- Burns, Tom & Flam, Helena (2000). *Sistema de Regras Sociais* (A. Bicker Trad.). Oeiras: Celta Editora (Obra originalmente publicada 1987).
- Cabral, Manuel V. (2000). "O Exercício da Cidadania Política em Portugal", In *Análise Social Vol. XXV (154-155)*, Lisboa, pp.85-113.
- Capucha, Luís (2005). *Desafios da Pobreza*. Oeiras: Celta Editora.
- Cardina, Miguel & Soeiro, José (2013). Esquerda radical. In J. C. Rosas & A. R. Ferreira (Orgs.). *Ideologias Políticas Contemporâneas* (pp.25-57). Coimbra: Edições Almedina.
- Castells, Manuel (2004). *A Galáxia Internet. Reflexões sobre a Internet. Negócios e Sociedade* (R. Espanha Trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (Obra originalmente publicada 2001).
- Castells, Manuel (2005). *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura* (2^a Edição) (A. Lemos; C. Lorga & T. Soares Trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (Obra originalmente publicada 1996).
- Castells, Manuel (2007). *A Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Vol.I (3^a Edição) (A. Lemos & C. Lorga Trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (Obra originalmente publicada 1996).

Castells, Manuel (2009). *Comunicación y Poder* (M. H. Díaz Trad.). Alianza Editorial: Madrid (Obra originalmente publicada em 2009).

Christians, Clifford G., Glasser, Theodore L., McQuail, Denis, Nordenstreng, Kaarle & White, Robert A. (2009). *Normative Theories of the Media. Journalism in Democratic Societies*. Chicago: University of Illinois Press.

Coutinho, Clara P. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*. Coimbra: Almedina.

Cruz, Manuel B. (2004). *Teorias Sociológicas Os Fundadores e os clássicos* Vol. I, (4ª Edição). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Dader, José L. & Cheng, Lifan (2011). Análisis Cuantitativo y Cualitativo de las Web de Partidos. In V. Blanco (Coord.), *Cibercampaña. Cauces y diques para la participación. Las elecciones generales de 2008 y su proyección tecnopolítica* (pp. 129-143). Madrid: Editorial Complutense, S. A..

Dahlberg, Lincoln (2011). Re-constructing digital democracy: An outline of four “positions”, *New Media & Society*, 13(6), 855-872.

Dahrendorf, Ralf (1979). *Las Clases Sociales y su Conflicto en la Sociedad Industrial* (M. T. Ríos Trad.). Madrid: Ediciones Rialp, S. A. (Obra originalmente publicada 1957).

Delicado, Ana (2003). A Solidariedade como Valor Social no Portugal Contemporâneo. In J. Vala; M. V. Cabral & A. Ramos (Orgs.). *Atitudes Sociais dos Portugueses 5 Valores Sociais: mudança e contrastes em Portugal e na Europa* (pp. 199-256). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais-ICS.

Dijk, Jan Van (2000). Models of Democracy and Concepts of Communication. In Kenneth Hacker & Jan Van Dijk (Edit.). *Digital Democracy: issues of theory and practice* (pp. 30-53). London: Sage Publications.

Durkheim, Émile (1977). *A Divisão do Trabalho Social* (M. I. Mansinho & E. Freitas Trad.) Lisboa: Editorial Presença (Obra originalmente publicada 1893).

Durkheim, Émile (2004). *As Regras do Método Sociológico* (9ª Edição) (E. L. Nogueira Trad.). Editorial Presença: Queluz de Baixo (Obra originalmente publicada em 1895).

Ekman, Joakim & Amnå, Erik (2009). Political Participation and Civic Engagement: Towards a new typology Youth & Society (YeS) Working Paper: 2, 1-29.

Estanque, Elísio (2012). *A Classe Média: Ascensão e Declínio*. Lisboa: FFMS - Relógio d'Água.

- Ferreira, António C. (2012). *Sociedade da Austeridade e direito do trabalho de exceção*. Vida Económica: Porto.
- Frank, Parkin (2000). *Max Weber* (2ª Edição) (P. Pedroso Trad.). Oeiras: Celta Editora (Obra originalmente publicada a 1982).
- Freelon, Deen G. (2010). Analyzing online political discussion using three models of democratic communication *New Media & Society*, 12, 1171-1190.
- Freire, André (2006). *Esquerda e Direita na Política Europeia: Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparada*. Lisboa: ICS-Imprensa de Ciências Sociais.
- Freire, André (2009). *A Abstenção Eleitoral em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Ghiglione, Rodolphe & Matalon, Benjamin (2001). *O Inquérito* (4ª Edição) (C. L. Pires Trad.). Oeiras: Celta Editora (Obra originalmente publicada em 1977).
- Giddens, Anthony (2005). *As Consequências da Modernidade* (4ª Edição) (F. L. Machado & M. M. Rocha Trad.). Oeiras: Celta Editora (Obra originalmente publicada 1990).
- Giddens, Anthony (2007). *A Europa na Era Global* (A. Gomes Trad.). Lisboa: Editorial Presença (Obra originalmente publicada em 2007).
- Goldberg, Greg (2010). Rethinking the public/virtual sphere: the problema with participation *New Media & Society*, 13(5), 739-754.
- Habermas, Jürgen (1984). *Mudança Estrutural da Esfera Pública. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa* (F.R. Kothe Trad.). Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro (Obra originalmente publicada 1961).
- Habermas, Jürgen (2009). *Técnica e Ciência como Ideologia* (A. Mourão, Trad.). Lisboa: Almedina (Obra original publicada em 1968).
- Habermas, Jürgen (2010a). *Fundamentação Linguística da Sociologia*, Vol. 1 (L. Nahodil Trad.). Lisboa: Edições 70 (Obra originalmente publicada 2009).
- Habermas, Jürgen (2010b). *Teoria da Racionalidade e Teoria da Linguagem*, Vol. 2 (L. Nahodil Trad.). Lisboa: Edições 70 (Obra originalmente publicada 2009).
- Hacker, Kenneth & Dijk, Jan Van (2000). *Models of Democracy and Concepts of Communication*. In K. Hacker, & J. V. Dijk (Edit.), *Digital Democracy: issues of theory and practice* (pp. 1-9). London: Sage Publications.

Halman, Loek (2003). Capital social na Europa contemporânea. In J. Vala; M. V. Cabral & A. Ramos, (Orgs.). *Atitudes Sociais dos Portugueses 5 Valores Sociais: mudança e contrastes em Portugal e na Europa* (pp. 257-292). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais-ICS.

Hayek, Friedrich (2009). *O Caminho para a Servidão* (M. Amaral Trad.). Lisboa: Edições 70 (Obra originalmente publicada em 1944).

Held, David (2006). *Models of Democracy* (3ª edição). Cambridge: Polity Press (Obra originalmente publicada 1987).

Inglehart, Ronald (1990). *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. New Jersey: Princeton University Press.

Inglehart, Ronald & Wezel, Christian (2005). *Modernization Cultural Change, and Democracy: The Human Development Sequence*. Cambridge: University Press.

Judt, Tony (2011a). *Um Tratado Sobre os Nossos Actuais Descontentamentos* (M. Felix Trad). Lisboa: Edições 70 (Obra originalmente publicada em 2010).

Judt, Tony (2011b). *O Chalet da memória* (P. Bernardo Trad). Lisboa: Edições 70 (Obra originalmente publicada em 2010).

Keane, John (2000). Structural Transformations of the Public Sphere. In K. Hacker & J. V. Dijk (Edit.), *Digital Democracy: issues of theory and practice* (pp. 70-89). London: Sage Publications.

Kuhn, Thomas S. (2009). *A Estrutura das Revoluções Científicas* (C. Marques Trad.). Lisboa: Guerra e Paz Editores (Obra originalmente publicada a 1962).

Locke, John (1999). *Ensaio sobre o Entendimento Humano* (E. A. Soveral Trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (Obra originalmente publicada em 1690).

Lyon, David (1992). *A Sociedade da Informação. Questões e ilusões* (R. S. Machado Trad.). Oeiras: Celta Editora (Obra originalmente publicada 1988).

Mannheim, Karl (1968). *Ideologia e Utopia* (S. M. Santeiro Trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editôres (Obra originalmente publicada 1960).

Marconi, Marina de A. & Lakatos, Eva M. (2002). *Técnicas de Pesquisa* (5ª Edição). São Paulo: Editora Atlas S.A. (Obra originalmente publicada a 1962).

Marcuse, Herbert (1969). *Ideologia da Sociedade Industrial* (3ª Edição) (G. Rebuá Trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editores (Obra originalmente publicada 1964).

Marichal, José (2012). *Facebook Democracy. The Architecture of Disclosure and the Threat to Public Life*. Burlington: Ashgate Publishing Company.

Marshall, T. H. (1965). *Class, Citizenship, and Social Development*. New York: Anchor Books Doubleday & Company, INC.

Marx, Karl & Engels, Friedrich (1975). *A Sagrada Família ou Crítica da Crítica Crítica contra Bruno Bauer e Consortes* (F. H. P. Brandão; J. P. Castilho & J. Bettencourt Trad.). Lisboa: Editorial Presença (Obra originalmente publicada 1844).

Marx, Karl & Engels, Friedrich (1975). *A Ideologia Alemã I: Crítica da filosofia alemã mais recente* (2ª Edição) (C. Jardim & E. L. Nogueira Trad.). Lisboa: Editorial Presença (Obra originalmente publicada 1846).

Marx, Karl & Engels, Friedrich (1980). *A Ideologia Alemã II: Crítica da filosofia alemã mais recente* (2ª Edição) (C. Jardim & E. L. Nogueira Trad.). Lisboa: Editorial Presença (Obra originalmente publicada 1846).

Memmi, Dominique (1985). L'engagement politique. In Madeleine Grawitz, & Jean Leca (Orgs.) *Traité de Science Politique (vol. 3: Action Politique)* (pp. 310-366). Paris: PUF.

Mill, John S. (1969). *Da Liberdade de pensamento e de Expressão* (M. H. Garcia Trad.). Lisboa: Dom Quixote (Obra originalmente publicada em 1851).

Mill, John S. (1990). *De la Liberté* (L. Lenglet Trad.). Paris: Éditions Gallimard (Obra originalmente publicada em 1859).

Montesquieu, Charls L. (2011). *Do Espírito das Leis* (Miguel Morgado Trad.). Lisboa: Edições70 (Obra originalmente publicada em 1748).

Newton, Kenneth (2004). Confiança Social. Abordagens centradas no indivíduo e na comparação entre nações. In J. M. L. Viegas; A. C. Pinto & S. Faria (Orgs.). *Democracia novos desafios novos horizontes* (pp. 61-84). Oeiras: Celta Editora.

Nunes, Adérito S. (2001). *Questões Preliminares Sobre Ciências Sociais* (12ª Edição). Lisboa: Editorial Presença (Obra originalmente publicada em 1967).

Oldfield, Adrian (1990). *Citizenship and Community: Civic Republicanism and the Modern World*. London: Routledge.

Platão (2010). *A República* (E. Gala Trad.). Oeiras: Guimarães Editores.

Queiroz, Regina (2009). *Justiça Social e Estabilidade. A Defesa do Pluralismo na Filosofia Política de Rawls*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Quivy, Raymond & Campenhoudt, Luc V. (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, (3ª Edição) (J. M. Marques; M. A. Mendes & M. Carvalho Trad.). Lisboa: Gradiva (Obra originalmente publicada em 1995).

Ragin, Charles C. (1987) *The Comparative Method. Moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Berkeley Los Angeles: University of California Press.

Ragin, Charles C. & Amoroso Lisa M. (2011) *Constructing Social Research* (2ª Edição). Los Angeles: Sage.

Rawls, John (2003). *Theory of Justice* (6ª Edição). Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press Cambridge (Obra originalmente publicada 1971).

Rosas, Fernando (2012). *Salazar e o Poder: a arte de saber durar*. Lisboa: Edições Tinta-da-china.

Rouban, Luc (1994). L'état et L'échange Politique. Les mutations de l'espace public. Pascal Perrineau (Org.). *L'Engagement Politique. Déclin ou mutation?* (pp.291-312). Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.

Ruquoy, Danielle (2005). "Situação de entrevista e estratégia do entrevistador" In Albarallo, Luc; Digneffe, Françoise; Hiernaux, Jean-Pierre; Maroy, Christian; Ruquoy, Danielle & Saint-Georges, Pierre (Orgs.). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais* (2ª Edição) (pp.48-83). Lisboa: Gradiva (Obra originalmente publicada em 1995).

Samões, Orlando (2013). Liberalismo. In J. C. Rosas & A. R. Ferreira (Orgs.). *Ideologias Políticas Contemporâneas* (pp.127-154). Coimbra: Edições Almedina.

Santos, Boaventura S. (1994). *Pela Mão de Alice. O social e o político na Pós-Modernidade* (3ª Edição). Porto: Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura S. (1998). *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)* (3ª Edição). Porto: Edições Afrontamento (Obra originalmente publicada 1990).

Santos, Boaventura S. (2003). *Um discurso sobre ciência* (14ª Edição). Porto: Edições Afrontamento (Obra originalmente publicada em 1987).

Santos, Boaventura S. (2011). *Portugal: Ensaio Contra a Autoflagelação*. Coimbra: Edições Almedina.

Schumpeter, Peter A. (1981). *Capitalism, Socialism & Democracy* (3ª Edição). London: Routledge (Obra originalmente publicada 1943).

- Silva, Augusto S. & Pinto, José M. (2003a). *Metodologia das Ciências Sociais* (12ª Edição). Porto: Edições Afrontamento (Obra originalmente publicada em 1986).
- Silva, Augusto S. & Pinto, José M. (2003b). “Uma visão global sobre ciências sociais” In Silva, Augusto S. & Pinto, José M. (Orgs.). *Metodologia das Ciências Sociais* (12ª Edição) (pp. 9-27). Porto: Edições Afrontamento (Obra originalmente publicada em 1986).
- Silva, Filipe C. (2001). *Habermas e a Esfera Pública: reconstruindo a história de uma ideia Sociologia Problemas e Práticas - ISCTE-IUL*, Nº 35, 117-138.
- Silva, Filipe C. (2002). *Espaço Público em Habermas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais - ICS.
- Silva, Filipe C. (2010). “Democracia Deliberativa. Reflexões sobre o percurso recente de uma ideia”. In Viegas, José M. L.; Santos, Susana & Faria, Sérgio (Orgs.) *A Qualidade da Democracia em Debate. Deliberação, Representação e participação Políticas em Portugal e Espanha* (pp.11-36). Lisboa: Mundos Sociais.
- Silva, Filipe C. (2013). *O Futuro do Estado Social*. Lisboa: FFMS - Relógio d'Água.
- Simões, Maria J. (2005). *Política e Tecnologia Tecnologias da Informação e da Comunicação e Participação Política em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Sousa, Luís de (2004). Reações da opinião pública à corrupção e descontentamento com a democracia. In J. M. L. Viegas; A. C. Pinto & S. Faria (Orgs.). *Democracia novos desafios novos horizontes* (pp. 277-302). Oeiras: Celta Editora.
- Tavares, Rui (2013, 18 Fevereiro). Os 99%. Público, p.47.
- Thompson, John B. (2000). *Political Scandal. Power and Visibility in the Media Age*. Cambridge: Polity Press.
- Tocqueville, Alexis de (2009) *La Democracia en América, 1* (D. S. Aleu Trad.). Madrid: Alianza Editorial (Obra originalmente publicada em 1835).
- Vala, Jorge (2003). “Análise de Conteúdo” In Silva, Augusto S. & Pinto, José M. (Orgs.). *Metodologia das Ciências Sociais* (12ª Edição) (pp. 101-128). Porto: Edições Afrontamento (Obra originalmente publicada em 1986).
- Vala, Jorge; Cabral, Manuel V. & Ramos, Alice (Orgs.) (2003). *Atitudes Sociais dos Portugueses 5 Valores Sociais: mudança e contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais-ICS.

Viegas, José M. L.; Faria, Sérgio & Santos, Susana (2010). Envolvimento associativo e mobilização cívica In J. M. L. Viegas; S. Santos & S. Faria (Orgs.). *A Qualidade da Democracia em Debate. Deliberação, Representação e participação Políticas em Portugal e Espanha* (pp.157-180). Lisboa: Mundos Sociais.

Viegas, José M. L.; Pinto, António C. & Faria, Sérgio (Orgs.) (2004). *Democracia: novos desafios novos horizontes*. Oeiras: Celta Editora.

Viegas, José M. L.; Santos, Susana & Faria, Sérgio (Orgs.) (2010). *A Qualidade da Democracia em Debate: deliberação, representação e participação política em Portugal e Espanha*, Lisboa: Editora Mundos Sociais.

Vieira, Frederico (2013). “Mobilização via Internet no Combate à Corrupção: ciberativismo na plataforma *Facebook*”, 5º Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Política, 1-32.

Weber, Max (2001). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, (5ª Edição) (A. F. Bastos & L. Leitão Trad.). Lisboa: Editorial Presença (Obra originalmente publicada 1905).

Wright, Erik O. (1994). *Clases* (A. M. F. García-Bermejo Trad.). Madrid: Siglo XXI de España Editores, S. A. (Obra originalmente publicada 1985).

Anexos

Anexo 1

Modelo/Grelha de Análise de Conteúdo

1ª Organização e Informação

- 1.1 - Apresentação da Organização e sua dinâmica;
- 1.2 - Atualidade noticiosa/mediática e política;
- 1.3 - Informação de outras Organizações e Instituições;
- 1.4 - Informação de ações da Organização;
- 1.5 - Informações que revelem objetivos e orientações programáticas.

2ª Dinâmica Organizativa do Debate

- 2.1 - Possibilidade de correspondência via postal e/ou outras plataformas;
- 2.2 - Bloco de Notas;
- 2.3 - Complexidade do enquadramento dos *posts* da administração;
- 2.4 - Existência de comentários na própria página aos seus *posts* e aos dos seguidores;
- 2.5 - Correspondência por mensagem privada.

3ª Iniciativa e pró-atividade dos seguidores

- 3.1 - Número de seguidores;
- 3.2 - Existência de *posts* e comentários dos seguidores;
- 3.3 - Uso de fotos/vídeos/gráficos e outros elementos nos *posts* dos seguidores;
- 3.4 - Tom dominante dos *posts* e dos comentários dos seguidores;
- 3.5 - Complexidade argumentativa dos *posts* dos seguidores.

4ª Persuasão, Humor e Estética

- 4.1 - Imagem de perfil e capa e uso de *slogans*;

4.2 - Uso de fotos/vídeos e outros elementos nos *posts* dos seguidores e administração;

4.3 - Recurso a *cartoons* e caricaturas nos *posts* da administração;

4.4 - Recurso a *cartoons* e caricaturas nos *posts* dos seguidores;

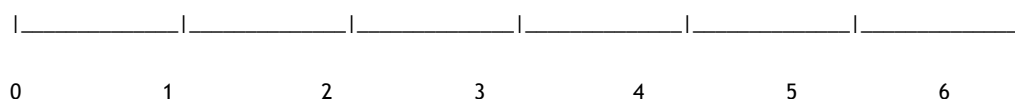
4.5 - Uso de ironia e sátira no enquadramento nos conteúdos da administração e seguidores.

Explicação e descrição do modelo

Em termos orgânicos, o modelo é constituído por quatro dimensões: Organização e Informação, Dinâmica Organizativa do Debate, Iniciativa e pró-atividade dos seguidores e Mobilização Humor e Estética. Cada uma destas grandes dimensões conceituais, desdobram-se em cinco indicadores, que permitirão por sua vez a efetiva operacionalização.

Cada um dos indicadores terá uma escala de mensuração que vai do valor 0 (nada adequado ao valor 6 (totalmente adequado). A mensuração far-se-á a partir da conceção e implementação de uma escala gradativa, que pontuará cada indicador no mínimo de 0 e no máximo de 6. Considerar-se-á a pontuação cada uma das páginas das Organizações e também por dimensão.

Nada Adequado Muito pouco Adequado Pouco Adequado Adequado Bem Adequado Muito Adequado Totalmente Adequado



A análise de dados processar-se-á de forma a apurar valores parciais a nível de indicadores individualmente considerados, mas também no conjunto dos cinco indicadores que compõem cada dimensão e finalmente far-se-á a contabilização total.

Dado que estamos perante uma realidade nova e complexa e de forma a hierarquizar os próprios indicadores internamente, isto é, relativamente a cada dimensão, conceberam-se diferentes níveis de ponderação para cada um dos indicadores que terão também uma distribuição crescente, dado que a ordenação dos próprios indicadores representa diferentes níveis de complexidade ao nível da iniciativa cívica e política. Desta forma à soma de cada

indicador multiplicar-se-á por um valor de ponderação. Um exemplo, com uma nota de 6 (máxima) pontos nos 5 indicadores:

1ª Organização e Informação

$$1.1 - 6*1=6$$

$$1.2 - 6*2=12$$

$$1.3 - 6*3=18$$

$$1.4 - 6*4=24$$

$$1.5 - 6*5=30$$

A partir do caso meramente exemplificativo, hipoteticamente a Organização nesta dimensão em particular obteria o máximo possível da classificação, isto é, 90 pontos. Todavia, também é possível ter o mínimo que é zero (0). No cômputo das quatro dimensões cada página da Organização poderá ser classificada num mínimo de 0 e no máximo em 360 pontos.

Conseguimos desta forma uma hierarquização entre os cinco indicadores de cada dimensão, atribuindo-lhes pesos diferenciados, porque na realidade envolvem complexos processos, que requerem a mobilização de recursos e níveis de mobilização bem distintos. Desta forma, pensamos atribuir operacionalização e ter sistematizado aquilo que ao longo dos três capítulos teóricos, sobretudo o 2º e 3º, quando nos referimos aos diferentes quadros teóricos, bem como ao nível de exigência dos diferentes níveis que a participação política e cívica exige em termos de mobilização. Sendo que nos diferentes paradigmas temos distintos níveis de exigência e de mobilização de recursos, quer sejam simbólicos como cognitivos e materiais.

Tal como já tivemos oportunidade de referir cada um dos indicadores será mensurado em classificação de “nada adequado” até 6 “totalmente adequado”, todavia existem patamares intermédios de pontuação, que resultará da existência de avaliações de estados intermédios. De seguida, apresentamos a justificação para cada um dos indicadores. Nesta e nas restantes dimensões e quando necessário, ter-se-á como referência um período de análise de 1 semana.

1ª Organização e Informação

Nesta primeira dimensão procurar-se-á abordar o conjunto de estratégias visadas pela Organização para em última análise obter a mobilização dos seus seguidores. Todavia, a

montante deste processo, encontra-se a promoção e divulgação da informação, bem como os aspetos organizacionais e programáticos que presidem à fundação e ação concreta. Em qualquer Organização será expectável encontrar um diversificado grau de organização e até de institucionalização. Nesta dimensão em concreta serão abordados 5 aspetos, aos quais corresponderão os paradigmas liberal (dois primeiros), que requerem menor mobilização de recursos e são menos exigentes ao nível da dinâmica da Organização. Nos dois seguintes (1.3 e 1.4) serão abordados postulados do paradigma republicano, que nos permitem verificar se a Organização em causa os implementa. Finalmente, abordar-se-á a teoria deliberativa (1.5) operacionalizando em linhas orientadoras e objetivos que a Organização terá. Este é um elemento definidor e que pensamos poder vir a ser bastante seletivo entre as várias Organizações estudadas e que nos dará uma melhor visão do grau e nível da participação política e cívica, que temos. Neste ponto, testar-se-ão elementos oriundos da teoria deliberativa, dado que é neste quadro que as exigências de recursos são maiores. Será expectável encontrar, causas particulares, que mobilizam e constituem o motivo da Organização em estudo.

1.1 - Apresentação da Organização e sua Dinâmica

Neste ponto pretende-se aferir da existência de informação acessível, no que toca à orgânica interna e possível distribuição de responsabilidade no interior da organização. Elementos a considerar: 1º identificação dos cargos, 2º definição e apresentação dos objetivos, 3º aspetos históricos que levaram à fundação da organização.

1.2 - Atualidade noticiosa/mediática e política

Neste indicador pretende-se analisar sobretudo a diversidade e atualidade das fontes noticiosas utilizadas pelas Organizações confrontando a data da notícia e a data da sua publicação. Assim ter-se-ão em consideração: 1º existência de partilha de pelo menos 5 ligações no período de 1 semana, 2º publicação de ligações que envolvam pelo menos 3 grandes domínios (por exemplo: economia, política e desemprego), 3º uso de pelo menos 3 fontes noticiosas distintas no período de 1 semana.

1.3 - Informação de outras Organizações e Instituições

Em face da grande multiplicação e diversidade de Organizações presentes no Facebook, que têm como grande alvo a luta e contestação às políticas de austeridade, interessa-nos aferir da possível partilha de informações entre elas e a sua respetiva divulgação e disponibilidade.

Elementos a considerar: 1º existência de comentários de outras Organizações, 2º acesso a informação de eventos organizados por outras Organizações, 3º partilha de ligações com conteúdos originários de outras Organizações.

1.4 - Informação de ações da Organização

Neste indicador pretendemos avaliar a diversidade, ou ausência desta na publicitação das ações levadas a cabo pela Organização. Considerando para o efeito: 1º o recurso a *posts* simples ou à inexistência deles, 2º analisar-se-á a existência de vídeos ou fotografias, 3º partindo de um período de referência de 1 semana, a existência de publicitação do evento.

1.5 - Informações que revelem objetivos e orientações programáticas

Para completar a 1ª dimensão considerar-se-á a informação que permitirá o acesso a conteúdos programáticos. Assim, procurar-se-á observar a existência de conteúdos programáticos, tendo como marcos: 1º na identificação da página da organização, 2º existência de uma janela de eventos, 3º na imagem de capa e/ou perfil.

2ª Dinâmica Organizativa do Debate

Como tivemos oportunidade de deixar bem patente ao longo do percurso teórico trilhado, nos três primeiros capítulos da presente pesquisa, a comunicação bem como os fluxos comunicacionais que lhe dão corpo, assumem grande relevo, nos processos participativos e deliberativos onde se pretende realizar o debate público independentemente do domínio sectorial da questão em apreso. De forma a operacionalizar a complexa questão da comunicação no Facebook, mais propriamente nas Organizações alvo da nossa pesquisa, concebemos cinco indicadores, analogamente à dimensão anterior. Esta dimensão começa por se focar na existência/ausência de um espaço que tem como função essencial dar a conhecer comunicados e tomadas de posição dessas Organizações, acerca de um dado assunto, num dado momento. Na mesma linha que já adiantámos para a 1ª dimensão, também no domínio da dinâmica e organização do debate existem distintos níveis de exigência, mormente se considerarmos as ferramentas que o Facebook disponibiliza, bem como aquelas que são efetivamente colocadas em uso, na decorrência quotidiana da Organização. É deste modo, que mais uma vez consideramos a existência de uma hierarquia de mecanismos, considerando para tal efeito os dois primeiros (2.1 e 2.2) como instrumentos pela sua natureza, quer pela sua facilidade de utilização e manuseamento, incluídos no espírito daquilo que no empreendimento teórico realizado nos capítulos precedentes se convencionou como

paradigma liberal, enfatizando desta forma sobretudo o acesso, neste caso o acesso a informação, entendida como bem básico e necessário à participação. Por outro lado, temos os dois indicadores seguintes (2.3 e 2.4) que se apresentam como patamares de distinta exigência recursiva e dialógica, pelo que somos levados a coloca-los como níveis de operacionalização do quadro teórico republicano. Finalmente, o indicador 2.5 que atribui operacionalização a um importante aspeto da corrente republicana e muito em particular da teoria deliberativa e que consiste na possibilidade de troca de correspondência entre os seguidores e a página, numa assunção clara do carácter dialógico e da troca racional de argumentos, tal como explanado nos capítulos anteriores aquando da discussão dos contributos de Habermas (1984; 2009; 2010a; 2010b) entre outros, da necessidade de uma profícua troca de argumentos sustentada pela implementação de uma racionalidade. Para além do facto de esta se processar em ao nível particular, entre o seguidor e o administrador ou animador da Organização, mitigando parcialmente os possíveis constrangimentos estruturais e de controlo e vigilância associados ao espaço público, onde o Facebook é parte integrante, tal como aludimos no percurso teórico.

2.1 - Possibilidade de correspondência via postal e/ou outras plataformas

Finalmente, temos o indicador 2.1 que avalia a diversidade de contacto extra Facebook. Neste tópico serão analisados em específico, canais diversificados de comunicação, que permitam aos atores trocar informação e participar política e civicamente. Assim, contabilizar-se-ão: 1º existência de um e-mail, 2º um endereço postal, 3º existência de um blog ou site afeto à Organização.

2.2 - Bloco de Notas

A inclusão deste espaço, com esta ponderação prende-se com a importante função que tem, ao ser um privilegiado espaço de exposição e discussão programática da Organização. Assim o indicador 2.2 assume como seus marcos os seguintes pontos: 1º existência deste espaço de diálogo e troca de informação, 2º considerar-se-á atualizado com alguma nota num período até 1 semana no máximo, 3º existência de comentários da própria administração da página.

2.3 - Complexidade do enquadramento dos *posts* da administração

Neste indicador pretendemos aferir a profundidade e tratamento dos *posts* realizados: 1º partilha de uma ligação com enquadramento, 2º a haver enquadramento ele é argumentativo, 3º originalidade dos conteúdos publicados.

2.4 - Existência de comentários da própria página aos seus *posts* e dos seguidores

No indicador 2.4 procurar-se-á a existência de comentários da própria página tendo como alvos: 1º comentários nos seus próprios *posts*, 2º comentários nos *posts* dos seguidores, 3º comentário(s) nas publicações do bloco de notas.

2.5 - Correspondência por mensagem privada

Finalmente, o indicador 2.5 é aquele que maior ponderação terá, dado que aqui teremos a oportunidade de testar diretamente as possibilidades de comunicação. Este será operacionalizado com o envio de uma mensagem privada para a página da Organização a solicitar informação acerca da calendarização e do conteúdo programático concreto, para o dia 10 Junho, dia de Portugal, de Camões e das Comunidades. Desta forma considerar-se-ão: 1º resposta personalizada ao caso, 2º tempo de resposta até 1 semana, 3º aborda e responde a todos os aspetos levantados na mensagem inicial.

3ª Iniciativa e pró-atividade dos seguidores

Passando à terceira grande dimensão intitulada Iniciativa e Pró-atividade dos Seguidores, procuraremos recolher dados de forma o mais sistemática e objetivamente possível, no que toca à capacidade dos atores que seguem a Organização de encetarem um processo comunicativo de debate dialógico, que extrapole os trâmites utilizados pela administração da página, e que revelem desde o mais elementar, que é simplesmente seguir a página e a Organização que a motiva, até a maior capacidade argumentativa ou simples partilha de uma ligação, sem sequer enquadramento. Este é também um importante domínio em que se analisa a capacidade do ator de “impor” determinados assuntos - agenda - no debate público que se realiza naquele espaço. Deste modo, pretende-se numa primeira fase proceder à classificação das várias Organizações quanto o número de seguidores, numa clara influência assunção dos princípios liberais. Ainda dentro deste espírito considerar-se-á a existência, pura e simples de *posts* e/ou comentários tanto no perfil como no bloco de nota, por parte dos seguidores. Num segundo patamar, considerar-se-ão os indicadores 3.3 e 3.4, que em termos sucintos abordam a própria qualidade e profundidade analítica dos *posts* dos seguidores. Sendo sinónimo de uma maior seletividade e exigência recursiva e dialógica, logo imbuído do espírito do quadro teórico republicano. Finalmente, ter-se-á em consideração o ponto culminante, a capacidade argumentativa e expositiva dos seguidores, numa clara influência deliberativa, que coincide com a maior ponderação de toda esta dimensão. Nesta discussão, ter-se-á como referência 1 semana de análise, similarmente ao que tinha sido definido nas anteriores dimensões.

3.1 - Número de seguidores/seguidores

Passa basicamente pela quantificação e classificação das páginas através do seu número de seguidores: 1º <1000 seguidores, 2º]1000-5000], 3º >5000.

3.2 - Existência de *posts* e comentários dos seguidores

Por outro lado, pretendemos aferir da existência e profundidade de *posts* por parte dos seguidores, partindo para a análise observando: 1º existência de *posts* dos seguidores, 2º existência de publicações dos seguidores no bloco de notas, 3º existência de comentários dos seguidores aos *posts* da administração.

3.3 - Uso de fotos/vídeos/gráficos e outros elementos nos *posts* dos seguidores

Este indicador pretende captar o uso diversificado de recursos nos *posts* dos atores que participam nas páginas alvo da pesquisa, considerando para o efeito: 1º existência de comentários, 2º existência de vídeos nesses comentários, 3º existência de partilha de outras ligações.

3.4 - Tom dominante dos *posts* e dos comentários dos seguidores

As páginas das Organizações são um espaço de debate? Em caso afirmativo, qual o tom predominante? Para tal considerámos os seguintes aspetos: 1º os comentários são de apoio às publicações da administração da página, 2º as publicações dos seguidores surgem na linha de apoio à Organização, 3º de apoio nas publicações no bloco de notas.

3.5 - Complexidade argumentativa dos *posts* dos seguidores

Finalmente, o indicador 3.5 é aquele que maior ponderação terá, dado que aqui teremos a oportunidade de testar diretamente as competências expositivas e/ou argumentativas. Este será operacionalizado com a avaliação, através da atribuição de uma nota, aos *posts* publicados no período de uma semana, por parte dos seguidores. Desta forma considerar-se-ão: 1º Sem enquadramento, 2º enquadramento descritivo, 3º enquadramento argumentativo.

4ª Persuasão, Humor e Estética

A última das dimensões que operacionalizam a análise de conteúdo, que aqui propomos levar a cabo, enquanto modelo analítico, destina-se a abordar o uso do 4º Humor, Estética e Mobilização. Este é um vasto domínio de interesse e que é já tradicionalmente muito trabalhado, pelas mais diversas Organizações. Lembre-se o fértil PREC em que se assistiu a uma grande pulverização das Organizações, sobretudo de esquerda, que faziam grande uso deste tipo de recurso. Mais recentemente, nos vários eventos realizados (como os já identificados nos capítulos anteriores) no âmbito mais geral da contestação às sucessivas medidas de austeridade, observa-se grande criatividade, nas formas de demonstrar o descontentamento. Deste modo, e na linha das três dimensões anteriores, também esta é composta por cinco indicadores. Os quais tendo cada um uma ponderação distinta, tenta sublinhar diferente peso e relevância teórica e empírica a determinados aspetos do uso do humor e da sátira, por parte destas Organizações e seus seguidores. Na linha de raciocínio e de esquematização do modelo, que tem vindo a ser trilhada também os dois primeiros indicadores (4.1 e 4.2) referem-se a modos e formas de participação política e cívica, mais elementares, não requerendo tantos recursos, como os seguintes, como é o caso do uso de uma determinada imagem, quer de perfil, quer de capa, bem como um *slogan*, que apele à mobilização. Os dois indicadores seguintes, remetem-nos para um nível de participação intermédio, que vai beber ao espírito do paradigma republicano e que nos remetem sobretudo para a análise e uso da imagem humorística nos *posts*, quer da administração da página, quer dos seus seguidores. Finalmente, o indicador 4.5 aborda o outro lado do uso do humor, nomeadamente aquele que se reporta à componente escrita, sendo por essa ordem de razão, um indicador com um nível de exigência bem superior aos seus precedentes, bem no âmbito da teoria deliberativa, através da exposição de argumentos, com um certo carácter criativo e persuasivo. Nesta dimensão, a par das anteriores será considerado o período de 1 semana, na análise dos conteúdos.

4.1 - Imagem de perfil e capa e uso de *slogans*

O primeiro indicador, passará por: 1º avaliar o grau de apelatividade política e cívica da imagem utilizada como perfil (mobilização para a ação), 2º avaliar o grau de apelatividade política da imagem utilizada como capa, 3º uso de *slogans* quer nos *posts* e imagens de capa e perfil.

4.2 - Uso de fotos/vídeos e outros elementos nos *posts* dos seguidores e administração

O indicador 4.2 aborda o uso de diversos recursos, tendo como objetivo aferir da multiplicidade e diversidade de recursos utilizados, consideram-se para o efeito: 1º existência de fotografias nos *posts*, 2º a existência de vídeos, 3º a existência de outras formas de representação de informação.

4.3 - Recurso a *cartoons* e caricaturas nos conteúdos postados pela administração

No indicador 4.3, consideramos os seguintes pontos: 1º nos *posts* no perfil, 2º nos *posts* no Bloco de Notas, 3º nos comentários aos *posts* dos seguidores.

4.4 - Recurso a *cartoons* e caricaturas nos *posts* dos seguidores

De seguida focar-nos-emos no indicador 4.3, no qual consideramos os seguintes pontos: 1º nos *posts* no perfil, 2º nos *posts* no Bloco de Notas, 3º nos comentários aos *posts* dos da administração.

4.5 - Uso de ironia e sátira no enquadramento nos conteúdos da administração e seguidores

Finalmente no indicador 4.5 serão alvo da nossa atenção: 1º nos *posts* da administração, 2º nos *posts* dos seguidores, 3º nos comentários da administração e dos seguidores.

Organizações estudadas

- Que se Lixe a Troika
- Indignados Lisboa
- Democracia e Dívida
- O Povo é Quem Mais Ordena
- RiseUp Portugal
- Artigo 21º
- 15 Outubro
- FLAN Coletivo

Anexo 2

Organização e Informação

1ª Como é que surgiu a Organização (...)? Identifique-me uma ou várias das principais finalidade(s) da Organização (...)? Pode hierarquiza-las? Quando acham que deixou de fazer sentido a existência da Organização?

2ª Quantos elementos compõem a Organização? O grupo de fundadores já se conhecia anteriormente? Como se diferenciam do modo de organização dos Partidos políticos? Pensam vir a tornar-se um partido? Acham que as vossas atividades são suficientes para mudar a situação política?

3ª Com que frequência se reúnem? O que leva à marcação dessas reuniões? Atuam e trabalham de modo regular ou em função de factos que vão emergindo e que são contrários aos vossos objetivos? Há delegação de responsabilidades e de tarefas?

4ª De que modo é tomada a decisão de realizar um evento? Participam todos nas decisões? Quem têm mais iniciativa? Há iniciativas propostas pelos seguidores? Trabalham todos na organização dos eventos ou há sempre um (o mesmo?) núcleo duro?

Dinâmica Organizativa do Debate

5ª A presença da Organização (...) no Facebook surge em que contexto? Já existia noutras plataformas (blog-site) antes da sua presença no Facebook? Têm algum mecanismo de comunicação interna, que faça uso da rede digital? Que diferenças faz o Facebook face a outros artefactos e/ou meios de mobilização?

6ª Como se relacionam com os meios de comunicações social de massas? Como percecionam o papel dos meios de comunicação de massa seja na cobertura da atividade da vossa

⁵⁶ O uso das reticências remete para a adequabilidade do guião a cada Organização. Assim, em cada entrevista as reticências darão lugar à designação da Organização, aquando da realização da entrevista.

Organização, seja na cobertura dos demais? Que meio de comunicação torna mais visível a vossa atividade? Porquê?

7ª Considera que os objetivos da sua Organização, se sobrepõem aos objetivos de outras Organização existentes? Considera que existe um trabalho coletivo? Se sim, acha que esse trabalho é desenvolvido de forma articulada?

8ª Como percebe o trabalho desenvolvido pela sua Organização, considerando o trabalho das Organizações da mesma natureza?

9ª Considerando todas as Organização que fazem uso do Facebook, para as suas ações, que critérios, usaria para os distinguir uns aos outros? No fundo categorizando-os. Porque não lutam dentro de Organizações e Partidos já existentes?

10ª Têm algum tipo de contacto formal e/ou informal com outras Organizações nacionais e/ou internacionais? Como e em que termos se processa esse relacionamento? E com as Organizações mais institucionalizadas, como os sindicatos e partidos políticos?

11ª Nalguma situação ou momento viram-se obrigados a banir/bloquear algum seguidor? Porquê?

Iniciativa e Pró-Atividade dos Seguidores

12ª Como percebem a participação dos seguidores, no que toca à vossa página no Facebook? Tendo como referência as manifestações de vontade de participar nos eventos, previamente anunciados, como avalia a efetiva mobilização e participação em contexto real dos seguidores?

13ª Estão abertos para o contributo dos seguidores na definição dos objetivos e eventos levados a cabo pela Organização? Qual o papel desses na vossa Organização nomeadamente na programação de eventos? Como? De que forma?

14ª Antes de pertencer a esta Organização, fez ou faz parte de outra Organização política ou cívica? Como se posiciona em termos ideológicos? E os seus colegas de Organização?

15ª Como percecionam a vossa ação considerando os objetivos a que se propõem?

Persuasão, Humor e Estética

16ª Como perceciona o papel do humor na ação da Organização? Recorrem a ele com que frequência? E com que intuito?

17ª Fazem uso de outros meios, que extravasem o Facebook? Nomeadamente cartazes, murais, grafitis por exemplo. Como conseguem mobilizar financiamento para tal?

18ª Qual a estratégia que entende ser a mais eficaz e que consegue ter maior capacidade de mobilização no seio da sua Organização? Como?

19ª Como perspectiva a concretização dos objetivos da Organização?

20ª Perfil do inquirido

Idade

Habilitações académicas

Ocupação profissional

Anexo 3

Classificação e avaliação dos movimentos/organizações na Análise de Conteúdo - RiseUp Portugal

1ª Organização e Informação				
	Pontuação	Ponderação	Totais	Itens
1.1 - Apresentação da Organização e sua dinâmica	2	*1	2	2
1.2 - Atualidade noticiosa/mediática e política	6	*2	12	1-2-3
1.3 - Informação de outras Organizações e Instituições	6	*3	18	1-2-3
1.4 - Informação de ações da Organização	6	*4	24	1-2-3
1.5 - Informações que revelem objetivos e orientações programáticas	4	*5	20	2-3
Totais	24	-----	76	-----

2ª Dinâmica Organizativa do Debate				
	Pontuação	Ponderação	Totais	Itens
2.1 - Possibilidade de correspondência via postal e/ou outras plataformas	4	*1	4	1-3
2.2 - Bloco de Notas	2	*2	4	1
2.3 - Complexidade do enquadramento dos <i>posts</i> da administração	6	*3	18	1-2-3
2.4 - Existência de comentários na própria página aos seus <i>posts</i> e aos dos seguidores	2	*4	8	1
2.5 - Correspondência por mensagem privada	6	*5	30	1-2-3
Totais	20	-----	64	-----

3ª Iniciativa e pró-atividade dos seguidores				
	Pontuação	Ponderação	Totais	Itens
3.1 - Número de seguidores	6	*1	6	1-2-3
3.2 - Existência de <i>posts</i> e comentários dos seguidores	2	*2	4	1
3.3 - Uso de fotos/vídeos/gráficos e outros elementos nos <i>posts</i> dos seguidores	4	*3	12	1-3
3.4 - Tom dominante dos <i>posts</i> e dos comentários dos seguidores	4	*4	16	1-2
3.5 - Complexidade argumentativa dos <i>posts</i> dos seguidores	4	*5	20	2
Totais	20	-----	58	-----

4ª Persuasão Humor e Estética				
	Pontuação	Ponderação	Totais	Itens
4.1 - Imagem de perfil e capa e uso de <i>slogans</i>	6	*1	6	1-2-3
4.2 - Uso de fotos/vídeos e outros elementos nos <i>posts</i> dos seguidores e administração	6	*2	12	1-2-3
4.3 - Recurso a <i>cartoons</i> e caricaturas nos <i>posts</i> da administração	2	*3	6	1
4.4 - Recurso a <i>cartoons</i> e caricaturas nos <i>posts</i> dos seguidores	2	*4	8	1
4.5 - Uso de ironia e sátira no enquadramento nos conteúdos da administração e seguidores	4	*5	20	1-2
Totais	20	-----	54	-----

	Absoluto	Ponderado
Totais	84	252

Realização: Dia 16 12h40 - 13h20

Notas: Permite *posts* aos seguidores.

Bloco de Notas duplamente desatualizado. Do lado da organização/movimento o último *posts* data de 4 Setembro 2012.

No que concerne aos seguidores a última atualização é de 12 Abril 2013.

Classificação e avaliação dos movimentos/organizações na Análise de Conteúdo - O Povo é Quem mais Ordena

1ª Organização e Informação				
	Pontuação	Ponderação	Totais	Itens
1.1 - Apresentação da Organização e sua dinâmica	6	*1	6	1-2-3
1.2 - Atualidade noticiosa/mediática e política	2	*2	4	2
1.3 - Informação de outras Organizações e Instituições	2	*3	6	3
1.4 - Informação de ações da Organização	2	*4	8	1
1.5 - Informações que revelem objetivos e orientações programáticas	6	*5	30	1-2-3
Totais	18	-----	54	-----

2ª Dinâmica Organizativa do Debate				
	Pontuação	Ponderação	Totais	Itens
2.1 - Possibilidade de correspondência via postal e/ou outras plataformas	2	*1	2	1
2.2 - Bloco de Notas	4	*2	0	0
2.3 - Complexidade do enquadramento dos <i>posts</i> da administração	6	*3	18	1-2-3
2.4 - Existência de comentários na própria página aos seus <i>posts</i> e aos dos seguidores	2	*4	8	1
2.5 - Correspondência por mensagem privada	0	*5	0	0
Totais	10	-----	28	-----

3ª Iniciativa e pró-atividade dos seguidores				
	Pontuação	Ponderação	Totais	Itens
3.1 - Número de seguidores	6	*1	6	3
3.2 - Existência de <i>posts</i> e comentários dos seguidores	4	*2	8	1-3
3.3 - Uso de fotos/vídeos/gráficos e outros elementos nos <i>posts</i> dos seguidores	2	*3	12	1-3
3.4 - Tom dominante dos <i>posts</i> e dos comentários dos seguidores	4	*4	16	1-2
3.5 - Complexidade argumentativa dos <i>posts</i> dos seguidores	6	*5	30	1-2-3
Totais	24	-----	72	-----

4ª Persuasão Humor e Estética				
	Pontuação	Ponderação	Totais	Itens
4.1 - Imagem de perfil e capa e uso de <i>slogans</i>	6	*1	6	1-2-3
4.2 - Uso de fotos/vídeos e outros elementos nos <i>posts</i> dos seguidores e administração	4	*2	8	1-3
4.3 - Recurso a <i>cartoons</i> e caricaturas nos <i>posts</i> da administração	2	*3	6	1
4.4 - Recurso a <i>cartoons</i> e caricaturas nos <i>posts</i> dos seguidores	4	*4	16	1-3
4.5 - Uso de ironia e sátira no enquadramento nos conteúdos da administração e seguidores	6	*5	30	1-2-3
Totais	22	-----	66	-----

	Absoluto	Ponderado
Totais	74	220

Realização: Dia 16 20h45 - 21h15

Notas: Permite *posts* dos seguidores.

Não tem Bloco de Notas.

Classificação e avaliação dos movimentos/organizações na Análise de Conteúdo - Indignados Lisboa

1ª Organização e Informação				
	Pontuação	Ponderação	Totais	Itens
1.1 - Apresentação da Organização e sua dinâmica	4	*1	4	2-3
1.2 - Atualidade noticiosa/mediática e política	6	*2	12	1-2-3
1.3 - Informação de outras Organizações e Instituições	2	*3	6	3
1.4 - Informação de ações da Organização	4	*4	16	1-2
1.5 - Informações que revelem objetivos e orientações programáticas	4	*5	20	1-2
Totais	20	-----	58	-----

2ª Dinâmica Organizativa do Debate				
	Pontuação	Ponderação	Totais	Itens
2.1 - Possibilidade de correspondência via postal e/ou outras plataformas	4	*1	4	1-3
2.2 - Bloco de Notas	0	*2	0	0
2.3 - Complexidade do enquadramento dos <i>posts</i> da administração	6	*3	18	1-2-3
2.4 - Existência de comentários na própria página aos seus <i>posts</i> e aos dos seguidores	2	*4	8	1
2.5 - Correspondência por mensagem privada	6	*5	30	1-2-3
Totais	18	-----	60	-----

3ª Iniciativa e pró-atividade dos seguidores				
	Pontuação	Ponderação	Totais	Itens
3.1 - Número de seguidores	6	*1	6	3
3.2 - Existência de <i>posts</i> e comentários dos seguidores	4	*2	8	1-3
3.3 - Uso de fotos/vídeos/gráficos e outros elementos nos <i>posts</i> dos seguidores	0	*3	0	0
3.4 - Tom dominante dos <i>posts</i> e dos comentários dos seguidores	4	*4	16	1-2
3.5 - Complexidade argumentativa dos <i>posts</i> dos seguidores	2	*5	10	2
Totais	16	-----	40	-----

4ª Persuasão Humor e Estética				
	Pontuação	Ponderação	Totais	Itens
4.1 - Imagem de perfil e capa e uso de <i>slogans</i>	4	*1	4	1-2
4.2 - Uso de fotos/vídeos e outros elementos nos <i>posts</i> dos seguidores e administração	4	*2	8	1-2
4.3 - Recurso a <i>cartoons</i> e caricaturas nos <i>posts</i> da administração	2	*3	6	1
4.4 - Recurso a <i>cartoons</i> e caricaturas nos <i>posts</i> dos seguidores	4	*4	16	1-3
4.5 - Uso de ironia e sátira no enquadramento nos conteúdos da administração e seguidores	6	*5	30	1-2-3
Totais	20	-----	64	-----

	Absoluto	Ponderado
Totais	74	222

Realização: Dia 16 13h25 - 14h10

Notas: Permite *posts* dos seguidores.

Não tem Bloco de Notas.

Classificação e avaliação dos movimentos/organizações na Análise de Conteúdo - Democracia e Dívida

1ª Organização e Informação				
	Pontuação	Ponderação	Totais	Itens
1.1 - Apresentação da Organização e sua dinâmica	4	*1	4	2-3
1.2 - Atualidade noticiosa/mediática e política	6	*2	12	1-2-3
1.3 - Informação de outras Organizações e Instituições	9	*3	0	0
1.4 - Informação de ações da Organização	6	*4	24	1-2-3
1.5 - Informações que revelem objetivos e orientações programáticas	4	*5	20	2-3
Totais	20	-----	66	-----

2ª Dinâmica Organizativa do Debate				
	Pontuação	Ponderação	Totais	Itens
2.1 - Possibilidade de correspondência via postal e/ou outras plataformas	4	*1	4	1-3
2.2 - Bloco de Notas	6	*2	12	1-2-3
2.3 - Complexidade do enquadramento dos <i>posts</i> da administração	4	*3	12	1-2
2.4 - Existência de comentários na própria página aos seus <i>posts</i> e aos dos seguidores	4	*4	16	1-3
2.5 - Correspondência por mensagem privada	6	*5	30	1-2-3
Totais	24	-----	74	-----

3ª Iniciativa e pró-atividade dos seguidores				
	Pontuação	Ponderação	Totais	Itens
3.1 - Número de seguidores	2	*1	2	1
3.2 - Existência de <i>posts</i> e comentários dos seguidores	4	*2	8	1-3
3.3 - Uso de fotos/vídeos/gráficos e outros elementos nos <i>posts</i> dos seguidores	2	*3	6	1
3.4 - Tom dominante dos <i>posts</i> e dos comentários dos seguidores	2	*4	8	1
3.5 - Complexidade argumentativa dos <i>posts</i> dos seguidores	6	*5	30	3
Totais	16	-----	54	-----

4ª Persuasão Humor e Estética				
	Pontuação	Ponderação	Totais	Itens
4.1 - Imagem de perfil e capa e uso de <i>slogans</i>	4	*1	4	1-2
4.2 - Uso de fotos/vídeos e outros elementos nos <i>posts</i> dos seguidores e administração	6	*2	12	1-2-3
4.3 - Recurso a <i>cartoons</i> e caricaturas nos <i>posts</i> da administração	0	*3	0	0
4.4 - Recurso a <i>cartoons</i> e caricaturas nos <i>posts</i> dos seguidores	0	*4	0	0
4.5 - Uso de ironia e sátira no enquadramento nos conteúdos da administração e seguidores	2	*5	10	10
Totais	12	-----	26	-----

	Absoluto	Ponderado
Totais	72	220

Realização: Dia 16 19h05 - 19h35

Notas: Permite *posts* aos seguidores.

Não há Bloco de notas.

Classificação e avaliação dos movimentos/organizações na Análise de Conteúdo - Artigo 21º

1ª Organização e Informação				
	Pontuação	Ponderação	Totais	Itens
1.1 - Apresentação da Organização e sua dinâmica	2	*1	2	3
1.2 - Atualidade noticiosa/mediática e política	6	*2	12	1-2-3
1.3 - Informação de outras Organizações e Instituições	6	*3	18	1-2-3
1.4 - Informação de ações da Organização	4	*4	16	1-2
1.5 - Informações que revelem objetivos e orientações programáticas	2	*5	10	2
Totais	20	-----	58	-----

2ª Dinâmica Organizativa do Debate				
	Pontuação	Ponderação	Totais	Itens
2.1 - Possibilidade de correspondência via postal e/ou outras plataformas	2	*1	2	1
2.2 - Bloco de Notas	2	*2	4	1
2.3 - Complexidade do enquadramento dos <i>posts</i> da administração	6	*3	9	1-2-3
2.4 - Existência de comentários na própria página aos seus <i>posts</i> e aos dos seguidores	2	*4	8	1
2.5 - Correspondência por mensagem privada	0	*5	0	0
Totais	12	-----	23	-----

3ª Iniciativa e pró-atividade dos seguidores				
	Pontuação	Ponderação	Totais	Itens
3.1 - Número de seguidores	6	*1	6	1
3.2 - Existência de <i>posts</i> e comentários dos seguidores	4	*2	8	1-3
3.3 - Uso de fotos/vídeos/gráficos e outros elementos nos <i>posts</i> dos seguidores	2	*3	6	3
3.4 - Tom dominante dos <i>posts</i> e dos comentários dos seguidores	2	*4	8	1
3.5 - Complexidade argumentativa dos <i>posts</i> dos seguidores	4	*5	20	1-2
Totais	18	-----	48	-----

4ª Persuasão Humor e Estética				
	Pontuação	Ponderação	Totais	Itens
4.1 - Imagem de perfil e capa e uso de <i>slogans</i>	2	*1	2	2
4.2 - Uso de fotos/vídeos e outros elementos nos <i>posts</i> dos seguidores e administração	4	*2	8	1-2
4.3 - Recurso a <i>cartoons</i> e caricaturas nos <i>posts</i> da administração	0	*3	0	0
4.4 - Recurso a <i>cartoons</i> e caricaturas nos <i>posts</i> dos seguidores	2	*4	8	1
4.5 - Uso de ironia e sátira no enquadramento nos conteúdos da administração e seguidores	4	*5	20	1-2
Totais	12	-----	38	-----

	Absoluto	Ponderado
Totais	62	167

Realização: Dia 16 18h-18h55

Notas: Permite *posts* aos seguidores.

Bloco de Notas duplamente desatualizado. No que toca ao movimento/organização a última atualização data de 8 junho 2011.

No que diz respeito à parte dedicada aos seguidores a última atualização data de 14 Abril 2013.

Classificação e avaliação dos movimentos/organizações na Análise de Conteúdo - “15 Outubro”

1ª Organização e Informação				
	Pontuação	Ponderação	Totais	Itens
1.1 - Apresentação da Organização e sua dinâmica	4	*1	4	2-3
1.2 - Atualidade noticiosa/mediática e política	4	*2	8	2-3
1.3 - Informação de outras Organizações e Instituições	4	*3	12	2-3
1.4 - Informação de ações da Organização	6	*4	24	1-2-3
1.5 - Informações que revelem objetivos e orientações programáticas	4	*5	20	1-2
Totais	22	-----	68	-----

2ª Dinâmica Organizativa do Debate				
	Pontuação	Ponderação	Totais	Itens
2.1 - Possibilidade de correspondência via postal e/ou outras plataformas	2	*1	2	1
2.2 - Bloco de Notas	4	*2	8	1-2
2.3 - Complexidade do enquadramento dos <i>posts</i> da administração	6	*3	18	1-2-3
2.4 - Existência de comentários na própria página aos seus <i>posts</i> e aos dos seguidores	2	*4	8	1
2.5 - Correspondência por mensagem privada	6	*5	30	1-2-3
Totais	20	-----	66	-----

3ª Iniciativa e pró-atividade dos seguidores				
	Pontuação	Ponderação	Totais	Itens
3.1 - Número de seguidores	6	*1	6	3
3.2 - Existência de <i>posts</i> e comentários dos seguidores	2	*2	4	1
3.3 - Uso de fotos/vídeos/gráficos e outros elementos nos <i>posts</i> dos seguidores	2	*3	6	2
3.4 - Tom dominante dos <i>posts</i> e dos comentários dos seguidores	2	*4	8	1
3.5 - Complexidade argumentativa dos <i>posts</i> dos seguidores	0	*5	0	0
Totais	12	-----	24	-----

4ª Persuasão Humor e Estética				
	Pontuação	Ponderação	Totais	Itens
4.1 - Imagem de perfil e capa e uso de <i>slogans</i>	4	*1	4	1-2
4.2 - Uso de fotos/vídeos e outros elementos nos <i>posts</i> dos seguidores e administração	4	*2	8	1-2
4.3 - Recurso a <i>cartoons</i> e caricaturas nos <i>posts</i> da administração	0	*3	0	0
4.4 - Recurso a <i>cartoons</i> e caricaturas nos <i>posts</i> dos seguidores	0	*4	0	0
4.5 - Uso de ironia e sátira no enquadramento nos conteúdos da administração e seguidores	0	*5	0	0
Totais	8	-----	12	-----

	Absoluto	Ponderado
Totais	62	170

Realização: Dia 16 Junho 19.40-20h

Notas: Não permite *posts* aos seguidores.

Tem Bloco de notas atualizado (4 junho 2013). No que toca aos seguidores a última atualização é de 15 Novembro 2012.

Classificação e avaliação dos movimentos/organizações na Análise de Conteúdo - Que se Lixe a Troika

1ª Organização e Informação				
	Pontuação	Ponderação	Totais	Itens
1.1 - Apresentação da Organização e sua dinâmica	4	*1	4	2-3
1.2 - Atualidade noticiosa/mediática e política	6	*2	12	1-2-3
1.3 - Informação de outras Organizações e Instituições	4	*3	12	2-3
1.4 - Informação de ações da Organização	6	*4	24	1-2-3
1.5 - Informações que revelem objetivos e orientações programáticas	6	*5	30	1-2-3
Totais	20	-----	82	-----

2ª Dinâmica Organizativa do Debate				
	Pontuação	Ponderação	Totais	Itens
2.1 - Possibilidade de correspondência via postal e/ou outras plataformas	4	*1	4	1-3
2.2 - Bloco de Notas	4	*2	8	1-3
2.3 - Complexidade do enquadramento dos <i>posts</i> da administração	2	*3	6	1
2.4 - Existência de comentários na própria página aos seus <i>posts</i> e aos dos seguidores	2	*4	8	1
2.5 - Correspondência por mensagem privada	0	*5	0	0
Totais	12	-----	26	-----

3ª Iniciativa e pró-atividade dos seguidores				
	Pontuação	Ponderação	Totais	Itens
3.1 - Número de seguidores	6	*1	6	3
3.2 - Existência de <i>posts</i> e comentários dos seguidores	2	*2	4	3
3.3 - Uso de fotos/vídeos/gráficos e outros elementos nos <i>posts</i> dos seguidores	0	*3	0	0
3.4 - Tom dominante dos <i>posts</i> e dos comentários dos seguidores	0	*4	0	0
3.5 - Complexidade argumentativa dos <i>posts</i> dos seguidores	0	*5	0	0
Totais	8	-----	10	-----

4ª Persuasão Humor e Estética				
	Pontuação	Ponderação	Totais	Itens
4.1 - Imagem de perfil e capa e uso de <i>slogans</i>	6	*1	6	1-2-3
4.2 - Uso de fotos/vídeos e outros elementos nos <i>posts</i> dos seguidores e administração	4	*2	8	1-2
4.3 - Recurso a <i>cartoons</i> e caricaturas nos <i>posts</i> da administração	0	*3	0	0
4.4 - Recurso a <i>cartoons</i> e caricaturas nos <i>posts</i> dos seguidores	0	*4	0	0
4.5 - Uso de ironia e sátira no enquadramento nos conteúdos da administração e seguidores	2	*5	10	1
Totais	12	-----	24	-----

	Absoluto	Ponderado
Totais	52	142

Realização: Dia 15 21h55 - 23h

Notas: Não permite *posts*. No Bloco de Notas permite, mas a última atualização é de 14 Abril 2013.

Classificação e avaliação dos movimentos/organizações na Análise de Conteúdo - **FLAN Coletivo**

1ª Organização e Informação				
	Pontuação	Ponderação	Totais	Itens
1.1 - Apresentação da Organização e sua dinâmica	4	*1	4	2-3
1.2 - Atualidade noticiosa/mediática e política	2	*2	4	2
1.3 - Informação de outras Organizações e Instituições	2	*3	6	3
1.4 - Informação de ações da Organização	4	*4	16	1-2
1.5 - Informações que revelem objetivos e orientações programáticas	2	*5	10	1
Totais	14	-----	40	-----

2ª Dinâmica Organizativa do Debate				
	Pontuação	Ponderação	Totais	Itens
2.1 - Possibilidade de correspondência via postal e/ou outras plataformas	4	*1	4	1-3
2.2 - Bloco de Notas	0	*2	0	0
2.3 - Complexidade do enquadramento dos <i>posts</i> da administração	4	*3	12	1-3
2.4 - Existência de comentários na própria página aos seus <i>posts</i> e aos dos seguidores	0	*4	0	0
2.5 - Correspondência por mensagem privada	0	*5	0	0
Totais	8	-----	16	-----

3ª Iniciativa e pró-atividade dos seguidores				
	Pontuação	Ponderação	Totais	Itens
3.1 - Número de seguidores	4	*1	4	2
3.2 - Existência de <i>posts</i> e comentários dos seguidores	2	*2	4	3
3.3 - Uso de fotos/vídeos/gráficos e outros elementos nos <i>posts</i> dos seguidores	0	*3	0	0
3.4 - Tom dominante dos <i>posts</i> e dos comentários dos seguidores	2	*4	8	1
3.5 - Complexidade argumentativa dos <i>posts</i> dos seguidores	0	*5	0	0
Totais	8	-----	16	-----

4ª Persuasão Humor e Estética				
	Pontuação	Ponderação	Totais	Itens
4.1 - Imagem de perfil e capa e uso de <i>slogans</i>	2	*1	2	2
4.2 - Uso de fotos/vídeos e outros elementos nos <i>posts</i> dos seguidores e administração	2	*2	4	3
4.3 - Recurso a <i>cartoons</i> e caricaturas nos <i>posts</i> da administração	2	*3	6	1
4.4 - Recurso a <i>cartoons</i> e caricaturas nos <i>posts</i> dos seguidores	0	*4	0	0
4.5 - Uso de ironia e sátira no enquadramento nos conteúdos da administração e seguidores	2	*5	10	1
Totais	8	-----	22	-----

	Absoluto	Ponderado
Totais	36	94

Realização: Dia 16 20h25 - 20h40

Notas: Não permite *posts* dos seguidores. Não tem Bloco de Notas.

Anexo 4

Bom dia,

O meu nome é João Sousa e estou a realizar a dissertação de Mestrado no Departamento de Sociologia da Universidade da Beira interior (Covilhã) intitulada: “Participação política alternativa no Facebook: continuidades e reconfigurações”.

É neste âmbito, que venho solicitar a vossa preciosa colaboração, que consiste na realização de uma entrevista presencial (40 min), em local e hora que melhor convier.

Para além dos dados que já tive oportunidade de mencionar, incluo ainda a minha página pessoal no Laboratório em que desenvolvo a minha atividade profissional.

Antecipadamente grato pela vossa disponibilidade

João Carlos Sousa

<http://www.labcom.ubi.pt/sub/investigador/e491709bbc199dec25a2e71cac3555af>

Grelha com a hora de envio da mensagem para as páginas das Organizações

Organização	1ª Tentativa	Realização da Entrevista	Duração
Que se Lixe a Troika	10:29 18 Julho 2013	14h30 - 20 Agosto 2013 (Anjos)	54.21m
Indignados Lisboa	10:30 18 Julho 2013	17h30 - 20 Agosto 2013 (Caís do Sodré)	53.52m
Democracia e Dívida	10:31 18 Julho 2013	14h15 - 2 Agosto 2013 (Gulbenkian)	50.05m
O Povo é Quem Mais Ordena	10:32 18 Julho 2013	14H30 - 30 Julho 2013 (Campo de Ourique)	28.34m
RiseUp Portugal ⁵⁷	10:33 18 Julho 2013	16h - 29 Julho 2013 (Rossio)	1h53.22m
Artigo 21º	10:33 18 Julho 2013	-----	----
15 Outubro	10:35 18 Julho 2013	13h10 - 6 Setembro 2013 (FCSH-Nova)	51.04m
FLAN Coletivo	10:35 18 Julho 2013	-----	----

⁵⁷ A entrevista com a organização RiseUp Portugal foi realizada entrevistando dois dos ativistas que a compõem. Dai justificar-se a sua maior duração.

2ª Tentativa

FLAN Coletivo	23h56 24 Julho 2013
Indignados Lisboa	23h55 24 Julho 2013
Artigo 21º	23h54 24 Julho 2013

3ª Tentativa - envio de e-mail

Artigo 21º	10h58 1 Agosto 2013
Indignados Lisboa	10h55 1 Agosto 2013
FLAN Coletivo	10h57 1 Agosto 2013
15 Outubro	10h53 1 Agosto 2013

4ª Tentativa (mensagem privada via Facebook)

Artigo 21º	23h52 6 Agosto 2013
Que se Lixe a Troika	23h53 6 Agosto 2013
FLAN Coletivo	23h53 6 Agosto 2013
15 Outubro	23h53 6 Agosto 2013

Boa noite,

Gostava que me concedesse uma pequena entrevista em que se pretende abordar a sua experiência enquanto ativista do movimento 15 de Outubro.

A entrevista realiza-se no âmbito da minha dissertação de Mestrado realizada na Universidade da Beira interior (Covilhã) com o título “Participação política alternativa no Facebook: continuidades e reconfigurações”.

PS: Cheguei ao seu contacto por via de outros ativistas, como a I. S. do QSLT e da P. M. dos Indignados. Também elas já realizaram a entrevista. Gostaria de saber da sua disponibilidade.

Desde já o meu muito obrigado

João Carlos Sousa

5^a Tentativa

Artigo 21º	20h40 27 Agosto 2013
FLAN Coletivo	20h39 27 Agosto 2013
15 Outubro	20h38 27 Agosto 2013

Anexo 5

Entrevista RiseUp

E - 1ª Como é que surgiu a Organização (...)? Identifique-me uma ou várias das principais finalidade(s) da Organização (...)? Pode hierarquiza-las? Quando acham que deixou de fazer sentido a existência da Organização?

RU1-É assim, nós primeiro não somos propriamente uma Organização. E a história se calhar, começa pelo meu perfil. Há um dia no café que eu estou a ver notícias, são aquelas notícias que nós vemos todos os dias e saiu-me alguns comentários que são aqueles comentários depreciativos, que todos nós fazemos certo tipo de notícias. Comentários depreciativos à sociedade em que estamos neste momento inseridos ao estarmos aqui e não estarmos noutra lado. E esses comentários saíram-me ah e foram imediatamente copiados por um filho meu. Ou seja, eu estava a passar uma carga enorme de negativismo à criança. E isto deu-me um clique, porque eu aprendo um bocado com ele. Eu aprendo muito com ele. Os “putos” são mais inocentes e parecem ter uma visão das coisas muito mais prática do que nós E eu aprendo muita coisa com ele. E então achei que devia fazer qualquer coisa. Começaram ai a aparecer umas notícias de umas manifestações, que eu comecei a procurar quem seriam as pessoas que estavam por trás, os movimentos que estavam por trás e cheguei á conclusão que devia fazer um perfil anónimo no Facebook. Comecei a fazer o perfil, comecei a comentar páginas de “Anónimos”, “Doop you Pais”, “Indignados” e comecei a conhecer mais pessoas e mais perfis todos através da internet. Nós criámos um grupo na Internet, o RiseUp Portugal, que é um grupo secreto, se é que há alguma coisa no Facebook que é secreto, mas criamos o grupo secreto no Facebook é aquele que as pessoas por fora não o conseguem ver, não conseguem ver as pessoas que lá estão. Não conseguem ver os comentários nem mesmo com o próprio link de acesso ao grupo, porque tudo lhes é vedado. E qual era a ideia? Qual era a ideia inicial? Era muito simples, existe uma série de pessoas não só em Portugal, mas em muitos lados, que ou por deficiências físicas ou por impossibilidades financeiras, ou por impossibilidades a nível profissional, a nível familiar, as pessoas não podem ir a manifestações, não ir a eventos. Não é? A pessoa que mora em Serpa, que tenha quatro filhos, não pode vir a Lisboa a uma manifestação. Então a ideia é muito simples, era muito simples, os canais de Youtube, de Twitter, de Facebook estão também a ser utilizados por pessoas que nos querem mal, ou seja por pessoas não só nos mentem na televisão, como nos vêm mentir para as redes sociais. A televisão não é interativa, a rádio não é interativa, nós não podemos deixar um comentário na rádio, ou na televisão, mas no Twitter ou no Facebook, no Youtube nós podemos. Nós podemos fazer pressão nas redes sociais e então a ideia original, por trás disto era essa. Era nós criarmos uma espécie de exército de pessoas, que sabendo que não podem ir deslocar aos centros urbanos, ou até mesmo vivendo nos

centros urbanos não conseguem ir, ou não podem ir. Até tenho encontrado pessoas que mesmo podendo ir, não querem ir certas profissões que têm por me dizem que se forem apanhados na rua, se forem vistos, vão ter problemas no trabalho. Então pronto, era criar aqui forma de as pessoas, com três ou quatro cliques por semana no rato, poderem sentir que estão a dar uma opinião, porque nós neste momento temos uma Democracia, que é um bocadinho, esta Democracia é propriedade privada. Portanto esta ideia é, que é uma “Democracia à porta fechada” e as pessoas têm dificuldade em dar uma opinião. Não têm espaço para a dar. Ou seja nós criamos forma de, porque existem outros movimentos de rua, ou seja não é substituir esses movimentos de rua, não era as pessoas não saírem à rua para estarem em casa a fazer cliques. Não. É as pessoas, mesmo que não podem sair, terem um espaço onde elas podem fazer pressão de forma organização, dentro de um grupo: “meninos nós hoje vamos fazer isto”. A história desta pessoa é esta e esta e esta. E nós hoje vamos fazer, colocar pressão e isto surgiu naturalmente por causa de um episódio que aconteceu, assim aqui em Lisboa, que foi a história dos “ocupas de São. Lázaro”. Ou seja, portanto, houve pessoas que ocuparam assim ali aquilo ao lado do Martin Moniz uma casa, na rua de São Lázaro, começaram ali a fazer atividades e a senhora vereadora Helena Roseta desobedeceu a uma ordem do Tribunal, pode desobedecer, porque é a Câmara que desobedece e correu com as pessoas de uma forma, a polícia entrou e correu com as pessoas de uma forma, muito agressiva. Nós tivemos o senhor Presidente da Câmara na televisão, a dizer que a polícia esteve muito bem. A par disto estou a ver vídeos no Youtube das pessoas a serem puxadas pelos cabelos, as pessoas. Vi uma rapariga “pretita” a gritava, porque era asmática e não tinha a bomba para a asma, mas era levada na mesma, de uma forma em que eles algemam uma pessoa por trás, metem um braço e levantam os berros de propósito para aquilo doer e para a pessoas ir mal e ir ao gritos. Isto é de propósito. Eu estive a ver o senhor presidente da Câmara de Lisboa, António Costa. Não é?

RU2 - É

E - É

RU1 - A dizer que a polícia, esteve muito bem. Então eu lembrei-me de e encontrei duas páginas da dona Helena Roseta no Facebook. Uma delas dava para colocar *posts*. Então, eu no meu perfil publicitei essa página da dona Helena Roseta. “Olha meninos está aqui, digam-lhe o que é que acham”. Bem, isto correu. A página daquela mulher correu ai os meios num instante aquela mulher, quando chegou a casa olhou para o perfil e deve ter dado duas voltas. Conclusão, nesse próprio dia o perfil foi apagado. Pronto. E agora regressando atrás,

espera aí. Pode aqui haver forma de fazer, porque a mulher sentiu. A mulher sentiu, porque aquele perfil foi apagado por algum motivo. Ela sentiu. Se 30 pessoas, se 40 pessoas conseguimos fazer isto, o que não seria 1000, 1500, 2000, 5000.

RU2- Deixa-me só dizer uma coisa. Desculpa interromper. Problema que nós temos em Portugal e noutros países, mas estamos a falar de Portugal é que a Democracia está refém dos partidos. A gente olha e temos uma data de comentadores comprados pelos Partidos a falar sobre tudo e mais alguma coisa, não é? Portanto são os *opinion makers*, que andam por aí. E não temos democracia, porque não há a voz dos cidadãos. Ela não chega. Não chega onde deve chegar e neste momento, o RiseUp é também um sítio onde as pessoas têm voz. Ou seja o RiseUp ou toda a comunidade da internet onde o cidadão pode ter voz. E essencialmente é preciso mudar este paradigma, é acabar com esta Democracia, que é uma Democracia falsa. Os Partidos já não representam o espírito do povo., nem do cidadão comum. Já não representam nada disso. Não é que tenhamos a intenção de ser um partido, ou qualquer coisa do género, não. Nós somos uma redação, ou um *site* de informação em que damos voz às pessoas. As pessoas precisam de falar, as pessoas precisam de dizer alguma coisa. E basicamente é isso.

Sim, a Democracia precisa de ser revitalizada, todos os dias. Aliás esta é uma questão, que hoje em dia que se está a ver no poder local. O poder local neste momento tem 78 independentes a concorrer, que é o único sítio que a lei permite concorrer a eleições, como independente. Logo, aí se vê que isto não é uma democracia, porque nós temos um Parlamento, onde só podem concorrer Partidos. Eu não estou a dizer que os Partidos não sejam necessários. Não, nestes moldes atuais, porque os partidos estão completamente contaminados. Há lombies muito grandes dentro dos partidos, aliás este entendimento que não existe, neste momento tem ver com os lombies que existem dentro dos partidos. Isto não é, num momento deste, em que o país precisa de ter ideias e ideias sérias, o cidadão tem de estar presente e vai começar pelo poder local. Não é? Porque neste momento o que é que a gente tem? Tem meninos que saem de uma Faculdade, entram no Partido e vão para o Parlamento. Nem trabalham muitas das vezes e vão logo para o Parlamento, dar eco de coisas que nem viveram e nem sabem o que é. São o tipo de políticos que já não interessam. Os partidos não têm capacidade para formar políticos sérios. Indivíduos que tenham trabalhado, que tenham experiência de vida e para mudarmos este paradigma, quando entrarmos pelo poder local, estamos a formar políticos, que têm um valor no poder local como independentes e vão subir, na escada necessária. Estamos a formar políticos, políticos que estão perto do cidadão. Percebes? Isto é muito importante e é preciso dar voz, nós também damos voz a esses movimentos, aos independentes, porque é necessário. Porque depois chegas lá acima e tens uma lei, que não permite que os independentes se sentem na Assembleia. Isto não é “porra” de Democracia nenhuma.

É assim eu não tenho. Eu não me proponho a ter uma finalidade muito definida. Aquilo que eu acho é que nós, temos é que dar acesso às pessoas terem informação para elas próprias decidirem o que pensar ou o que fazer. Portanto nós não somos propriamente, nós não queremos ser propriamente um “farol”. Ou seja, “tu tens de seguir por aqui”. Não. Aquilo que eu tenho de fazer é mostrar o que muitas vezes não se mostra, nas rádios nas televisões. Muitas vezes não se mostra. Porque muitas das vezes não se exige, porque muitas das vezes não se incide e as pessoas, formem as opiniões que têm de formar e as pessoas que lidam, o que acham, o que devem fazer. Ou seja, nós não, portanto, nós “publicitamos” manifestações, eventos, mas não tomamos nós a iniciativa de as fazer por nós próprios. É isso que nós defendemos. Nós temos é de dar conhecimento às pessoas. E as pessoas que decidam o que querem fazer com isso. Portanto, nós não temos propriamente uma finalidade. Eu se tivesse uma finalidade seria o “suicídio”, ou seja, um mundo onde o RiseUp não seja preciso. Ou seja, portanto, nós seríamos suicidas, estamos a dar conta do nosso propósito.

Ele deixa de fazer sentido, quando a sociedade for mais justa, mais equilibrada e onde as pessoas tenham direitos básicos, como a habitação, como tudo isso. O RiseUp é um veículo de informação, nós veiculamos informação e damos informação àqueles que não podem falar e estudamos iniciativas e damos voz a essas iniciativas. A questão é que o mundo não é perfeito, e nós não estamos exclusivamente contra o PSD, contra o Passos Coelho. Estamos contra, todos aqueles que quiserem implantar uma política que vá empobrecer as pessoas e tirar-lhes a dignidade. Quando é que morremos? Se morrêssemos era “porreiro”, porque era sinal, estava tudo bem e sabemos que isso é uma utopia e isso é demagogia pura. Portanto, haverá sempre alguma coisa para dizer, porque o problema em Portugal foi quando se calaram as partes que havia no país: os ateneus. Onde se aprendia a cidadania a introdução à política no ensino. Onde havia uma consciência. Não é? E essa consciência perdeu-se, porquê? Porque tivemos 30 anos de democracia de uma qualidade de vida a aumentar, os miúdos estão numa outra, não precisavam de nada e portanto penso que uma consciência política, uma consciência de cidadania. Se nós pararmos, nós agora parámos. Ok, está “porreiro”. Mudou. Agora está fixe, está mais ou menos, conseguimos viver. Não! Eu acho que a cidadania, não tem de acabar. A cidadania é como o sinal vermelho. Amigos, isso não. Porque eles continuam a fazer as mesmas coisas. Porque quando o cidadão se abstém de participar é isto que acontece. É o que aconteceu neste país e é o que está acontecer em todo o lado. Porque eles “adormeceram-nos” com televisões e tudo e mais alguma coisa. Não é. Como diz o “Huxley” “o escravo é feliz enquanto tiver noção do seu caso”. Não é? Que é o que passa aqui. Agora a cidadania, vai ser sempre possível. Há sempre alguma coisa, há sempre alguém que está a fazer alguma “sacanice” contra as pessoas.

2ª Quantos elementos compõem a Organização? O grupo de fundadores já se conhecia anteriormente? Como se diferenciam do modo de organização dos Partidos políticos?

Pensam vir a tornar-se um partido? Sim? Não? Porquê? Acham que as vossas atividades são suficientes para mudar a situação, ou seja, para alcançar os objetivos pretendidos? Porquê?

RU1 - Já fomos quatro, já fomos dois, já fomos cinco. Já fomos três. Agora estamos a recrutar mais pessoas. Isto na página. Não estou a falar no grupo. No grupo eramos mais. A página, começou-nos a absorver bastante, também porque começou a ter uma visibilidade que nós próprios não estávamos à espera. Epa! Se a gente for a chamar um núcleo duro, não é? Se é que, isto se poderá chamar assim neste momento seremos cinco pessoas.

Conhecemo-nos todos no Facebook. Todos no Facebook.

Diferencia o facto de nós de não sermos financiados, por quem não nos quer financiar. É logo a primeira. Estas pessoas, que estão aqui na rua, pagam balúrdios por Partidos, pagam balúrdios por bandeiras, pagam balúrdios por bandeiras de sindicatos, só que não sabem, mas pronto. As pessoas pagam isso tudo. E nós nem o bilhete para o Metro para irmos à manifestação nos é pago. Eu digo a esta malta, quando se queixam, que têm aumento de 30% de 40%, sobre o ordeno que já têm, que é zero. Então posso dar-lhes os aumentos, que quero. Bem nós, nós não ensinamos às pessoas qual é o caminho. As pessoas que seguem a nossa página, com atenção de certo que saberão que nós temos algumas tendências, por exemplo enquanto estivermos aqui a falar, neste momento, na página deve estar a sair um *post* anti toradas, porém eu tenho de dar a liberdade a quem segue a nossa página que adora toradas, que acha que a torada é uma coisa fantástica, de dizer aquilo que acha. Depois eles lá vão andar à guerra uns, com os outros e eles que se decidam.

RU2 - É claro que nós controlamos os *posts*, que têm linguagem menos digna, digamos.

RU1 - Não, claro que não. Nós, primeiro não temos muitos meios. Para já estás a falar com um “gajo” desempregado. Para vir para aqui, para Lisboa, teve de pedir dinheiro a alguém, para os transportes. Portanto, por exemplo eu gostava de poder numa manifestação poder fazer um *stream*, ou seja ter um telefone Android, ou um iPhone ou lá o que é e fazer um *stream* em direto de uma manifestação, mas eu não tenho dinheiro para isso. Se eu fosse, se nós fôssemos uma página apoiada por um partido, nós tínhamos dinheiro para isso.

RU2 - O que não quer dizer que não o façamos. Percebes? A rede também conta. A rede pessoas que temos á nossa volta e que nos possa ajudar “olha tira ai um stream”.

RU1 - Há uma outra pessoa neste momento, em Portugal que fazem streams. Têm telefones, que conseguem fazer streams, porque uma coisa que se perde muito em Portugal é neste momento. A nível de ativismo em Portugal neste momento, nós olhamos muito lá para fora “ah eles lá fora isto, eles lá fora aquilo”. Não. Cá em Portugal neste momento há gente a fazer de tudo. De tudo. Do mais avançado, que se pode fazer em ativismo. Só que, primeiro, não são em número suficiente e segundo, não têm o carinho das pessoas, cá fora destas pessoas, que deviam ter. Não é só o reconhecimento, eu lembro-me por exemplo no 14 de Novembro nós termos um post na página, porque houve uma altura, no 14 de novembro, que estava a casa que ia fazendo os posts, conforme a gente ia ligando e informando do que se estava a passar. Houve uma colega nossa que foi agredida pela polícia e isso foi colocado na página e houve comentários do género “olha é bem-feita, não devia lá estar”.

RU2 - Eu também fui detido pela polícia, mas não foi no 14 Novembro. Foi nos 226.

RU1- Ou seja, e nota-se quando colocamos algo sobre a Turquia, sobre o Brasil, sobre a Espanha, manifestações isto é, um mar de solidariedade, que é uma coisa enorme.

RU2 - É muito grande.

RU1 - Mas quando, os manifestantes são portugueses, não se nota isso.

RU2 - Mas há uma coisa muito interessante, que aconteceu na Turquia. Nós cobrimos o evento da Turquia, era todos os dias até às quatro da manhã.

RU1 - Nós a certa altura tivemos uma pessoa de nacionalidade turca, que estava em Istambul, que estava connosco na página.

RU2 - Ou seja, nós estávamos a dar. Nós temos muita gente da Turquia. Nós estávamos a dar mais informação na nossa página do que havia na Turquia. Portanto, é importante reter isto, no fundo há também, embora seja RiseUp Portugal, há também uma solidariedade grande com todas as pessoas que estão a sofrer á volta do mundo é o mesmo, porque o sistema que está imposto é o mesmo. Agora respondendo á tua questão, de nós pensarmos mudar. Eu acho que o Mandela antes ir preso, não pensava ser Presidente da África do Sul. Esse é um caminho, que eu não posso dizer onde é que estou amanhã. Se estou a exercer alguma função política, em algum lado ou de alguma maneira ou dentro de algum tipo de intervenção de outra maneira ou a ajudar quem quer que seja. Agora, nós não temos essa, nós somos um canal de informação. Nós informamos e damos voz. Nós não temos como movimento e estrutura e um desígnio para “coiso”. Acreditamos que mudamos, mudamos de mentalidades. Porque repara uma coisa, uma página funciona de uma certa e determinada maneira, não é só o *post* político, tipo ou o *post* a Monsanto, ou às toradas, ou aos Chemtrils, ou seja lá à co adoção. Aos problemas que nós temos e á volta dos quais os movimentos que se estruturam. Porque há movimento dos animais, porque o que nós temos é o contato deles todos e isso é exposto na página. E agora repara numa coisa, também temos por exemplo, desenhos animados, porque as pessoas vão à página por motivos diferentes e depois de estarem na página é que passam a acompanha-la e ai com a informação que nós damos é que começam a mudar. Porque há muita falta de informação. Tu repara que há um gap neste momento, entre a informação que sai no RiseUp e que sai dois dias depois na televisão. Não só damos dois dias antes na rede. Isso é o que se está a passar. A informação é assim, as redações dos jornais e televisões neste momento não têm capacidade para a velocidade a que a informação corre na net, mas só que uma estrutura boa na net, necessitam de dois ou três “gajo” a ver o Facebook e a ver notícias. Uma estrutura é diferente. Uma estrutura pode envolver cinco pessoas e essas cinco correrem 300 ou 400. Estás a perceber? Ou milhares. Estás a perceber? Isto é uma estrutura a funcionar. A rapidez da informação e dos contatos, porque eles têm de ter lá um “gajo” físico. E muitas vezes são pessoas que estão em empregos normais, com ordenados, não têm a infiltração necessária nos meios lá fora, para saberem o que realmente se está a passar. Porque este movimento é constituído por cidadão, não é por jornalistas com emprego que vão para lá ter tirar umas fotografias e fazer uns textos. Estamos a falar de outra pessoa, estamos a ouvir as pessoas e a dizerem o que se está a passar e estão a mandarmos fotografias e isto está a passar-se aqui. E eles não têm nem querem porque hoje a *media* está toda controlada, pelo sistema. A gente vê as notícias que saem, agente vê. E quando há algum ataque a alguém é porque há um interesse de alguém. No caso da SIC temos o Balsemão que está por trás, no caso do Pais do Amaral no caso da TVI. E estamos a falar que temos uma *media* controlada. Isto é o que se passa, por isso é o oque eu estou a dizer nós temos vários meios de atrair as pessoas às páginas por diversas razões. Porque é preciso que haja um debate, as pessoas têm de debater para mudar. Nós para mudarmos temos de deixar entrar uma ideia. Se tu não deixares entrar e ela não alterar algo em ti, então nada acontece. Agora, tu é que decides, nós não decidimos por ti “olha tu agora vais pensar assim

porque eu pus este *post*”. Epah fala o que quiseres, diz às vezes duas pessoas a comentar na página entendem-se e chegam a um consenso. Nós não vamos intervir. Às vezes respondemos, quer nas coisas que colocamos que nas coisas que nos colocam lá. Esta é outra particularidade que o RiseUp tem. Tu não tens, em muito poucas páginas, a responder diretamente quando poem questões. E nós respondemos diretamente às questões que as pessoas nos poem. Percebes? Há abertura para falar connosco. Nós, não somos uma caixa de porcelana, nós não temos nada para esquecer. É o que é, é o que temos. Acreditamos é que a via da comunicação é a mais importante para podermos aprender e para podermos mudar as coisas. Agora quanto tempo vai levar? Epah isso não sei, pode ser um, pode ser dois, pode ser três, pode ser amanhã. Nós não sabemos o que vai despoletar o resultado final que nós queremos. Portanto, isso, ninguém controla. Não é nenhuma revolução. O genocídio não aconteceu de um dia para o outro. Eu estou a falar de revolução entenda-se, nós estamos a preparar nenhuma revolução. Não é essa a questão. As coisas quando têm de mudar a gente não sabe qual é o destino. Às vezes é uma coisa de “merda”. Na Turquia foi um jardim que não tinha nada a ver. São coisinhas. São coisas que não batem. Às vezes dizem “30, 40, 50, 300 pessoas epah tão pouca gente” às vezes chegam. Basta que alguma coisa chegue aos outros todos e que bata na cabeça, não é assim difícil, porque as pessoas estão no limite e isso vai acontecer por todo o lado. O que sabemos é quando, se é já agora, daqui a um mês ou dois, ou daqui a um ano. Não sabemos! Mas vai acontecer, é inevitável acontecer a continuar assim. Não há outra alternativa. percebes? E depois quando as pessoas são surdas, não adianta.

RU1 - O único indivíduo a imolar-se na Tunísia, despoletou aquilo que despoletou. Uma coisa que envolveu milhões e milhões e milhões de pessoas. Às pessoas, estão chateadas e não estão contentes e às vezes aquilo que falta é algo que as apaixone. Por exemplo, num campo que não tem nada haver, isto não tem nada a haver, a forma como o país estava no Euro 2004. Nós ficámos apaixonados por qualquer coisa. A forma como, foi recebido o bispo de Dili em Lisboa. Lisboa ficou pintada de branco, com toda a gente de lencinhos fizeram desde o aeroporto até ao centro, as pessoas apaixonaram-se.

RU2 - O povo português não é um povo tumultuoso. Têm de lhe aquecer o coração.

RU1 - Lá está não sei. Eu acho que o português não é nada violento. Mas o português, quando lhe “salta a tampa”, o português é um “gajo” muito perigoso. Por mais calminho que seja, mas o português tem de estar chateado a sério. Leva tempo a chatear-se, mas quando se chateia a sério é aquilo que te digo.

RU2 - Na Holanda já estava tudo nas ruas. Aliás tu tens uma estrutura em Espanha dos despejos. É uma estrutura brutal, que ainda não há em Portugal. Porque lá está a cidadania ainda está muito arredada. Eles estiveram uma guerra civil e por isso já lutaram antes por ideias. É diferente. Mas aqui há muitas coisas que têm de ser criadas. O que se passa em Portugal, quando se fala de movimentos demonizasse o movimento. É óbvio que sabemos que há movimentos que são controlados pela esquerda, há movimentos que estão controlados pelo PS. Há sempre alguma vertente política por trás dos movimentos todos. Por isso é que nós no RiseUp nós não temos eventos, não temos nada, porque nós queremos agregar. Mas temos consciência disso.

RU1 - Nós já tivemos uma aproximação. Já se chegou a saber a disponibilidade de um determinado entendimento. Não foi diretamente, foi mandado o recado a alguém, para me dizer a mim. E u mandei pôr a proposta à pessoa num sítio onde acha-se conveniente. Pronto, não quis saber quem foi. Mandeí recado que eu que disse, mas tivemos já uma aproximação.

RU2 - Até mesmo a nível das Universidades temos tido abordagens. E uma delas é bem pró moderno.

3ª Com que frequência se reúnem? O que leva à marcação dessas reuniões? Atuam e trabalham de modo regular ou em função de factos que vão emergindo e que são contrários aos vossos objetivos? Há divisão de funções e tarefas? Há delegação de responsabilidades?

RU1 - Nós não precisamos.

RU2 - Nós se tivemos na net, falamos na net. Para nós o mundo da net é igual ao cá de fora. Nós não temos essa dificuldade, estamos lá, estamos a comunicar. Percebes? Até porque seria impossível, porque grande parte das pessoas está espalhada pelo país.

Uma redação *online*, funciona como todas as outras redações. Não está num espaço físico, está num espaço *online*. Os *posts* são debatidos, fazem-se reuniões de manhã como nos jornais, em que cada um diz “olha eu tenho esta notícia, tu a outra”. Nós não fazemos isso de manhã fazemos isso em continuo.

RU1 - Por exemplo eu estou mais vocacionado, para os textos de opinião. Os artigos de opinião sou eu que vou à procura deles. Temos a (...) que vai mais à procura de notícias. Temos quem trate mais de imagens. Ou seja, nós temos várias pessoas, cada uma dedica-se mais ou menos a um determinado assunto.

RU2 - Temos também a troca de informação, mesmo quando não é da área delas.

RU1 - Vamos ver o seguinte. Uma pessoa que esteja mais encarregue das imagens, que saia uma notícia qualquer, uma informação qualquer que até nem é o campo dela, mas que é para ser postada já. A pessoa posta já.

O “timing” é muito importante. Uma coisa que as pessoas.

RU2 - Um dia ser perfeito. O pessoal vê, qual é que entra mais rápido.

RU1 - O motivo, pelo qual as pessoas nos seguem é porque nós também fazemos. Nós fazemos muita coisa.

RU2 - Há uma coisa muito simples.

RU1 - Nós fazemos muita coisa entre aspas em “direto”. Ou seja, por exemplo.

RU2 - Tu por exemplo vês a maior parte das páginas à meia-noite ou onze horas não têm mais publicações. E às de reparar que a nossa às 6 horas da manhã tem um *post*. Estás a ver. Há sempre alguém que está lá, tem insónias. Está lá e mete alguma coisa. Percebes? O “timing” aqui é muito importante.

RU1 - Nós já chegámos a fazer isto muito bem, por exemplo em manifestações. Houve um período em Portugal em Setembro, Outubro, Novembro houve muitas manifestações,

curiosamente em frente à Assembleia. E que nós estávamos por exemplo na Assembleia e alguém em casa *online*. E pronto, por telefone, não é. Não temos outra forma de comunicação. Há quem tenha, nós não temos. Não temos aparelhos para estarmos a transmitir da Assembleia. Não conseguimos ter. Então nós telefonamos, para quem está em casa e explica o que está acontecer e essa pessoa posta. E isso também já aconteceu, eu estar em casa e outros na Assembleia, ou seja noutra lugar qualquer e de facto sentíamos que em determinadas noites, que havia uma série de pessoas que seguiam a manifestação na nossa página. De uma certa forma, também conseguimos fazer isso desde que lá fora haja informação por exemplo quando os mineiros espanhóis chegaram a Madrid, ou mesmo no caso da Turquia, ou no Brasil. Nós conseguimos reunir muita informação e conseguimos reunir muitos *streams* que faziam o direto e as pessoas conseguiam seguir em direto o que se está a passar e não precisam da “porcaria” da televisão que é um filtro. A televisão é um filtro. É assim, a televisão não passa tudo, a televisão não passa tudo. As pessoas acham que o 14 de Novembro, as pessoas acham que estão informadas sobre aqui lo que aconteceu. Não estão. No 14 Novembro não aconteceu aquilo que as pessoas acham que aconteceu. No 14 de Novembro é uma coisa que merecia o Tribunal de Haia. Cometeram-se crimes horríveis no 14 de Novembro. E isto foi feito a partir de la de cima. Isto foi feito a partir de la de cima. O 14 de Novembro foi preparado, para as pessoas deixarem de ir a manifestações. E resultou. E então

RU2 - O mesmo não aconteceu com 226, que eles queriam resposta e não a tiveram.

RU 1 - Nós conseguimos em muitas alturas um acompanhamento direto de várias situações em que as pessoas seguem, seguem isso e é uma “arma” que a internet tem, por enquanto. Por enquanto! É nós podermos postar aquilo que quisermos e termos acesso à informação dos outros e eu digo por enquanto, porque daqui a 5, 6, 7 anos pode ser que já não seja assim.

4ª De que modo é tomada a decisão de realizar um evento? Participam todos nas decisões? Quem têm mais iniciativa? Há iniciativas propostas pelos seguidores? Trabalham todos na organização dos eventos ou há sempre um (o mesmo?) núcleo duro?

RU2 - Nós não realizamos eventos.

RU1 - Eu quanto muito, aquilo que nós fazemos é ajudar. Por exemplo, naquilo que mais estivemos envolvidos, acho que até hoje, algo que nos metemos de cabeça, porque ninguém o iria fazer então nós sentimos. Foi algo que não passou em noticiário algum em Portugal. Foi completamente ignorado. Houve no dia, no dia 25 de Maio, agente depois pode confirmar, mas foi no dia 25 de Maio. Um evento mundial, mundial foi a marcha contra a Monsanto. A Monsanto, não é aqui o Parque de Monsanto. Sabes o que é a Monsanto?

RU2 - Sim, transgénicos. Portugal é dos 3 países que tem os transgénicos aprovados. Toda a Europa já os recusou. Isto é uma vergonha!

RU1 - É algo, que envolve muita coisa, muita coisa.

RU2 - Milhares de abelhas a morrer.

RU1 - Aqueles dois sócios que estão alia a curtir as suas batatinhas fritas e a sua alface, não fazem ideia do que estão a comer. Não fazem ideia do que estão a comer e muitas das pessoas compram produtos mais caros num supermercado, inclusive da própria Nestlé, que é uma marca que as pessoas acham. Não é? Mas os produtos, da Nestlé estão contaminados, com produtos geneticamente alterados, que é uma coisa absolutamente incrível. Não é? A par de eu já ter visto o diretor da Nestlé a dizer que o Ser humano, lá por Ser humano não quer dizer que tenha direito a água. Que a água não é um direito. Pronto, isto de um “gajo” que a água é o que lhe passa por baixo do iate. Nós envolvemo-nos bastante em promover essa marcha cá em Portugal. Houve duas, uma em Lisboa e outra no Porto. À volta do mundo chegou-se quase aos dois milhões de pessoas. Portanto em todos os dias e em todos países começou às duas da tarde, às duas ou às duas e meia da tarde. E pronto, começa na Nova Zelândia, Japão, Austrália e vai seguindo os fusos horários. Ou seja, nós aqui ainda não tínhamos começado a nossa e já estamos a postar imagens de Auckland. E pronto foi uma coisa que não teve cobertura nenhuma, nenhuma. Cai num dia de manifestação da CGTP ali em frente em Belém e pronto, foi tudo tirar fotografias às CGTP.

RU2 - mas teve muita gente essa manifestação.

RU1 - Não. Para este tipo de assunto, que as pessoas não estão. Estão na ignorância. Termos qui em Lisboa juntado quatrocentas pessoas, acho que foi muito bom. Muito bom! E nós tivemos um mês inteiro, em que todos os dias saia *posts* sobre transgênicos. E notámos que nessa manifestação aqui em Lisboa, como também no Porto ainda que fossem menos, mas notou-se que houve pessoas que nunca tinham saído para uma manifestação e aquela foi a primeira vez. E o que é que nós fizemos? Nós repetimos informação. Repete informação. Portanto a data, o dia, as horas. O que é um produto transgénico? O que é um AGM? O que é o milho transgénico? Que efeitos isso tem para os agricultores, para as pessoas?

RU2 - A morte das abelhas.

RU1 - O que é que isto envolve? Porque isto envolve tanta coisa, tanta coisa, tanta coisa, mas que as pessoas ignoram completamente.

RU2 - Está-se a mexer com a polinização. Se não há polinização não há vida na Terra.

RU1 - É um negócio de mais vantajoso para certas pessoas e isto tem a conivência com tudo o que seja governo.

RU2 - Fora que a Nestlé já tem 60% das fontes de água mundiais privatizadas.

4ª De que modo é tomada a decisão de realizar um evento? Participam todos nas decisões? Quem têm mais iniciativa? Há iniciativas propostas pelos seguidores? Trabalham todos na organização dos eventos ou há sempre um (o mesmo?) núcleo duro?

RU1 - Já. Dia sim, dia não.

RU2 - Epah todos os dias! As pessoas mandam para lá textos, a gente avalia os textos e mete.

RU1 - Olha hoje, e amanhã. Acho que é hoje e amanhã. Vão sair dois *posts*, que foi um rapaz que nos enviou. Porque quis falar sobre o que tinha a ver com as abelhas. Por isso é que te estás a lembrar agora.

RU2 - 37 milhões de abelhas que morreram.

RU1 - O efeito que por exemplo estes produtos transgénicos têm, por exemplo nas abelhas. Não é? Por que as abelhas, não vão à procura do produto transgénico. São “esquesitinhas”, as abelhas também são ativistas e querem é os produtos biológicos. Não é? Também devem ser de esquerda! Pronto, devem ser de esquerda! E então elas procuram e o que está nas plantas mata-as. Mata-as! Dizem que para nós é seguro. Para nós é seguro, para nós é uma coisa fantástica.

RU2 - Aliás, nos transgénicos não há polinização. Não há nada para polinizar. O produto sai direto.

RU1 - Pronto, são dois exemplos de dois *posts* que foi alguém que ouve. Já chegamos também, já chegou a acontecer. A mim já me aconteceu, pessoalmente, eu colocar qualquer coisa e ser corrigido, por alguém que comenta. E eu edito o *post*. Tem razão, porque repara, eu tenho médicos a seguir a página, eu tenho engenheiros a seguir a página. Eu tenho pessoas com as mais variadíssimas formações a seguir a página.

RU2 - Até a polícia.

RU1 - Até polícias a seguir a página.

RU2 - Não estou a dizer isso no sentido negativo, seguem! Até deputados.

RU1 - Algo que cheguei a fazer há muito pouco tempo. Foi sobre o quê? A ver se não te engano. Foi sobre a questão sobre um tratamento que existe para o Cancro.

RU2 - As células histamínicas.

RU1 - Podia estar a ser ocultado, aqui aos portugueses. Ou seja, vamos lá ver a doença é sinónimo de negócio. Correto? A cura, não dá para o negócio. A cura mata o negócio. Vamos lá a ser claros. A cura mata o negócio!

RU2 - Claro, é preferível tornar uma doença crónica para a indústria farmacêutica, do que estar a ter cura.

RU1 - A cura mata o negócio. Se nós tivermos um tipo de tratamento demorado e preferencialmente ineficaz, ótimo. Isso é que a malta quer vender. Mais vale, vendermos um computador estragado, para depois também podermos vender a assistência técnica. A malta tem é de fazer negócios. Nós publicámos isto na página. Eu tive imediatamente, uma fulana médica, que veio contestar aquilo que lá estava, porque aquilo não era bem assim.

RU2 - Ah isso foi das injeções, das vacinas.

RU1 - Ah sim, sim! Foi

RU2 - Mas essa fui eu que lhe respondi.

RU1 - Mas depois também tive outras pessoas a contestar aquilo que a médica também disse. E começou a ficar alia um role de *links*. E então o que é que eu fiz no dia seguinte? Peguei naquilo, isto é, os anti e os prós tinham colocado e fiz um *post*, com aquilo que eles enviaram, para colocar tudo em pé de igualdade, ou seja, para colocar as duas fações em pé de igualdade quando eu no dia anterior o que tinha feito era colocar só uma visão. Não é?

Eu não tinha obrigação. Isto é assim, eu tinha obrigação se aquela malta me tivesse a pagar para isto, pronto e aquilo que eu vejo muito nas outras páginas, por exemplo ainda agora estávamos a falar das toradas. De eu permitir que qualquer pessoa, por exemplo meto um *posts* anti toradas e os prós toradas podem dizer o que quiserem. O que não acontece noutras

páginas. Se fizermos a experiência de ir a páginas de toradas e lá a dizer que não gostas de toradas e os direitos dos animais e se fores para lá a “espingardar” duas ou três vezes, vais reparar perfeitamente que no segundo ou terceiro dia deixas de poder.

RU2 - Hades reparar que a nossa página não tem quase “troles” quase nenhuns, porque a gente não lhes dá hipóteses.

RU1 - E então o que é que acontece, eu não tenho uma responsabilidade de ter que dar voz, mas se estou de boa-fé a fazer isto, porque intenção não basta. Tem de haver aqui uma troca, eu não sou professor de ninguém, isto tem de haver aqui uma troca das coisas. Nós postamos e colocamos muitas coisas, mas são eles que nos ensinam. E para a própria página ficar mais rica, tem de haver esse tipo de “feed-back”. Eu não sou ligado a nada. Eu até posso ter este tipo de comportamento, a página é minha, ponho aquilo que eu quiser. E amanhã estou a postar gatinhos. Mas se queremos fazer algo de bem feito, algo de diferente, algo que realmente valha a pena, nós temos de fazer um bocadinho de esforço. Até porque eu digo às pessoas, RiseUp Portugal não sou eu, não é ele. Não somos os tais quatro ou cinco. O RiseUp Portugal aquilo que tem de ser és tu que pegas no *post* que viste e achaste que é importante e fazes, “espetas” no teu mural para aparecer no *feed* de notícias dos teus amigos todos. E tu fazendo isso, fazes parte do RiseUp Portugal. Tu agora, pegando nisso que tens aqui e indo a apresentar a alguém, tu quer queiras, queres não tu foste recrutado. Porque tu estás a levar qualquer coisa contigo e isso é que é. E é esse o tipo de sentimento que nós queremos provocar assim. Não só a troca de informação uns com os outros, naquele espaço da página, mas o levar-se para as outras pessoas.

RU2 - Mas por exemplo, há riscos nisto tudo. Isto de comunicação, informação e internet não é assim tão linear. Que se passa também, é que tu tens uma página, mas tu sofres ataques na página, percebes? E ataques massivos, não é por acaso. Há Governos a contratar aos 3000 e 2000 gajos só para irem para a Internet destabilizar. Agora, nós não caímos na tentação de reagir às provocações, porque nós identificamos quem é que alguém vem. É bom sinal, porque estamos a transmitir coisas que as pessoas precisam de ouvir e alguém está preocupado. Estás a perceber? Isso é logo um primeiro sinal, alguém está preocupado! Porque isto não é um jardim de flores, porque nós somos confrontados, com uma data de coisas. Por exemplo, eu estou muito na rua. Estou dentro dos movimentos, vou às sessões, vou ouvir as pessoas, vou ouvir todas as opiniões. Porque nós todos temos contacto com a rua. O (...) faz isso esporadicamente e vai a alguns eventos. Porque nós sabemos o que se está a passar na rua. Nós não escrevemos apenas na internet. Nós não somos aqueles gajos que só estão na

internet que não saem de casa e que estamos só lá “pi-pi-pi”. Não! Nós vimos para a rua e vamos auscultar as pessoas e sabemos quem é que está alia, quem pertence ali. Nós sabemos tudo, porque estamos na rua.

RU1 - Sou bem recebi em todo o lado.

RU2 - Nós fomos um canal de informação. Aliás à dias estava alia em cima e estavam os *Indignados* ou já não sei se não eram o 15 de Outubro. E disseram-me lá “Ah e tal vocês fazem questão de se identificar”. E sabes qual foi a minha resposta? Eu faço questão em me identificar por uma questão muito simples. É assim, nós somos um canal de informação. Quando as pessoas no virem numa manifestação e precisarem de transmitir alguma informação, sabem a quem é que se devem dirigir. Isto é um canal de informação. E se a pessoa souber, olha aquele “gajo” é de ali: “olha é preciso colocar uma coisa, vão ali”. Vêm ter comigo, isto é importante.

O Que se Lixe a Troika tem um vertente política por trás. O 15 de Outubro tem outra vertente política por trás, mas eu não vou debater esse tema porque cada um faz o que pode, faz a sua luta à sua maneira e ao seu formato. Tu tens de entender que nós não somos um movimento, isto é que é principal. Eu sei que tu precisas de fazer um trabalho sobre os movimentos na rede social. Nós somos um canal de informação! Movimentamos pessoas, com certeza. Mas damos um amplo leque que as pessoas possam falar e que possam dizer aquilo que lhes vai na alma. Nós não interferimos diretamente, nem somos apoiados por ninguém! A informação tem de ser limpa, isenta. Epah por vezes cometemos erros, é normal. Há dias aconteceu uma notícia qualquer, que saiu e que depois andamos um dia inteiro, toda a gente até os jornais, se era verdade ou se era mentira. Não me lembro agora qual era a notícia. Uma coisa que saiu, que nós dizíamos que sim

RU1 - Era o Mandela ter morrido. O homem morreu quatro ou cinco vezes. Todos os dias sai uma noticia qualquer.

RU2 - Também temos os nossos erros. E vamos aprendendo com o tempo. A informação aqui é o essencial.

5ª A presença da Organização (...) no Facebook surge em que contexto? Já existia noutras plataformas (blog-site) antes da sua presença no Facebook? Têm algum mecanismo de comunicação interna, que faça uso da rede digital? Quais são as vantagens que o Facebook tem face a outros artefactos e/ou meios de mobilização? E desvantagens?

RU1 - Epah é assim, começa no Facebook. Começa no Facebook.

Não, não havia (blog). Nós já fizemos uns testeinhos em *blogs*, para ver como ficava. Porém o que é que um *blog*, um site. Estamos a pensar em várias coisas. Só que em princípio, vai começar a haver um magazine mensalmente, que a pessoa pode imprimir em casa, para ler no quarto, no comboio, no barco. Só que é assim, esse tipo de coisa, envolve. Envolve uma dedicação das pessoas e é assim, fazendo aquilo que fazemos, parecendo que não o volume de trabalho é imenso. O volume de trabalho é imenso. E como eu te estava a dizer no princípio, nós estamos agora em fase de angariar mais pessoas, para este tal “núcleo duro”.

RU2 - Para teres uma ideia, o nosso grupo chegou a ter à um mês atrás três milhões de pessoas. Portanto, para tu perceberes da dimensão do que estamos a falar. Isto não está para o público. E isso é feito em *off-line*, mas é para teres uma ideia do que é que isto mexe. Estamos a falar de três milhões por semana, e o normal serão um milhão, por semana a média. Mas tens picos.

RU1 - É assim, o que fazer? Eu posso fazer um *site*, correto? Mas só que eu depois para depois imprimir, nós temos um bocadinho da qualidade que damos às coisas. E se eu quero fazer uma coisa com qualidade, e muitas vezes nós estávamos a falar das coisas em tempo real, à medida que as coisas vão acontecendo. Eu vou ter mais disponibilidade, mais disponibilidade das pessoas e mais pessoas, com mais disponibilidade. É muito difícil, tu arranjares pessoas em quem confies plenamente e que e uma coisa que dizem que é a maior qualidade é a coerência. Coerência. Tens estilos de páginas, completamente diferentes umas das outras. Eu posso ter um rapaz alia ao lado lindíssimo, faz um trabalho maravilhoso, faz um trabalho super importante, mas colocado connosco vais chocar. Ok? Pronto, então nós não só temos de arranjar pessoas que: primeiro tenham disponibilidade para isto, isto sai mesmo do lombo, depois que tenham também alguma, epah nós precisamos de ser muito criativos, também. Para podermos ser “sensacionalistas”, mas a forma como apresentamos as coisas às pessoas, mantendo a qualidade. Às vezes mantendo um pouco a distância, isto é, sendo misto de ativistas e também de jornalistas. Há quem pense que nós somos um grupo de jornalistas, mas não somos. Somos uns palermas que andamos aqui, fazemos uns *posts*. Mas é difícil de

encontrar pessoas com, na nossa onda. É muito difícil. E para tu querereres fazer e teres um canal no Youtube ativo, para tu teres um *site* ativo.

RU2 - Aliás à dias mandaram uma mensagem a perguntar porque não fazíamos um canal de televisão?

RU1 - Epah eu no Facebook, tenho toda a gente. Toda a gente vai lá postar as fotografias das férias, toda a gente vai lá jogar FarmVille. Toda a gente vai lá espiar a namorada ou o que a ex-namorada anda a fazer. Se eles, estão todos lá, não é? Então eu vou para onde? Se eles estão todos lá, eu vou para ali.

RU2 - É um veículo.

RU1 - O Facebook não é para jogarmos. O Facebook foi criado e desenvolvido para outros propósitos. Porém, já que está lá, vamos aproveitar e vamos chegar às pessoas dessa forma. Eu no último texto que escrevi acerca daquele episódio da senhora presidente da Assembleia da República, ter dito o que disse. Aquela mulher é culta, é uma coisa! E aquele cabelo de água oxigenada é lindíssimo! O raio do texto, teve quatro mil e tal partilhas. Não foi quatro mil e tal pessoas que o leram, não. Não foram quatro mil e tal pessoas que o leram e gostaram, não. Foi, quatro mil e tal questões que o leram e quiseram pôr no mural delas. Aquilo foi visualidade não sei por quantas. O outro texto que eu escrevi, a apoiar a manifestação dos professores, teve dois mil e tal, três mil. Houve aí um discurso lindíssimo, de uma rapariga a atriz, numa Universidade de Letras de Lisboa. Foi uma coisa lindíssima, aquilo teve na nossa página, quarenta mil partilhas.

RU2 - E cada vez que se põem.

RU1 - Ou seja, nós às vezes até ficamos surpreendidos com a forma tentacular com que conseguimos chagar a uma serie de gente.

Sim, sim (superar as expectativas). Por exemplo, quando a coisa estava mais “quente” na Turquia, o que as estatísticas do Facebook nos diziam era, que as cinco cidades onde o *RiseUp Portugal* era mais visto por ordem estava: Lisboa, Istambul, Ancara, Porto e Izmir. Ou seja, enquanto podemos usar aquilo livremente, enquanto pudermos usar o Facebook livremente e

aqui um livremente entre aspas. Porque eu ainda hoje tive um *post* bloqueado, eu ainda hoje quando abri o Facebook tive a indicação que houve um *post* que foi apagado. O meu perfil está bloqueado de meter vídeos. Eu não posso meter vídeos. Aquilo que faço é meter vídeos à mesma, meto-os num perfil que só utilizo com uma VPN. O Facebook, pensa que é outra pessoa, mas não sou eu e posto nessa maneira.

RU2 - E tu não tens só um perfil, tens mais. É sim, eu tenho vários perfis.

RU1 - Todos nós. Mas está aí uma coisa engraçada. Eu quando fiquei bloqueado de meter vídeos, fiquei bloqueado de meter vídeos no resto dos perfis todos. Engraçado! Engraçado!

Não é assim. É óbvio que somos vigiados.

RU2 - Não. Não (Coação/vigilância).

Eu não fui. Eles não têm nada que me coagir. Estou só a transmitir informação. Não ando a bater em ninguém, não ando a fazer mal a ninguém.

RU1 - mas isso é uma opinião que eu tenho. É o seguinte. Eu sou, dos manifestantes mais perigosos em Portugal. Eu vou repetir isto: eu sou dos manifestantes mais perigosos que há em Portugal. O tipo que vai para a manifestação a “jogar” garrafas ou a “jogar” pedras é inofensivo. Aliás, em vários países existem equipas de polícias que vão vestidos para as manifestações, com aquele look *black-bloc*. Portanto aqueles tipos vestidos de preto. A função deles é instigar a violência. A instigação da violência numa manifestação é algo inofensivo porque com isso eles sabem muito bem lidar. Um manifestante perigosos, o “gajo” perigoso que lança informação para as pessoas. É aquele que mesmo que face alguma brutalidade da polícia, eu critico muitas das ações da polícia cá em Portugal, mas nós não temos nem e longe, nem de perto como nós vemos na Turquia, Na África do Sul, nem de longe, nem de perto. E nós temos milhares, dezenas de milhares de pessoas, não é de monção a Vila Real de Santo António que vestem a farda todos os dias e a missão deles é mesmo ajudar as pessoas. E são mal pagos e são mal pagos. E se forem atrás de alguém e baterem com o carro, são eles que pagam e muitas das vezes são colocados em situações terríveis. Pronto. Assim, como existem políticos, também existem polícias que não prestam para nada. Para isso e para o próprio sistema e para o “gajo” que está no gabinete o perigoso são “gajos” destes. São “gajos” que eles depois no noticiário, não conseguem lidar com eles. São “gajos” que fazem as coisas por forma “ah nós batemos porque eles jogar pedras”, “ah nós batemos porque eles são vândalos”. Se nós não dermos hipótese nenhuma que não houver ali repressão

policial. É assim, nós vemos ali aquela malta todos Robocop, 1e muitos têm ali um olhar, que parecem que tiveram a meter ácidos primeiro. Mas é assim, aquele tipo que está ali vestido à Robocop também é um ser humano. Também tem filhos. Mas se eu não der hipótese, se eu não der hipótese, a que sai nos telejornais, que se possa dizer “estes indivíduos foram reprimidos com razão”. Eles daí vão ter de lidar com os motivos da manifestação. Vão ter de lidar com as razões. E é para isso que eles não estão preparados. Para a “porrada” eles estão preparados.

RU2 - Para as ideias não.

RU1 - Para a mocada, eles estão preparados. Para discutirem as coisas, não estão. E é esse o maior medo deles e estes movimentos que conseguem chegar às pessoas com razões, esses é que são os perigosos. Porque o tipo que joga a pedra, eles até têm tipos para jogar pedras. Portanto esse não é perigoso, esse é inofensivo. É isso é que eles querem.

6ª Como se relacionam com os meios de comunicações social de massas? Como percecionam o papel dos meios de comunicação de massa, seja na cobertura da atividade da vossa Organização, seja na cobertura dos demais? Que meio de comunicação torna mais visível a vossa atividade? Porquê?

RU2 - Não temos nenhuma relação.

RU1 - Nenhum. Eu tenho alguém, de certeza absoluta, no Diário de Notícias, que todos os dias vai à nossa página buscar coisas. Eu posto coisas na minha página e no dia a seguir está a sair no Diário de Notícias. Na página RiseUp.

RU2 - Até a revolução real publica coisas nossas.

RU1 - Também já somos copiados por outras pessoas, que também já fazem outras páginas.

É assim, nós neste momento a nossa aposta é o Facebook. É assim, nós podíamos criar um canal.

RU2 - Um canal.

RU1 - Existem muitos canais. Formas muito práticas, muito bonitas, muito interessantes. Existem os *podcasts*. Existe o magazine online, que a pessoa pode imprimir. Existe a rádio, neste momento pode-se fazer uma rádio online, sem qualquer tipo de custo de montar um estúdio. Mas só que lá está, isso depois envolve uma dedicação, horas diárias e uma regularidade. Ai é que está uma regularidade de disponibilidade, para este tipo de coisas que é enorme. E tu estás-te a envolver em algo, utilizando um nome, que as pessoas estão a aceitar, como algo de positivo e tu a seguir fazeres um projeto que vai correr mal, eu também tenho um bocado medo disso. O Twitter é fantástico. Eu gostava de apostar mais no Twitter. Existe muitos outros canais. Neste momento apostamos mais no Facebook, porque lá está, por causa dessa regularidade da disponibilidade que é obrigatória, para fazermos algo da forma como estamos a fazer.

7ª Considera que os objetivos da sua Organização se sobrepõem aos objetivos de outras Organização existentes? Sim? Não? Porquê? Considera que articulam-se para um trabalho conjunto/coletivo?

RU1 - É como eu te disse ao princípio. Nós não temos propriamente objetivos definidos. E eles sabem todos, os do 15 de Outubro mandam uma mensagem. Epah a gente precisa de ajuda para divulgar isto, é divulgado. *Os Indignados*, que quiseram fazer uma Assembleia no 25 de Abril, foi divulgado.

RU2 - Epah eles sabem que nós informamos. Epah nós não somos outro movimento.

RU1 - Eles sabem que chegamos às pessoas. Sabem que chegamos às pessoas e seja quem for, quando nós notamos que há ali uma pureza em querer ajudar as pessoas, em querer chamar a atenção para as coisas. Epah nós ajudamos, e a forma que temos de ajudar é abrir-nos e divulgar as coisas.

8ª Como percebe o trabalho desenvolvido pela sua Organização, considerando o trabalho das Organizações da mesma natureza?

RU2 - Por exemplo, nós todas as semanas divulgamos às sextas-feiras e vamos dar de comer aos sem-abrigo, levamos comida. E nós damos essa visibilidade. Eu por exemplo estive cá, ele esteve cá, andamos pela rua a dar de comer às pessoas. A dar cobertores. E nós não temos essa visibilidade. Nós fazemos isso e sabemos o que se passa na rua. Porque nós estamos na rua. Portanto, conhecemos a realidade e sabemos o que se passa. Divulgamos, tudo o que seja humanitário e que mexam com a nossa vida. Coisas importantes. Só é que tem de ser divulgado. Temos de tomar consciência daquilo que se está a passar. E é muito por aí. Não queres falar dessa coisa?

RU1 - Nós divulgamos coisas de exploração pessoal. De exploração das pessoas a nível laboral. E também lá meti um anúncio.

9ª Considerando todas as Organizações que fazem uso do Facebook, para as suas ações, que critérios, usaria para os distinguir uns aos outros? No fundo categorizando-os. Porque não lutam dentro de Organizações e Partidos já existentes?

RU2 - Os Precários Inflexíveis também pedem para nós colocarmos coisas.

RU1 - Um anúncio do IFP de um Engenheiro Civil, salvo erro, com 12 anos de experiência. Não, isto não pode ser um “gajo” que saiu da faculdade, tem de ser um “gajo” com um já vasto currículo de experiência, já fez pontes, já fez tudo. Para ir ganhar 485 euros. O que é uma coisa fantástica, se calhar, o pai daquele desgraçado, 485 euros por mês pagou ele que isso por mês, para o filho poder estudar.

Não, nós não temos propriamente esse tipo de problema.

Não o fazemos muitas vezes (relativamente a partilhas de ligações com outros movimentos). Nós temos uma forma de postar, em que agendamos os posts. Chegamos a partilhar de outros movimentos, chegamos a ir buscar coisas de outros movimentos, que nós colocamos lá, quem é que escreveu. Por exemplo, artigos de opinião que eu vou buscar eu vou buscar à imprensa *mainstream*, temos de ver muito bem, porque há muito lixo.

RU2 - Aos blogs também.

RU1 - Os melhores artigos de opinião, lá está, são em blogs. Ou seja é alguém, há aí uma série de gente que tem uma capacidade de se exprimir, muito boa, muito acima da média e de facto os que eles fazem, dizem pensam merecem visibilidade. Eu vou lá buscar, mas aquilo que está assinado. Eu coloco lá o link “eu fui buscar aqui”. E tu olhas para a página vês “este artigo é bom”. Está lá a indicação onde é que fui buscar. Aqueles, que tenho partilhado mais, até são aqueles tipos da água. Que estão contra a privatização da água. Que também é uma coisa muito importante.

RU2 - Mas o RiseUp escreve. Nós também temos gente nossa a escrever. Noutro dia tivemos a de atirar fora, porque só os nossos chegam.

10ª Têm algum tipo de contacto formal e/ou informal com outras Organizações nacionais e/ou internacionais? Como e em que termos se processa esse relacionamento? E com tipo de Organizações mais institucionalizadas, como os sindicatos e Partidos?

RU2 - Então é assim, nós estávamos a cuspir nas pessoas que nos estão a seguir. Vamos lá ver, há pessoas que eu não vou dizer que eles são todos horríveis, até podem ser. Vou dar aqui um exemplo de uma pessoa que está num Partido, e que é deputada e eu gosto dela. E eu gosto muito de ouvir aquela mulher, que é a Ana Drago do Bloco de Esquerda. Eu adoro ouvir aquela mulher, eu fico fascinado a ouvir aquela mulher.

RU2 - Não és só tu. Boa parte dos portugueses.

RU1 - Às vezes eu até posto aquela mulher na página e há pessoal que só falta por coraçõezinhos. Há por aí milhares de homens apaixonados pela Ana Drago. O marido dela que se ponha a pau. É muito baixinha. Mas não faz mal.

RU2 - Ela é muito fixe.

RU1 - Eu não sei como é que aquela mulher é uma pessoa se defende aquilo que diz, não sei. Ou se aquilo é o peixe que ela vende.

RU2 - Eu acho que ela é muito do que diz.

RU1 - Assim, como os sindicatos. Os sindicatos têm uma função que eu agora não vou aqui por em causa, mas os sindicatos têm m peixe para vender. Eu não sei até que ponto é que a Ana Drago não terá um “peixe para vender”. Eu não tenho problema algum, em por a Ana Drago a falar na página.

A (Heloísa Apolónia) também já a coloquei, quando ela á pouco tempo também falou dos transgénicos. Coloquei a falar na página. Mas agora uma ligação direta, a um Partido isso já vai fazer com que eu já não possa postar aquilo que eu quero. A partir do momento em que por exemplo, vamos aqui arranjar

RU2 - Mas isso é o que se passa, quando eu ponho discursos da 1ª República, que aliás são bem semelhantes aos que se passam hoje em dia, ou do Alexandre Herculano, do Eça de Queiroz do Almeida Garrett, de variadíssimos discurso, para termos uma ideia do que era Portugal naquela altura e do que no fundo hoje os assuntos são muito similares. Quando nós colocamos alguma coisa na página, são intervenções de Partidos, mas são intervenções que nos fazem sentir. Porque para além do partido, há a pessoa que dá a voz. Uma coisa, não podemos ser tão cétricos em relação a tudo. Porque há coisas que são precisas de dizer. E são pessoas que estão ali e eu acredito que há pessoas com responsabilidade na política. O que não me agrada é o partido em si, a constituição que está ali à volta daquilo. Muito provavelmente se fossem independentes faziam muito mais sentido. Aliás os partidos têm independentes dentro deles. E essa maneira que os coloco. Não há um sentido político ao colocar a Ana Drago ou a Heloísa Apolónia. Por exemplo nós damos muita cobertura á Raquel Varela, do Paulo Morais.

RU1 - Eu farto-me de postar o Passos Coelho. Passos Coelho tem visibilidade na minha página.

RU2 - Com certeza.

11ª Nalguma situação ou momento viram-se obrigados a banir/bloquear algum seguidor? Porquê?

RU1 - Epah isso dá “pano para mangas” (relativamente ao boqueio de utilizadores).

RU2 - Epah é o que é!

RU1 - Nós temos.

RU2 - Nós temos meia-dúzia bloqueados. São mal criados. Não são pessoas que vão para ali a fazer um discurso coerente. Uma coisa é estares a discutir ideias independentemente delas serem mais extremas ou não. Nós temos lá indivíduos que são extremos e nós continuamos a deixa-los, porque são indivíduos, porque não mandam para a “puta que pariu” ou “minha vaca”. Pah há coisas que nós também temos de ter um limite, eu o que eu chamo os “troles”. Eu não, vêm para ali para conversar com nada, eles vão para ali para destabilizar aquilo tudo. Estás a perceber? E esses indivíduos são pagos por alguém. E arruma-se logo o assunto.

RU1 - Uma pessoa que pode ir para a página defender aquilo que quiser. Desde que não defenda, racismos, apelos abertos á violência. Desde que não me esteja a ameaçar o tipo do comentário de cima, a pessoa pode, mesmo usando um bocadinho de linguagem dura. É assim, as pessoas também são adultas, não vai para ali ninguém com seis anos

RU2 - E não é logo bloqueada. Às vezes é eliminado o comentário, agora se persistir naquele tipo de conduta é obvio que bloqueado.

RU1 - Uma página com este moimento, num ano e dois meses de existência nós temos oito perfis, acho que são oito perfis bloqueados. Sendo que, dois desses perfis a pessoa repete-se em mais dois perfis, ou seja, não são oito pessoas, são seis pessoas. Numa página com este movimento, não é por ai. Eu não gosto nada de bloquear a pessoa. Ou seja por princípio, não posso bloquear a pessoa, agora as pessoas também têm que entender que o espaço de discussão é feito para todos nos sentirmos confortáveis. Não é só para essa pessoa se sentir confortável. Eu tenho sido, até é uma discussão que temos tido entre nós, eu até tenho tido ao longo deste tempo muito permissivo. Há quem defenda que eu seja mais rigoroso.

RU2 - Eu por acaso não sou nada permissivo nessas coisas.

RU1 - Há quem defenda que eu deva ser mais duro. São coisas caso a caso.

RU2 - E depois vê logo os bonecos. São “gajos” que estão bloqueados, sempre com um boneco atrasado mental na cara, na fotografia. Uma imagem de um “gajo” qualquer, são mesmo “troles”. São “gajos” que só vão para ali para gozar. Para destabilizar. Isso não é uma pessoa que vai para ali discutir, é uma pessoa que vai para ali destabilizar.

É muito construtiva (participação da maioria dos seguidores). Eu estou sempre a aprender coisas, com as pessoas.

RU1 - Uma coisa que me dá prazer naquela página, mas ao mesmo tempo me dá um *stress* do “caraças”, é o nível de exigência daquela malta. Eu se coloco um acento no “a” mais para um lado, o acento não é grave é agudo, não sei o quê. É logo, “caem-me logo em cima”. Isto para não falar da própria natureza daquilo que se discute no *post*. O que é que isto quer dizer.

Às vezes do assunto também. Aquela malta questiona tudo.

RU2 - “Olha senti-me ofendido com essa fotografia”.

RU1 - Isto por um lado, é chato porque eu vejo outras páginas publicarem trinta por uma linha e ninguém se chateia com isso. E nós na nossa se nós, não é se nos engarmos em qualquer coisa, logo vem alguém dizer que se calhar não é assim. O que é que isto quer dizer? Isto quer dizer que eles estão à espera de nós, se calhar um nível que não encontram noutros lados. Por isso é que a exigência deles connosco é maior. Acho eu! Epah isto só acontece, se calhar, por que nós temos estado a fazer qualquer coisa com pés e cabeça.

Lá está, é porque estamos a fazer alguma coisa bem (relativamente às expectativas). Nós depois temos, muita gente, que eu coloco um post sobre determinado assunto e temos logo muita gente em baixo vai completar, com mais informação. Que é uma coisa que eu não vejo muito noutros lados. O pessoal que segue a nossa página, serve não só para “andarmos sempre em biquinhos de pés”, o que é um stress e exige mais de nós, mas depois também são muito ativos na participação das coisas. É bom!

RU2 - Mas também temos uma maneira de funcionar que é importante. Cada um de nós é mais forte num tema ou noutro. Quando ao nível de comentários quando a coisa começa a querer descambar a coisa, quem vai responder é que segue o assunto. Quem percebe mais o assunto. É preferível fazer um “end” nos comentários, que há pessoas que se põem a divagar e chega-se a uma altura, que fechou, cumprido!

12ª Como percecionam a participação dos seguidores, no que toca à vossa página no Facebook? Tendo como referência as manifestações de vontade de participar nos eventos, previamente anunciados, como avalia a efetiva mobilização e participação em contexto real dos seguidores?

RU1 - Não, foi mais do que a anterior (refere-se ao evento da Monsanto). Não foi uma semana, foi um mês inteiro, a fazer posts. Todos os dias sai pelo menos uma coisa sobre isso. Eu fiz, pela primeira vez uns pequenos flyers, pela primeira vez na vida, muito pequeninos. Lá está, eu não tenho o contribuinte a pagar isto, pronto fui eu que tive de pagar, muito pequeninos, a preto e branco, mas lembrei-me de fazer uns poucos, porque o assunto é muito, as pessoas não têm. Lembrei-me! E eu ia entregando e muita gente, que me disse “ah eu vi, eu tenho visto agora aí postado”. E quando olhavam para o papelinho e viam no fim o nome da página “ah sim, eu conheço”. Ou seja, eu reparei, que houve muita gente, que aquele esforço valeu a pena. Valeu mesmo a pena. Mas há ainda outra coisa, estavam ali 400. Correto? 400 ou 800 estiveram nesta última greve geral da CGTP que é anunciada por tudo, seja local. Que eles trazem autocarros com a malta toda, que há bandeiras. Eles tiveram 800 a 1000 e nós, uns parolos que andamos aqui na carolice, conseguimos juntar ali 400 pessoas, num assunto que não é divulgado.

RU2 - No total dos movimentos normalmente são 400 a 1000. É por aí! Não estamos a viver numa realidade diferente.

RU1 - Eram pessoas, na sua maioria daqueles 400 eram pessoas que nunca tinham estado numa manifestação. Nunca tinham ido a coisa nenhuma e foram pela primeira vez.

13ª Estão abertos para o contributo dos seguidores na definição dos objetivos e eventos levados a cabo pela Organização? Qual o papel desses na vossa Organização nomeadamente na programação de eventos? Como? De que forma? Estimulam a participação dos membros e dos seguidores? Como?

RU2 - Eles são a nossa página!

RU1 - Moerem-nos o juízo! (risos)

RU2 - Eles são a página! “Olha publica-me isto” “Olha agora há assunto que têm de dar relevância”. Há comunicação. Porque é que nós temos muito trabalho? Porque nós nos damos ao trabalho de comunicar. Enquanto noutras páginas são estáticas, metem a notícia não respondem a ninguém, nós temos um elo permanente e isso envolve tempo. Essa é a questão. Por isso é que nós, como somos “bonzinhos” (risos), optamos pela via da comunicação, que é muito mais trabalhosa. Quando estás a ver televisão, o repórter a transmitir uma mensagem, ou num jornal é a comunicação. Mais nada, pega lá notícia e toma lá. Aqui não, aqui damos ao trabalho de discutir e falar, desde logo porque acreditamos naquilo que transmitimos, sobre os assuntos quedamos mais enfases. Se nós damos atenção a um assunto é porque também tem uma parte da nossa maneira de pensar e da maneira como nós vemos as coisas. Mas toda a gente que vai à página, é parte da página! Porque são eles que dão as notícias, pedem coisas As pessoas vão lá e dizem “Publica-me isto porque vês se é importante”. Isto é muito bom. Isto é muito bom. Isto quer dizer que as pessoas sabem que nós.

Eu não ando á procura do reconhecimento, mas é assim que as pessoas sabem que a ideia que está a transmitir. Sabem que aquilo é um canal de informação, eles sabem que aquele é um sítio onde as pessoas sabem que podem ter voz. Isto é que é o importante. O RiseUp sou eu, é ele, é uma data de gente, mas amanhã pode ser o Francisco ou o António. Isto não é nosso. Isto é um método de trabalho, para as pessoas elaborarem a gente não sabe o amanhã. Estamos aqui, sabemos lá.

RU1 - Eu ainda à boca disse que tivemos gente da Turqui que mandava informação e que nós inclusive tivemos uma rapariga turca, na página quando aquilo esteve mais quente. Estava-te a dizer agora, que se calhar vamos ter alguém do Egipto. Nós é que fomos contactados. Aquilo que te falei ainda à pouco, de sermos seguidos pelas cidades turcas, houve ali uma altura que eu não procurava informação sobre a Turquia, eram os próprios turcos que nos mandavam, para nós.

RU2 - Aliás postava diretamente.

RU1 - Sim, houve essa rapariga, que podia postar diretamente e em certa altura conseguia-se fazer o post e que ela interagisse diretamente, ela não sabia falar português, falava em inglês. Mas as pessoas sabiam. Ela nunca falou nem com o perfil dela, porque não sabíamos o que depois podia acontecer, ela falava com o perfil da página. Mas que as pessoas sabiam que era ela. “olha temos aqui alguém que é dali, faça-lhe perguntas”.

14ª Antes de pertencer a esta Organização, fez ou faz parte de outra Organização política ou cívica? Como se posiciona em termos ideológicos? E os seus colegas de Organização?

RU1 - Nunca pertenci a coisa nenhum. Nada!

Em termos ideológicos é pessoal. Cada um tem uma. Eu por mim, eu não sei propriamente o que sou. Eu acho que, nós não precisamos, dos Partidos para nada, muito francamente. Se eu disser isto, no meio das 3 ou 4 pessoas que compõem a página, vão haver duas ou três que vão dizer que não. Que é preciso é de outra forma. Porque lá está, nós não temos aqui que impor a nossa opinião. Eu pessoalmente acho que não precisamos dos partidos. Acho que nós podemos ser independentes. Acho que nós todos, podemos ter alguém da nossa terra que pode ir à Assembleia representar-nos. Por exemplo, por não eu acho, que esse alguém, que tem de vir depois á terra, porque aquilo que el vota é fixado em edital, nas sociedades filarmónicas todas, para a malta saber o que ele andou a votar. E ele dois dias por mês está lá no ginásio a explica o que votou e o que não votou e pode ser substituído a qualquer altura. E estou-me agora qui a lembrar, quando estou aqui a falar contigo. Eu acho que existem muitas outras formas de nós podermos organizar. Eu não estive lá, mas estou convencido que na Grécia Antiga quando nasceu a democracia, não estiva-la para ver, mas eu acho que não havia partidos. Acho eu! Eu acho que nós fazendo aqui a revolução, isto resulta muito bem. Nós fazemos aqui a revolução! E isto cai tudo, cai o sistema financeiro, caem os sistemas políticos todos. Cai aqui uma série de poderes. O que é que isto causa? Isto vai causar, com que milhões e milhões de pessoas se envolvam numa forma que não estão envolvidas agora. Correto? Ou seja, nós vamos levar com uma “avalanche” tão grande de ideias, de pessoas a dar opiniões de pessoas a querem a mudar de uma forma ou de outra e vão surgir outras pessoas, outros movimentos, outras ideias, e aquilo que vai realmente transformar, não vai ser o RiseUp Portugal, não vão ser os *Indignados de Lisboa*, não vão ser os *Anónimos*. Não! Vão ser outras coisas que depois vão poder vir a surgir.

15ª Como percebem a vossa ação considerando os objetivos a que se propõem? Como diferencia as atividades em que participa ou são levadas a cabo pela sua Organização (exemplo manifestações) das levadas a cabo por exemplo pelos sindicatos e outros partidos?

19ª Como perspectiva a concretização dos objetivos da Organização?

RU2 - Eu acho que passa todas as expectativas.

RU1 - Sim. O nível daquilo ao princípio.

RU2 - O RiseUp neste momento é uma redação online, um meio de comunicação que usa as TIC de uma maneira completamente diferente do que tinha sido utilizado até agora. Até as redações dos jornais se têm vindo a adaptar para o sentido, em que sabem que a informação está toda a passar pela internet. E nós conseguimos criar uma coisa que é inédita. Eu não estou cá à muito tempo, mas pelo que tenho observado e depois de cá estar dentro isto é inédito, é uma redação que está a funcionar online, num espaço virtual e que prova que os custos de uma redação afinal podem ser outros, do que nos apresentam as redações que nos apresentam em espaços físicos neste momento. E que são alternativas. O que se passa é que a nível mundial estamos a atravessar uma nova fase da sociedade, que é a revolução tecnológica. A revolução industrial, agora estamos a ter uma revolução tecnológica. As máquinas, supostamente servem para servir o Homem supostamente. Agora esta sociedade de consumo em que tudo é feito, para cada vez haver um consumo maior, as máquinas que estão a surgir, estão a gerar desemprego. E não era suposto. Era suposto que as máquinas permitirem termos uma vida melhor. E temos que basear a sociedade noutros pressupostos. E as pessoas estão a começar a ter essa consciência, uma consciência mundial. E quando se fala num fator exponencial, estamos a falar de um momento para o outro, eu acredito que é isto que vai acontecer a nível mundial, isto vai ser de um momento para o outro exponencial. Isto vai exponencial, vão cair milhares e milhares de pessoas. Aliás, já está a acontecer neste momento, já estamos a ter uma revolução a nível mundial. O Egito teve 17 milhões de pessoas na rua, uma brutalidade, no Brasil outros tantos na rua. Tudo isto oq eu está acontece, daqui a muito pouco tempo vai-se tornar ainda maior.

RU1 - Em Cairo bateram o recorde mundial do número de manifestantes.

RU2 - O RiseUp e todas as organizações fazem parte de um todo. De um todo, despertar de consciência que vai acompanhar a revolução tecnológica. Porque se não vamos sucumbir como sociedade. E o RiseUp tem esta particularidade, uso as novas tecnologias e está a usá-las em proveito, da informação que transmite. Tornando isto, uma coisa sem custos. Porque isto não tem custos. Portanto, é possível funcionar, teoricamente até sem dinheiro. Porque isto é outra perspetiva. Há muitos movimentos, podemos falar no Zeitgeist, podemos falar numa data de novas formas de ver a sociedade. P que é que é importante, quando vai para uma manifestação queres uma revolução, ou queres isto ou aquilo. É tudo muito bem, mas tem de haver ideias para além do ruído, porque depois é assim, o cidadão conservador normal, que está habituado, ou o liberal ou o socialista, ou seja lá o que for, as expectativas que eles têm são completamente diferentes. Olha para nós “olha aqueles “gajos” são os anarquistas, são os revolucionários são isto e são aquilo”. Que é esta a ideias, que as pessoas têm. Nunca se preocupam em falar com as pessoas e ver se têm um diálogo elaborado, se realmente as pessoas têm ideias e isto uniformizar e dar estampilha “aqueles gajos são isto ou são aquilo”, não reflete o que são as pessoas, porque há pessoas pensantes. Há pessoas no meio disto tudo que são pensantes e que são pessoas que querem alterar as coisas e que têm um diálogo construtivo e têm um diálogo elaborado. Não vamos para além do que eles querem, porque depois há a contrainformação “aqueles gajos são isto e são aquilo”, não são nada. As pessoas é que começam a abrir os olhos e a ver a natureza das coisas. Porque o que se passa aqui é uma exploração constante e quando um movimento *Occupy* nasce, quando os 99% e o 1% manda nisto tudo, estas é a realidade há muitos anos. Mas agora estamos com 7 mil milhões de pessoas no planeta, isto é incomportável. Eles não vão conseguir manter a ordem. Aliás, mesmo em relação à polícia, é óbvio que a polícia tem filhos, são pessoas, são seres humanos e isso tudo, mas é preciso de ver, que as indicações, do que se está a passar a nível mundial é que se está a desmilitarizar as forças armadas e a militarizar a polícia. Porque sabem o que é que vem aí, porque a explosão social está a aumentar e eles querem segurar isto. Por isto, é que a polícia hoje mais parece um militar. E a polícia é uma força de ordem pública, não é uma força de opressão. E se nós formos a avaliar isto, o 25 de Abril não se fez com polícias, fez-se com militares. Os polícias nem os viram na rua, nesse dia.

RU1 - Em Lisboa, as primeiras coisas que tu vez quando vais numa manifestação contra algo que seja, contra o Governo, das primeiras coisas que vez é uma *shotgun*.

RU2 - A intimidação é constante.

RU1 - Há uns tempos, o futebol começou a usar os *stewards*. Isto porquê? Não era só pelas questões. Os ingleses estudaram que diminuía o *holliganismo*, fazendo com que a presença da polícia em vez de um fator pacificador, causava um sentimento nas pessoas de conflito. Então, começou a ser introduzida a figura do *steward*. Isto é feito, neste momento cá em Portugal. Ou seja, existe dentro dos estádios de futebol, a figura mais simpática dos *stewards*. Na manifestação, a primeira coisa que tu vêes é o escudo, o bastão e a *shotgun*.

RU2 - Há uma coisa, que numa manifestação vêes primeiro que isso tudo, são os infiltrados. Se tu chegares meia hora antes, os infiltrados estão todos.

RU1 - Estão armados com armas de fogo.

RU2 - Estão todos lá.

16ª Como perceciona o papel do humor na ação da Organização? Recorrem a ele com que frequência? E com que intuito?

RU1 - Para nós muita. Porque nós só gostamos de desgraças, não é? (ironia) Então se nós não postarmos qualquer coisa de divertido, a gente lá em casa corta os pulsos. Epah eu passo os dias a ver a cara do Passo Coelho, do Cavaco. Há uma altura em que começo a arranhar as paredes.

Também pode ser usado.

RU2 - As pessoas vão riem-se. Veem e tiram alguma mensagem, tiram alguma coisa e tem sido engraçado, porque foi uma coisa que começou espontaneamente e de um momento para o outro as pessoas começaram a achar piada. Porquê? Isto nem foi uma decisão consciente, comecei a por e a coisa tem corrido. O que eu tenho reparado é que vai aligeirar um bocadinho a página. As pessoas sabem, que aquela hora todos os dias sai alia uma coisa qualquer e vão lá ver e depois acabam por ver os outros assuntos. Aligeira.

RU1- De vez enquanto temos de postar uma parvoíce.

RU2 - Às vezes as imagens são uma parvoíce, as imagens que se constroem são uma parvoíce.

RU1 - Até mesmo para nós funciona, temos de postar qualquer coisa, temos de postar um “bonequinho”.

RU2 - noutro dia foi ver de um *site*, de um fulano a tocar na rua com uma viola. Aquilo foi brutal, foi viral. Lembraste?

RU1 - O tipo era uma coisa. Um tipo a tocar na rua, na Alemanha e o tipo numa espécie de flamenco. O tipo era meu deus. Eu toco viola, eu toco melhor. (ironia) Mas o “gajo” também era bonzinho. E aquilo foi fantástico.

RU2 - E nos textos, sai também ironia, como é óbvio.

RU1 - Nós às vezes publicamos, coisas que as outras páginas. Eu acho que nós fomos os primeiros a começar a publicar regularmente de opinião. Ou seja, é aquela coisa mais chata, mais pesada que não funciona muito bem no Facebook. O que é que funciona bem no Facebook? É um bonequinho, com a cara do Passos Coelho e assim com uns dentinhos à frente, por exemplo, assim a fazer de coelho e depois tu metes assim “se achas que é estúpido, faz *like*, se achas que é ladrão partilha”.

Eu acho que é mais ausência de mensagem (acerca da condensação da mensagem no Facebook). A parvoíce. A +parvoíce rápida, funciona. É o que funciona melhor no Facebook. Eu se postar, vamos supor que amanhã num ato público qualquer, o senhor Presidente Cavaco múmia Silva, cai no maio do chão. Eu se postar o filme disso, isso vai ser uma maluquice. Mas isso não me influencia em nada na vida. Se colocar uma coisa gravíssima, olha por exemplo os transgénicos, uma exposição porreira do que é e do que não é isto vai chegar a muito menos pessoas. O Facebook é aquela coisa mais rápida.

RU2 - Mas mesmo as poucas pessoas que vai chegar, em relação ao poste de que estava a falar (Cavaco a cair) é muito superior. Eu vou-te dar um exemplo, tu vais a uma página qualquer do movimento e tens os *posts* e seis *likes*. E tu vais a um texto de opinião, que é massudo, é grande, estás a perceber? E tu tens cento e tal e duzentos e tal.

RU1 - Há um que pode ter dois ou três, mas o outro tem quatrocentos.

RU2 - Isto são os *likes*, porque as visualizações são aos milhares, logo.

17ª Fazem uso de outros meios, que extravasem o Facebook? Nomeadamente cartazes, murais, grafitis por exemplo. Como conseguem mobilizar financiamento para tal? Como analisa (compara) em termos de importância as atividades levadas a cabo pelo vosso grupo/organização em contexto online e em contexto real? Quais as razões dessas diferenças?

RU2 - Não, essa foi a única (evento da Monsanto).

RU1 - Eu não tenho dinheiro para mandar fazer tarjas, nem bandeiras. É assim, o meu “negócio” não será propriamente mobilização. Nós não estamos especializados na mobilização.

18ª Qual a estratégia que entende ser a mais eficaz e que consegue ter maior capacidade de mobilização no seio da sua Organização? Como?

RU2 - É na consciencialização. Eu acho que é mais por aí.

RU1 - Já há pessoal a fazer isso, já há pessoal a fazer isso. Uns melhores que outros, uns mais influenciados por certas coisas, do que outros. Mas já há pessoal a fazer isso. O burquinho que nós fomos preencher é lá está, consciencialização mais completa. Mais completa. Lá está, voltando um bocadinho atrás, nós fomos os primeiros a fazer análises, textos de opinião, que era uma coisa que os outros não fazem. Que é uma coisa que não resulta tanto no

Facebook, mas que se calhar foi por causa disso que atraímos, a tal espécime de leitores e de seguidores que estávamos a discutir ainda há pouco. O tipo que partilha, um texto de opinião em que vai ficar ali 10 minutos a olhar para aquilo, vai ser um bocadinho mais inteligente, eu não queria dizer isto, mais exigente.

RU2 - É um outro *target*. São pessoas que querem pensar realmente.

RU1 - O tipo que partilha a fotografia a foto do cavaco com o nariz de palhaço. Eu gosto muito de por o Cavaco com nariz de palhaço. Adoro. Eu tenho lá, a sério, uma pasta, onde tenho lá separado o bonequinho de palhaço, o nariz de palhaço e às vezes quando me apetece, eu posto a fotografia, antes de postar a fotografia faço edição de imagem e ponho só o narizinho de palhaço. Também preciso disso. Agora por trás dessa imagem, pode estar o tal texto. E aquilo que se notou era que havia falta disso. Havia um bocado falta disso.

RU2 - Tem de haver uma concertação.

RU1 - Há muitas páginas, a postar bonequinhos e a postar “macacadazinhas” e a postar parvoíces. Epah que às vezes também podem, não sei, também podem ser importantes, pode ser um escape para as pessoas. Mas, também podem ser importantes e chegam a muitos. Nós preenchemos aquele “buraquinho” que se calhar as pessoas querem estar a ler sobre qualquer coisa. Aquilo que eu tento fazer, com que a indignação, houve uma altura noutra local que eu expliquei isto muito bem, fazer com que a nossa indignação seja o mais consciente e informada possível. Acho que é assim, aquilo que eu disse, fazer com que a nossa indignação seja mais consciente e informada possível. Porque eu posso estar muito chateado, mas não sei bem porque estou chateado. Não sei bem, qual é bem o meu inimigo, não sei o que é que me está a bloquear. E é isso que eles neste momento estão a fazer muito bem. Antes do 25 de Abril sabíamos quem era o inimigo, era o Salazar, o Marcello Caetano, “aqueles pulhas”. Neste momento a gente não sabe quem é, neste momento pensa que é o Passos Coelho. Não, é assim as pessoas julgam que é o Passos Coelho, não é! É quem está por trás. Já vistos Jigsaw. Há um filme que é o Jigsaw, que é um tipo que rapta as pessoas e mete-as em camaras de tortura e depois aparece um bonequinho a falar “I want play a game”. O Passos Coelho, o Cavaco, esta malta são o bonequinho. Eles não são o Jigsaw, eles são o bonequinho, compreendes. E estas pessoas revoltam-se contra o bonequinho, mas não estão a ver, a tortura toda que está por trás disto, não estão a ver o plano todo que está por trás disto. As pessoas pensam que é o Passos Coelho que está a querer roubar amalta, as pessoas até

pensam que foram elas que gastaram a mais. Que é uma coisa fantástica. Não é o Passo s Coelho, que está a roubar a malta. Agora lá está, visão pessoal. Não é o Passos Coelho que está a gastar a malta. O pessoal que está por trás, os “Jigsaws” não os bonequinhos, os Jigsaws, é que têm um esquema, que fez também na Argentina, que conseguem através destas dividas publicas, escravizar a malta toda e nós ficamos aqui uns escravos fiscais. E nós vamos estar a pagar uma divida, é assim e agora chateio-me aqui com o tipo do café, peço-lhe a fatura detalhada. É assim, nós não temos de pagar a “porra” desta divida, ninguém dá. Correto? Agora, nós não sabemos como é que a dívida foi criada, mas também não sabemos a quem é que a vamos pagar. Aos mercados? Quem é esse “gajo”? Aos mercados? São os mesmos mercados, que depois que estão por trás das agencias de *rating*, que definem o que é lixo e o que não é lixo. Mas quem é que define se a taxa de juro é de 5% ou 17%, isto é tudo especulativo. Tu estás a jogar ao monopólio, aquele joguinho de monopólio, estás a jogar ao monopólio com uns gãos quando querem mudam as regras. Tiram-te as casinhas dos azuis, montaste ali uns hotéis e eles a meio do jogo tiram-te os hotéis. É isto que está a ser feito. Vai-se escravizar a malta toda para pagar uma divida que vai crescer, que nunca mais vai ser paga. Tal como a prostituta ilegal fica “escravizada” á rede de prostituição que a meteu num país estrangeiro “e agora filha vais ter de trabalhar para pagar a viagem”. Porque esta dívida vai aumentando, nunca mais vai ser paga. É isto que nos vai acontecer.

RU2 - A questão do FMI. O FMI tem uma maneira de negociar, que segue a política americana. Que é, no negociar país a país, que conseguem ter mais força nas condições dos empréstimos que aplicam. Agora as pessoas têm de se começar a consciencializar de uma coisa: temos de quebrar este pacto com o FMI, o que eu digo é que os países se devem unir e criar blocos comuns em relação a esta pseudo-dívida.

RU1 - Estamos a dizer isto, mas porque não se junta a Irlanda.

RU2 - Estamos a falar de 300 milhões. Se 300 milhões se juntarem e disserem “não”. Já chega! Já chega! É Portugal, Espanha, Itália, Roménia, Bulgária, Hungria, Grécia e Irlanda. Toda a parte sul, são 300 milhões de pessoas.

RU1 - É uma ideia tão simples. Como é que ninguém se lembra disso? Quem diz isto, não parece na televisão. Então mas os “gajos” são tão fantásticos, têm aqueles cursos fantásticos, aquela experiencia fantástica. Epah ainda não houve um desgraçado que não se tivesse lembrado disto. Epah vamos fazer aqui equipa. Não, lá está são os bonequinhos do Jigsaw.

Eles estão ali com um propósito, nós neste momento, as pessoas têm dificuldade em encontrar quem é o inimigo.

RU2 - O inimigo está centrado nos Partidos todos: PSD, PS, CDS. A Maçonaria, a Opus Day são duas instituições que a gente sabe que m eles são, e depois agarrado aos lombies, o Passos Coelho não pode mexer em nada. Como é que ele pode mexer? Não pode mexer, porque há interesses, os interesses é que dão dinheiros aos partidos e às candidaturas. Isto não há democracia nenhuma. Isto é um Estado Totalitário invertido, completamente.

20ª Perfil do inquirido

Idade

Habilitações académicas

Ocupação profissional

RU1 -Eu pareço que tenho vinte e poucos, mas tenho 38. Só daqueles “gajos” que tenho o 12º sem saber fazer nada. Nada. De momento Nada.

RU2 - Sou gestor, e tenho licenciatura em Recursos Humanos e Psicologia do Trabalho

Entrevista O Povo é Quem Mais Ordena

1ª Como é que surgiu a Organização (...)? Identifique-me uma ou várias das principais finalidade(s) da Organização (...)?Pode hierarquiza-las? Quando acham que deixará de fazer sentido a existência da vossa Organização?

PQMO - O administrador principal, que criou a página, às tantas, eu tive conhecimento da página e estava a precisar de ajuda e a pedir administradores, principalmente de outras cidades. E eu como achei que tinha de fazer alguma coisa e que se calhar com um movimento era mais fácil, decidimo-nos juntar e foi daí que surgiu. Não fui eu que criei, eu não sou a criadora da página, nem do movimento, juntei-me posteriormente, porque achei que realmente seria, mais propensa eu. Seria mais fácil, do que sozinha, como individual, seria mais fácil montar um movimento

Eu acho que a principal de todas (finalidades do Organização) é tentar através da Internet, do Facebook alertar ao máximo as pessoas para as falhas do nosso sistema, basicamente. Do nosso sistema político e porque eu acho que há uma falta de conhecimento profundo da maioria das pessoas e esta coisa do Facebook acabou por ajudar um bocado. E então para mim, na minha opinião e penso que também na opinião do outro administrador, penso que é alertar as pessoas para as falhas do nosso sistema e também alertas as pessoas para os que se vai passando no dia-a-dia, o que vai surgindo, o que o governo vai fazendo e tudo isso.

Eu acho que para uma organização deixar de fazer sentido, não sei. Eu acho que há sempre sentido. Eu acho que tem de haver sempre sentido. Porque se nós criamos qualquer coisa, tem de ter sentido. Agora quando é que deixa de fazer sentido? Sei-lá quando as pessoas possível deixam de discordar entre si e aí deixa de fazer sentido. Ou então, sei-lá, não sei.

2ª Quantos elementos compõem a Organização? O grupo de fundadores já se conhecia anteriormente? Como se diferenciam do modo de organização dos Partidos políticos? Pensam vir a tornar-se um partido? Sim? Não? Porquê? Acham que as vossas atividades são suficientes para mudar a situação, ou seja, para alcançar os objetivos pretendidos? Porquê?

PQMO - Neste momento dois, eu e o meu colega.

Não (relativamente há existência de relações informais entre os elementos do movimento).

É assim, penso que não somos, tão conhecidos mediaticamente como outros movimentos: os Indignados, os Anónimos, o Que se Lixe a Troika. Diferenciamo-nos nesse espeto e por isso é um pouco mais difícil, a nível de organização, para já porque somos duas pessoas separadas por 300 e tal quilómetros. E todos os apoios que nós tentamos obter, é difícil, nesse sentido somos diferentes porque somos menos e tentamos, temos como objetivo chegar o máximo que conseguirmos às pessoas. Tentar passar a nossa ideia, o que não quer dizer seja a correta, mas a ideia e aquilo que nós pensamos às pessoas, basicamente.

Não (delegação interna de tarefas). É sempre tudo falado entre nós. É sempre tudo conversado, combinado. Se surgir alguma ideia é sempre discutido entre nós. Não há nada prévio. As coisas vão surgindo ao momento. A única coisa prévia é a gestão da página, é o que publicamos, tem sempre conteúdo político e social. É o que publicamos, mas o resto vem surgindo e é decidido entre os dois, nenhum de nós faz uma coisa sem falar com o outro e sem chegarmos a um acordo.

3ª Com que frequência se reúnem? O que leva à marcação dessas reuniões? Atuam e trabalham de modo regular ou em função de factos que vão emergindo e que são contrários aos vossos objetivos? Há divisão de funções e tarefas? Há delegação de responsabilidades?

PQMO - Nós não nos reunimos fisicamente.

Com alguma regularidade, vamos falando, na altura do 2 de Março, foi a última manifestação “grande” que tivemos. Nesses meses anteriores, por exemplo falávamos todos os dias, até bastante tarde para organizar as coisas e foi complicado organizar porque, eramos só dois. Conseguimos alguns apoios de outros movimentos, mas foi muito difícil. Mas pronto falávamos todos os dias, agora vamos falando conforme vão surgindo. Não há uma marcação, “temos de falar”. X vezes por dia ou por semana.

O que leva (marcação de uma reunião) depende. Uma manifestação, alguma ideia, que nos é transmitida por mensagem por alguém e que depois é tudo discutido. Porque há pessoas que dizem “e se fizéssemos isto ou aquilo?”. Pronto é sempre tudo discutido e pronto, vamos falando quando surge alguma coisa.

É regular, é as duas coisas (relativamente a um possível agendamento). Acaba por ser regular e há alturas em que as coisas estão mais calmas, em que passam uma semana ou duas não falamos e depois acontece qualquer coisa e pronto.

4ª De que modo é tomada a decisão de realizar um evento? Participam todos nas decisões? Quem têm mais iniciativa? Há iniciativas propostas pelos seguidores? Trabalham todos na organização dos eventos ou há sempre um (o mesmo?) núcleo duro?

PQMO - Sempre falado entre os dois. Se por acaso tiver conhecimento de um evento, e eu não tenha ele diz-me “olha este evento”. E nós vamos, falamos e analisamos. Também vemos se tem a ver com aquilo que pensamos. Porque nós não nos vamos juntar a um evento qualquer. Eu posso dizer, que por exemplo ai há uns meses, tivemos um contacto de um movimento, que eu posso dizer o nome, não tenho problema nenhum - os *Indignados de Portugal* e tivemos um contacto de dar uma entrevista, por eles. Para dar a cara por eles. Pronto, como apoiantes, estamos ligados a eles, mas dar a cara por eles, o que não aconteceu. Não aconteceu, porquê? Porque para já não tive oportunidade de me reunir com as pessoas, porque elas eram do norte e o meu colega também não conseguiu e eles também não tinham disponibilidade, para vir até cá e para vir até ele, o primeiro ponto. O Segundo ponto, foi tudo muito em cima da hora e depois havia ali “cenas” muito dúbias. Epah foi estranho, eu ainda falei com um dos elementos ao telefone, mas foi ao telefone. Ele explico-me o porquê, porque houve um imprevisto e a pessoa que marcou a entrevista não podia. E ele não. Pronto, ok! Falei com o outro administrador, falámos e disse “epah eu não vou dar a cara” porque a entrevista era cá em Lisboa. Era para a TVI. Epah eu disse “não vou dar a cara por um movimento que não conheço”. E depois é um movimento, que lá está, quando eu há bocado, antes de ligares os rádios te falei na confiança, este movimento não tem muito boa fama, entre os movimentos. Não sei se é verdade, se é mentira, percebes? Mas têm fama de nacionalistas, ligados á direita e tudo mais. E tu ficas sempre naquela, por muito que eu não queira acreditar ficas sempre de pé atrás. Epah se eu tivesse estado com a pessoas, como estou contigo agora a falar, talvez se calhar “olha, ok, vou lá e vou dar a cara”. Mas pronto, não aconteceu.

Eu acho que é basicamente de todos. Daqueles que estão na página, que comentam, que falam e que interagem connosco e que dão a opinião e que depois nós pegamos nisso e decidimos fazer qualquer coisa. Por exemplo, a manifestação de 2 de Março foi um bocado por ai. Temos de fazer qualquer coisa, as pessoas estão a pedir, as pessoas querem e nós também queremos. E então vende um todo, porque nós não somos a página, a página somos todos. Nós não somos um movimento, o movimento somos todos. E então basicamente é por ai.

Exatamente (são duas pessoas que tomam as decisões).

5ª A presença da Organização (...) no Facebook surge em que contexto? Já existia noutras plataformas (blog-site) antes da sua presença no Facebook? Têm algum mecanismo de comunicação interna, que faça uso da rede digital? Quais são as vantagens que o Facebook tem face a outros artefactos e/ou meios de mobilização? E desvantagens?

PQMO - Surge no contexto, neste momento do estado da crise. Surgiu nesse contexto. Surgiu no contexto da nossa vontade de querer fazer alguma coisa. E como eu te disse há pouco é mais fácil teres pessoas e teres um movimento onde possas, epah criar apoios, tentar procurar apoios de outras pessoas ou de outros movimentos. O que seja, porque sozinho, sozinho estás em casa. Ok! Vais para a rua sozinho, ok! Como eu já fui, sozinha para a frente da Assembleia. Mas o impacto é nenhum. Eu vou com um cartaz para a frente da Assembleia, mas o que é que isso adianta? Percebes? Não tem impacto, não tem o impacto que desejas que tenha. Então surgiu nesse contexto, em tentar fazer alguma coisa, que se visse.

Não. Só no Facebook (relativamente à existência anterior noutras plataformas).

Por telemóvel e por Internet. É o que há (comunicação interna).

Os palhaços, a mensagem. A facilidade que tens em dizer às pessoas, epah quilo que tu pensas, os teus princípios, os teus valores é 50 vezes mais fácil. E abrange muita gente. Consegue atingir, muita gente. A página começou, com muito pouca gente e de repente, em pouco espaço de tempo, logo no início, porque as pessoas precisavam. E precisam e continuam a precisar disto. Epah basicamente a “cena” de tu espalhares a tua mensagem, que é esse o objetivo. Para tentares chegares à mentalidade das pessoas, é muito mais fácil, o Facebook veio ajudar muito, como é óbvio.

6ª Como se relacionam com os meios de comunicações social de massas? Como percecionam o papel dos meios de comunicação de massa, seja na cobertura da atividade da vossa Organização, seja na cobertura dos demais? Que meio de comunicação torna mais visível a vossa atividade? Porquê?

PQMO - Não há qualquer tipo de relação, neste momento.

Em relação a nós, movimento ou página como lhe quiseres chamar, não há (cobertura mediática). Porque era o que eu há pouco estava a dizer, nós em relação aos outros movimentos, passamos despercebidos. Porque lá está, somos duas pessoas é relativamente recente, tem dois anos e qualquer coisa. Epah e não temos apoios de Partidos. Não temos

apoios, sei lá e então é difícil. Não há qualquer cobertura. Acho que nunca saiu nada sobre nós.

Que eu tenha conhecimento, não (meio que tenha já dado alguma cobertura mediática).

7ª Considera que os objetivos da sua Organização se sobrepõem aos objetivos de outras Organização existentes? Sim? Não? Porquê? Considera que articulam-se para um trabalho conjunto/coletivo?

PQMO - Não. Epah eu acho que não. Acho cada organização tem os seus objetivos e eu acho que não há sobreposição. A única sobreposição, que pode haver é quando tu tens mais reconhecimento a nível dos meios de comunicação social. Porque aí tu sobrepões-te, por ter mais visibilidade. Agora em relação aos teus objetivos, eu não vejo isso como sobreposição. Cada um tem os seus objetivos e as suas ideias e são iguais de igual forma. Não acho que haja sobreposição, na minha opinião.

Agora nem tanto, a coisa acalmou um pouco (articulação com as outras organizações). Mas já houve, por exemplo nós na última manifestação, tivemos a “trabalhar” com por exemplo os Indignados de Lisboa, que nos apoiaram bastante. Epah foi uma grande ajuda para nós, apesar de nessa manifestação só se ouvir falar do *Que se Lixe a Troika*. Mas eles ajudaram-nos bastante e vamos mantendo o contato, com outros movimentos, menos, mas vamos tentando manter. As coisas como agora estão, como tu vez, não tem havido grandes manifestações. Há umas manifestações, na baixa, pequenas. A coisa acalmou. A coisa tem estado mais calma, não sei se é das férias ou do Verão, calor.

8ª Como perceciona o trabalho desenvolvido pela sua Organização, considerando o trabalho das Organizações da mesma natureza?

PQMO - O nosso trabalho é muito menor, digamos é muito menor, devido a tudo o que eu já referi. Nós somos duas pessoas separas por quilómetros, tentámos recrutar pessoas, mas é difícil por causa da disponibilidade. E claro que o nosso trabalho, por exemplo tu tens um movimento em Lisboa, que é a plataforma 15 de Outubro que se reúne todas as terças-feiras para discutirem ideias, para fazerem cenas. Isso para mim é muito maior, estás a ver? As pessoas reúnem-se, estão ali fisicamente, não é só por internet. Nós não temos a

possibilidade de fazer isso. Nós somos diferentes nesse aspeto, porque não há possibilidade de nos reunirmos, nem que seja uma vez por mês. Portanto, somos pequenos.

9ª Considerando todos as Organização que fazem uso do Facebook, para as suas ações, que critérios, usaria para os distinguir uns aos outros? No fundo categorizando-os. Porque não lutam dentro de Organizações e Partidos já existentes?

PQMO - A única coisa que me ocorre para distinguires os movimentos, uns dos outros, as Organizações, são os apoios. Tu, tendo apoio, tens mais visibilidade, tendo mais visibilidade consegues atingir.

Apoios de Partidos, meios de comunicação social que é muito importante. Para mim é das coisas mais. Eu vou-te ser sincera, se este movimento estivesse ligado a algum Partido, eu não estaria nele. Mas também por outro lado, consigo entender e perceber os movimentos que têm apoios, porque é muito mais fácil. A nível financeiro, se tu quiseses organizar uma manifestação, tu consegues imprimir *flyers*, assim. Eu por exemplo imprimir os *flyers* à minha conta, para o dia 2. Andei eu sozinha, por aqui a colar, nas paredes nos sítios onde podia colar eu sozinha. E quando tu tens mais gente, mais apoios é muito mais fácil.

Sem dúvida (voluntarismo).

Partidário, quer dizer, eu falando por mim e penso que o outro administrador também, por aquilo que já falámos e muito, não. Está fora de questão falando sobre a possibilidade de se transformarem num Partido).

10ª Têm algum tipo de contacto formal e/ou informal com outras Organizações nacionais e/ou internacionais? Como e em que termos se processa esse relacionamento? E com tipo de Organizações mais institucionalizadas, como os sindicatos e Partidos?

PQMO - Tivemos. Regular não. Tivemos um contato, com uma organização espanhola, mas não foi muito além, lá está, devido à disponibilidade de cada um de nós e vamos falando com todos os movimentos, só. Mais nada. Somos muito pequeninos.

Quando ele acontece (relacionamento) é tudo via telefone, via internet. Tentamos sempre encontros presenciais, percebes. Tipo, para tentarmos conhecer as pessoas. Foi o que aconteceu por exemplo quando tivemos o apoio dos Indignados. Tivemos o apoio dos

Indignados e fui a uma reunião deles expus a minha ideia, disse o que queria fazer, qual era o meu objetivo na manifestação e eles concordaram em apoiar. E nós tentamos sempre, mas é muito difícil. A disponibilidade das pessoas é muito pequena e depois a disponibilidade financeira também não ajuda. Por exemplo, eu estou desempregada, neste momento. Como é que eu me posso deslocar daqui ao Porto ou a Espanha? É impossível. Então, é sempre tudo feito ou por telefone, email tudo por ai.

11ª Nalguma situação ou momento viram-se obrigados a banir/bloquear algum seguidor? Porquê?

PQMO - Não. Não, quer dizer que há sempre aquelas pessoas que vão a tentar destabilizar. É normal. No Facebook vês de tudo, eu pronto nem imaginava e quando entrei nisto, perguntei “o que é isto?” Mas pronto, banir não. Mas dá-lhe um chega para trás e pronto. Apagar comentários, sim. Se forem ofensivos para alguém, ou para nós mesmo, apagamos e avisamos do porquê. Estarmos a apagar e explicamos. No caso da coisa continua, nunca aconteceu, se a pessoa continuar a insistir, aí sim proceder ou tentamos bloquear. Porque também não queremos ter uma pessoa a ofender-nos quem nos segue e a nós mesmos. Basicamente é isso.

12ª Como percecionam a participação dos seguidores, no que toca à vossa página no Facebook? Tendo como referência as manifestações de vontade de participar nos eventos, previamente anunciados, como avalia a efetiva mobilização e participação em contexto real dos seguidores?

PQMO - Eles são os mais importantes. Aliás, a nossa página é feita pelas pessoas. Sem elas não tinha sentido, nós existirmos. Então, é importantes todas as opiniões, de todas as pessoas, sejam boas, más, *assim-assim*. Concordemos ou não, a importância. É o mais importante. Para nós, é o mais importante são as pessoas., os nossos seguidores.

Eh pois, aí está uma diferença (mobilização virtual e mobilização real). É uma diferença brutal. Epah é uma diferença. Quem realmente aparece é sempre muito pouca, muito pouca gente e sempre os mesmos. Eu posso-te dizer que fui a muitas, manifestações o ano passado e via sempre as mesmas caras. É incrível, mas as caras mesmo nas maiores, claro que vias pessoas que nunca estiveram ou que não vão com regularidade, mas basicamente eram sempre as mesmas pessoas. E claro que toda a gente vai, no Facebook. No Facebook toda a gente vai. Não interessa, as pessoas nem pensam “ah ok vou!” nem leem. E então “vou” mas

aquilo é um vou que sim. É a mesma coisa de clicares gosto numa foto é exatamente a mesma, coisa. É exatamente o que as pessoas fazem. Imagina, que há 10 000 dizerem que vão e nem 1000 aparecem. É uma discrepância muito grande.

13ª Estão abertos para o contributo dos seguidores na definição dos objetivos e eventos levados a cabo pela Organização? Qual o papel desses na vossa Organização nomeadamente na programação de eventos? Como? De que forma? Estimulam a participação dos membros e dos seguidores? Como?

PQMO - Estamos.

Por exemplo, vou-te dizer numa das manifestações que nós fizemos, quem escolheu o local foram os nossos seguidores por maioria. Pusemos vários locais, Assembleia, Terreiro do Paço, Martin Moniz pusemos vários locais em Lisboa e depois outros no Porto e por maioria foram os nosso seguidores que escolheram. Portanto eles têm um papel bastante ativo na organização dos nosso eventos, porque nós temos de ir para onde as pessoas querem. Porque se nós queremos passar a mensagem, à partida, nós temos de ir para onde as pessoas estão. Se as pessoas estão todas, imagina, na Assembleia, o que é que nós vamos fazer para o Terreiro do Paço? Não está lá ninguém, tu vais dizer “olha este tema é uma porcaria e não presta, o que é que achas se optarmos por uma democracia mais direta e participativa” “ah então explica-me lá isso!”. Pronto, se tu queres passar a tua mensagem, tipo, tens de ir para onde as pessoas estão. E muitas das vezes até podes tu não concordar muito, mas para tentares chegar às pessoas é assim. E então, normalmente eles escolhem, ajudam são participativos.

14ª Antes de pertencer a esta Organização, fez ou faz parte de outra Organização política ou cívica? Como se posiciona em termos ideológicos? E os seus colegas de Organização?

PQMO - Não. Nada. Nada. Nada.

Epah não sei (posicionamento ideológico). Se queres que te diga, não sou de esquerda, não sou de direita, não sou de nada. Sabes? Epah porque neste momento, a esquerda e a direita é tudo muito misturado. É tudo muito estranho! E sinceramente, não te sei dizer, “sou de esquerda” ou “sou do meio”. Epah eu tenho as minhas, ideias como eu já te disse, não quer dizer que sejam as corretas. Mas não estou. Às vezes oiço, o deputado do Bloco de Esquerda a falar e até me identifico com algumas coisas. Depois esse outro do artido Comunista e até. E

depois até oiço um “gajo” do PS e penso “até disse uma coisas”. Mas não há nenhum que eu diga “sim, senhora é isto, este Partido é aquilo que deveria ser”. Posso ainda te dizer outra coisa, que infelizmente o partido com que mais me identifiquei até hoje ainda não é considerado como Partido legal, não sei se já ouviste falar do MAS. Que é um Partido que é relativamente recente e que já tentou, através do Tribunal Constitucional, (a institucionalização). Exatamente! E eles recusaram. Eu estou um bocadinho mais para o lado esquerdo, mas é um Partido que é feito por pessoas tipo eu e tu. Um estudante, um funcionário, da função pública e isso a mim interessou-me bastante. Aliás eu fui ao debate de apresentação deles para conhecer e achei que as ideias eram bastante atrativas e interessante. E acho que eles estão um bocadinho mais para o lado esquerdo, mas não quer dizer que eu seja de esquerda. Mas identifiquei-me. Infelizmente eles ainda não podem concorrer.

Não há qualquer tipo de posicionalmente político, nesse aspeto (refere-se ao outro elemento).

15ª Como percecionam a vossa ação considerando os objetivos a que se propõem? Como diferencia as atividades em que participa ou são levadas a cabo pela sua Organização (exemplo manifestações) das levadas a cabo por exemplo pelos sindicatos e outros partidos?

PQMO - Sim, quer dizer. Para as nossas possibilidades aquilo que temos feito tem sido alguma coisa. Mas só que lá está a relevância é que não a que nós queríamos. À aquilo que nós podemos, às nossas possibilidades, com todos os “senãos”, sim fazemos ações. Eu faço ações de rua, ele também. Organizamos manifestações, organizamos alguns eventos, que temos algum, lá está as pessoas dizem que sim, mas na realidade tu olhas e não vêes, que é teres uma bandeira negra, ou alguma coisa negra na tua janela. Para mostrares o teu descontentamento. Nós vamos fazendo e vamos tentando, claro que nós propomo-nos e fazemo-lo, depois os resultados se calhar, claro que fica sempre aquém daquilo que desejaríamos, porque gostávamos, que houvesse mais adesão por parte das pessoas e na realidade não há.

16ª Como perceciona o papel do humor na ação da Organização? Recorrem a ele com que frequência? E com que intuito?

PQMO - Por acaso não temos muito. Somos descontraídos, mas sérios.

Quer dizer, aquelas fotos do Coelho, sim claro. Às vezes publicamos. É impossível não o fazeres, porque se tu não ris, dás em louco. Tens de te rir. Tanta coisa a acontecer, se eu vou estar a pensar nisto. Aliás, eu até me afastei, porque já estava a chegar a um ponto, já não estava a conseguir raciocinar. Epah tenho de parar, porque eu tenho um filho, e tenho de parar, porque dá cabo de mim. Às tantas, envolveste tanto, estás a ver. Si, essa situação. Às vezes recorremos a essas fotos, a essas piadas para tentar amenizar as coisas. As não é muito frequente!

17ª Fazem uso de outros meios, que extravasem o Facebook? Nomeadamente cartazes, murais, grafitis por exemplo. Como conseguem mobilizar financiamento para tal? Como analisa (compara) em termos de importância as atividades levadas a cabo pelo vosso grupo/organização em contexto online e em contexto real? Quais as razões dessas diferenças?

PQMO - Não.

Flyers fizemos apenas quando foi das manifestações. Pois tivemos isso, isto é difícil.

É tudo à nossa conta (financiamento). Por exemplo a nossa faixa, que nós temos, fizemos uma muito idêntica ele lá e eu cá, fomos nós que fizemos à mão. Não mandámos fazer.

18ª Qual a estratégia que entende ser a mais eficaz e que consegue ter maior capacidade de mobilização no seio da sua Organização? Como?

PQMO - Para a minha, neste momento, apenas o Facebook, é a ferramenta, que nós usamos. Seria bom para nós, termos algum meio de comunicação social a falar de nós e dar-nos a conhecer. Ai seria diferente e seria mais fácil para nós. Mas isso, não temos. Portanto, a única coisa que usamos é o Facebook e é tentar partilhar o quanto mais. Partilhar, partilhar! Emails e tentar divulgar ao mais porque não temos mais para mais.

19ª Como perspectiva a concretização dos objetivos da Organização?

PQMO - Para aquilo que nós podemos, nós concretizamos e bem. Para aquilo, que são as nossas possibilidades eu acho que fazemos o nosso trabalho. Pena não atingir mais gente, não abranger mais gente, mas fazemos. Fazemos aquilo que nos propomos e aquilo que podemos.

20ª Perfil do inquirido

Idade

Habilitações académicas

Ocupação profissional

PQMO - 31.

12º

Desempregado, mas trabalho na área administrativa.

Entrevistas Democracia e Dívida

1ª Como é que surgiu a Organização (...)? Identifique-me uma ou várias das principais finalidade(s) da Organização (...)? Pode hierarquiza-las? Quando acham que deixou de fazer sentido a existência da Organização?

DD - Bem o objetivo do Democracia e Dívida, começava por aí. A dívida existe, a dívida foi-nos imposta, a dívida do nosso ponto de vista é ilegítima, pelo menos em grande parte. Não é uma questão de legalidade, é uma questão de legitimidade. E embora também possa haver aspetos de legalidade, mas essa só conhecendo os dossiês. Então o que é que acontece? Quando o problema da dívida começou-se a por, surgiu aí um grupo que é a IAC (Iniciativa de Auditoria Cidadã). Epah, mas esses gajos têm uma visão, na minha opinião, absolutamente reacionária, porque eles acham que a dívida deve apenas ser reestruturada, alteram-se os prazos, as condições, os juros e mais não sei o que e a coisa continua. E um dia mais tarde, faz a auditoria às contas públicas. Auditoria formal, pública e não sei o quê. Ora isto não é saída, isto não é saída. Porque como estamos a assistir, as coisas pioram e pioram e pioram. E a auditoria não é feita, como é óbvio, o Estado, os governos não deixar que se faça uma auditoria, não vão dar os textos. Nem sequer do ponto de vista material há capacidade para as pessoas saberem os factos. E portanto, para além de tudo o mais é dominada pelo Bloco de Esquerda, com algumas pontinhas de gente do PC e gente do PS. Por isso tem um conteúdo absolutamente institucional e ainda bem recentemente, eles saíram-se com uma ideia e acho que a concretizam de propor à Assembleia da República a criação de um órgão, de uma entidade para fazer a auditoria. Quer dizer, isto é “dar o outo ao bandido”, e que neste caso nem sequer é “dar o ouro ao bandido” porque reprovaram liminarmente a proposta, e eles ficaram-se por aí. E portanto, como nós achamos e na sequência, daquilo que à bocadinha estava a dizer, a dívida, com todo o “cortejo” de medidas, que eles vão justificando para colmatar o problema da dívida, vai limitando, vai deturpando a própria Democracia. E portanto se isto passa a ser um problema político, então politicamente tem de ser resolvido. Então a lógica é dentro deste sistema não há solução. Dentro deste sistema não há solução. Portanto, só há solução, epah não é preciso fazer nada de outro mundo, uma pessoa tipo do Equador. O que aconteceu no Equador? Havia toda uma série de gente que andava assim ali em negócios e o capital financeiro, que dominava aquilo de tal maneira, que houve uma mudança, por para o Correa e disse: “meus amigos a gente não paga esta coisa toda, vamos lá estabelecer aqui, como é esta brincadeira”. E portanto, eles no Equador conseguiram reduções substanciais, da dívida, porque inclusive demonstraram que havia ali cambalachos. Há um ano houve uma comissão internacional e de equatorianos, que estiveram a estudar a dívida e chegaram à conclusão que há coisas completamente, malucas.

Epha a gente defende, que do ponto de vista político. Só um parêntesis, a situação aqui é diferente do Equador, no sentido os credores eram bancos, mas fácil tu negociares com uns tantos bancos do que com instituições internacionais, como o FMI, o BCE etc. Mas se politicamente tu disserem que vamos suspender o pagamento desta história, por razões absolutamente, que têm que ver com a legalidade internacional. Eu Governo, não posso por um povo inteiro 10 milhões e tal de pessoas à míngua, em nome de um pagamento de um capital financeiro. Nenhum banqueiro vai passar fome se eu não lhe pagar os juros. Agora há 10 milhões de pessoas que estão em risco. Epah e estamos a ver que o próprio Gaspar reconheceu, que as medidas dele foram um fracasso. A gente não vai por aí, este caminho não nos leva a lado nenhum. E portanto inclusivamente há “gajos” inclusivamente do FMI, que tem de haver um perdão de dívida não só dos bancos. Por exemplo os bancos privados, já fizeram um bom perdão à Grécia. Agora os bancos, vão-se safando e empurrando a dívida, do Estado intervencionados para instituições públicas: BCE e por aí fora. Portanto os “gajos” colocam as coisas no mercado, os bancos compram e o BCE vai por trás e compra no mercado secundário, com perdas enorme. Com perdas enormes! Mas vão aguentando as coisas e nós temos de chegar a uma coisa dessas. Agora, os pontos forte que a gente tem nisso: epah o ponto forte e essencial, estão 10 milhões e tal de pessoas aqui assim, com algumas exceções, como os Espírito Santo, que estamos todos a sofrer com isto. Os reformados, estão a levar na cabeça, estão a ser alterados todos os seus compromissos, todos os compromissos sociais em relação aos reformados e aos trabalhadores em geral, são completamente esmagados e borrifados, mas os tratados com os “gajos” das PPP, “alto lá e para o barco”. Há aqui uma ilegitimidade de princípio. Ainda hoje ouvi no jornal, que os “gajos” para fazer as duas emissões de dívida deste anos, os “gajos” pagaram taxas de quatro e tal por cento e pagaram aos bancos, numa 0.125% de comissões e noutra 0.75%. Ora bem, isto lido assim, parece que não é nada, mas são só 82 milhões. São só 82 milhões!

Epha, provavelmente não é no nosso tempo de vida. Não é no nosso tempo de vida. Teria de haver, vamos lá a ver, se colocasse isto politicamente, uma coisa que abanava e de que maneira era o próprio euro e a própria União Europeia. Que a confrontava com decisões extremamente graves. Por exemplo, que impacto, se houvesse um dos países, mesmo dos pequenos a Grécia, que impacto isto teria nas taxas de juro? Que impacto isso teria no euro? Que impasse isso teria na própria arquitetura da União Europeia? Epah há várias hipóteses: os “gajos” corriam connosco, quer a União Europeia, que o euro ou não corriam connosco e vinham aí “epah muito bem, vamos negociar, qualquer coisa” e o “qualquer coisa”, teria sempre de passar pelo perdão de dívida ou anulação de dívida. Epah então o próprio desabar de toda a arquitetura do euro. Também não era uma coisa tão saudável, para nós como isso. Há aí “gajos” que defendem que (João Ferreira do Amaral eu já estive a falar com ele, foi meu colega), aqui há tempos estivemos num debate eu e ele e epah, para mim é quase igual ao litro. Até porque eu considero a moeda é como que uma capa, porque se aqui está um monte de porcaria e meto-lhe um véu por cima, continua um monte de porcaria. Aliás, por

exemplo e por aí muita malta entusiasmada com a saída do euro, “ah saímos do euro”. Não estão a ver bem as coisas. É assim, quando tu saís do euro e voltas a uma moeda antiga, essa moeda é extremamente desvalorizada. Tu para apostares nas exportações, que é a lógica destes gajos, tu tens de estar sistematicamente a desvalorizar aquilo, ora desvalorização da moeda tendo em conta, que temos altos níveis de importação, significa inflação. Inflação, significa pressão para aumentos de salários. Ora pressão para aumentos de salários, e por outro lado os empresários a quererem exportar a baixo preço, dá conflito. E portanto repressão, repressão e aqui entre nós, não me admirava nada que as centrais sindicais alinhassem nisso, para manter os papéis deles. Epah davam porrada na malta como Aconteceu em 75. Epah eu já cá estava na altura, os “gajos” tiveram um papel nojento, naquela altura. Bateram nos trabalhadores, enfim.

2ª Quantos elementos compõem a Organização? O grupo de fundadores já se conhecia anteriormente? Como se diferenciam do modo de organização dos Partidos políticos? Pensam vir a tornar-se um partido? Acham que as vossas atividades são suficientes para mudar a situação política?

DD - É um número variável. Variável no sentido, de que há pessoas mais dentro e mais fora. Assim, há o núcleo duro, ora, dois, três, quatro, cinco, cinco, seis, sete pessoas por aí.

Já, já (já se conheciam). Não eramos um grupo informa, mas já nos conhecíamos aí dos vários ativismos.

Epah, nós somos um grupo absolutamente democrático e eu chamo-lhe democrático, porque é “assemblário” as decisões não são por votação, são por consenso. Se eu achar que as coisas, pronto eu tenho também o meu Facebook e por vezes ponho coisas também no Democracia e Dívida. Epah se é a minha posição pessoal, normalmente nós temos coisas, que pensamos por nossa cabeça e se eu sei que é alguma coisa, porque eu sou muito mais agressivo em relação aos “gajos” a IAC, eu digo que os “gajos” são reacionários, estão feitos com o sistema, fazem parte do sistema, andam no sistema e há malta que tem alguma relutância em dizer isto assim, se eu o quero dizer, ponho-o como minha opinião pessoal. Ninguém se chateia (isto em relação ao que os diferencia relativamente aos outros movimentos presentes no Facebook).

Não. Os Partidos não são solução (transforma-se num Partido político).

Suficientes, não são. Mas são as possíveis (relativamente às ações que desenvolvem).

3ª Com que frequência se reúnem? O que leva à marcação dessas reuniões? Atuam e trabalham de modo regular ou em função de factos que vão emergindo e que são contrários aos vossos objetivos? Há delegação de responsabilidades e de tarefas?

13ª Estão abertos para o contributo dos seguidores na definição dos objetivos e eventos levados a cabo pela Organização? Qual o papel desses na vossa Organização nomeadamente na programação de eventos? Como? De que forma?

DD - Epah a gente em termos de reuniões formais, para discutir as coisas fazemo-lo através da net, nos chats, nos emails e por ai. E é por ai que trocamos as opiniões.

Vamos lá ver, as reuniões que a gente tem feito têm sido públicas de divulgação dos problemas da dívida e da democracia. Depois disto, continuamos aqui um bocado todos “como é que foi? Como é que não foi?”. Com muita informalidade (a respeito do motivo para reunião).

Epah nesses debates públicos que temos feito, nuns casos foi por iniciativa de gente nossa amiga, noutros casos foi por sugestão de pessoas que mandaram para lá um “coiso” e não sei o quê em Caxias (reação ou agenda).

Delegação propriamente dita de forma formal, não há. Mas como somos pessoas diferentes e temos experiências diferentes e vocações diferentes, há pessoas que intervêm normalmente mais na rua, que sou eu outro, e há outras pessoas como mais vocação diplomática e organizativa, há uma amiga nossa que agora está em Londres e está um bocado afastada. Epah não há propriamente uma delegação, se há alguém com mais habilitação ou competências nalguma área. Eu sou o único economista, é normal que coisas mais visivelmente económicas me caiam em cima.

4ª De que modo é tomada a decisão de realizar um evento? Participam todos nas decisões? Quem têm mais iniciativa? Há iniciativas propostas pelos seguidores? Trabalham todos na organização dos eventos ou há sempre um (o mesmo?) núcleo duro?

DD - Epah em manifestações não nos manifestamos. Quem quiser vai. Epah e ai é tudo um pouco mais complicado, porque o que a gente procura não é uma visibilidade pública, mas uma ligação às pessoas. As pessoas são “maltrapilhadas” todos os dias pelos *mídia*, com todas

as aldrabices, por exemplo nesta área há ai dois fulanos que são verdadeiros aldrabões. Eu posso dizer: o Medina Carreira, que grande aldrabão, o Camilo Lourenço, que cambada de aldrabões. Os outros não são propriamente mentirosos, epah mas estão imbuídos de uma determinada ideologia, que não passam daquele quadro. Portugal é um país onde se vê muita televisão e onde se lê pouco e portanto as pessoas acabam por ficar sugestionadas por aquelas coisas que ouvem dia após dia, e completamente erradas. As pessoas depois dizem “ah nós queremos pagar a divida, que nós não somos caloteiros”. Caloteiros? Mas como? Eu não sou nenhum caloteiro, tenho um empréstimo bancário, estou a paga-lo. Eu não tenho culpa que esses tipos andem para ai a fazer Swaps e PPPs e não sei o quê. Mas as pessoas assumem uma lógica nacionalista, patrioteira e até cooperativa e pronto o Estado fez uma dívida e eu também tenho de a apagar. Aliás há uma certa esquerda que diz que o Estado somos nós. O Estado somo nós? Como é essa? O Estado, são eles. Eu só sinto que pertença a uma instituição ou a um órgão em que eu seja ouvido tal como outras as pessoas, em instituições democráticas. Portanto, estamos aqui dez pessoas, se queremos decidir se vamos para a praia ou o futebol a gente discute entre nós, eu não vou de arrasto.

Claro (participam todos nas decisões).

Epah é assim, é variável. Um “gajo” lembra-se de uma coisa qualquer “estamos a pensar assim e assado”. Andamos a ver se conseguimos fazer uma sessão el Almada, contactámos, a ideia foi nossa, como agora é o Verão, uma sessão à noite em Almada ao ar livre, porque nós até agora só realizámos coisas ao ar livre. A gente nasceu em Abril, tem 4 meses. Fazer uma coisa em Almada, porque a malta andámos metidos naquela coisa da Acampada do Rossio eu ainda sou dos Indignados de Lisboa, há um outro individuo que é do CADPP (Comité para a Anulação da Dívida Pública Portuguesa). Eu tenho contatos internacionais com as auditorias europeias, que não têm nada a ver com a de cá. A de cá é a verdadeira “ovelha ranhosa”. Os “gajos” lá fora consideram-nos mesmo muito, muito reacionários. Todas as outras lá fora, consideram que o ponto político essencial, é não pagamos esta divida. E depois disso logo se vê, logo se negocea. Com a certeza que há dívida legítima, por exemplo eu tenho alguns certificados de aforro, concretamente. Epah são as minhas poupanças, aquilo não tem nada de traulhice. É uma coisa normal. Essas coisas, são perfeitamente legítimas, ninguém as vai pôr em causa, esse tipo de dívida do Estado. Fora isso é a única parcela que é intocável, o resto já não digo nada.

5ª A presença da Organização (...) no Facebook surge em que contexto? Já existia noutras plataformas (blog-site) antes da sua presença no Facebook? Têm algum mecanismo de comunicação interna, que faça uso da rede digital? Que diferenças faz o Facebook face a outros artefactos e/ou meios de mobilização?

DD - Epah o Democracia e Dívida surgiu em finais de Abril e a nossa inauguração foi no Carmo a 27 de Abril e trouxemos cá alguns ativistas espanhóis da PAC (Plataforma para a Auditoria Cidadã à Dívida). Trouxemos cá duas pessoas, uma delas falou de Espanha, no caso sobre a dívida e foi por essa altura que criámos o Blog e o Facebook e acho que também há um Twitter, mas eu não mexo nele. Foi tudo em simultâneo.

Temos, temos um Google Groups (comunicação interna).

Epah o Facebook, tem coisas boas e tem coisas más. Primeiro, é pah eu não no Twitter, porque não sou. Eu sou um utilizador do email, muito comum eu pessoalmente já escrevo sobre essas coisas há muitos anos e tenho um blog, que aliás te mandei as referências do meu blog. Eu tenho em três sítios, numa plataforma, um “slite share”, há uma outra que é o “clibede” e depois há o Blog propriamente dito que é o Grazia Tanta. E tem lá para ai uns 140 texto cada um. Epah dívida, democracia, segurança social, geopolítica. Eu pessoalmente tenho essas coisas.

Epah não “empanturro” as pessoas de emails. E eu tenho para ai à volta de 13 mil emails, que mando para essa gente toda, cá e lá fora.

Epah o Facebook é uma coisa porreira para em termos da reação imediata, por um lado e é mais viral. Eu sempre, que faço um texto, ponho-o no Facebook e depois há todos daqueles grupos onde me puseram e depois vou, partilho, partilho. E é engraçado porque depois vou ver na contagem de “gajos” que foram ver no blog, é engraçadíssimo ver passado um bocado aquilo “pim-pim-pim” de pessoal que vai ver uma coisa que é interessante. No email eu faço essa contagem, mas é depois, posteriormente.

6ª Como se relacionam com os meios de comunicações social de massas? Como percecionam o papel dos meios de comunicação de massa seja na cobertura da atividade da vossa Organização, seja na cobertura dos demais? Que meio de comunicação torna mais visível a vossa atividade? Porquê?

DD - Ora bem. Eu o televisor, simplesmente não o vejo. Recuso-me, tenho alergia à televisão. A rádio, oiço a Antena 1, portanto não tem anúncios, portanto eu também sou alérgico à publicidade e tem um excelente serviço noticioso. Tem um excelente serviço noticioso. Eles têm um programa na parte da manhã durante a semana, que é o Antena Aberta. Eu deves enquanto, intervenho, telefono para lá e intervenho. Outra coisa que eu vejo também, que é umas sínteses porreira de notícias, durante o dia todo, é o Noticias ao Minutos, que é uma coisa na net, e aquilo é porreiro porque está e eu vejo muito aquilo. Quando vejo uma coisa

interessante “pimba”, ponho a ligação no Facebook, no meu, no de Democracia e Dívida e no dos Indignados de Lisboa.

Epah, vamos lá ver. Ainda recentemente, há um mês, o Gaspar antes de se ir embora “deixou o terreno minado”, no que diz respeito ao Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social. Pronto, o Fundo de Estabilização é uma reserva para fazer face a problemas graves no pagamento das pensões. E essas reservas estão materializadas em títulos de dívida pública em parte em ações do estrangeiro, mas ações que valem, normalmente são de multinacionais, aquilo em princípio não é mau e em títulos de dívida pública de Estados estrangeiros. E o Gaspar antes de ir embora decidiu, que essas ações e os títulos de dívida estrangeira devem ser vendidos, para tudo se concentrar na dívida pública portuguesa, que por coincidência é considerada “lixo” pelas agências de *rating*. Então, quer dizer, eu vou alicerçar as reservas dos trabalhadores, numa coisa, que vale o que vale. Como é que é? Além de que qualquer gestor que “burro” que seja, logo no primeiro dia que entre aí num fundo de pensões ou seja lá do que for, não vai concentrar tudo num único produto, como é óbvio. É idiota. E portanto a gente fez um texto e pessoalmente, mandámos um email pessoal para o Nicolau Santos e para o “gajo” do Jornal de Negócios o Pedro Santos Guerreiro eles responderam-me os dois “epah porreiro e tal a gente vai ver o lugar” até hoje.

Eu acho que é o Facebook (meio de comunicação que dá maior visibilidade às suas ações).

7ª Considera que os objetivos da sua Organização, se sobrepõem aos objetivos de outras Organização existentes? Considera que existe um trabalho coletivo? Se sim, acha que esse trabalho é desenvolvido de forma articulada?

DD - Sim. De certo modo, estamos no mesmo mercado da IAC, do CADPP, bem que tenhamos uma relação muito próxima do CADPP.

Com o CADPP há um elemento, isto aqui entre nós, porque os outros vão ficando. É o homem que vai às instâncias internacionais, das auditorias europeias etc. Esse faz mesmo parte do *Democracia e Dívida* e não temos problema nenhum. Depois, em relação à IAC eu não quero saber da IAC para coisa nenhuma, tenho alguma alergia a instituições partidárias e muito hierarquizadas, mas há dentro do Democracia e Dívida pessoas que acham, que temos de manter assim uma certa ligação e deixemos que sejam eles a puros de fora e eles a tomarem as iniciativas. É evidente que a IAC esquece-nos completamente. Já tem havido duas vezes, duas não, três vezes, tiveram pessoas da IAC na mesa connosco, estiveram a vender o peixe deles, nós a vender o nosso. Mas essa abertura, os “gajos” não têm. As organizações

partidárias não são nada viradas para isso, têm de ser “gajos” que obedeçam dentro dos cânones, não há hipótese.

Não (relativamente à articulação com a IAC).

8ª Como perceciona o trabalho desenvolvido pela sua Organização, considerando o trabalho das Organizações da mesma natureza?

DD - Epah acho que nós somos mais ativos. Somos bem mais ativos, que concretamente a IAC, porque nós temos uma preocupação muito grande de cidadania, temos uma preocupação muito grande de alertar as pessoas de as fazer epah despertar para estes problemas, para a ação política etc., etc. Portanto, como nós não queremos ser nem deputados, nem nenhum Partido, nem coisa nenhuma epah só isso é que nos dá gozo. Só isso é que nos dá gozo. Os outros “gajos” não, andam ali num equilíbrio, eu sei que na IAC há pessoas que têm “toporidos” com esta colaboração, que dois deles já estiveram connosco. E aquilo é tão ridículo, que os tipos antes de colaborarem connosco, porque se eles fosse suficientemente livres, colaboravam connosco. Eu posso pertencer aquilo e ao outro, mas como pessoa eu tenho a minha individualidade, mas eles não eles têm de perguntar lá às esferas. E sei de um deles, que já teve problemas, precisamente por se dar bem comigo inclusivamente, porque aquela malta tem um por mim um “amor de estimação”.

9ª Considerando todos as Organização que fazem uso do Facebook, para as suas ações, que critérios, usaria para os distinguir uns aos outros? No fundo categorizando-os. Porque não lutam dentro de Organizações e Partidos já existentes?

DD - Epah as outras são muito generalistas. As outras, são meros repositórios de informação. Ainda que a designação, às vezes seja um pouco enganosa, dá a impressão que são coisas muito dessas. Eu estou a pensar por exemplo numa página que é “Um Milhão de Pessoas na Avenida para mandar a baixo a Classe política”, qualquer coisa do género. Isto aparentemente é uma coisa muito precisa, mas depois aquilo mandam para lá tudo. E o Facebook tem essa vantagem, com toda a ligeireza, eu ponho uma coisa qualquer, ou vejo uma coisa qualquer e digo “Filho-da-puta, cabrão”. Epah as pessoas desabafam um bocado naquilo, agora o que o Facebook não funciona minimamente, pelo menos cá, em Espanha é um bocado diferente, é a mobilização. Porque nós pomos e divulgamos sempre que temos um evento onde quer que seja, a gente durante ai uma semana, a gente coloca no nosso “Face” e

divulga para a aqui e para a qual e não aparecem. As pessoas não aparecem, são todos muito porreiros, a comentar no Facebook a comentar coisas muito radicais, a comentar coisas “ah”. Mas depois levantar o rabo do sofá, para lá meter o corpo, não. A não ser aquelas manifestações mais folclóricas.

10ª Têm algum tipo de contacto formal e/ou informal com outras Organizações nacionais e/ou internacionais? Como e em que termos se processa esse relacionamento? E com as Organizações mais institucionalizadas, como os sindicatos e partidos políticos?

DD - Opah como já disse o *Democracia e Dívida* começou muito recentemente. Portanto em Junho, não em finais de Maio estive na Galiza porque houve uma reunião da auditoria de lá, dos galegos. Estive lá e pronto a dizer o que nós estávamos aqui a fazer e ficamos com uma relação porreira. Depois em Junho estivemos, ai estivemos três eu e mais duas pessoas, em Barcelona, porque ai houve uma reunião da auditoria espanhola, portanto eles estão repartidos, como a Espanha é muito grande, comparativamente com nós. Eles estão repartidos por autonomias, há uma auditoria na Galiza, na Catalunha, em Valência, Madrid, alguns sítios não há. Por exemplo, na Extremadura não há. Epah e a gente tem falado. Fizeram o encontro nacional, convidaram-nos para lá estarmos, não foi só a nós, estava-la uma representante da auditoria da Tunísia, estava lá também um “gajo” belga. E não havia assim, mais ninguém. Epah a gente esteve lá, dizer de nossa justiça, aprender com eles, porque eles são muito mais avançados, quer em termos da análise e sobretudo a nível organizativo, incomparavelmente. Os “gajos” já têm uma técnica organizativa, que é excelente. E depois está a malta toda junta e depois segmentam-se em grupos, os grupos estão x tempo e depois apresentam conclusões. Epah eles têm uma rotina nestas coisas, muito interessante e muito. E nós cá não temos, a malta cá não consegue.

Não (relacionam-se com sindicatos ou Partidos políticos).

11ª Nalguma situação ou momento viram-se obrigados a banir/bloquear algum seguidor? Porquê?

DD - Não, não. Que eu saiba, não.

12ª Como percebem a participação dos seguidores, no que toca à vossa página no Facebook? Tendo como referência as manifestações de vontade de participar nos eventos, previamente anunciados, como avalia a efetiva mobilização e participação em contexto real dos seguidores?

DD - Epah não há mobilização. Vamos lá ver, curiosamente, ou não tão curioso, na minha página pessoal é mais fácil as pessoas colocarem e nos Indignados ainda mais, são aquelas onde vou metendo coisas. É relativamente fácil as pessoas reagirem ao que se lá põe, acrescentando qualquer coisa. No Democracia e Dívida, não tanto. E eu presumo, que os seguidores é um “naípe” de pessoas diferentes dos outros. Ali é capaz de ser um “naípe” de pessoas menos emotivas, pessoas menos dadas chamando “filho da puta” ao Passos. Muitas das vezes está lá as pessoas que viram, mas os comentários, não são muitos. É uma coisa que acho curioso, porque as pessoas, epah deve haver aqui uma segmentação em termos de qualificação e de posicionamento em relação a estas coisas, que é diferente ao Facebook genéricos.

Eu acho que é muito mais diminuta. Na movimentação social em Portugal, objetivamente. Epah eu não chamo movimentação social a manifestações que se fazem de depois “morre-se”. Isso são momentos catárticos. Mais nada, porque depois como não há nenhuma perspetiva de continuidade, como não há nenhuma perspetiva organizativa, aquilo é um “ah”. Não é outra coisa. Lembreste quando foi o 2 Março, 1 milhão de pessoas, o que sobrou daquilo? Não sobrou nada. Não sobrou nada. O que o QSLT, lá está o QSLT ou *Que se Lixe a Troika*, aquilo é um grupo dominado pelo Bloco de Esquerda. Aquilo nasceu assim, numa lógica hierarquizada, excludente com reuniões feitas em locais secretos. Aquilo não tem uma perspetiva de abertura.

14ª Antes de pertencer a esta Organização, fez ou faz parte de outra Organização política ou cívica? Como se posiciona em termos ideológicos? E os seus colegas de Organização?

DD - Sim.

Epah é complicado. É complicado porquê? Porque eu acho que toda a gente tem uma ideologia. Primeiro, o grupo é heterogéneo, não somos todos dentro do mesmo diapasão. Mas eu quero posicionar as coisas assim: toda a gente tem uma ideologia, o que é a ideologia? É o conjunto de valores, de propostas, de projetos políticos que cada um de nós tem. Há as ideologias do catálogo, como eu costumo dizer “ah eu sou deste ismo qualquer” “ah eu não, sou daquele ismo qualquer”. Mas a maior parte das pessoas não são de nenhum “ismo”, têm a

sua visão própria. Eu, já digo o que é que eu sou, mas eu não considero que isso seja uma ideologia, eu sou anarquista, mas o anarquismo não é uma ideologia. É uma ética. E portanto, eu como posicionamento ético, eu balizo a minha relação com o outro. É com base nisso. Eu estou-me nas tintas, já me disse-te que és ateu, mas se fosses fundamentalista islâmico eu estava aqui a conversar contigo da mesma maneira. A minha lógica é assim: eu ai baseio-me no Espinosa. O Espinosa diz que nós, seres humanos, somos todos iguais numa serie de coisas. Epah as chamadas questões da “carne”. O que é o “gajo” chama as questões da “carne”? Epah independentemente das raças, religiões, línguas, cor da pele ou não sei o que e por ai fora. Todos nós gostamos de não ter necessidades alimentares, todos nós gostamos de ter um “tetozinho” para nos abrigarmos. Nós gostamos de ter acesso à educação, à saúde e para terminar de amar e sermos amados e isso é uma coisa que cabe a todos. E isso divide as pessoas entre si? Nada, absolutamente nada. E portanto para resolver as coisas da gestão dos comuns, eu só preciso de me entender contigo e com os outros para resolver estas coisas, que são comuns. Eu não vou perguntar a ninguém, que cor de escova de dentes eu vou usar? Essa é uma coisa minha, não vou perguntar a ninguém. Ou então estou na cama com uma mulher, se estou por baixo ou por cima, isso é comigo. Ninguém tem nada a ver com isso. Agora as coisas comuns, se vamos fazer uma escola ou uma estrada aqui fora da Gulbenkian, bem isso é outra conversa e portanto é para isso que a gente tem de se entender, para a gestão das coisas comuns, não é para. Portanto, quando se fala de uma ideologia social, seja o socialismo ou o capitalismo, isso é uma treta para impor a vontade de uns aos outros. Mais nada. Porque eu não tenho de estar a dizer a “minha ideologia é”. Bem, vamos admitir que o anarquismo é ideologia “epah tu tens de ser anarquista” era o que faltava, não tenho nada que impor isso. Aliás, ainda o Espinosa, o “gajo” diz que há três coisas essenciais no ser humano, são absolutamente basilares: 1ª é aquilo que o “gajo” chama o conato, a pulsão de vida, epah nós estamos vivos e queremos estar vivos, isto é anima; outra coisa que já não é assim tão animal como isso, são os afetos, epah, eu posso simpatizar mais contigo do que com aquele “gajo” que está ali, mas isso não tem uma explicação, pronto, eu posso-me sentir mais atraído por aquela mulher ali assim, porque é mais simpática, que com a outra, que é “podre de boa” como a gente diz, mas é antipática. E a outra questão é a ética, ou a falta dela. É por ai. E em termos sociais é a partir da ética, que a gente se tem de balizar. Portanto, o Bakunin até diz uma coisa engraçada, o “gajo” diz, as religiões dizem “não faças ao outro, o que não queres que te façam a ti”, o Bakunin diz exatamente ao contrário “faz ao outro exatamente aquilo que gostavas que eu te fizesse a ti”. O que é positivo, não é uma situação de renúncia, “epah eu não te vou dar uma trancada, porque não gostaria que me desses uma trancada”, mas pelo contrário, “eu dou-te uma palmada nas costa, de amigável, porque eu gosto de ser acariciado também dessa maneira”. Completamente diferente.

15ª Como percebem a vossa ação considerando os objetivos a que se propõem?

DD - Tem sido bem-sucedida. Nós estamos satisfeitos, porque em três meses nós já fizemos cinco debates. O Facebook, que é aquilo que eu mais acompanho, eu vou pouco ao blog, o blog é mais para o outro “gajo”, que acompanha mais, eu vejo aquilo a crescer, os seguidores a crescerem e o número de visualizações, às vezes, até explode. Pronto, penso que nisso estamos a aumentar a nossa visibilidade e isso obviamente é um objetivo. Enquanto isso acontecer, porreiro.

16ª Como percebe o papel do humor na ação da Organização? Recorrem a ele com que frequência? E com que intuito?

DD - Eu sou muito irónico. Eu pessoalmente sou muito irónico. E há muita malta que também. Há um outro “gajo” que esse é mais. Epah depende muito do estilo de cada um. Eu por exemplo, sou um “gajo” muito irónico.

Epah a gente quando escreve, estamos a colocar a nossa própria forma de ser. Se eu sou um tipo bem-humorado e irónico é normal, quando depois escrevo isso transpareça. Os meus textos estão cheio de ironia, eu sou muito duro a escrever em relação aos adversários: Governo, Partidos. Epah eu “martelo” nos “gajos” completamente e de uma maneira muito, muito dura, mas lá está. Depois já te explico os meus trajetos políticos. Por exemplo eu falo com toda a gente. Eu sei que há “gajos” no Bloco de Esquerda que me olham assim um bocado “este gajo”. E eu dou porrada desalmadamente no Bloco de Esquerda, mas se tu fosses do Bloco de Esquerda, a mim é me igual ao litro, eu tratava-te como outro “gajo” qualquer, não há qualquer. A nível pessoal é uma coisa, agora em termos de uma ideia de um projeto, ou coisa dessas eu desanco neles. Agora pessoas em si, não tanto, como é evidente.

17ª Fazem uso de outros meios, que extravasem o Facebook? Nomeadamente cartazes, murais, grafitis por exemplo. Como conseguem mobilizar financiamento para tal?

DD - O Blog, o Twitter e o Facebook. Em determinadas circunstâncias, o email.

18ª Qual a estratégia que entende ser a mais eficaz e que consegue ter maior capacidade de mobilização no seio da sua Organização? Como?

DD - Entre os três. Epah o Facebook, não é propriamente um meio muito eficaz para a mobilização. Se por exemplo eu chegar ao Facebook e disser “vou fazer não sei o quê na Gulbenkian” epah as pessoas não aparecem muito. Aqui há tempos, ainda o Democracia e Dívida, não existia, mas pronto, nós já nos relacionávamos houve uma iniciativa de um de nós, que não fui eu. Ele descobriu que os memorandos da Troika, os relatórios das avaliações da Troika, estavam em inglês e que os “gajos” nem sequer punham aquilo em português. E o “gajo” descobriu que aquilo que era colocado no Governo, na UTAO, vinha lá com a designação que identificava o computador. E essa designação eram precisamente as iniciais dos “gajos” da Troika: o AS Abebe Selassie, o etíope. O que dava a entender é que aquilo era colocado lá no site da UTAO e que vinha diretamente da Troika. Logicamente, deveria ser posto pelo Governo, nem que os “gajos” mudassem de computador, mas os “gajos” não estavam com essa preocupação. E nem sequer tinham a intenção de pôr aquilo em português. O que é que a gente fez? Fomos fazer uma queixa no Provedor de Justiça e tiveram lá, salvo erro, dois jornalistas na altura e pronto a gente entregou aquilo, os “gajos” entrevistaram não a mim, mas ao outro “gajo” o dono da ideia. Na altura pusemos as coisas no Facebook e por ai fora e os Partidos Políticos também não pegaram naquilo.

Ainda não responderam (decisão do tribunal). A gente até perguntou se podíamos ter uma entrevista com o Provedor, mas não era possível

19ª Como perspectiva a concretização dos objetivos da Organização?

DD - Epah em termos gerais e na minha opinião e acho que toda a gente a Dívida é eterna. A Dívida não tem fim, posso-te dar números concretos: até 2021 vai ter de pagar em média só à Troika 14 mil milhões, mais 9 ou 10 mil milhões de juros. Portanto 24 mil milhões, isto é, 14% do PIB, isto não é pagável. Portanto isto só vai acontecer na medida em que vai pagando a uns e vais contrair nova dívida. E contraindo essa dívida, uma vez com juros mais altos, outros mais baixos, sempre com as eternas comissões para os bancos. Isto não pára. Por isso, é que eu digo a gente que alterar de raiz este sistema de funcionamento, porque isto é o definhamento. Isto é o definhamento, eles não se ralam muito com isto. Aliás, tu lembraste há um ano, quando o Passos e não foi só ele a aconselhar os jovens a emigrar. Epah quando um Governo diz às pessoas, primeiro qualificadas, segundo, aos jovens para emigrar, está a dizer que este país não tem saída. O país não tem futuro.

20ª Perfil do inquirido

Idade

Habilitações académicas

Ocupação profissional

DD - 66

Economista e pós graduação em Programação Económica

Reformado

Entrevista Que Se Lixe a Troika

1ª Como é que surgiu a Organização (...)? Identifique-me uma ou várias das principais finalidade(s) da Organização (...)? Pode hierarquiza-las? Quando acham que deixou de fazer sentido a existência da Organização?

QSLT - Bem o Que Se Lixe a Troika tem duas fases, tem uma primeira fase da manifestação de dia 15. Ai o grupo inicial era de 29 subscritores e as origens, há um livro sobre isso escrito por um dos membros do grupo, mas é sempre difícil de definir. O que existia na altura era uma vontade de organizar uma grande manifestação e houve um conjunto de pessoas que foram contactadas para organizar esta manifestação. Pronto, surgiu inicialmente a partir de um grupo de 29 pessoas. Quem é que marcou o café? Quem é que marcou? Pronto. Isso, eu acho que é irrelevante para o caso, existia era a vontade de atuar de uma grupo de pessoas organizar uma grande manifestação. Depois teve uma grande ajuda, daquelas declarações do Passos Coelho e quando ao final de duas semanas o número de pessoas que dizia que ia à manifestação de 15 de Setembro era de 2000, que seria os 2000 ativistas do costume, nós sabemos pelo que aparecem sempre. Portanto há ali uma subida exponencial. Depois passada uma fase, há ali um segundo evento que é a manifestação cultural a 15 de Outubro e logo ali o grupo inicial de 29, que entretanto também era flutuante, apercebe-se que tem de alargar. Tem de alargar, até porque com as críticas, com as críticas que já existiam na altura do Que Se Lixe a Troika deveria tentar pelo menos abrir ao espectro dos ativistas que já estavam no terreno e que já tinham feito muitas coisas. E então a 20 de Janeiro, finalmente, depois de um processo de contactos para alargar o grupo surgem os 133 subscritores atuais, que tem flutuado, porque também alguns já saíram e outros entraram. Não sei se vai permanecer por muito tempo com este número, até porque o número não é de todo o mais importante, até porque depois vê-se na prática que aqueles que trabalham e participam ativamente, é um número bem mais pequeno. É um número mais pequeno, pronto. E a 20 de Janeiro surge um segundo grupo que dá aquele, que dá ali um folgo muito grande e organiza o 2 de Março. E depois do 2 de Março vem um 1 Junho e veio agora a iniciativa dos narizes vermelhos no Parlamento, e vai continuar nessa lógica. Aliás, nós já entendemos muito mais que uma forma realista, que a nossa área de ação são as ações diretas e é ser um bocado agitadores políticos. Agitar a política, fazer ações que depois qualquer pessoa possa replicar, alterar, fazer em outros pontos do país, porque não temos capacidade para fazer um programa político.

O Que Se Lixe a Troika neste momento, a partir dessa reunião do 20 de Janeiro continua a ter três premissas principais: expulsão da Troika, a saída da Troika do país; por outro lado, a demissão do Governo, ideia muito clara, que não nos representam; e depois a terceira é dar a

voz às pessoas, que sejam as pessoas a decidir as suas vidas e aqui neste terceiro ponto colocam-se visões diferentes de sistema, que vão desde a visão de que são necessárias eleições antecipadas, uma ideia mais de longo prazo que é preciso uma Democracia mais participativa. Porque lá está, neste conjunto de 130 subscritores há visões muito diferentes do que é necessário. Há pessoas que fazem parte de Partidos e há pessoas que não fazem parte de Partidos. E isso faz toda a diferença na altura de por em práticas estas três premissas iniciais. Mas são estas as três linhas.

Pelo nome, eu diria quando a Troika sair do país, mas como em qualquer um destes movimentos ou grupos, nós nem nos chamamos um movimento, chamamo-nos um grupo de pessoas, porque lá está não temos programa político estas coisas são flexíveis, se calhar vai deixar de existir com o nome Que Se Lixe a Troika, porque com o nome espero eu, que deixe de fazer sentido, porque a Troika será expulsa do país, mas depois pode adquirir outras formas. Aliás, a maior parte destes ativistas que compõem o Que Se Lixe a Troika, participam ativamente noutros grupos. Portanto, é um bocado por aí. Agora pelo nome, quando os três objetivos fossem concretizados.

2ª Quantos elementos compõem a Organização? O grupo de fundadores já se conhecia anteriormente? Como se diferenciam do modo de organização dos Partidos políticos? Pensam vir a tornar-se um partido? Acham que as vossas atividades são suficientes para mudar a situação política?

QSLT - Pois eu diria, não tenho a certeza, eu diria que serão 128 subscritores, mas não tenho a certeza absoluta.

Sim, aliás. Talvez estes 128 eu conheci várias pessoas, mas de alguma forma toda a gente já se conhecia via redes, contactos que ainda hoje se mantém. Dai a conheceres as outras pessoas dos outros movimentos tipo os Indignados de Lisboa, que fiz parte muito tempo, agora por uma questão de tempo e disponibilidade, não tenho ido às reuniões. As pessoas já se conheciam.

Tal como o próprio grupo diz muito claramente em todos os textos nós não somos um grupo partidário. Ou seja, não seguimos orientações políticas. Isto não quer dizer que dentro do grupo não haja pessoas de Partidos e até mesmo de Sindicatos e que obviamente têm as suas ideias e que as defendessem. Agora a lógica do grupo, da constituição do grupo tem características muito diferentes de um Partido. Por exemplo, organização de uma forma horizontal, não hierárquica, decidimos por consenso. Não por votações, portanto as decisões não se vota “à esta é melhor que a outra”. A ideia é que consiga chegar a um ponto, em que

ninguém tenha objeções e daí avançar. Participamos de forma voluntária, ninguém ganha nada por participar. Não nos vamos candidatar a nada, não temos programa político, achamos que devem ser as pessoas a definir esse programa político e assim o que decidirem, se decidirem concorrer a eleições, por um lado ou se decidirem fazer projetos a uma escala mais pequena, por exemplo em Bairros não devemos ser nós a decidir e a definir qual seria a solução. Até porque existem várias.

Não. Mas lá está isto eu diria que não e se assim for não tenho muito interesse em continuar no Que Se Lixe a Troika.

3ª Com que frequência se reúnem? O que leva à marcação dessas reuniões? Atuam e trabalham de modo regular ou em função de factos que vão emergindo e que são contrários aos vossos objetivos? Há delegação de responsabilidades e de tarefas?

QSLT - Não. Não de todo. São ações diretas. Pretendem agitar um pouco politicamente, agora nós somos umas “formiguitas” ou melhor não representamos mais ninguém para além de nós próprios. Não temos e nem pretendemos ter essa capacidade de alteração do estado atual das coisas. E isso cabe em última instância às pessoas. Agora o que sim, acreditamos é como é que as pessoas se unirem, conseguem fazer. Isso, eu acredito mesmo. Agora o Que Se Lixe a Troika com cento e poucas pessoas, não.

Normalmente reunimos todas as semanas. É assim, nós temos organização por grupos de trabalho mais fixos, como o grupo de ações e o grupo de comunicação e portanto estes grupos vão reunindo conforme as suas necessidades para planearem coisas e depois também organizamos plenários. Ou seja, se for necessário debater qual a estratégia a definir, temos um plenário, não é? Ai faz-se um debate político definem-se as linhas orientadoras. Na parte de discussão, temos os grupos de trabalho. Que faz muito sentido, porque se não as discussões seriam infinitas e às vezes por exemplo em relação às ações é muito importante ter um espaço só para concretizar. Só pela minha experiência é aí que se estabelecem os melhores laços de confiança e é aí que o grupo avança. É aí que o grupo avança, porque aí estamos a construir, estamos a concretizar e esses grupos de trabalho reúnem todas as semanas. Depois o plenário pode ser, vamos lá ver uma vez por Mês.

Qualquer pessoa pode marcar uma reunião. Nisso há bastante liberdade. Mas por exemplo nós nunca saímos de uma reunião ou de um plenário sem ter a outra marcada, essa é também uma experiência que também vamos adquirindo ao longo deste s anos. É saber, que para haver continuidade, essa continuidade tem de já estar marcada. Depois pode-se chegar à conclusão, por exemplo esta semana, houve uma reunião de ações, que já estava marcada há

algum tempo. Fomos muito poucos, mas foi bom por um lado. Fomos muito poucos, apercebemo-nos, que é Agosto é aquela coisa, foi muito para delinear e limar algumas arestas, coisas que já se tinham definido e pronto agora percebemos que vamos fazer uma pausa de 2 semanas porque não vale a pena estar a marcar reuniões com pouca gente. Mas normalmente é todas as semanas e marca-se a próxima, porque há sempre trabalho por fazer. Se temos uma ação temos de a planejar, idealmente faz-se tudo presencialmente até porque não faz sentido, planejar situações diretas via Facebook. Portanto é isso, todas as semanas.

Idealmente seria ainda mais regular, até porque uma das coisas que nós já entendemos é que temos de criar Agenda, não queremos estar sempre dependentes da Agenda, mas por outro lado, por exemplo temos duas ou três pessoas responsáveis é uma espécie de minigrupo de resposta rápida. Se alguém dá uma calinada, um político, há um grupo que está preparado para pôr um cartaz a circular nas redes sociais ou coisa assim desse género. Portanto às vezes há acontecimentos que nos fazem realmente e temos de fazer qualquer coisa. Há reação, mas cada vez mais e o exemplo da Grândola, foi um bom exemplo disso, tentamos nós criamos Agenda. E funcionou bem, porque realmente queríamos lançar a manifestação de 2 de Março ao contrário de outras grandes manifestações que têm tido grande ajuda dos políticos, com os discursos que eles fazem. No caso do 2 de Março fomos nós que conseguimos criar a Agenda.

Há distribuição de tarefas. Há distribuição de tarefas e a ideia é que sejam o mais rotativas possível. Sendo que há sempre áreas em que pessoas gostam de trabalhar mais e isso faz todo o sentido. Se aquele gosta de fazer aqui, faz aquilo. Pronto, essencialmente não há líderes.

4ª De que modo é tomada a decisão de realizar um evento? Participam todos nas decisões? Quem têm mais iniciativa? Há iniciativas propostas pelos seguidores? Trabalham todos na organização dos eventos ou há sempre um (o mesmo?) núcleo duro?

QSLT - É em plenário ou em reunião de ações. É uma coisa muito mais simples do que parece, apresenta uma proposta, uma ideia. A ideia é debatida, normalmente é limada. As melhores ideias surgem precisamente depois de se fazer aquele *brainstorming* do grupo. Onde por exemplo alguém teve a ideia de cantar a Grândola, primeiro aquilo surgiu, "vamos fazer uma ação no Parlamento" e depois alguém se lembrou de cantar a Grândola ou primeiro era cantar a Grândola e depois se lembrou do Parlamento. Depois discutimos ali aquelas questões todas, como é que é em termos judiciais, não é legal. E aquilo vai-se construindo ali, vai-se pensando em se ter de fazer contactos, como é que fazemos isto, não é? Como é que falamos do assunto. É assim que se cria um evento. A manifestação, a manifestação do 1 Junho, foi discutida durante duas ou três reuniões, como é que seria, com quem é que se faria. Mas era

por consenso, as decisões eram por consenso, as decisões eram tomadas por consenso. O consenso, não é unanimidade, quer deixar isso bem claro.

Quem vai às reuniões (participam nas decisões).

Eu acho que é bastante geral agora é assim, para não cair naquele, para não induzir em erro existem 20 ou 30 pessoas mais ativas e acabam por surgir as ideias dessas pessoas. Mas nem sempre, por exemplo as pessoas que são mais ativas, no dia-a-dia e que trabalham, mais têm, as melhores ideias. Às vezes as melhores ideias até vem do grupo de artistas, não é. Quem nem sempre pode estar nas reuniões, mas vai a uma reunião e lança ali uma ideia e os outros agarram. E pronto e é isso, mas num plenário há sempre várias propostas e há muitas das propostas que surgem no próprio plenário. Porque depois está-se ali a discutir e “olha vai haver não sei o quê e se fizéssemos isto”.

Assim, que nós criámos e que as outras pessoas seguiram, ou que nós seguimos alguém? Por exemplo, eu tenho ideia que esta história dos narizes vermelhos nos chegou via Facebook. Mas também não te posso conformar isso, não te posso conformar isso, porque sei que alguém disse. A partir de certa altura já nem interessa quem é que teve a ideia, agora se a ideia é boa “pega-se”. Agora, chega-me muita, muita, muita coisa. Até que ponto nós temos capacidade de absorver, não é lato. Ou seja, acabamos por levar essas ideias “olha o senhor António, não sei o quê apresentou uma propostas. E depois as melhores situações são por exemplo, quando deixam de estar sobre o nosso controlo. Por exemplo a iniciativa da Grândola, a certa altura aquilo começa a ser replicado por todo o país e depois diziam nós tínhamos mão. Nós não tínhamos mão absolutamente nenhuma. Aquilo, era iniciativa das pessoas, que sabiam que um ministro ia estar nalgum local e criavam um cartaz. Nós não sabíamos de nada, nós ficávamos a saber à mesma hora. Isso é o melhor, eu acho que uma ação ou uma ideia que é realmente boa, quando deixa de estar sob o controlo de meia dúzia. Quando realmente pode ser replicado e depois deixa-se de saber quem é que teve a ideia.

Eu acho que faz parte da dinâmica de qualquer grupo, como te dizia à pouco. Há pessoas que acabam por participar mais na execução, mas eu acho que isso é relativo, porque é preciso pessoas que executem, mas também é preciso pessoas, que pensem. Todos nós somos necessários, se calhar existe um grupo de pessoas que participação mais ativamente, mas a minha experiência é que as coisas conseguem ganhar outra dimensão, tendo em conta quanto mais pessoas conseguirmos juntar à volta daquilo. Agora existe um núcleo de pessoas que têm o trabalho de execução constante. Enquanto outras pessoas vão aos plenários, ou enquanto outras pessoas só vão ao grupo de ação. Mas eu acho que é muito apelativo analisar se um é mais importante que o outro também, porque toda a gente é necessária. Principalmente, em que se calhar um está mais ocupado em termos profissionais e não pode participar tanto, o ideal será a ter sempre pessoas a ser flexível a entrar e a sair. Até para a rotação e ideias, porque se não o próprio grupo fica ali estagnado, sendo sempre os mesmos.

5ª A presença da Organização (...) no Facebook surge em que contexto? Já existia noutras plataformas (blog-site) antes da sua presença no Facebook? Têm algum mecanismo de comunicação interna, que faça uso da rede digital? Que diferenças faz o Facebook face a outros artefactos e/ou meios de mobilização?

QSLT - A página inicial é criada com a manifestação do 15 de Setembro. Depois sofre uma remodelação a 20 de Janeiro, portanto o *slogan* “O Povo é Quem Mais Ordena” entretanto foi adotado por outro grupo, mas surgiu no dia 20 de Janeiro. Não foi copiado por ninguém. Isso surgiu com a necessidade de o Que Se Lixe a Troika já não é suficiente, há que dar outra mensagem clara àquilo. Pronto e surgiu o “Povo é Quem Mais Ordena” e foi aí que sofreu a remodelação a partir daí tem vindo a crescer, uns dias cresce, noutros há pessoas novas que fazem “like” e começam a receber as nossas informações.

Nós temos blog, temos blog. Neste momento até acho que está um bocado parado, mas temos blog, temos conta de Youtube, agora também não estamos com produção, mas é para retomar para Setembro, com produção de vídeos, até das próprias ações, tentar sempre ter alguém a gravar as próprias ações. Ou seja, usávamos várias plataformas, também temos Twitter, mas neste momento não está, também não o estamos a utilizar muito embora tenha um potencial enorme. Em Espanha, por exemplo tem uma força enorme e não porque é que aqui em Portugal não o usamos e pronto se calhar utilizamos mais o Facebook agora porque acaba por ser a plataforma que tem maior visibilidade. Está lá toda a gente. Idealmente, usámos outras coisas, usámos também o N-1 internamente para organizar o trabalho. Porque há muitas outras plataformas *open source*.

Nós usávamos o N-1 numa fase inicial, *open source*, e tal muito giro, mas houve várias pessoas que se depararam com problemas. Um problema óbvio era que os servidores não são tão rápidos como os do Facebook. Aquilo não carrega tão rapidamente, mas eu atrevo-me a dizer que foi a altura em que o grupo funcionou melhor. Foi quando estávamos a utilizar o N-1. Depois, voltou-se ao formato mailing list. Que é um formato que é utilizado pela maior parte dos grupos. E é um formato, que eu não tenho problema nenhum em caracterizar como o “cancro dos movimentos sociais”. O formato mailing list, porque produz muito lixo, tem organização muito dispersa é muito tentador, as pessoas reagirem a emails, porque têm sempre aquilo aberto. Portanto acabam por criar muitos atritos, muitas vezes, porque a comunicação online tem muita coisa como peca a parte presencial. Porque depois fica-se com aquela ideia, se não tem lá um smile, já pensa que está zangado. E o N-1 estava tudo organizadinho, tinha as tarefas, tinha as discussões precisamente porque quando estava a abrir aquilo não carregava logo, a malta mesmo que estivesse zangada com alguma coisa, e respirando e quando ia para responder já o fazia num tom muito mais levezinho. E pronto, voltámos ao formato mailing list. Não funcionava, agora adotámos uma coisa intermédia,

estamos a utilizar o Google Groups, não é ideal. Eu sou da “velha guarda” prefiro o N-1, prefiro mesmo o N-1 mas estamos a utilizar o Google Groups. Ou seja, também não temos possibilidade de postar diretamente, tem de se entrar mesmo no Google Groups, para enviar um email. Que já é um travãozinho, mas que não tem as potencialidades do N-1. No meu entender, no sentido em que é uma plataforma *open source* e que está sempre a ser melhorado pelos ativistas, está encriptado. Todos nós utilizamos o Facebook e nada disto está encriptado. Sempre a aprender.

O Facebook acaba por servir para comunicação externa e nesse sentido é muito eficaz. Faz muita diferença, porque toda a gente agora tem. Talvez se outros, se a Google tivesse conseguido criar uma ferramenta como o Facebook, talvez o Facebook hoje não fosse o que é. Eu tenho esperança, que um dia será substituído por outras coisas. Até porque o Facebook tem sofrido muitas alterações ao longo dos anos, agora é uma ferramenta muito útil, é uma ferramenta imediata, tal como o Twitter hoje já poderia ser imediato, mas é uma forma instantânea de divulgar as nossas ações, a última dos narizes vermelhos, aquilo foi muito rápido, a polícia tirou-nos logo os narizes na televisão inclusive deram pouca importância e também inclusive, parecia que tinha sido um grupo de cidadãos, mas nós enviámos comunicados de imprensa momentos antes da ação para todas as redações. A identificar a ação e o que nos safou, foi o Facebook, porque nós conseguimos divulgar a ação só através daquilo. Porque se não tinha ficado ali, parece-me. E depois a imprensa internacional começou a pegar naquilo e se a imprensa internacional pega, a nacional vai pegar.

6ª Como se relacionam com os meios de comunicações social de massas? Como percecionam o papel dos meios de comunicação de massa seja na cobertura da atividade da vossa Organização, seja na cobertura dos demais? Que meio de comunicação torna mais visível a vossa atividade? Porquê?

QSLT - Nós temos uma forma de atuar que é bastante interessante. Temos duas pessoas que são responsáveis pela distribuição dos contactos pelos *media*. Ou seja, nós não é sempre a mesma pessoa a falar, o contacto com os *media* é feita de forma rotativa, precisamente para não criar ideias de liderança ou porta-vozes, ou imagens. Existem sempre protagonismos, existe sempre malta que aparece mais nas fotografias que outros. Dai um bocado de diluir isso, portanto há duas pessoas que são, desde o início que é assim, recebem todos os contactos com os *media*, ou seja vão sempre os mesmos dois contactos e essas duas pessoas é que fazem a distribuição pelo grupo inteiro. Portanto, por exemplo se eu hoje falar com uma rádio, televisão ou com um jornal, sei nos próximos tempos não vou falar porque, vai falar outra pessoa pelo resto do grupo. Claro, que há pessoas que não têm disponibilidade e não querem aparecer, ou não podem falar. Eu por exemplo não falo com imprensa estrangeira,

porque trabalho para a imprensa estrangeira. Casa pessoa, diz o que é que pode e o que é que não pode, mas a ideia é essa. Porque a minha experiência é que o contacto com os *media*, normalmente criam-se muitas cisões nos grupos. Pois é muito fácil criar, por vezes nem é com má intenção, mas podem distorcer as informações. Então, nós temos isso, essa distribuição, é rotativa e por outro lado, sempre que há um grande evento fazemos briefings entre o grupo. Ou seja, temos jornalistas dentro do grupo e reunimos com as pessoas, que vão falar para contarmos as questões que podem surgir, para as pessoas estarem mais preparadas. E é assim mais ou menos que fazemos.

É fundamental, é fundamental. Se não conseguirmos. Infelizmente é fundamental. E nós temos assistido nos últimos meses a um boicote, um bocadinho, também sabemos que existem pressões políticas nesse sentido, de abafar um bocadinho o trabalho do Que Se Lixe a Troika, por se ter tornar muito incomodativo, mas nós infelizmente ainda dependemos muito dos *media*. Como todos os grupos.

A televisão (o meio que dá maior visibilidade). E a televisão intra-net. Eu queria os dois: a internet e as redes sociais.

7ª Considera que os objetivos da sua Organização, se sobrepõem aos objetivos de outras Organização existentes? Considera que existe um trabalho coletivo? Se sim, acha que esse trabalho é desenvolvido de forma articulada?

QSLT - Não, eu acho que amigo não empata amigo. E deveria ser nessa lógica, que os movimentos sociais, pelo menos os ditos mais à esquerda deveriam organizar. Infelizmente ainda existem muitas rivalidades, mas sem sentido. Porque, quando trabalhamos para o mesmo não deveria haver essa noção. Não deveria haver, não deveria haver. Porque o Que Se Lixe a Troika, por não ter qualquer pretensão por ser Partido Político, não quer substituir nenhum movimento social e existem várias formas de organização, vários grupos diferentes, várias orgânicas diferentes e eu acho que todos eles são necessários. Como eu dizia à pouco “amigo não empata amigo”. Eu não sei qual é a solução, aliás eu participo no Que Se lixe a Troika e participo por exemplo na Assembleia de Bairro, que têm lógicas, completamente distintas. Têm objetos completamente distintos, um é mais importante que o outro? Não sei, não consigo ter essa visão macro para conseguir. Se calhar um é mais mediatizado, que o outro, mas até que ponto os dois são importantes e não fazem um trabalho essencial é difícil de avaliar.

Entre as Organizações, há momentos. Há momentos de trabalho coletivo. É engraçado por exemplo, que antes do 2 de Março nas duas semanas, antes do 2 de Março já se sentia que ia

ser grande e aí houve muita gente a ajudar. Aliás malta foi fundamental, de outras Organizações. Em trabalho muito prático, colagem de cartazes e não sei o quê. E aí há entreaajuda. Ou seja, quando se torna muito claro, que o objetivo é comum existe muita entreaajuda. E quando assim é, as coisas vão para a frente são grandes. Deveria haver mais, eu sou apologista de máxima entreaajuda entre, grupos e organizações. Infelizmente, eu própria tenho limitações de tempo, portanto acabamos por nem sempre poder fazer-lo. Não existe ainda, só alguns momentos, mas deveria existir mais.

8ª Como perceciona o trabalho desenvolvido pela sua Organização, considerando o trabalho das Organizações da mesma natureza?

QSLT - Pois é como eu disse ao início. Acho que nós somos agitadores políticos e sociais. E essa é a ideia, fazer ações que possam ser replicadas, dinamizadas. Precisamos de mais gente a fazer o mesmo, outros grupos com ideias, espero eu, não muito distantes, não queremos extrema-direita, nem qualquer tipo de discriminação, então isso é muito fundamental. Precisamos é mais e mais eventos, mais debates, mais manifestações, coisas mais pró-participadas. Mais Assembleias de Bairro, mais grupos. Existem várias datas, que deram origem a vários grupos, eu espero que um dia os 365 dias do ano já tenham dado o nome a um grupo, porque isso seria um sinal que as coisas estavam mesmo a acontecer. Agora aconteceram coisas muito interessantes, caso do Brasil, que parecia, eu vivi lá há uns anos, estar assim muito caladinho, muito quietinho, mas já sentiam-se na sociedade, muitos grupos a aparecer e agora tudo isso “explodiu”. Espero que um dia destes aconteça o mesmo em Portugal.

9ª Considerando todos as Organização que fazem uso do Facebook, para as suas ações, que critérios, usaria para os distinguir uns aos outros? No fundo categorizando-os. Porque não lutam dentro de Organizações e Partidos já existentes?

QSLT - Por exemplo, as nossas publicações, nós temos alguns limites, não é. Como temos no grupo pessoas, com visões diferentes a nossa página normalmente só tem publicações relacionadas, com o Que Se Lixe a Troika, ou com os três objetivos que falava à pouco. Enquanto, por exemplo existem grupos mais pequenos e isso é mais fácil, que podem publicar coisas que fujam um bocadinho à sua temática. Eu dou um exemplo, uma publicação que também saiu no Democracia e Dívida de apoio aos bombeiros (no âmbito da morte do bombeiro da Covilhã), exatamente, que a questão foi colocada no nosso grupo e debatido

online para se poder publicar. Nós acabámos por publicar aquilo, dois dias depois, mas como aquilo sai um bocadinho do nosso âmbito, temos sempre perguntar às pessoas. Talvez, o Artigo 21 como tem essencialmente uma pessoa, ele tem muito mais liberdade para postar diretamente. Os propósitos Indignados Lisboa, por exemplo quem tem a administração da página, publica, pronto. Não fuja muito à ideia, mas pode publicar. E há outras páginas, o Democracia Verdadeira, também administro essa página, também há visões diferentes, mas a malta vai lá e publica, desde que não choque com o outro. No Que Se Lixe a Troika, já não é assim. O grupo tem muito claro os seus objetivos, sempre que há (negociado internamente). Sim, contratualizada.

Há quem o faça, dentro do Que Se Lixe a Troika, há pessoas que o fazem (pertencem a organizações Partidárias). Agora é assim, as estruturas partidárias têm as suas dinâmicas e efetivamente as estruturas partidárias vivem numa lógica institucional de como é que a Democracia deve ser. Os movimentos sociais têm outro objeto e muitas das vezes vêm questionar a estrutura institucionalizada da própria Democracia. Portanto, eu por exemplo nunca fiz parte de um Partido, nem tenciono fazer e não é por ter alguma coisa contra os Partidos, até porque eu acredito em formas de organização, não digo que “isso não é necessário” os Partidos. Mas mesmo para aquelas pessoas que acham que é necessário, ou que acham que é fundamental existem espaços vazios, onde não será nenhum Partido a forma ideal de intervenção. Até pelas ligações ou convicções muito marcadas que esse Partido tem. Quando juntamos no Que Se Lixe a Troika, pessoas de origem diferentes e de convicções diferentes, isso implica que haja consenso, mas por outro lado, que nos permita termos uma abrangência muito maior, porque quando temos abrir os nossos horizontes e abarcar outras pessoas e outras formas de ver, acabamos por conseguir chegar a muito mais pessoas.

10ª Têm algum tipo de contacto formal e/ou informal com outras Organizações nacionais e/ou internacionais? Como e em que termos se processa esse relacionamento? E com as Organizações mais institucionalizadas, como os sindicatos e partidos políticos?

QSLT - Temos com outras Organizações. Organizações, não lhe queria chamar - outros grupos e movimentos. Internacionais relacionam-se muito agora, quando foi para o 1 Junho em vários países. E houve um encontro, no dia 1 Junho foi anunciado cá, um encontro internacional, que juntou vários grupos de vários países.

Esse relacionamento processa-se por exemplo, nós fazemos contactos enquanto grupo, mas depois existem plataformas, onde qualquer pessoa pode entrar, por exemplo reuniões através do Mambo, em que existem ativistas que se reúnem online em datas específicas, que são divulgadas e que depois podem-se reunir-se. O Mambo é um canal que permite isso, para

decidir coisas, mais em termos europeus, ou globais ou o que seja. Nós, normalmente temos uma ou duas pessoas do grupo que seguem estas reuniões e que acabam por trazer informações, o que é que à data se faz. Não temos um papel ativo, no sentido que vamos lá propor coisas, até porque o nosso objeto é muito mais o país, Portugal. Achamos que fizemos isso no 1 Junho e ficou muito claro. Nós achamos que a luta é internacional, no sentido em que o que se passa aqui, passa-se em todos os outros países. Mas a verdade é que as pessoas identificam-se muito mais em Portugal, quando é uma coisa interna. Quando, tal coisa é internacional, diz muito pouco às pessoas ainda. Muito, muito pouco! E então acabamos por não ser esse o nosso espaço de ação. Nós tentamos acompanhar e depois do dia 1 Junho às vezes vão se propagando informações, não muito claras. Agora com o Outubro há a proposta de uma greve social, que está a ser debatida entre os vários grupos e nós estamos a receber essas informações.

Sim (relacionam-se com Organizações institucionalizadas como Partidos), por exemplo para o dia 1 Junho estabeleceu-se contactos com alguns grupo com Espanha, por exemplo que tinham ligações mais à Esquerda Unida, mas isso não é consensual dentro do Que Se Lixe a Troika e não é de todo o nosso objetivo, ou seja, não queremos entrar numa lógica partidária, idealmente. Estabelecemos os contactos, como por exemplo fazemos um apelo, os nossos apelos vêm sempre muito claramente, com ou sem Partido, nós divulgamos as nossas ações, depois as Organizações e Partidos que queiram participar, tudo bem. Mas não entramos em negociações. Não negociamos, não organizamos conjuntamente ações.

11ª Nalguma situação ou momento viram-se obrigados a banir/bloquear algum seguidor? Porquê?

QSLT - Comentários sim. Comentários, já várias vezes, é possível. Aliás isso vem descrito, claramente na página. Nós banimos qualquer comentário xenófobo, discriminatório. Portanto quando há um comentário desse género é retirado, até porque produz muito lixo, essa é uma coisa, que se fala muito normalmente quando há um comentário polémico, mesmo em páginas de eventos, às vezes até malta que vai lá despropositadamente para causar essa polémica, normalmente são os mais comentados e causa mau estar ao evento. Não é isso que se está a tratar ali. Quem quiser criar uma página para esses fins, pode cria-la. Nós temos os nossos critérios editoriais, obviamente.

12ª Como percecionam a participação dos seguidores, no que toca à vossa página no Facebook? Tendo como referência as manifestações de vontade de participar nos eventos,

previamente anunciados, como avalia a efetiva mobilização e participação em contexto real dos seguidores?

QSLT - Fundamental, há muita gente. Há muita gente, há muitas partilhas e isso é fundamental. A malta que segue que a nossa página.

É difícil, porque nós também não somos um grupo que esteja focado nessa lógica. Nós não temos isso. Fizemos isso uma vez, não me parece que vá acontecer muitas mais vezes, nós somos um grupo que diz “vamos fazer tal a tantas horas, quem quiser aparece”. Não é essa a lógica do Que Se Lixe a Troika. Não é! Existem outros grupos que o fazem, eu participo em alguns, nas Assembleias de Bairro, a ideia é essa. Que as pessoas saiam um pouco do computador e se querem participar, apareçam a tantas horas no dia tal, pronto. O Que Se Lixe a Troika, não faz reuniões desse género. Nem tem essa pretensão.

Num evento, a presença das pessoas é fundamental, agora as pessoas aparecem sempre que se identificam com o que está sendo defendido por nós e por outro lado, quando sentem que não estão a seguir ninguém. Ou seja, nós temos perfeita consciência disso.

A nossa experiência, por exemplo quando os eventos têm pouca gente, até 2000 pessoas, eu diria que vai um terço, mas quando começa a passar as 10000 ou 20000 pode ultrapassar. Porque normalmente não é lato, que quem diz que vai, vai. Agora a verdade é que quanto mais pessoas ficam a saber e quantas mais pessoas começam a ouvir que vai, mesmo que não tenham colocado o “like” pensam em ir. Enquanto se for ao contrário, se pouca gente tiver dito há um amigo que te convidou para um café e aquilo deixou de ser tão importante e deixam de ir.

13ª Estão abertos para o contributo dos seguidores na definição dos objetivos e eventos levados a cabo pela Organização? Qual o papel desses na vossa Organização nomeadamente na programação de eventos? Como? De que forma?

QSLT - Estamos. Claro, que estamos. Agora eu acho que idealmente o Que Se Lixe a Troika gostaria é que as pessoas se organizassem. Não ficassem à espera deste grupo de pessoas, para fazerem coisas até porque nós não temos capacidade para isso. E é possível. A maior parte das ações, não são assim tão complicadas de fazer. Convocar um grupo de amigos e seja fazer um *stencil* na rua, seja para ir a um debate, que saibam que vai estar alguém com o nariz de palhaço, isso não é assim tão difícil. E é preciso é que as pessoas acreditem que conseguem. Conseguem e não é preciso virem todos para Lisboa, também. Idealmente, nas

idades onde já houve manifestações seria muito bom, que as pessoas se organizassem. E resolvessem também as questões locais, não estivessem só à espera de procurar de resolver questões nacionais. Eu acho que é um bocado mais por aí.

As decisões são internas, nós é que decidimos as questões. Porque seria impossível, não consigo explicar quantas pessoas nos escrevem todos os dias. Mas seira impossível. Agora estamos a tentar organizar, pôr etiquetas, depois ver aquilo tudo: propostas individuais, propostas de eventos, eventos, estudos académicos. Pedidos, como o teu costumam aparecer, muitos. Agora, há alguma ideia que se pega, mas também temos muita pena de não conseguir dar resposta e que essas ideias não sejam postas em prática. Essencialmente, ponham-nas em prática, não precisam de nós, para nada. Nós não somos ninguém. Nós somos só um grupo de pessoas.

14ª Antes de pertencer a esta Organização, fez ou faz parte de outra Organização política ou cívica? Como se posiciona em termos ideológicos? E os seus colegas de Organização?

QLT - Desde muito nova sempre fiz parte, na Faculdade fazia parte de Núcleo de estudantes, da Universidade. Mas depois também ligado ao jornalismo, jornais satíricos, estudei na Universidade de Coimbra. Depois, quando vim para Lisboa, quando vivi no Brasil também estive ligada a Movimentos de Transição, depois quando vim para Lisboa, Assembleia de Bairro da Graça, que era e é ainda além do Que Se Lixe a Troika o meu grupo de participação mais constante, Indignados de Lisboa, pela lógica de participação, apesar de eu achar que os Indignados, pronto, uma crítica, mas acho que os Indignados de Lisboa ainda não têm o seu objeto definido. E então e eu tenho necessidade de fazer coisas, e a Assembleia da Graça, tem um objeto bem definido: o Bairro, fazemos coisas no Bairro, mercado de trocas, agora queremos dinamizar um espaço baldio para criar produção própria. Mas sim, o Que Se Lixe a Troika terminasse eu continuo a fazer ativismo.

À esquerda. O que isso significa. À esquerda. Sim, à esquerda com uma sociedade livre, uma sociedade em que os direitos sejam respeitados, em que a nossa Constituição fosse respeitada e tivéssemos oportunidades de distribuição de recursos e riqueza de uma forma mais igualitária, mas por outro lado por exemplo, posição pessoal, descentralização mais possível do poder e das formas de ação. Descentralização, não significa o papel do Estado, muito revisto. Acho que a maior parte das decisões que nos dizem respeito deveríamos ser nós.

15ª Como percecionam a vossa ação considerando os objetivos a que se propõem?

QSLT - Temos feito um bom trabalho. Acho que temos feito um bom trabalho. Acho que sim, mas também às vezes é frustrante. Estes “gajos” que lá estão agora no poder, estão agarrados à cadeira, mas aquilo dá-lhes um empurrão valente, eles ficam a tremer nós dizemos “olha vai cair, olha vai cair, vai cair, vai cair” não, ainda não é desta. E isso também nos faz pensar algumas vezes, até que ponto algumas ações, nós fazemos não são depois até usadas pelo Governo, neste momento em funções, como uma forma de se reforçar. Mas acho que temos feito um bom trabalho, tendo em conta as nossas capacidades, porque eu repito que é um grupo de pessoas. Não temos financiamento partidário é tudo a “velha vaquinha” de passar o chapéu nas reuniões. Agora, estamos a ponderar usar mais sistemas “pound panding”, porque precisamos desse apoio e porque achamos que as pessoas, pelo menos por mais não seja, por uma questão de dinheiro, elas querem ajudar, não sabem é como. Acho que temos sido bem-sucedidos, mas acho que ainda não alcançámos os objectivos do grupo totalmente.

16ª Como percebe o papel do humor na ação da Organização? Recorrem a ele com que frequência? E com que intuito?

QSLT - É fundamental. É fundamental, rir e rir-nos de nós próprios, não é só de fora é também de dentro. Mas é fundamental, porque o humor é uma coisa que funciona bem em Portugal.

Posso dizer, que vamos recorrer agora, mais. Isso já ficou.

Criar consciência política. Criar consciência política e social, principalmente. Pôr pedrinhas na engrenagem.

17ª Fazem uso de outros meios, que extravasem o Facebook? Nomeadamente cartazes, murais, grafites por exemplo. Como conseguem mobilizar financiamento para tal?

QSLT - Por exemplo, para o 2 de Março pintámos um mural, uma coisa que queremos continuar a fazer. Temos feito sempre cartazes, a partir de 2 de Março, temos feito sempre cartazes e colagem de cartazes. *Flyres*, temos também distribuído. Tivemos também ações, ação do buzão, que não correu exatamente como queríamos, mas foi um bom ensaio. Nas

quatro artérias de saída de Lisboa tivemos faixas pretas a dizer “Se estiver a ser borrado, buzine”. E depois divulgar do 1 Junho, depois as ações diretas, para divulgar, para além do Facebook. Tivemos também no Estádio Nacional, que não correu muito bem, +porque o Benfica perdeu, mas distribuámos 40000 cartões vermelhos, que eram para ser mostrados no final do jogo da Taça, como um cartão vermelho ao Governo. Mas os benfiquistas sofreram um golo, já estavam todos zangados com o Jesus e saíram todos do Estádio levando os nossos cartões vermelhos e pronto. Mas foi um bom treino, chegamos à conclusão que jogos de futebol é muito complicado. As pessoas não estão pensar naquilo. Mas naquele momento estão ali, não estão a pensar noutras coisas, não funcionou, mas vamos sempre tentando fazer esta e a outra ação.

É tudo (financiamento) através do próprio grupo, ou seja alguém consegue. Os cartões vermelhos, muito simples, um imprimiu 100 cartões em casa o outro também, depois não sei quem disse que pagava a impressão de quantidades maiores e chegamos à conclusão que vamos estar a imprimir 100 e nunca mais daqui saímos. Eu por exemplo, tinha cartolinas em casa vermelhas, passeia a véspera a corta-las, porque estamos a falar de juntar os recursos existem, mas como às vezes os recursos que existem num grupo de pessoas é bem maior do que se pensa, porque alguém conhece alguém e não se importa de apoiar. Por exemplo, no 2 de Março ao contrário do que se pensa, na estrutura do palco, foi nos oferecido, por artistas, que ofereceram o palco. O próprio palco, nem era consensual dentro do grupo. Eu por exemplo, era uma das pessoas que estava contra o palco, contra temos palco. Mas vem tudo de fora, os cartazes são pagos por nós, alguém avança com o dinheiro para ir para a gráfica, para depois faz-se “vaquinhas” para cobrir os gastos, mas lá está queremos utilizar mais o “pound pading”.

18ª Qual a estratégia que entende ser a mais eficaz e que consegue ter maior capacidade de mobilização no seio da sua Organização? Como?

QSLT - O Facebook dentro das plataformas online. Mas os eventos ganham e conseguem sempre, quando alguém pega neles, num sítio qualquer e os começa a fazer. E aí, já não depende de nós, já não está no nosso controlo. Eles funcionam, quando nós não os controlamos, quando somos nós sempre ali a tentar que eles aconteçam, ou sejam replicados, quer dizer que alguma coisa não está a correr muito bem. Quando eles funcionam muito bem e depois quando começam a ser, o Facebook aí ajuda a dar essa dimensão de descentralização da própria ação. Isso talvez seja o mais fundamental.

19ª Como perspectiva a concretização dos objetivos da Organização?

QSLT - Eu espero que venham a ser concretizados. Agora, quando? Quando não sei. Existem aí duas coisas: programada e a urgência, que o Governo caia, que a Troika saia do país. Por outro lado, a consciência que estes processos demoram, mais tempo do que gostaríamos e que nós temos aquela urgência de os ver acontecer, mas eles já estão a causar mudanças. De há dois anos para cá, desde estas grandes manifestações que começaram a existir, já mudou muita coisa. Os Governos estão sempre a trocar entre PSD e PS mas até quando é que será assim? Não sei, se conseguiremos sempre avaliar até dentro do Que Se Lixe a Troika já foram concretizados. Mas acho que a médio prazo vamos ter pequenas vitórias. Se calhar não os três objetivos no sentido lato, mas esses objetivos também vão sofrendo alterações.

20ª Perfil do inquirido

Idade

Habilitações académicas

Ocupação profissional

QSLT - 29

Licenciatura

Jornalista.

Entrevista Indignados de Lisboa

1ª Como é que surgiu a Organização (...)? Identifique-me uma ou várias das principais finalidade(s) da Organização (...)? Pode hierarquiza-las? Quando acham que deixou de fazer sentido a existência da Organização?

IL - Os Indignados de Lisboa surgiram com esse nome embora as pessoas antes do nome já se reunissem e já falassem de política, já participassem naquilo que havia, manifestações, protestos. Surgiu depois ou durante a Acampada do Rossio. A primeira reunião dos Indignados de Lisboa foi feita no Largo do Camões, por um grupo de pessoas que saiu desse processo, da Acampada do Rossio um pouco por discordar do modo como a Acampada do Rossio funcionava. Hoje em dia quando se vê os vídeos da Acampada de Lisboa e as Assembleias que lá se fizeram ao final da tarde, durante vários dias seguidos, parece que aquilo foi muito bom e foi. E até parece que aquilo foi um grande evento, que a gente até agora não conseguiu repetir, mas o que é certo é que nesse momento, nesse momento em que estava a decorrer a Acampada de Lisboa, as pessoas que depois de transformaram nos Indignados, sentiram que havia ali um certo manipular partidário. E os movimentos como os Indignados não se dão bem com isso. E quando sentiram isso, escaparam-se para fora e constituíram um grupo e achámos que estava dentro do espírito, porque dizia em todas as praças, em todas as ruas, que achámos que até era bom que o método se expandisse para outros jardins, para outros sítios, para outras praças e foi o que aconteceu. E foi isso que aconteceu, começamos a reunir noutros sítios.

Os Indignados de Lisboa é um movimento que está muito próximo do 15M espanhol. Sempre foi visto com bons olhos, a parte da ligação disto não ser só uma coisa de Portugal e a nível europeu e até mais do que isso com o Ocupar o Wall Street, portanto quando a nós essa uma das coisas mais importantes deste movimento que se gerou é ser transversal numa data de sítios. Um objetivo, é que as pessoas comessem a exercer a cidadania, que comessem a discutir política, que comessem a juntar-se para resolver os problemas locais. Achamos, que em todo o lado as pessoas se deviam juntar para em conjunto decidir do seu futuro e os seus modos de protesto e claro que isso tem muito a ver com o falhanço e a eficácia de Partidos, de Sindicatos, porque os Sindicatos não têm a proximidade, que quanto a mim, deveriam ter nos locais de trabalho, muitas das vezes aparecem no local de trabalho, já com as propostas na vez de procederem ao contrário, de irem aos sítios de saberem o que é que as pessoas estão dispostas e depois a partir daí fazerem as suas formas de luta e portanto tem tudo a ver com isso - Democracia participativa, direta e transversal e não haver hierarquias, não haver líderes, estarem todos em pé de igualdade.

2ª Quantos elementos compõem a Organização? O grupo de fundadores já se conhecia anteriormente? Como se diferenciam do modo de organização dos Partidos políticos? Pensam vir a tornar-se um partido? Achem que as vossas atividades são suficientes para mudar a situação política?

IL - É impossível responder a essa questão (número de membros). Como é um grupo aberto e nós nos reunimos na rua, tanto podem ser poucos, como podem juntar-se mais gente que vá passar e que se queira juntar. Portanto, não é um grupo fechado, nem é estanque, nem tem um núcleo duro. Claro, que tem pessoas que são mais dinâmicas, isso é o normal. Neste momento são poucas, neste momento são muito poucas.

Já. Já vínhamos. Havia pessoas que já vinham de outra organização que era a “Antiguerra, Anti-Nato” e que talvez, como isso foi em 2010, quando foi feita a cimeira da Nato em Lisboa, portanto isso é bastante anterior ao 15M, que foi em 2011. E portanto nós na plataforma “Antiguerra, Anti-Nato” já praticávamos Assembleias abertas, horizontais, não hierárquicas e havia algumas pessoas que estão nos Indignados, que já vinham daí.

Eu acho que é precisamente por isso. Porque nos Partidos Políticos há hierarquias e há cargos e há a vontade de poder, há cotas, há toda uma organização que vem de cima para baixa, na vez de vir de baixo para cima. Há cúpulas, há dirigentes e nos Indignados e outro movimentos sociais, surgiram precisamente para combater, para fazer de outra maneira e tentar outra maneira de fazer as coisas, que lá está muito de acordo com o espírito do 15M, das Acampadas da Plaza del Sol, eu por acaso não estive lá na altura que havia a Acampada del Sol, mas sei que pessoas que estiveram lá e é evidente que havia lá pessoas de Partidos a participar, não esse o problema, não é haver pessoas que têm o seu Partido a participarem, o problema é que essas pessoas, por vezes não são capazes de chegar a um movimento ou Assembleia Popular e deixar esses vícios dos Partidos, hierarquias e modos de funcionamento, deixa-las à porta e irem reunir-se horizontalmente, sem levarem para lá os seus programas políticos dos seus Partidos e isso é um problema e que nós queremos sempre e tomamos como ponto de honra diferenciar. Ter uma atitude diferente.

Não. Não vejo nada que seja esse o caminho (transformarem num Partido).

Só dos Indignados, de todo, não. Claro que não. Nós, somos um grupo pequeno, aberto, mas pequeno. Dos vários grupos em concreto e em conjunto se passarmos a fase de começarmos a fazer coisas, não cada um no seu quintal, mas conseguirmos fazer o duplo movimento de conseguir fazer as coisas no quintal, mas depois pôr essas coisas todas em comum, essas atividades todas em comum, eu penso que será a única maneira de podermos fazer alguma coisa em conjunto, mas devo dizer que sempre que há períodos eleitorais, isso é um obstáculo. Precisamente, porque há pessoas que nos movimentos que têm os seus programas

políticos dos seus Partidos e que portanto depois os seguem e por vezes uma coisa, não se coaduna com a outra, nem é favorável à outra. E às vezes perdem-se *timings*, de fazer coisas por causa desse desfazamento, entre os programas dos Partidos políticos e os programas que deviam ser mais intuitivos, quando é que é o momento certo para fazer as coisas. Por exemplo, quanto a mim teria sido boa ideia fazer uma Acampada, nem que fosse pequena, porquê, estamos no Verão, há montes de turistas, há muita gente a tirar fotografias seria uma coisa muito visível e incomodativa. A Câmara Municipal de Lisboa vai ter eleições, seria uma “pedra no sapato”, teriam de lidar connosco com pinças. Seria um bom momento, mas como há eleições autárquicas e como provavelmente há Partidos, também de esquerda como o PC e o Bloco, que têm gente metida nesses movimentos, se calhar não é o momento favorável para isso. E depois a coisa, não se dá. Nós, também não fomos tantos como isso e uma coisa dessas só se consegue organizar com toda a gente com vontade em o fazer, porque senão é uma Acampada com meia-dúzia de gatos e acaba por se virar contra o movimento “Olha já foram tantos, ou já tiveram naquelas manifestações grande do 2 de Março e do Que se Lixe a Troika e agora são meia dúzia de gatos. Isto está a morrer”. Não é isso que a gente quer que se pense, não é.

3ª Com que frequência se reúnem? O que leva à marcação dessas reuniões? Atuam e trabalham de modo regular ou em função de factos que vão emergindo e que são contrários aos vossos objetivos? Há delegação de responsabilidades e de tarefas?

IL - Neste momento, estamos muito parados. Porquê? Porque, as pessoas também estão ligadas a outras coisas nomeadamente, no meu caso, vou falar por mim, nós em Maio anunciámos na Assembleia Popular do 25 de Abril, que foi feita no dia 25 de Abril em frente no Largo do Carmo, nós anunciámos que íamos reunir esforços para fazer uma Assembleia em Algés, uma Assembleia mais a nível local e algumas pessoas dos Indignados empenharam-se nessa Assembleia de Algés, porque somos de lá, é a nossa zona e porque nos custa bastante, estou mesmo a falar em dinheiro andar a vir para Lisboa para essas contestações e para essas reuniões, por vezes é difícil para nós, estarmos sempre constantemente e também deixamos uma “pegada ecológica”, também somos sensíveis. Eu acho que uma das coisas mais importantes é o agir local. A tal história “não podemos mudar o mundo, mas podemos mudar a nossa rua”. Podemos começar pela nossa rua, e Algés é realmente um sitio propício com ótimos sítios ao ar livre, para as pessoas se reunirem, com muito pouco movimento, muito pouca vida sócia e com alto potencial para isso, mas ao mesmo tempo uma zona só de comprar, dormitório e nós achámos que era o momento certo para fazer coisas a nível local e empenhámo-nos muito mais, na Assembleia Popular de Algés do que nos Indignados. Os Indignados, neste momento estão um bocado parados. Eu espero que nós, algumas pessoas

vão-se reunir, provavelmente, ainda não é certo, vão estar juntas no dia 1 de Setembro, para precisamente para vermos se conseguimos reorganizar, dar um novo arranque, agora com o mês do Verão também estraga muito estas coisa, vai tudo para fora, uns vão para aqui, outros vão para ali, está tudo muito disperso, mas agora dia 1 de Setembro vamos tentar reunir com as pessoas para perceber o que se pode fazer a seguir, para ver qual é o feeling das pessoas, o que as pessoas acham melhor fazer, por exemplo uma coisa que resultou muito bem há tempos, foi o Ativar, uma fábrica no Braço de Prata, os vários elementos organizaram umas sessões abertas sobre Assembleias Populares, transportes públicos, coisas mais temáticas com pessoas que estavam mais dentro desses assuntos, resultou muito, muito bem, foi muito participado.

Esta vai ser (reunião 1 Setembro/o que leva à marcação de uma reunião), porque sentimos que os Indignados têm potencial para continuar, mais que não seja a nível de divulgação e de comunicação e de alternativa à informação que passa, mesmo que os Indignados se tornem numa coisa mais, um grupo que atue mais a nível da internet, não é mau de todo, porque nós já temos muita, muita gente, que vai ver as nossas coisas, que lê as nossas coisas e temos potencial para espalhar informação. Para moderar a contra informação que é feita.

Começámos por ter uma Agenda e tínhamos as nossas Assembleias abertas nos jardins semanalmente. Depois, começámos a ter quinzenalmente, também tem a ver com as fases da vida das pessoas, porque todas estas pessoas trabalham e têm a sua vida familiar e vida própria. E também digo, que há pessoas que aparecem, que depois se afastam outras voltam, passado tempo, tem a ver com a vida de cada um também tem a ver com um protesto que tenha violência, repressão polícia, por exemplo, por vezes causa danos e as pessoas ficam um pouco fragilizadas e até mesmo com medo, de se meterem nestas coisas de darem a cara, de sofrerem consequências nos trabalhos e portanto as pessoas vão e vêm por vezes vêm novas pessoas ou por vezes aparecem pessoas que já não vinham há muito tempo, mas que voltam e portanto, nunca é o mesmo número de pessoas e cada pessoa tem motivações para ter maior ou menor participação.

Há uma responsabilidade individual (relativamente à delegação de tarefas). Portanto quando as pessoas, esse é um dos problemas, assumem fazer isto ou aquilo espera-se que o façam. Por vezes, é verdade que nestas estruturas não hierárquicas em que não fica ninguém a controlar quem faz o quê, por vezes acontece que algumas coisas se perdem, é verdade. Em que a pessoa se meteu isto ou aquilo, não levou aquilo para frente, é por causa disso que as coisas às vezes se perdem. No entanto, quando as coisas são mesmo importantes, há sempre a possibilidade de as retomar. Vou dar um exemplo, grupo de transportes dos Indignados de Lisboa, foi um grupo que tentou estar ativo e lançou um boicote, que foi lançado no Porto, por outro grupo, que propunha às pessoas não pagarem os transportes públicos em protesto, pelos cortes que estavam a haver nas carreiras, por haver situações de pessoas na margem sul, que não podem vir a Lisboa no fim-de-semana porque têm de recolher no último barco

das 9, porque depois já não têm barco se morarem no Montijo. Portanto, é reagir a esse tipo de limitação e que também o problema da mobilidade é uma limitação à participação das pessoas, porque se fizer um protesto à noite, há pessoas da margem sul que não podem participar, já não falando nos preços, nos aumentos dos preços dos transportes. Portanto havia um grupo dos transportes nos Indignados de Lisboa, que tentou lançar esse boicote, era um boicote que só funcionaria se as pessoas em massa, aderissem a não pagar, a não pagar as multas e se dissessem mesmo, quando fossem apanhadas que estavam em protesto, que não era uma questão de andar de borla, era uma questão de protesto e assumissem aquilo. Claro que não foi fácil, em Portugal as pessoas são todas muito bem comportadas e têm muito medo do que vem de fora, esse é um dos problemas, que têm muito medo do que vem de fora, esse é um dos problemas da desobediência, que seira uma forma de luta, que quanto a mim devia estar a ser altamente praticada e cá em Portugal é difícil convencer as pessoas a fazê-lo, porque têm medo. São muito obedientes. Foram educadas para ser muito obedientes. Ah eu estava a dizer porque fui buscar o grupo de transportes, porque ele está latente, está inativo, já fez algumas coisas, mas se houver qualquer coisa. Se atuamos, consoante o momento? Sim, é natural se houver aí um escândalo com os transportes, que seja muito notório, que esse grupo seja reabilitado e que se torne mais ativo de repente, isso pode acontecer, nestes movimentos.

4ª De que modo é tomada a decisão de realizar um evento? Participam todos nas decisões? Quem têm mais iniciativa? Há iniciativas propostas pelos seguidores? Trabalham todos na organização dos eventos ou há sempre um (o mesmo?) núcleo duro?

IL - Normalmente sai das Assembleias Populares. É falado o assunto, é decidido o que se vai fazer, é combinado como se vão fazer, normalmente em sítio aberto e com quem está.

Sim. Sim (participam todos nas decisões).

É assim, há sempre pessoas, que aparecem com mais propostas que outras, mas isso em todo o lado. Há pessoas que têm mais jeito para ter ideias e lançar ideias para a frente e depois à muita gente que só faz. Mas também não é mau, que tem jeito para isso. Cada um deve explorar o seu potencial, onde pode ajudar. É verdade que umas pessoas têm mais ideias, outras têm mais concretização prática.

5ª A presença da Organização (...) no Facebook surge em que contexto? Já existia noutras plataformas (blog-site) antes da sua presença no Facebook? Têm algum mecanismo de

comunicação interna, que faça uso da rede digital? Que diferenças faz o Facebook face a outros artefactos e/ou meios de mobilização?

IL - O Indignados de Lisboa, no ano passado houve quem tivesse uma boa ideia de criar uma caixa de ideias no Facebook, onde as pessoas todas, portanto um grupo aberto, uma comunidade, não me lembro bem, mas é aberto, qualquer pessoa pode lá ir. Aquilo tentou-se arrumar por temas, qualquer pessoa pode lá ir, lançar propostas e dizer o que pensa sobre este ou aquele assunto. Esse é um ponto de recolha de opiniões. A outra maneira é indo à Assembleia e quem for às Assembleias depois também pode fazer parte do grupo. Há um grupo dos Indignados mais fechado, só para acertar trabalho, embora a gente tenha consciências que os grupos fechados no Facebook, devem ser ainda muito mais controlados pelo SIS e essas coisas, mas pronto há um grupo que só, que só quando as pessoas já deram a cara, já apareceram na Assembleia e mostraram vontade de pertencer a esse grupo e então passam a estar também incluídos no grupo. Não é preciso ter nenhum cartão, nem nenhum crachá, basta que vão lá e que deem a cara uma vez na Assembleia e demonstrem vontade de participar na combinação dos eventos e das coisas, para poderem pertencer a esse grupo. Depois há a comunidade de Facebook, que é um grupo que já tem muita gente, tem milhares de pessoas, que vão lá e acho que tem potencial para espalhar a informação.

Surge com a ideia, agora quem é que não tem uma página no Facebook? E quem é que não se serve do Facebook para espalhar, seja as suas ideias, seja os seus produtos, o Facebook tem muito potencial para isso e portanto criar a comunidade no Facebook, partiu de uma Assembleia.

Sim. Sim. Existe um blog. Continua ativo. Por vezes parado, porque uma das pessoas dos Indignados, que mais alimentava o blog, porque era a pessoas que tinha mais jeito para isso, foi para Madrid. Continua ativo, mas a partir de Madrid e às vezes também está metido noutras coisas por lá e não tem tanto tempo e disponibilidade. Tudo isso é um dos motivos porque a gente se quer reunir no dia 1 de Setembro. Queremos redistribuir tarefas, ver quem é que neste momento. Porque as tarefas, como todos temos vida própria, têm de ser giratórias. Por vezes têm mais disponibilidade mais umas pessoas, fazem eles, depois passam o testemunho para outras que na altura depois têm mais disponibilidade e é assim. Dia 1 de Setembro, com toda a certeza que vamos redistribuir tarefas.

É isso que eu digo (comunicação interna), há um grupo, há uma *mailing liste* e há um grupo de Facebook, onde estão só pessoas que já estiveram em Assembleias.

É mais popular (diferença do Facebook). Por exemplo, há ai uma rede social mais feita de propósito para ativistas, que é o N-1. Tem potencial, mas já se sabe quem está ali, sabe das coisas, são ativistas que estão altamente politizados. O Facebook é uma rede muito mais popular, chega a pessoas que nós não temos maneira de chegar, porque nós não temos os meios de comunicação, mas através do Facebook conseguimos chegar a mais pessoas, que não

estão tão informadas, que não estão tão politizadas, que só ouvem o que os *mídia* institucionais, querem dizer. Portanto, eu quanto a mim, tenho mais interesse numa rede mais popular como o Facebook, do que uma rede de ativistas só, que eu não vou ensinar nada, nem vou informar nada que eles não saibam.

6ª Como se relacionam com os meios de comunicações social de massas? Como percebem o papel dos meios de comunicação de massa seja na cobertura da atividade da vossa Organização, seja na cobertura dos demais? Que meio de comunicação torna mais visível a vossa atividade? Porquê?

IL - Pronto, deves em quando fazemos alguns comunicados de imprensa, quando há alguma coisa muito. Quando organizamos coisas como foi o caso do Ativar convidamos a participar. Temos na nossa *mailing liste*, temos um grupo de comunicação social que espalha e manda a informação para eles todos, mas não depende de nós. Depende, daquilo que eles querem agarrar, daquilo que os deixam agarrar, porque a gente vê evidentemente, que recolhem informação, mas depois ele não sai cá para fora, por algum motivo que nós não sabemos. Suspeitamos, só! E a nossa relação é termos muito cuidado também, porque já tivemos experiência da Plataforma Antiguerra Anti-Nato, de que qualquer coisa que a gente diga, pode ser deslocado do contexto e usado contra nós, como se costuma dizer em Tribunal.

Acho que durante dois anos andaram a fingir que nós não existíamos, nada disto existia. A cobertura que foi feita da Acampada do Rossio, foi vergonhosa. Só posso dizer, que a comunicação social só lá apareceu, no dia em que a polícia bateu nas pessoas, que lá estavam e já muito para o fim. Só quando houve escândalo é que a comunicação social apareceu, portanto acho que eles fizeram uma péssima cobertura dos movimentos e que isso não foi inocente (acerca da cobertura do meios de comunicação de massa).

O meio? É provavelmente o Facebook.

7ª Considera que os objetivos da sua Organização, se sobrepõem aos objetivos de outras Organização existentes? Considera que existe um trabalho coletivo? Se sim, acha que esse trabalho é desenvolvido de forma articulada?

IL - É assim, o nosso objetivo não nos sobrepomos a nada. Agora, que essas outras Organizações podem sentir que nós estamos a fazer aquilo que eles gostariam que de estar só eles a fazer.

É assim, pontualmente há articulação. Por exemplo, agora quando foi este caso dos 226 “malandros”, que queriam ocupar a ponto - que não queriam nada. Era isso que eu ia a dizer, nessa manifestação, ou nesse protesto que de repente saiu fora, porque saímos da Assembleia e decidimos continuar, havia gente de vários movimentos completamente diferentes. E portanto, há situações pontuais em que nós estamos juntos, em que se nota em que devia ser mais aquilo que nos unia, do que aquilo que nos separava. No entanto, nem sempre, conseguimos articular por divergências políticas e de momento político, ou de maneira de atuar. Houve uma altura, eu vou buscar muito a história do consenso, o consenso é uma coisa inacreditável. Os Indignados Lisboa, sempre fizeram bandeira de usar o consenso e nunca em nenhuma Assembleia nossa foi preciso, fazer votações para chegar a acordos, para fazer aquilo. O consenso leva que quem não quer, ou não apoie determinada coisa, mas também não obstaculiza, não se opõem. Portanto, não é uma coisa que vá contra os princípios da pessoa, portanto a pessoa não se opõe, mas a pessoa acha que não era por aí que queria ir, ela consegue haver consenso, porque as pessoas que estão empenhadas em fazer aquilo podem faze-lo, porque ninguém se vai opor a que seja feito. É muito diferente da votação, porque a votação há sempre alguém que vai, que não quer. Quem perde, com certeza que não vai mexer nem uma palha para que a coisa seja feita e a coisa vai ser feita, em seu nome também. O consenso, sempre foi uma bandeira nossa, mas isso às vezes faz atrito, com outros grupos que não funcionam, que incluem votações no seu modo de decisão. E que não. Curiosamente, o consenso tem vindo a ganhar terreno e hoje em dia, a gente até ouve falar em consenso para trás e para a frente, até no Governo. Espero que não denigrem completamente a palavras e também o conceito, porque quanto a mim o conceito é uma coisa boa, mas pode ser usada de uma maneira falaciosa.

8ª Como perceciona o trabalho desenvolvido pela sua Organização, considerando o trabalho das Organizações da mesma natureza?

IL - É assim, penso que os Indignados são um grupo muito abrangente que discute política no seu todo. E embora tenha tentado fazer grupos de trabalho, grupo dos transportes, como as pessoas não são muitas, não se conseguiu essa especificidade de cada grupo ser produtivo. E por isso, tem sido um grupo mais geral, de discussão política mais geral. Os outros grupos que andam por aí, como o Movimento dos Sem Emprego, era um grupo mais focalizado no desemprego e da precariedade. A Plataforma de resistência de Destruição do Serviço Nacional de Saúde, é uma plataforma mais dedicada à questão do Serviço Nacional de Saúde e da

Saúde em geral. Portanto, acho que em relação aos outros é um grupo mais alargado. Há outros grupos que também o são, como por exemplo o Que Se Lixe a Troika, também parece ser mais abrangente, também reúne pessoas dos vários movimentos, portanto enquanto há grupos mais específicos, que se ocupam de uma determinada coisa, os Indignados de Lisboa, abarcam um bocadinho de tudo. Para o mal e para o bem, porque ao ser mais geral, e depois não é tão específico, em cada coisa. As coisas têm o reverso da medalha, que é as questões não serem levadas até ao fim.

9ª Considerando todos as Organização que fazem uso do Facebook, para as suas ações, que critérios, usaria para os distinguir uns aos outros? No fundo categorizando-os. Porque não lutam dentro de Organizações e Partidos já existentes?

IL - Esse é um problema e é um problema que se põe até a nível do 15M dos Indignados mais alargados a Espanha. Eu estive numa formação em Junho, estive numa formação em Espanha onde estavam pessoas ligadas ao 15M, dos cinco países dos PIGSs. E surgiu, uma coisa que toda a gente acha que é necessário, é criar pontos onde a informação seja fidedigna, onde estes Movimentos possam pôr a sua informação, que não é o mesmo de pegar numa notícia de Jornal e colar. Não, é que sejam estes Movimentos, quem for ali, sabe que aquela informação: o 15M dá crédito àquela informação que passa ali e isso é uma coisa que faz muita falta e em Portugal, também. Todas elas põem a sua informação própria, do que fazem, dos seus eventos, portanto não há grande diferenciação. Os Indignados também põem, quando criam um evento, também o divulgam no Facebook, também colocam notícias interessantes daquele dia, ou daquele momento político fazem mais sentido, divulgar. Mas ainda há um grande défice de produção de informação propriamente dita, de filtragem de informação e de produção mesmo, de opinião (conteúdos próprios).

Vou falar por mim. Porque tenho achado, que ao longo destes anos todos, que comecei a ter consciência política, que os Partidos, infelizmente e muito devido à sua organização e à sua Organização vir de cima para baixo e não ouvindo as bases e depois formulando, aquilo que as bases querem. Isso para mim, é um grande obstáculo e por vezes, atrapalha mais do que ajuda, porque se a gente quer, se a nossa bandeira é defender a Democracia e é: as Assembleias Populares e a Participação Cidadã, se as pessoas se metem numa estrutura que lhes passa a dizer qual é o momento de fazer as coisas e como devem fazer as coisas isso vai fazer, com que elas não se meçam, por elas próprias. Pensem pela sua própria cabeça e não participem nessa construção. E portanto um Partido para mim, é um obstáculo, quanto a mim, não quer dizer que haja pessoas nos Indignados que pensem de outra maneira diferente.

10ª Têm algum tipo de contacto formal e/ou informal com outras Organizações nacionais e/ou internacionais? Como e em que termos se processa esse relacionamento? E com as Organizações mais institucionalizadas, como os sindicatos e partidos políticos?

IL - Temos contactos mais com as pessoas, do que propriamente com as Organizações, porque também é a mesma coisa lá. São pessoas, não são Organizações, e portanto tanto cá, como lá fora com pessoas que pertencem a grupos destes, não tanto com o Grupo em si, mas mais com pessoas, que estão nesses Grupos.

Não temos, porque também não achamos que seja por aí e porque também achamos que não teríamos um bom acolhimento., por parte. Quer dizer, quando nós vamos numa manifestação da CGTP e somos tidos como os desalinados, quer dizer, o serviço de ordem da CGTP pondera sempre se nos deve incluir, ou devemos vir atrás. Isto já não é de agora. Na Plataforma Antiguerra Anti-Nato, nós viemos dentro de um quadrado policial numa manifestação com quem andámos previamente meses e meses antes em conversações para poder e que chegámos à conclusão, que cada Plataforma Anti-Nato, havia a PAGAN e havia a PAGIMACNA e nós tivemos desde o princípio em contacto com eles, fomos a reuniões com eles, para ver onde é que podíamos ficar juntos. Decidiu-se lá que não podíamos estar juntos, a não ser na rua e depois na rua disseram que nós éramos mal vindos e cercaram-nos e mandaram a polícia cercaram-nos. Portanto, nós quando já tivemos contactos não temos muito boas experiências, desses contactos institucionais, com essas Organizações. Embora eu ache que há abertura, que haja contactos com eles, têm é de mudar de atitude.

11ª Nalguma situação ou momento viram-se obrigados a banir/bloquear algum seguidor? Porquê?

IL - Sim, já aconteceu. Principalmente em eventos criados, pessoas de extrema-direita irem lá pôr coisas, disser disparates e depois terem de ser banidos, naturalmente.

12ª Como percecionam a participação dos seguidores, no que toca à vossa página no Facebook? Tendo como referência as manifestações de vontade de participar nos eventos, previamente anunciados, como avalia a efetiva mobilização e participação em contexto real dos seguidores?

IL - O feed-back? Acho que podia ser melhor. Acho que as pessoas se ficam muito pelo gosto. Isso dá-nos o sinal de que as pessoas viram e tomaram conhecimento, mas gostaríamos que houvesse muito mais comentários e aprofundamento, que as pessoas pusessem questões, mas isso não há muito.

A gente costuma rir-se com isso, que só 10% é que vão. Portanto, quando estão 60 vão 6 é como a gente costuma considerar a coisa. O evento no Facebook serve muitas vezes para divulgar, serve para saber quantas pessoas ficaram a saber que existia, mas não determinamos nada pelas pessoas que dizem que vão. Nós, temos consciência que o Facebook é um “pau de dois bicos”. Tanto funciona bem para chegar às pessoas, como também é “flop” quando se trata de obter o *feed-back* das pessoas.

13ª Estão abertos para o contributo dos seguidores na definição dos objetivos e eventos levados a cabo pela Organização? Qual o papel desses na vossa Organização nomeadamente na programação de eventos? Como? De que forma?

IL - Claro que sim, mas pensamos a participação cívica, nas Assembleia, do que ir só para o Facebook. Nas Assembleia (é a prioridade).

Acho que foi muito exagerada (participação). Chegou a uma altura em que nós em todas as reuniões, todas as Assembleias que fazíamos, anunciávamos eventos e até marcávamos com a Câmara, tínhamos lá dois polícias para ver se estava tudo bem. A tomar conta de nós, porque nós achávamos que era uma maneira de não termos problemas, não nos estarmos a expor aos problemas. Nem toda a gente, se calhar, é muito favorável a isso. Se calhar até vai mudar. Tem que ver com a componente de desobediência. Há pessoas que privilegiam a desobediência e acham que “a rua é nossa”. É um dos *slogans* destes Movimentos, portanto não podemos aceitar reunir em segredo quatro pessoas e poder considerar uma manifestação. Queremos afirmar quer as pessoas se podem, conversar na rua, reunir na rua, estar sentados na rua a conversar e não fazer disso um inferno.

14ª Antes de pertencer a esta Organização, fez ou faz parte de outra Organização política ou cívica? Como se posiciona em termos ideológicos? E os seus colegas de Organização?

IL - Sim, à Plataforma Antiguerra Anti-Nato, por exemplo.

Sim, atenta e informada e participativa. Por exemplo, através de blogs, pessoas como o VL que tem a Esquerda Desalinhada, que chega a montes de gente e que tem o nome de Grazia Tanta e expande informação e produz texto. Ai é uma questão de uma pessoa que é economista e que produz mesmo opinião. Temos por exemplo o *Caos in the Garden* que é um blog muito conhecido que faz há 7 ou 8 anos que anda ai todos os dias a fazer crónicas sobre a situação política. Portanto, sim temos pessoas que já têm uma intervenção, que não é da altura do Sindicato, que já vem de trás.

15ª Como percecionam a vossa ação considerando os objetivos a que se propõem?

IL - Tem fases. Tem alturas em que até nós nos surpreendemos como é que correu bem. Foi bom e correu bem. Por exemplo, um protesto que foi marcado de um dia para o outro. Às vezes coisas inesperadas. Quando foi a greve geral, que houve aquela carga policial no Chiado, no blog, por reação imediata e eu tenho muito boas experiencias com a reação imediata, às vezes é muito melhor do que uma coisa estar marcada um mês à espera, com tanta coisa acontecer, até se esquecem. E ali, foi uma reação imediata, a uma carga policial e foi marcado para o dia seguinte e lançado um comunicado de imprensa, passou na comunicação social toda e foi bonito a gente ir lá atirar com flores para os pés dos polícias, que estavam lá à frente do Ministério da Administração Interna, em protesto contra o que se tinha passado. Foi uma coisa marcada assim, da noite para o dia: “e se nós reagíssemos”, tipo às 4h da manhã as pessoas estarem no computador “e se nós reagíssemos à marcássemos já um evento para amanhã e fizéssemos já um texto aqui” e resultou muito bem, muito melhor do que se estivesse combinado com tempo.

16ª Como perceciona o papel do humor na ação da Organização? Recorrem a ele com que frequência? E com que intuito?

IL - É assim, a página dos Indignados não é 100% vocacionada para o humor. Mas temos a sorte de termos pessoas, no caso do *Caos in the Garden*, é um blog que usa o humor e a caricatura política, a manipulação de imagens. Usa imenso humor. Eu acho que o humor é muito importante e em alturas de desespero, então, o que vale às vezes é o humor. E acho que sim, acho que todos os Indignados têm uma pontinha de apreço pelo humor.

Sim (frequência). E à ironia. E ao trocadilho. Todas essas coisas. Aquela história, por exemplo, do FDP que andou por ai, dos Fanáticos dos Popós, quer dizer é mesmo ter de

brincar com as coisas. O bailarico do metro, porque com a subida dos preços, os transportes são só para os ricos. Fomos todos vestidos de gala, com copos de plástico e champanhe e música e fizemos festa dentro do metro, como forma de divulgação, que eu acho que atualmente é a via. A desobediência, que é assim, manifestações grandes já se viu. Há manifestações brutais, não acontece nada no dia seguinte, ainda levamos com mais medidas de austeridade. Greves gerais, as pessoas são altamente penalizadas, já ganham mal e ainda ficam a ganhar pior. O Governo continua a fazer tudo, como se nada fosse. O que eu acho que só pode resultar são as pessoas deixarem de ser tão obedientes e tão certinhas e começarem a fazer ações de rua, não estou a falar em barricadas ainda, estou a falar de ações de rua. Conforme “pisam os cales das pessoas”, as pessoas reagem. E quando as pessoas não tiverem dinheiro, vão roubar. Se tiverem os filhos em casa com fome, quem é que vai condenar, só mesmo a polícia e o Ministro da Administração Interna é que vão condenar uma coisa dessas. As pessoas se virem que é essa a situação, as pessoas vão deixar de condenar esse tipo de coisas. Nós vimos agora na Greve Geral e na manifestação que foi feita do Ocupar eu tive uma cena fantástica, uma pessoa na Rua do Carmo dentro de uma loja, daquelas chiques que me pediu de dentro da loja fechada, que fechou a porta, mas pediu-me para eu lhe passar o papelinho e tirou-me uma fotografia com o papelinho Anarquista, dentro da loja. Se quiser ir ver às minhas imagens está lá. Portanto, há lentamente, as pessoas vão percebendo e o Facebook, comecei a utilizar o Facebook já para ai uns 5 anos diariamente para ai da meia-noite às três da manhã estou no Facebook, quase todos os dias. Ao princípio, eu achava o Facebook uma pasmeira, mas que estupidez, mandam ursinhos, mandam corações. Hoje em dia o Facebook está completamente diferente. Eu tenho dois mil e tal amigos e vejo que é só passagem de ideias políticas, pessoas a proporem coisas e a dizerem “vejam lá isso” “o que é que vocês acham disto?” pessoas comuns a trocarem informação política através do Facebook, como dantes trocavam corações e ursos.

17ª Fazem uso de outros meios, que extravasem o Facebook? Nomeadamente cartazes, murais, grafitis por exemplo. Como conseguem mobilizar financiamento para tal?

IL - É o que já disse, o blog. Flyers. Também há por ai um grupo que também faz stencil.

18ª Qual a estratégia que entende ser a mais eficaz e que consegue ter maior capacidade de mobilização no seio da sua Organização? Como?

IL - Maior mobilização, não quer dizer maior eficácia, para mim. Maior mobilização, são as grandes manifestações, esse grupos que se vocacionam para isso, como o 15 de Outubro, como o Que Se Lixe a Troika, como os Sindicatos. Os sindicatos, são vocacionados só para a manifestação, mas são, têm a capacidade de mobilização, as camionetas. Os Indignados não têm nada disso, portanto a nossa mobilização é feita pelos *flyers*, que são artesanais, que são pagos em “vaquinhas” que fazemos nas Assembleias. Não somos financiados. O que eu consideraria, mais eficaz é a desobediência civil, as pessoas começarem a ter consciência, que podem dizer não, que podem parar, podem fechar uma rua, bloquear o trânsito. Por mim, neste momento, já chegámos a um ponto que isto devia estar na rua. Não está, tem muito a ver com a educação das pessoas, dos portugueses, tem muito a ver com os 50 anos que aguentaram a “comer e a calar” mas isso também se vai modificando. Eu vejo, hoje em dia pessoas, dos Movimentos que condenavam “ai ai ai, a propriedade privada vão fazer um stencil é vandalismo, nós não alinhamos nisso” e hoje em dia são bem capazes de alinhar, de fazer mais que isso se calhar.

19ª Como perspectiva a concretização dos objetivos da Organização?

IL - Tem. No aspeto de passar informação tem sido muito bem-sucedido. No aspeto da mobilização não, porque nós não temos um canal de televisão, não temos programas de rádio. E repare, há aí manifestações, eu vou dar um exemplo, do Que Se Lixe a Troika do *15 de Outubro* já foi nítido que alguma força superior queria que aquela manifestação queria que tivesse muita gente. Porque, foi feita alta divulgação, em telejornais, entrevistas a ativistas uns dias antes da manifestação. Bastante falado que iria haver manifestação e portanto houve grandes mobilizações. Esta manifestação, que era suposto ser grande em Maio, não teve quase divulgação nenhuma, aquela que foi para a Alameda, não teve quase qualquer nenhum *feed-back* dos meios de comunicação e foi um boca *flop*, apesar de ter sido organizada pelo Que Se Lixe a Troika também. Em contraste com o 2 de Março foi um *flop*. E por algum motivo desconhecido ou não, inocente ou não teve pouca comunicação nos telejornais e isso tupo

20ª Perfil do inquirido

Idade

Habilitações académicas

Ocupação profissional

IL - 48

Licenciada

Desemplegada

Entrevista 15 Outubro

1ª Como é que surgiu a Organização (...)? Identifique-me uma ou várias das principais finalidade(s) da Organização (...)? Pode hierarquiza-las? Quando acham que deixou de fazer sentido a existência da Organização?

15 O - Então, a plataforma 15 de Outubro surge no contexto da Acampada do Rossio. Após, toda a experiência que houve da Acampada e de todo o movimento de aglutinação, que surge envolta da Acampada, que continuou existindo após a Acampada, passou a haver digamos, encontros, Assembleias Populares. Antes eram diárias, depois passaram a ser semanais, mas a partir dessa experiência que aglutinou muitas sensibilidades, muitos Movimentos Sociais. Portanto, esse é o contexto e houve um encontro internacional para debater a luta, os Movimentos Sociais. Nesse contexto da Acampada do Rossio há um encontro internacional, organizado pelo núcleo internacional, até porque entretanto aquilo se dividiu em vários núcleos. E há um núcleo, não sei se chamava assim, mas prontos, discutia essas questões internacionais, que tinha o PR, como principal figura. Ele com outras pessoas da Acampada do Rossio, organizou esse encontro e que chamou várias pessoas de vários países: Espanha, também veio uma pessoa da Grécia e nesse contexto, e nessa reunião surge a ideia, eu lembro, que estávamos até conversando eu o PR e o N, surge essa ideia de organizar um encontro, uma reunião para organizar uma determinada ação. Surge assim, essa ideia. E depois, houve uma primeira reunião, que depois foi até divulgada muito pelo PR, em que há algumas pessoas da Acampada do Rossio. Junto com outros Movimentos Sociais, por exemplo o M12M e outra, agora não me lembro exatamente, com algumas sensibilidades para pensar organizar uma determinada ação, eu até participei dessa reunião 0. Que é aí, mais ou menos, que começa a surgir a primeira movimentação, para aquilo que depois se transformou na plataforma 15 de Outubro. E eu lembro, que nessa reunião, era tentar juntar sensibilidades, tentar fazer alguma coisa e nessa altura, não sabia muito bem. Havia uma determinada sensibilidade, que queria fazer uma reunião de “barraquinhas” com os vários Movimentos e tal, uma feira. Uma feira de Movimentos, essa era a proposta, encabeçada pelo M12M, nomeadamente pelo SV. Para fazer uma feira. E aí, até eu, que estive, digamos muito Feira? Ainda por mais, depois da manifestação que houve de 12 de Março, é preciso que haja uma manifestação e no caso eu fui o principal defensor, que era preciso fazer uma manifestação, depois do 12 de Março. Essa questão da austeridade, corte de direitos e digamos consegui, juntar algumas sensibilidades, como o PR, mais ligada à Acampada do Rossio, no sentido, que é preciso fazer uma manifestação e fazer essa ideia de fazer uma feira, que é uma ideia legal, mas não é isso que o país precisava. Eu lembro, que até uma das pessoas “não, nós não podemos fazer mais manifestação é um bem que não se pode fazer a toda a hora”, “a

manifestação do 12 de Março foi muito preparada, é um bem raro”. Eu lembro-me, que a pessoa dizia “manifestação +é um bem raro”. Mas o facto que essa, passou a ser maioritária, essa posição, que temos de fazer uma manifestação. E a partir daí houve várias, começou a haver reuniões, no sentido de preparar uma manifestação. Isso a partir do momento, começou a entrar, mais gente. A reunião passou a entrarem a entrar mais pessoas, passou a ter um carácter aberto. Se juntou outra sensibilidade. Depois, passou a haver a possibilidade de uma manifestação internacional e aquilo juntou algumas sensibilidades, por exemplo, ligados aos Precários Inflexíveis, quando a coisa entra, quando aquilo começa a ter uma “coluna vertebral”. Ai é que eles entram, por exemplo e outra malta. E aquilo depois ganhou volume e passou a haver reuniões digamos, até mais semanais, para preparar a manifestação. E depois houve a manifestação, a manifestação até foi superior àquilo que nós estávamos á espera, também muito em função agora não me lembro exatamente qual, houve uma medida do Passos Coelho, que digamos “inflamou”, tal como aconteceu com o 15 de Setembro, que era para ser uma manifestação, não era para ser o que foi. Depois houve essa manifestação, muito boa. Assembleia Popular, que muitas das reuniões, muito envolta do que “vamos fazer?”, “o que vamos fazer?”, “o que vamos apresentar?”. Correu muito bem, até pela própria invasão das escadas, foi uma das Assembleias Populares. Foi a maior Assembleia Popular, que se tem registo, após 25 de Abril, estavam por lá mais de 10 a 15 mil pessoas. Foi uma coisa impressionante e correu muito bem. E nesse contexto, houve depois a perspectiva, de uma parte das sensibilidades. Não era somente malta ligada, ao MAS e pessoal independente “epah, nós temos de continuar!”, “Isso não pode parar cá!”. E a partir daí, criou-se mesmo no dia posterior, tanto uma parte das pessoas que acamparam lá, decidiu-se fazer uma reunião, para criar núcleos, para preparar outras ações e aí surge. Nas primeiras reuniões, que há fica digamos consensualizado a necessidade de se criar a plataforma 15 de Outubro, para digamos continuar a impulsionar e intervir na sociedade, a fazer mobilizações.

Epah, a principal finalidade naquela altura, era mobilizar a sociedade. Era um polo aglutinador de várias sensibilidades. E aí é que está, tinha malta do Bloco de Esquerda e alguma dos Movimentos Sociais, que de certa forma dirigem, como os Precários Inflexíveis, o MAS. Vários setores dos Indignados, há malta do MAS. Epah os únicos, que não estavam lá, porque queriam e sempre boicotaram aquilo de uma forma, era o PCP. O PCP, nunca pôs lá os pés. Digamos, que a principal medida era que aquilo acabava por ser um polo aglutinador de sensibilidades de malta de esquerda, que era contra a austeridade e ao mesmo tempo, como forma de impulsionar, criar mobilizações, intervir na sociedade a partir, fazendo outro tipo de ações, que não mobilizações, sei lá, ações, concentrações, debates e radicalizar a luta, no sentido de se criar também um instrumento, que fosse mais consequente, que os “velhos Movimentos”, que até então era muito dependente do sindicatos e das ações, que eram centralizadas pelo Partido Comunista. Essa é que é, ou seja, nesses últimos 3 a 4 anos é que surge essa correia e rebenta, no sentido que as maiores mobilizações e as mais radicais, que existem nos últimos 3 a 4 anos, não foram feitas pelo PCP. Até então, eram sempre o Partido

Comunista, que via CGTP. E isso permitiu criar um instrumento de luta, que pudessem digamos radicalizar. E recordo, isso é histórico, eu a primeira manifestação num dia de Greve Geral e que houve por conta da plataforma 15 de Outubro, acho que foi a 14 de Novembro 2011, acho eu.

Não, o 15 de Outubro não deixa de fazer sentido. Ninguém, afirmou isso.

2ª Quantos elementos compõem a Organização? O grupo de fundadores já se conhecia anteriormente? Como se diferenciam do modo de organização dos Partidos políticos? Pensam vir a tornar-se um partido? Acham que as vossas atividades são suficientes para mudar a situação política?

15 O - Epah neste momento devem ser, eu não tenho ido às reuniões, eu faço parte agora do Que Se Lixe a Troika. Tenho ido mais nessas reuniões. Neste momento, devem ser em torno de 20 pessoas.

Sim, porque se juntou no contexto, direto ou indiretamente a malta se conhecia. Aquilo surge, no contexto da Acampada do Rossio, que serve de polo aglutinador de sensibilidades. E isso deu uma combustão e o contexto de uma radicalização política, de algo tem de se mudar, de crise económica, que depois deu com que ocorresse o Rossio e as pessoas percebiam que era preciso um instrumento de luta, mais eficaz, que fosse mais refinado, para digamos intervir na sociedade. E é isso. A ideia surgida da plataforma 15 de Outubro.

Como se diferenciam? Aquilo não é um Partido. Que aquilo de certa forma, tem um programa mínimo, tem um programa muito mínimo e até porque há pessoas que são de partidos políticos, há pessoas que não são de Partidos políticos. Aquilo, que passa a existir, passa a servir, como polo aglutinador de várias sensibilidades. E se diferencia, justamente pelo seu carácter plural e por um programa mínimo, que faz com que depois as pessoas diferentes se juntem, por aquilo que têm em comum. E grande parte das discussões, discussões duras, era precisamente quando se debatia no programa, “o que vamos fazer?”. E depois percebeu ali, que plataforma tinha de servir, por um lado, para fazer mobilizações e servir de um programa mínimo, porque se quiséssemos aprofundar aquilo, em temos “o que gente vai fazer?”, “que propostas para a sociedade?”, “queremos o quê?”, “radicalizar a democracia?” “fazer a revolução socialismo?”, ou “como nos vamos posicionar perante?”. Isso dava, nos dividia, porque havia pessoas com muitas sensibilidade e é isso que difere de um Partido Político, é um programa mínimo, que seja somente para intervir na sociedade, para fazer mobilizações, fazer debates.

Não, porque eu acho que isso não faz muito sentido. Poderia fazer, poderia fazer, é verdade. Até porque parte importante das pessoas, já tinham Partidos Políticos. Agora, claro se aquilo fosse uma coisa de massas, tivesse lá 500 pessoas, 1000 pessoas e houvesse uma “coluna vertebral” até podia fazer sentido, alguma coisa deliberada. Mas acho que ninguém, ali quis. Acho que até houve pessoas, mas era ultraminoritária, que tinha a ideia de tentar.

Cara, é como te digo é outra época. Não posso responder a essa questão agora. Posso responder no passado. Principalmente, na época de 2011 e 2012 e nessa época era sempre insuficiente. Acho que agora o facto aquilo, nos últimos 2 a 3 anos e a plataforma 15 de Outubro, cumpriu um papel muito importante, mas seja insuficiente potencializar os Movimentos Sociais, dar voz às pessoas, radicalizar a democracia, criar novas formas de luta e novas formas de interveniência e de se organizar a sociedade. Por exemplo, a plataforma 15 de Outubro, é um Movimento aberto às pessoas que querem participar. É diferente do Que Se Lixe a Troika é um Movimento fechado, que funciona por convite. Nesse sentido, eu faço parte do Que Se Lixe a Troika, andou para trás. Eu sou um crítico. Em todos os Movimentos que faço parte e o Que Se Lixe a Troika, por exemplo. E houve por exemplo coisas que o 15 de Outubro organizou, que nesse momento não tiraram as devidas lições. Por um lado, criar um Movimento aberto, por outro lado, dar voz às pessoas, por exemplo à pouco tempo na Assembleia Popular que houve no 15 de Outubro, “vamos fazer uma Assembleia Popular, quem quiser fala” não ter medo do povo. As pessoas poderem intervir. Isso nas reuniões que houve 15 de Setembro, 2 de Março com o Que Se Lixe a Troika, não quis fazer isso. Ao mesmo tempo, “vamos radicalizar, fazer mobilizações para a frente do Parlamento”. Eu ainda recordo, que antes disso não havia mobilizações para a frente do Parlamento, não tirando o Movimento estudantil aqui de Portugal. Quem começa a fazer mobilizações, para a frente do Parlamento é a plataforma 15 de Outubro e grande parte depois de 2011 e 2012, as manifestações sempre iam para o Parlamento. E isso dá maior combatividade, maior radicalidade, porque é lá é um símbolo. É um símbolo principal do Governo, que aplica austeridade e não é indo por exemplo para a Praça de Espanha, como foi por exemplo o 15 de Setembro e aliás, nessa manifestação que foi organizada pelo Que Se Lixe a Troika do 15 de Setembro, foi em grande parte dos setores da plataforma 15 de Outubro e não só, que através do megafone “não vamos ficar aqui, vamos para o Parlamento” e foi uma parte substancial da manifestação, 20, 30 ou 40 mil pessoas, saíram da Praça de Espanha e foram até ao Parlamento. E por exemplo, hoje em dia há mobilizações, no dia da Greve Geral, graças à plataforma 15 de Outubro. Porque anteriormente o PCP nunca fazia isso e não fazia, porque a CGTP acaba por servir como, eles fazem mobilização, mas ao mesmo tempo domesticam e travam e dizem “ah não se +pode fazer porque as pessoas estão trabalhando na Greve Geral”. O facto é que há muitas pessoas que não podem fazer Greve Geral, não podem fazer Greve e poderiam fazer mobilizações. E hoje em dia, a própria CGTP já marca manifestações no dia da Greve Geral, porque já sabe se não for ela a marcar, acaba por marcar outro setor, seja a plataforma 15 de Outubro, sejam outros Movimentos Sociais. E isso até hoje, digamos para

perceber o contributo que deu e continua a dar esses Novos Movimentos Sociais, entre eles a plataforma 15 de Outubro.

3ª Com que frequência se reúnem? O que leva à marcação dessas reuniões? Atuam e trabalham de modo regular ou em função de factos que vão emergindo e que são contrários aos vossos objetivos? Há delegação de responsabilidades e de tarefas?

15 O - Até há pouco tempo estavam, vou recebendo, era semanalmente ou de 15 em 15 dias. Varia.

Epah eu acho que em grande parte, no fundo é discutir a questão da situação política, mas também criar um debate, uma leitura para tentar perceber como intervir na sociedade.

Eu acho que é as duas coisas. Só faz sentido, se forem as duas coisas (reação e agenda), mas obviamente aquilo que tem de atuar em sintonia, com o que se passa na sociedade, senão fica isolado. Agora ao mesmo tempo, tem de criar uma Agenda própria, no sentido, também de transformar a sociedade, não ficar quieto, passiva é uma coisa ativa, portanto ao mesmo atua dentro da sociedade, não pode ser de outra forma.

Sim.

4ª De que modo é tomada a decisão de realizar um evento? Participam todos nas decisões? Quem têm mais iniciativa? Há iniciativas propostas pelos seguidores? Trabalham todos na organização dos eventos ou há sempre um (o mesmo?) núcleo duro?

15 O - É nas reuniões, ou seja surgem ideias nas reuniões, debate-se e vota-se. Portanto, aquilo é votado democraticamente por quem estiver nestas reuniões.

Sim, todos.

Epah nesse momento, agora são pouco. O que existe da plataforma 15 de Outubro atualmente é um núcleo duro, são 15 a 20 pessoas. Anteriormente, ai é que está, a plataforma 15 de Outubro, as decisões são sempre tomadas de forma democrática, em Assembleia, nas reuniões e na altura, havia várias sensibilidades.

Pois, eu acho que si. Mas não estou é uma coisa.

5ª A presença da Organização (...) no Facebook surge em que contexto? Já existia noutras plataformas (blog-site) antes da sua presença no Facebook? Têm algum mecanismo de comunicação interna, que faça uso da rede digital? Que diferenças faz o Facebook face a outros artefactos e/ou meios de mobilização?

15 O - Surgiu numa fase, não sei exactamente qual a fase, mas acho que surgiu já numa fase posterior, havia a mailing list, havia a página, depois surge a necessidade de o Facebook, com a cada vez mais importância do Facebook. E depois passa a existir, não sei assim a data, mas sei que naquela manifestação do 15 de Outubro mesmo, há um endereço de uma página na internet, mas não é do Facebook. Então surge numa fase posterior, agora já não sei bem.

Sim. Sim, havia um site e uma mailing list. Depois é que vem o Facebook.

Tem, é a mailing list.

Eu acho que é principalmente para criar o evento, aquela coisa. Não minto, próprio 15 de Outubro houve um evento, sim. Creio que houve. Epa e surge naquele contexto do pós 12 de Março, que é importante, por causa dessa questão do evento, acho eu. Como uma forma de publicitar uma manifestação, que é muito mais facilmente comunica com as pessoas e pah chama. Cria um evento e vai convidando e vai criando essa “bola de neve”. E é essa muita parte daí. Portanto acho que houve, o evento até como o 12 de Março, mas acho que só depois é que passa a ser assim, trabalhado mais a questão do Facebook, embora nessa questão do evento eu ache que é muito importante. E claro depois do evento, as pessoas lá irem colocando coisas, essa coisa da interação que você vai, faz um comentário.

6ª Como se relacionam com os meios de comunicações social de massas? Como percecionam o papel dos meios de comunicação de massa seja na cobertura da atividade da vossa Organização, seja na cobertura dos demais? Que meio de comunicação torna mais visível a vossa atividade? Porquê?

15 O - Há sempre uma. Na plataforma 15 de Outubro há uns tempos, nos tempos áureos, estava dividido em vários núcleos, havia um núcleo de ação, havia um núcleo de comunicação e havia um outro núcleo de organização, havia vários grupos. E havia um núcleo de comunicação, que era responsável por contatar os meios de comunicação, aliás isso era muito democrático e ainda é, que é decidir quem são as pessoas que vão dar a entrevista. Para não serem sempre os mesmos, havia digamos, todo “ah falas tu, falas tu!”. E por exemplo no Que Se Lixe a Troika é muito pouco democrático, não é tão claro, acabam por ser sempre os

mesmo. Mas de qualquer forma, toda ação que é feita pela plataforma 15 de Outubro, há digamos uma declaração que é transmitida para a imprensa, até no sentido de informar e publicitar.

Eu acho que o 15 de Outubro de certa forma, ganhou um capital político nesses últimos. Ganhou esse capital político, que faz com que o grupo agora não seja tão forte, como já foi, ele ainda tem um capital político e só com as pessoas, que há malta do 15 de Outubro, como da imprensa. E ao mesmo tempo, tem contatos, as jornalistas já têm o contacto de algumas pessoas. Também foi um aprendizado. Há um reconhecimento mínimo.

Eu acho que são dois: o Facebook e os cartazes. E há uma coisa, por exemplo, quando foi a manifestação do 15 de Outubro, nós colamos 10000 cartazes e foi assim uma coisa... na área metropolitana de Lisboa. Foi assim, uma coisa que todo o mundo viu aquilo. Todo o mundo viu aquilo. E até hoje, as ações da plataforma 15 de Outubro tem essa questão, mais descartável. Agora a questão é que não basta os cartazes, é preciso criar, a situação política é o principal. É como te disse a manifestação do 15 de Outubro, foi uma boa manifestação, porque houve uma ação do Passos Coelho antes, tal como o 15 de Setembro, que nem cartazes teve. Mas o Facebook, com essa questão do evento e esse boca-a-boca.

7ª Considera que os objetivos da sua Organização, se sobrepõem aos objetivos de outras Organização existentes? Considera que existe um trabalho coletivo? Se sim, acha que esse trabalho é desenvolvido de forma articulada?

15 O - Sim, tem. Tanto que é que o 15 de Outubro sempre apoiou as manifestações do Que Se Lixe a Troika. O contrário é que nem por isso.

Sim, há uma articulação e a malta tenta estar articulado. Agora o facto é que o próprio Que Se Lixe a Troika é uma criação digamos para tentar blindar a possibilidade de evitar que surjam coisas novas, ou seja, tentar domesticar. E surge como algo. No fundo há uma crise de legitimidade do sistema em que vivemos e uma crise de confiança nos Partidos. E grande parte destes Movimentos, seja a plataforma 15 de Outubro, seja o Que Se Lixe a Troika, ou o M12M. Eles tiveram e têm esse papel, que são as pessoas comuns, porque no fundo as pessoas estão desconfiadas, também sofreram muitas derrotas e viram muitas traições. E o facto é que como que haja mais diferenças dentro da esquerda, acho que as pessoas têm de perceber “porra”. No essencial tem de estar junto. Por exemplo contra a Troika. E mesmo dentro da plataforma 15 de Outubro, por exemplo, só para teres uma ideia “nós tivemos a colar os cartazes do Que Se Lixe a Troika, a malta do 15 de Outubro. Ou seja, houve agora cartazes para Junho, ou para 2 de Março e a malta, nós do 15 de Outubro, para ai 10 a 15% foi a malta

do 15 de Outubro. Mesmo sem ter digamos, acesso depois a questão, em tirando eu que faço parte do Que Se Lixe a Troika, mesmo sem ter acesso às decisões. Por eu já te disse isso, no Que Se Lixe a Troika, regrediu, grande parte daquilo que o 15 de Outubro avançou. Mas o 15 de Outubro sempre tem essa tentativa de sem deixar de ser crítico, mas lutar para que haja unidade, unidade da luta, dos lutadores, seja da esquerda, para as coisas que nos unem e há muitas coisas que nos unem. A verdade é que há muito mais coisas que nos unem do que nos separam.

8ª Como percebe o trabalho desenvolvido pela sua Organização, considerando o trabalho das Organizações da mesma natureza?

15 O - É positivo, embora pronto. Como já te falei, no 15 de Outubro já não serve como um polo aglutinador. Portanto ele acaba por ser, mais um Movimento Social. Já não é a plataforma de Movimentos Sociais, que já foi.

9ª Considerando todos as Organização que fazem uso do Facebook, para as suas ações, que critérios, usaria para os distinguir uns aos outros? No fundo categorizando-os. Porque não lutam dentro de Organizações e Partidos já existentes?

15 O - Epa talvez em termos, haja talvez por exemplo o Que Se Lixe a Troika, na matéria do Facebook acho que também acabou por dar um passe mais em frente, no sentido de potencializar mais vida aquilo.

Tem muita malta do 15 de Outubro que fazia parte de Partidos. Hoje em dia, o Partido principal é o MAS (Movimento Alternativa Esquerda). Antigamente, havia malta do Bloco (Esquerda). É isso acho que há vários Movimentos, Movimento 15 de Outubro, é um instrumento. O Partido é outro, tal como o Sindicato é outro. Agora acho que o que é fundamental é você utilizar vários instrumentos com o mesmo fim, mas são instrumentos diferentes e também convém não confundi-los. Acho que a grande cena do 15 de Outubro é também você aglutinar pessoas, que não querem fazer parte de Partidos, mas querem lutar de alguma forma. E essa é que é a principal vantagem do 15 de Outubro e de outros, aproximar gente, que quer lutar, mas que não querem fazer parte de Partidos, mas querem lutar.

10ª Têm algum tipo de contacto formal e/ou informal com outras Organizações nacionais e/ou internacionais? Como e em que termos se processa esse relacionamento? E com as Organizações mais institucionalizadas, como os sindicatos e partidos políticos?

15 O - Sim. Epah em geral precisa de conhecer algumas pessoas, que fizeram parte lá do 15M. Eu como faço parte de um Partido Político que é internacional, o MAS, ele faz parte da Liga Internacional dos Trabalhadores. É uma organização trotskista dos trabalhadores, internacional, há secções no Brasil, em Espanha, em Itália, a secção no Chile. Então a minha ligação é muito mais, com a malta dessas organizações, que depois atuam também nesses Movimentos Sociais. Ai é que são mais consistentes.

Sim, há ligação. Epah há muitos militantes no 15 de Outubro que são do MAS, portanto essa ligação é óbvia, mas para além disso há depois contatos pessoais. Malta que são dos Partidos e tal.

11ª Nalguma situação ou momento viram-se obrigados a banir/bloquear algum seguidor? Porquê?

15 O - Olha, boa pergunta. Não sei. Não sei. Eu não trato disso. É possível, dependendo dos comentários, pode haver comentários.

12ª Como percecionam a participação dos seguidores, no que toca à vossa página no Facebook? Tendo como referência as manifestações de vontade de participar nos eventos, previamente anunciados, como avalia a efetiva mobilização e participação em contexto real dos seguidores?

15 O - Epah não sei. Eu acho que sim. Acho que há, eu como nunca fiz parte do núcleo de comunicação e nesse momento também estou um pouco (afastado). Há pessoas que te podiam responder agora. Eu acho que sim, acho que devia ser assim. Acho que as pessoas deviam (opinar). São opiniões construtivas, mesmo que sejam críticas, acho que têm de ser levadas em conta e isso acho que o Facebook é uma nova ferramenta de você medir a realidade. E de perceber, até que ponto a própria ação, que se está fazendo faz sentido ou não. E portanto, acho que nesse sentido há toda a relevância de isso ser visto como uma forma de mediador.

Há. Epah eu perceciono assim. Epah o que eu vejo, é que por exemplo, quando há muitas pessoas que vão a um evento, assim sei lá, mais de 20000 há fortes possibilidades que vão muitas mais, ou seja, à partida vão 100000 ou 150000. Isso ocorreu tanto no 12 de Março, como no 15 de Setembro, ou no 2 de Março. Foram muitas mais pessoas, do que aquelas que diziam que iam ao evento. Quando são, relativamente poucas aquelas que dizem que vão a um evento, sei lá, 7000 etc., 4000 há probabilidade que sejam menos pessoas que dizem que vão ao evento. Então eu já percebi, que há um pouco esse medidor, mas nunca é aquilo próximo.

13ª Estão abertos para o contributo dos seguidores na definição dos objetivos e eventos levados a cabo pela Organização? Qual o papel desses na vossa Organização nomeadamente na programação de eventos? Como? De que forma?

15 O - Sim, agora nós no 15 de Outubro, pelo menos no período anterior, em que nos batemos pela participação presencial. E sempre tentamos, que as decisões e grande parte do debate seja feita presencialmente. Os debates, quando são feitos via mailing list, via Facebook etc., por um lado, aprofunda-se pouco, nunca se aprofunda devidamente as coisas. Por outro lado, não é totalmente democrático, porque ou seja, tomar as decisões numa mailing list, há muitas pessoas que não têm acesso e epah é preciso tempo. E ao mesmo tempo, parte do debate, pode descambar e isso na mailing list, houve por exemplo, grande parte do desgaste que no sentido que as pessoas depois se afastaram etc., foi também por causa de debates, via mailing list. Porque como as pessoas, até se sabe, mas são pessoas anónimas. Mas como depois, não há “olhos nos olhos” etc. as pessoas têm muita mais facilidade, para serem agressivas. E por exemplo isso houve no Que Se Lixe a Troika, pessoas, agressões verbais e coisas assim. Na TAC, foi destruída, pela discussão na mailing list. Então quer dizer, a malta do 15 de Outubro e acho que continua assim, esbate, vamos fazer disso, tanto do Facebook etc., ou da mailing list, ou dessas plataformas virtuais e tal, tem uma forma de divulgar a ação. Claro, há pessoas não sabem tentar, mas nunca aprofundar o debate. Porque isso não é verdadeiro, tentar chamar as pessoas para o debate real “olhos nos olhos”, porque é aí que o debate e as decisões devem ser tomados. Aí é que é democrático.

14ª Antes de pertencer a esta Organização, fez ou faz parte de outra Organização política ou cívica? Como se posiciona em termos ideológicos? E os seus colegas de Organização?

15 O - Sim, sim. Fui membro da Associação de Estudantes desta Universidade. Fiz parte da Casa do Brasil, grande parte das reuniões eram na Casa do Brasil. Era no Precário Inflexíveis ou na Casa do Brasil, foram os dois locais principais. Faço parte do MAS. Fiz parte do Bloco de Esquerda, fiz parte de uma Associação de Fotografia. Fiz parte da Acampada do Rossio. Tenho assim, um percurso extenso.

Como, um “gajo” anti-sistema, que luta por uma revolução socialista. Ou seja, não é pelas eleições, nem se vai conseguir transformar o mundo, aliás pode-se transformar um pouco, ou seja não é pelas reformas, elas podem dar algumas vitórias, mas elas para serem retiradas, é o que estamos a viver hoje. E ao mesmo tempo, não acredito que seja o capitalismo reformável. Podemos ter algumas vitórias parciais, mas é preciso haver uma alteração profunda no modo como a sociedade está organizada, em relação às relações de produção, às classes sociais, que se pode digamos se poderá acabar com a fome, a miséria, a desigualdade que existe no mundo.

Na época não era uma posição pequena, independente. Podem depois ter outras divergências, diferenças, mas mesmo assim penso que não era maioritária. Também não era ultraminoritária.

15ª Como percecionam a vossa ação considerando os objetivos a que se propõem?

15 O - Acho que a plataforma 15 de Outubro foi bem-sucedida em muita coisa. Acho que nesse momento ela, sofreu uma mutação, uma transformação de vários fatores, que faz com que a plataforma 15 de Outubro hoje, seja outra coisa. E nesse sentido, atualmente, ela tem uma força inferior à que tinha. E nesse sentido, já não é capaz de digamos, por si só, fazer coisas, que anteriormente fazia.

16ª Como perceciona o papel do humor na ação da Organização? Recorrem a ele com que frequência? E com que intuito?

15 O - Acho que é algo importante. A secção do humor, da ironia. Por exemplo, lembro de nós termos feito um vídeo, isso está na internet, que um de nós se fantasiou de pai-natal, no final do ano de 2011 e fomos entregar prendas lá para o Ministério da Administração Interna. Escrevendo desemprego, austeridade. Fizemos esse vídeo a brincar.

Não eu acho que em todas as ações se tenta fazer um recurso ao humor, alguma coisa irónica. Claro, que também tem de ter uma parte combativa, não pode ficar pela ironia, mas às vezes é importante, tenta-se ter alguma frequência, alguma irreverência.

17ª Fazem uso de outros meios, que extravasem o Facebook? Nomeadamente cartazes, murais, grafitis por exemplo. Como conseguem mobilizar financiamento para tal?

15 O - Não. É como te digo, o Facebook, a mailing list e os cartazes. Às vezes o Youtube, se precisar de vídeo no Youtube. Mas claro, você utiliza depois o Facebook também para publicitar essas coisas.

É tudo do bolso dos próprios. Sempre foi.

18ª Qual a estratégia que entende ser a mais eficaz e que consegue ter maior capacidade de mobilização no seio da sua Organização? Como?

15 O - É concentrações e mobilizações.

19ª Como perspectiva a concretização dos objetivos da Organização?

15 O - Em geral, a malta tem conseguido fazer coisas. Acho que muitas das vezes. Às vezes está à espera de ter mais pessoas e às vezes menos. Acho que isso também depende muito da situação política, uma palavra genial, ou uma coisa. A própria situação política que determina isso. Tanto que a manifestação do 15 de Outubro foi uma coisa, brutal. Ou outras, menos pessoas, 5000 pessoas. Acho que depende muito da situação política. E o modo depois como as próprias forças atuam, as superestruturas atuam, que depois acabam por contrabalançar.

20ª Perfil do inquirido

Idade

Habilitações académicas

Ocupação profissional

15 0 - 34

Mestrado completo.

Desempregado.

Anexo 6

Tabela de registo do indicador 2.5- Correspondência por mensagem privada⁵⁸

Mensagem Inicial

“Bom dia

Tenho acompanhado a vossa actividade e as várias acções que têm levado a cabo. Nesse sentido, gostaria de saber se têm planeada alguma acção para a próxima 2ª feira, dia 10 de Junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

Com os melhores cumprimentos

Ricardo Morais”

Organização/movimento	Hora de Visualização	Hora/data de resposta
Que se Lixe a Troika		
Indignados Lisboa		12h43 de 5 Junho
Democracia e Dívida	9h51 de 5 Junho	20h57 de 9 Junho
O Povo é Quem Mais Ordena		
RiseUp Portugal	13h20 de 5 Junho	17h31 de 5 Junho
Artigo 21º	11h55 de 5 Junho	
15 Outubro	09h51 de 5 Junho	09h51 de 5 Junho
FLAN Coletivo	13h55 de 5 Junho	

15 Outubro

Resposta - Quarta-feira - 05 de Junho - 09h51

Bom dia Ricardo Morais,

Desde já obrigado pelo teu contacto.

⁵⁸ O envio da mensagem ocorreu entre as 9:30 e 9:35 do dia 5 Junho 2013 para as 8 páginas dos movimentos/organizações objeto de estudo. O período de uma semana, que concretiza a análise de conteúdo é compreendido entre o dia 5 Junho e 11 de Junho de 2013.

Não temos nada planeado para esse dia, se tivéssemos já tínhamos divulgado para termos o maior numero de adesão. Não temos nada pela simples razão que ninguém propos em nenhuma reunião fazermos nada nesse dia, por isso desde já te convido a vir a uma das nossas reuniões, vai estando atendo que criamos sempre uma evento no facebook.

A Luta Contina na Internet e na Rua

Indignados Lisboa

Resposta - Quarta-feira - 05 de Junho - 12h43

Bom dia Ricardo Morais,

não temos nada planeado. Os Indignados de Lisboa agora estão divididos por Assembleias Populares de Barirro. Como é o caso da Assembleia de Algés, de Benfica ou da Graça. Se quiser poderá dirigir-se a uma dessas assembleias e propôr algum tipo de acção.

muito obrigado

Luís (grupo de Comunicação IL)

RiseUP Portugal

Resposta - Quarta-feira - 05 de Junho - 17h31

Ricardo, nós não somos propriamente impulsionadores de acções nem convocamos manifestações ... talvez com exepções muito pontuais como foi no caso da Monsanto ... mas não é o nosso hábito.

Divulgamos e damos cobertura a tudo o que nos pareça vir por bem, participamos quando temos disponibilidade pessoal para lá aparecer ... mas a nossa função tem sido mais a de divulgação.

Hoje por exemplo acho que nenhum de nós vai conseguir ir a Lisboa à embaixada turca

Democracia e Dívida

Resposta - Domingo - 09 de Junho - 20h57

Caro Ricardo,

Desculpe a demora na resposta. Não temos nada de planeado para o 10 de Junho além da habitual divulgação de notícias e estudos no facebook e twitter. No entanto, anunciaremos proximamente mais alguns debates nos quais desde já o convidamos a promover e a participar.

Se desejar por ventura tiver alguma sugestão de debate (tema ou sítio) poderemos também considerar. As nossas iniciativas nascem geralmente de pessoas interessadas.

Um abraço,

Nuno

(p'lo Democracia e Dívida)